



Murillo Dias Winter

Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental

(Província Cisplatina - 1821-1828)



O período histórico iniciado com a dissolução dos laços coloniais e as consequentes revoluções de independências no continente americano foi de transformação das estruturas de poder e do surgimento de novas formas de administração estatal e identificação local, processo tomado, geralmente, a partir do conceito de nação. Naqueles anos de fluidez das relações políticas e identitárias, diversos grupos disputaram a liderança do processo, divididos entre cidades, províncias e domínios antes determinados pela ocupação colonial da Espanha e de Portugal. Na Banda Oriental, ponto de interseção entre os antigos domínios portugueses e espanhóis na América, a situação transformou-se a partir da efetivação da dominação luso-americana na região com a criação da Província Cisplatina (1821-1828). Período que abarca o Congresso Cisplatino (1821) até a Convenção Preliminar de Paz (1828). Um dos elementos fundamentais das disputas era a imprensa periódica, em ebulição e vertiginoso crescimento - possibilitado pela nova conjuntura lusitana - nesse período de indefinições políticas, tanto no Brasil, nas Províncias Unidas do Rio da Prata, como na Cisplatina. Neste contexto de grandes questionamentos e instabilidade, marcado pela variedade e fluidez de relações, de projetos políticos, e também de transformação de alguns conceitos-chave, a imprensa periódica se constituía como o principal instrumento de discussão e circulação de ideias, tornando-se uma ferramenta fundamental para fazer e debater a política local e internacional. Outra característica dos periódicos da época era, no processo de construção de uma identidade local, Oriental, diferenciar estes dos invasores brasileiros e dos vizinhos portenhos. Os distintos jornais apropriavam-se e discutiam conceitos fundamentais como pátria, nação e opinião pública, forma de defesa de seus projetos políticos. Focalizando-se nos usos de alguns destes conceitos-chave, recorrentes nos debates, o trabalho analisa as peculiaridades de um discurso que criou uma imagem forte o suficiente para fornecer elementos distintivos para a criação em 1828 da República Oriental do Uruguai.



**Imprensa periódica e
a construção da identidade Oriental
(Província Cisplatina - 1821-1828)**

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof. Dr. Adriano Comissoli

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Setti Reckziegel

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Prof. Dr. João Paulo Pimenta

Universidade de São Paulo (USP)

**Imprensa periódica e
a construção da identidade Oriental
(Província Cisplatina - 1821-1828)**

Murillo Dias Winter

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de Capa: Gravura de Debret mostrando o embarque, na Praia Grande, das tropas que participaram do sítio de Montevideú, em 1816.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

WINTER, Murillo Dias

Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina - 1821-1828) [recurso eletrônico] / Murillo Dias Winter -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

319 p.

ISBN - 978-85-5696-303-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Imprensa. 2. Periódicos. 3. Província Cisplatina, 1821-1828. 4. Opinião pública. I. Título.

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação - João Paulo Pimenta | 9 |
| Prefácio - Álvaro Antonio Klafke | 11 |
| Sobre imprensa, nacionalismos, identidades | |
| Introdução | 19 |
| Capítulo I | 53 |
| Portugal, Brasil e a Banda Oriental: um histórico de tensões (1680-1828) | |
| 1.1 As intervenções de Portugal na Banda Oriental (1811-1816) | 59 |
| 1.2 A Província Cisplatina (1821-1828)..... | 77 |
| Capítulo II | 97 |
| A nação constituída pela tinta e pela pena: imprensa periódica na Província Cisplatina (1821-1828) | |
| 2.1 Entre tipos e cafés – surgimento e características da imprensa Oitocentista.. | 101 |
| 2.2 A imprensa periódica na Província Cisplatina (1821-1828) | 120 |
| Capítulo III..... | 165 |
| Linguagem em transformação: conceitos-políticos na Cisplatina | |
| 3.1 O espírito público – aopinião em oposição ao indiferentismo..... | 168 |
| 3.2 A nação – construindo o estado em combate à anarquia | 185 |
| 3.3 Pátria – “viver en cadenas, ¡que triste vivir!, morir por la patria, ¡que belo morir!” | 213 |
| Capítulo IV | 231 |
| Periodismo e a construção da identidade oriental na Província Cisplatina (1821-1828) | |
| 4.1 Brasil: a construção da diferença..... | 235 |
| 4.2 Buenos Aires: um pacto político pela América e pela república..... | 258 |
| 4.3 A identidade oriental em construção | 277 |
| Conclusão..... | 295 |
| Fontes de pesquisa | 303 |
| Bibliografia | 305 |

Apresentação

*João Paulo Pimenta*¹

Há quase exatos duzentos anos – deixando de lado nossa obsessão contemporânea por números redondos – tropas portuguesas organizadas no Brasil ocuparam a cidade de Montevidéu, dando início a um governo que duraria cerca de uma década. Durante aqueles anos, muitas partes – regiões, instituições, formas econômicas, pessoas – da chamada Banda Oriental, de colonização originária espanhola, se tornariam portuguesas e, a partir de 1822, brasileiras. Em 1828, com o término de uma guerra entre os governos do Rio de Janeiro e Buenos Aires, a ordem prevalecente, ainda em construção, seria nova, correspondente a uma nação emergente: a uruguaia.

De lá para cá, Brasil, Uruguai e Argentina se consolidaram como países formalmente independentes de quaisquer outros poderes mundiais, com suas correspondentes identidades nacionais devidamente consolidadas. De lá para cá, construíram seus Estados, seus sistemas representativos, fizeram e refizeram seus pactos sociais e políticos, definiram suas linguagens comuns e seus valores nacionais, estes a incluírem o que buscar no passado em direção ao futuro, o que lembrar e o que esquecer. Em meio a fortes e permanentes dissensos, tensões e conflitos internos e externos, Brasil, Uruguai e Argentina foram se moldando reciprocamente, oferecendo uns aos outros formas e parâmetros de existência política, econômica e cultural em uma fascinante trajetória histórica comum, e ainda em aberto.

¹ Universidade de São Paulo

Este livro de Murillo Dias Winter aproveita de modo sagaz essa abertura, e adentra nessa história; mais especificamente, a história da presença portuguesa e brasileira na chamada Província Cisplatina entre 1821 e 1828. Os motivos para o leitor acompanhá-lo não são poucos, nem menores: além de se tratar de pesquisa acadêmica de alto nível, toca em questões como a da construção de identidades políticas, eventualmente nacionais, em meio a espaços públicos de discussão também em construção; o nascimento de uma imprensa que, em seus primórdios, era assumidamente política e declarava sem hipocrisia seus projetos políticos (ainda que mutantes) e definia suas formas de luta; ou a formação de conflitos e sistemas políticos que demandam tratamento conceitual que relativize adjetivos e classificações estanques, não-condizentes com aquela realidade.

Temas atuais. Passados ainda muito presentes naqueles três países, e em muitos outros do mundo atual, que sofrem - o Uruguai, muito menos - brutal e insano ataque ao conhecimento social, ao pensamento crítico, às universidades e escolas livres e, conseqüentemente, à pesquisa historiográfica. Aproveitemos, assim, o labor e a expressão de quem ainda pôde agir com liberdade e responsabilidade, explicando aspectos de nossa história com o único intuito de... explicá-los. E que este excelente livro possa ser considerado, futuramente, também como um sinal de resistência em tempos sombrios.

Prefácio

Sobre imprensa, nacionalismos, identidades...

*Álvaro Antonio Klafke*¹

Iniciar a leitura de um novo livro é sempre uma experiência estimulante, pela agradável sensação de expectativa que suscita. Desde logo, devo registrar que o livro de Murillo Dias Winter cumpre – ultrapassa, na verdade – as instigantes promessas contidas no título. A obra é resultante de dissertação muito bem realizada pelo autor, orientada com a habitual segurança e competência do professor Adriano Comissoli.

O trabalho é relevante sobretudo por dois aspectos, entre outros, que considero fundamentais em estudos dessa natureza. Primeiramente, em termos estritamente profissionais, isto é, relacionados ao *metier* do historiador, destaco a forma hábil com que o autor constrói, define e sustenta seu tema de pesquisa, muito bem fundamentado. Seu objeto é desenvolvido a partir das riquíssimas fontes que nos apresenta e com as quais estabelece um permanente diálogo, norteado por pressupostos teóricos que embasam suas interpretações. Em segundo lugar, mas não menos importante, a leitura é fluida e preserva, pela riqueza das citações, todo o sabor e o colorido do vocabulário do periodismo do período, do qual apontarei um exemplo ao final desse prefácio. Isso tem o efeito de, mais do que fazer o leitor refletir sobre os temas apresentados, sentir-se de certa forma “transportado” ao ambiente

¹ Doutor em História pela UFRGS, Analista pesquisador em História da FEE/RS

político conturbado e disputado do sul da América nas primeiras décadas do século XIX.²

Winter propõe-se a analisar os debates travados na imprensa em torno das questões relativas aos distintos projetos de construção “nacional” e às identidades a eles relacionados ao tempo da Cisplatina (1821-1828). Nessa tarefa, ele lança luz sobre alguns aspectos notáveis daquele tempo, em suas palavras: “a fluidez das identidades, a pluralidade de alternativas políticas em jogo e a ausência de rígidos recortes nacionais ou, ao menos, formas estritas de identificação nacionalista”. Se isto vale para o contexto geral de construção dos novos Estados nacionais num plano mais global, a região que deu origem à atual República Oriental do Uruguai constituía um palco privilegiado para a percepção dos debates, das indefinições e do amplo campo de possibilidades políticas aberto aos agentes históricos de então.

Ao centrar seu olhar em uma região específica, mas sem perder de vista as injunções de um sistema político, social e econômico que cada vez mais se pretendia universal, com a ascensão do capitalismo, o livro se inscreve, com méritos, na importante bibliografia que vem sendo constituída, nas últimas décadas, sobre o problema da formação nacional, em termos gerais, e do Brasil e do Uruguai em particular. O destaque fica por conta de que o trabalho vem ocupar um lugar em um espaço relativamente lacunar na produção historiográfica, pois, em relação à formação histórica da Província Cisplatina, é escassa a produção acadêmica, tanto uruguaia quanto brasileira. Entre nós, porque se privilegia o acontecido dentro dos limites atuais do país, estruturando uma narrativa um tanto tautológica e com um viés oficialista, no sentido de desconsiderar o *processo* de construção da nação, com suas idas e vindas, sucessos e fracassos (a “perda” da Cisplatina ajustar-se-ia

² A valorização da imprensa como fonte documental e como elemento constituinte do próprio objeto de pesquisa torna o trabalho relevante também no que concerne ao atual estágio, vivido desde algumas décadas, pela historiografia do Brasil e do exterior.

em qual situação?).³ No caso uruguaio, as razões são semelhantes, devido às dificuldades de enquadrar esse período conturbado e eivado de contradições numa narrativa mais conforme às pretensões nacionalistas, desenvolvidas por boa parte da historiografia posterior.⁴ Ou seja, esse tempo/lugar parecia, até há pouco, não ter espaço em termos de estudos mais sistemáticos, representando uma espécie de limbo na historiografia de ambos os países. Contudo, isso vem mudando, graças a pesquisas como essa, que se inscreve como obra importante tanto para a historiografia brasileira quanto para a uruguaia.⁵

A organização do livro segue um modelo tradicional, partindo do geral em direção ao particular, vale dizer, à contribuição mais efetiva e original, que diz respeito à criteriosa análise dos periódicos. Alerto, entretanto, que “tradicional”, aqui, não tem nenhuma conotação negativa, ao contrário. O encadeamento dos capítulos e suas divisões vão, desde o início, colocando questões e simultaneamente preparando o leitor para a argumentação final. Não há um “contexto” descolado e muitas vezes quase alheio ao objeto da pesquisa. Ocorre, sim, uma apresentação de situações prévias precisamente referenciadas, sempre direcionando o olhar para a região da Cisplatina, objetivando constituir um substrato fundamental no conjunto do texto. Além disso, é de se salientar que, em todos os capítulos, transparecem os debates historiográficos que permeiam os diversos assuntos, como o da presença luso-brasileira

³ No caso brasileiro o problema historiográfico também parece estar relacionado a questões políticas: há fases em que o Brasil ora se aproxima, ora se afasta da América Latina, de forma que as vinculações e conflitos com os países vizinhos em certos momentos estão praticamente ausentes das pesquisas históricas, podendo ressurgir, dependendo da conjuntura...

⁴ Não se trata, evidentemente, de um fenômeno particular. Já a partir das independências, mas principalmente na segunda metade do século XIX e no decorrer do XX, ocorre, em todos os países que necessitavam legitimar-se como novos Estados nacionais, um processo de “nacionalização do passado”, como também é destacado no livro.

⁵ Nesse sentido, sublinho um elemento interessante do livro, que vem de acréscimo ao leitor brasileiro, sobretudo: um sintético e bem elaborado balanço da historiografia uruguaia sobre a sempre polêmica “questão nacional” do país.

na região, passando pelo processo de construção dos Estados nacionais até a apreciação sobre a imprensa do período.

Um trabalho tão bem estruturado em sua narrativa não seria possível sem uma correspondente apropriação segura dos referenciais teóricos, e sobre isso também cabe uma palavra. De uma parte, ao propor uma postura teórico-metodológica amparada pela História Regional, “relacionando a parte e o todo e as complexas relações de força e de interesse, sem perder de vista o específico e o singular”, Winter obteve sucesso não por discorrer teoricamente sobre a região e suas implicações. Ocorre que, ao refletir acerca do processo de construção da identidade política *Oriental* e seus distintos projetos políticos, compreendendo o quanto este tinha de mobilidade e instabilidade, logrou demonstrar de modo eloquente a complexidade inerente aos recortes regionais, proporcionando-nos, pela exposição das evidências, por assim dizer, uma compreensão que dispensa recorrentes menções teóricas. Em outras palavras, a *teoria* faz-se presente em todo o trabalho, o orienta e embasa a leitura das fontes.

Algo semelhante pode-se afirmar sobre outro aspecto importante de seus referenciais, relacionado à maneira de ler os textos dos periódicos. Os debates ali observados eram travados em torno de conceitos-chave. Dentre eles, foram selecionados para análise das diversas concepções, apropriações e alterações semânticas os vocábulos *Opinião Pública*, *Pátria* e *Nação*, além de alguns termos correlatos. A partir de tal escolha, as principais referências partiram da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, aliada a aportes da chamada Escola de Cambridge ou collingwoodiana, sobretudo de Quentin Skinner. Essa combinação é complementada, em apropriada aproximação a uma realidade mais próxima, pelas contribuições fundamentais de José Carlos Chiaramonte.⁶

⁶ Esse hibridismo teórico, registre-se de passagem, demonstra um autor atualizado com os debates teórico-metodológicos, sobretudo no que se refere às eventuais possibilidades de ampliação de escopo e aos limites de uma “história dos conceitos” *stricto sensu*.

Esse substrato teórico permite, basicamente, perceber todo um vocabulário político e social em constante mutação, adaptação e ressignificação, moldando-se, muitas vezes, às necessidades retóricas e às distintas interpretações dos agentes. Nesse sentido, adverte tanto o autor quanto seus leitores dos perigos e das armadilhas do anacronismo presentes na análise semântica dos conceitos basilares e da linguagem política mais ampla do período. Novamente, o que deve ser saudado é que isso transparece ao longo do texto, implícito na seleção e reflexão estabelecida a partir das fontes.

O resultado é uma fecunda reflexão acerca do seu *problema* fundamental, o “da projeção e da organização da região que era disputada e pensada como parte do império brasileiro, província de um projeto unificado platino ou um Estado plenamente independente”. A partir de tais opções, Winter analisa as formas pelas quais os diferentes atores e grupos “pensaram, balizados em experiências anteriores, a Província Cisplatina/Oriental e como o seu discurso e alguns conceitos fundamentais demarcaram estes propósitos”.

Os conceitos sobre os quais o autor mais se detém – recorrentes na imprensa periódica da Província Cisplatina – ajudam a delinear e interpretar a complexidade do contexto da época. A argumentação em torno de *Opinião Pública*, nesse sentido, teria a função de “criar, incentivar e fiscalizar uma arena pública de discussão”, palco onde as questões maiores seriam dirimidas. Quanto a *Pátria* e *Nação*, seriam dois instrumentos de projeção do que viria, permitindo elucubrações e exercícios retóricos que, paulatinamente, iam se vinculando, contestando ou se adaptando às opções políticas, às ideias e aos delineamentos futuros. Nessa fase, coexistiam e disputavam espaço na sociedade distintas identidades políticas, como a *brasiliense*, a *portenha* e a *oriental*, cujos fundamentos e interesses eram manifestados a partir dos periódicos e pela utilização de um vocabulário comum.

Evidencia-se, assim, que a conformação do que hoje é a República Oriental do Uruguai era uma possibilidade entre um leque de construções políticas visando à resolução do conflito entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil, bem como ao atendimento das pretensões dos agentes históricos locais. Se a *orientalidade* foi construída em torno de dois contrapontos principais – a alteridade brasileira e a condição de aproximação e repulsa em relação a Buenos Aires – não se perde de vista que, no decorrer do tempo, fatores políticos e de ordem cultural *locais* colaboraram para reforçá-la. Entretanto, somente após “firmada a Convenção Preliminar de Paz e definida a criação de uma nova nação na região platina que a identidade *Oriental* é relacionada de maneira concreta com um projeto independentista total”. A partir de então, tal como acontecido em diversos países, particularmente na América Latina, no decorrer do século XIX e no XX, ocorre um amplo movimento, envolvendo ações do Estado, secundado por uma elite intelectual, na qual os historiadores desempenham papel fundamental, de amálgama e legitimação de sentimentos de nacionalidade e patriotismo de novo tipo. Winter nos indica os primórdios desse processo, e nos guia com segurança.

Retomo ao início desse texto, para reafirmar que a obra confirma as promessas feitas por um jovem historiador que demonstra grande maturidade, pela admirável capacidade de construir seu objeto em simultaneidade com uma análise precisa das fontes. Acerca das fontes, permito-me encerrar com uma citação, pequena amostra da riqueza e da loquacidade da imprensa analisada. Trata-se da apresentação de *El Pampero*, periódico cujo título era o mesmo daquele vento favorito dos habitantes da região do Rio de la Plata, pois “limpa” o tempo turbulento e pesado, trazendo serenidade e bonança. A metáfora climática soava como ameaça explícita em 19 de dezembro de 1823: “A su aspecto huyen aterrados los vientos calientes del norte que abrasan nuestras mieses, que esterilizan nuestros campos, que aniquilan nuestras haciendas; y si alguna vez osados se atreven á disputarle el puesto,

zañudo y terrible como la ira de Júpiter, los arrastra en su furia hasta el Trópico, y van á ocultarse en sus montañas”. Assim também se constroem identidades.

Introdução

No texto, integrante da coleção *Memória do fogo*, intitulado *A pátria ou a tumba*, Eduardo Galeano ironicamente destaca a arte pretensamente desengajada de Francisco Acuña de Figueroa.¹ O alvo é a alternância de posições e compromissos do autor, de grande produção literária, mas conhecido, principalmente, pela composição do Hino Nacional da República Oriental do Uruguai:

O primeiro vate do parnaso uruguaio, Francisco Acuña de Figueroa, iniciou-se nas letras compondo uma ode, em oitavas reais à glória militar da Espanha. Quando os gaúchos de Artigas tomaram Montevideú, fugiu para o Rio de Janeiro. Lá brindou suas rimas de louvor ao príncipe português e a toda sua corte. Sempre com a lira no ombro, dom Francisco voltou para Montevideú seguindo os invasores brasileiros, e tornou-se poeta das tropas de ocupação. Anos depois, no dia seguinte da expulsão das tropas brasileiras, as musas sopraram patrióticos decassílabos ao ouvido de dom Francisco, louros de palavras para cingir as frentes dos heróis da independência; e agora o reptilíneo poeta escreve o hino nacional do país recém- nascido. Nós, os uruguaiois, somos obrigados para sempre a escutar seus versos em pé.²

¹Francisco Acuña de Figueroa (1791-1862) nasceu e faleceu em Montevideú. Com formação clássica, de difícil acesso no período e na Banda Oriental, se destacou nas letras. O *Guía de autores uruguaiois* o define da seguinte forma: Fue, en su época, "el poeta de Montevideo", de sus avatares, de sus mandatarios y de las personas de relevancia en aquella sociedad. Cronista en verso de los episodios más dramáticos, registró los acontecimientos, día a día, del Segundo Sitio de Montevideo y fue autor del Himno Nacional uruguayo y de otros himnos; tradujo obras clásicas y contemporáneas, incorporó formas y ritmos populares, compuso poemas visuales, epigramas, anagramas, acrósticos en los que celebra, entre loas y burlas, una gran variedad de estampas. Describió su caudalosa producción como compuesta por piezas Patrióticas, Amatorias, Fúnebres, Jocosas, Religiosas, Ingeniosas, Enigmáticas, Varias, Epigramáticas y Satíricas, sin contar aquellas que excluyó, ocultó y olvidó. In: http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/francisco_acuna_de_figueroa/

² GALEANO, Eduardo. *As caras e as máscaras (Memória do fogo, vol.2)*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 210.

Abstraindo os juízos de valor, o texto revela características marcantes das primeiras décadas do Oitocentos: a fluidez das identidades, a pluralidade de alternativas políticas em jogo e a ausência de rígidos recortes nacionais ou, ao menos, formas estritas de identificação nacional. Na historiografia, essa linha de pensamento nas últimas décadas recebe cada vez mais adeptos e importantes contribuições. Entretanto, como adverte Benedict Anderson, a *questão nacional* permanece entre as temáticas em que menos existe consenso entre os estudiosos de diferentes áreas das Ciências Humanas. Segundo o historiador, “é difícil pensar em algum fenômeno político que continue tão intrigante quanto este e sobre o qual haja menos consenso analítico. Dele não há nenhuma definição amplamente aceita”.³

Não obstante as particularidades e as dificuldades impostas ao estudo da Nação e do nacionalismo, Eric Hobsbawm aponta alguns alinhamentos recentes: os discursos e as ideologias oficiais dos Estados não correspondem necessariamente ao pensamento e às ações de todos os cidadãos, ainda que muitos sigam as orientações oficiais. A identificação nacional está sempre associada com outros tipos de identificação, mesmo que estes sejam hierarquicamente mais baixos portanto, é impossível aferir o grau de identificação e associação do nacionalismo, entre a maioria das pessoas, em relação às demais formas de constituição do ser social; a nação e o nacionalismo e todas as suas relações podem e alteram-se rapidamente no tempo, mesmo em períodos breves.⁴

Em relação à produção historiográfica acerca da América Latina, um dos principais expoentes é José Carlos Chiaramonte. Concentrando-se nas revoluções de independência da América Espanhola, especificamente no Vice-reino do Rio da Prata,

³ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.7.

⁴HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2008. p. 20.

Chiaramonte aponta que a região não era entendida como única e indivisível, e sim como uma miscelânea desmembrada em diversas jurisdições, reinos e unidades administrativas hierarquicamente posicionadas. Após 1810, diversas cidades e “regiões província” buscaram estabelecer corpos administrativos estáveis e soberanos, muitas vezes distintos projetos se entrecruzavam na mesma territorialidade. Nesse sentido, afirma que:

A dominação espanhola não deixou outra coisa senão um mosaico de sentimentos de pertencas grupais, com frequência manifestados como colisão de identidades (rivalidades de americanos e peninsulares, de rio-platenses e peruanos, por exemplo), cuja relação com os sentimentos de identidade política construídos depois da Independência será variada e poucas vezes harmônica, e cuja correspondência a recortes territoriais amplos tampouco é coisa provada.⁵

Inserido nesta perspectiva, o trabalho se concentra na Província Cisplatina (1821-1828). Região sem limites territoriais precisos e que durante o período colonial, sob a nomenclatura de Banda Oriental do rio Uruguai⁶, espaço de fronteira entre os domínios lusitanos e espanhóis, possuía como demarcações

⁵CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados. Origens da nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 62.

⁶Sobre as fronteiras e a nomenclatura da região, Ana Frega escreve: La región al este del río Uruguay era una zona frontera , de tránsito y de tráfico, un ámbito transcultural cuyas denominaciones contemplaban un espacio geográfico dispar y no siempre coincidente. Algunas aludían al nombre con que se conocía algún grupo étnico, “Banda de los Charrúas”, por ejemplo. Otras consideraban una referencia geográfica vinculada con los centros de poder desde donde se realizaba la nominación. De esta manera, designaciones como “Banda Norte”, “Banda Oriental” o simplemente, la “otra Banda” tenían como punto de referencia el Río de la Plata en una expresión de la influencia e intereses provenientes del centro político de Buenos Aires. Otras denominaciones como “Provincia del Uruguay” o “Doctrinas del Uruguay” aparecían en la cartografía de la época y en informes, cartas y memorias de miembros de la Compañía de Jesús, responsables de la fundación – en varias etapas a lo largo del siglo XVII – de pueblos misioneros en ambas riberas del alto Uruguay, en permanente tensión con las avanzas lusitanas. FREGA, Ana. *Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja*. In: CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). *Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: sudamericana, 2008. p. 96-97.

geográficas o rio da Prata, o rio Paraná ou o próprio rio Uruguai.⁷ Dessa forma, nos posicionamos no lado oposto à tendência historiográfica nacionalista, que argumenta que a nação uruguaia – inclusive territorialmente – sempre existiu e que a independência apenas daria forma a uma unidade cultural, histórica e social determinada desde a época colonial.

Esse processo de “nacionalização do passado” é recorrente ao longo de todo o século XIX, período que praticamente em todo o mundo se buscava justificar e legitimar a emergência dos novos Estados nacionais. Para tanto, foi necessária uma transformação do sistema de representação de identidades, momento em que o romantismo e a nacionalidade tiveram papel fundamental. Para Anne Marie Thiesse, as identidades nacionais, que não existiam previamente, são ancoradas por um passado imemorial. Sua criação foi uma obra coletiva da qual participaram intelectuais, artistas e escritores. O que torna ainda mais paradoxal essa criação é a constatação de que as identidades nacionais foram criadas em um momento de intensas trocas internacionais, resultando em um modelo comum de produção de diferenças, portanto, essencial para a criação de identidades, afinal sabe-se quem se é, quando se sabe quem é o outro. Dessa forma, a historiadora ao definir que a criação de identidades nacionais consiste em catalogar um patrimônio comum, ou seja, inventá-lo, elabora um *check list* identitário: panteão de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, paisagem típica, folclore, modo de vestir, gastronomia, animal emblemático e, dentre as mais importantes, uma história em comum.⁸

⁷ISLAS, Ariadna. Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828. In: FREGA, Ana (coordinadora). *Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. p.174-197

⁸THIESE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n.15, 2001/2002. p. 7-23.

Embora Thiesse se refira ao processo europeu, estes elementos também podem ser aplicados à realidade da América Latina, especialmente no que tange à escrita da história nacional. Tal postura historiográfica é analisada por diferentes historiadores no espaço da América Meridional, nosso foco de análise. José Carlos Chiaramonte designa como “mito das origens” a tendência de projetar no passado de colonização europeia as bases fundacionais das nações modernas em construção na região. Segundo o historiador, o principal erro desta perspectiva está em geralmente associar a afirmação política de uma comunidade nacional, ligada a um Estado em construção, a um elemento que ainda não existia, a nacionalidade, da qual esse Estado necessariamente seria derivado. Inadvertência comumente cometida na imprecisão da interpretação de conceitos como pátria, Estado e Nação; na desconsideração de outras identidades políticas, não necessariamente nacionais, que coexistiam durante o período imediatamente posterior às independências; na confusão entre um sentimento de americanismo continental, expressões de identidade *criolla*, com manifestações localizadas de nacionalismo; na projeção de um princípio das nacionalidades romântico, quando este ainda não tinha surgido; no julgamento de que Estados provinciais em busca de autonomia correspondem a sentimentos de tipo nacional e à ocupação de territorialidades que corresponderiam aos atuais Estados Nacionais⁹. No caso específico da historiografia Uruguaia, estas características em sua maioria se repetem. Para Pablo Buchbinder, estas têm

raíces políticas – como la endeble unidad del Virreinato del Río de la Plata, la lucha de Artigas contra Buenos Aires, la influencia de la ciudad de Montevideo -, geográficas – derivadas de la existencia de un territorio delimitado claramente por grandes ríos – y

⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. *El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata*. In: *Revista años 90*, Porto Alegre, n.1, v.1, maio 1993. p. 49- 83.

económicas, habían contribuido a conformar desde los tiempos de la colonia y los de la independencia la nación uruguaya. La lucha posterior contra la invasión portuguesa había terminado por romper los vínculos que ligaban a la Banda Oriental con el resto del espacio platense.¹⁰

A grande maioria dos artistas¹¹, escritores¹² e historiadores uruguaios que figuram nessa posição produziu durante as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Os mais destacados na produção historiográfica são Francisco Bauzá, Pablo Blanco Acevedo e Juan Pivel Devoto¹³. Além da produção intelectual, todos, em maior ou menor grau, tiveram importante atividade política, os dois primeiros ligados ao Partido Colorado e o terceiro ao Partido Nacional. O contexto de insegurança quanto ao futuro nacional, no que concerne à viabilidade do Uruguai se constituir como Nação, somado às grandes transformações sociais e à necessidade dos partidos conservadores de se integrarem como pilares da Nação a ser construída, proporcionou a essa política ainda mais espaço. Um ponto interessante é de que mesmo como adversários políticos, os dois partidos mais tradicionais do país compartilharam esforços na construção de uma história oficial:

¹⁰ BUCHBINDER, Pablo. *La Historiografía rioplatense y el problema de las orígenes de la nación*. In: Cuadernos del CLAEH, Montevideo, n. 69, serie 2, año 19. 1994/1. p.37.

¹¹ Juan Manuel Blanes (1830-1901), o “*pintor de la Patria*”, em obras como *El Juramento de los Treinta y Tres* dotou o imaginário nacional uruguio com um passado de imagens e representações em comum. Susana Bleil afirma que “Blanes criou símbolos pictóricos da nacionalidade, inventou um passado iconográfico e, a partir dele, uma imagem amplamente aceita de Artigas, dos 33 *Orientales* e do gaúcho.” Ver mais: SOUZA, Susana Bleil de. O pincel e a pena na construção da Nação: pintando e narrando um mito político fundacional. In: FERNÁNDEZ DOMINGO, Enrique (coord.). *Etat et nation I (19ème siècle)*. CAHIERS ALHIM, N° 15 – 2008 (Université de Paris 8/Saint Denis).

¹²Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931), “el poeta de la Patria”, é autor de dois poemas fundamentais para a construção do imaginário, sobretudo, da figura de José Gervásio Artigas como herói nacional uruguio. As obras são: *La Leyenda Patria* (1879) e *La Epopeya de Artigas* (1910).

¹³SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental*. Estudios de historiografía colonial. Montevidéo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 2006. p.10.

La imposibilidad evidenciada por los sectores tradicionalistas vinculados a los partidos Nacional y Colorado de aceptar plenamente ciertos aspectos de la versión histórica del adversario político, no impidió la aparición de propuestas inclusivas que postulaban la elaboración de una “historia patria” por encima de divisas, sin la “necesidad” de promover la sustitución de los actores consagrados por la “historia oficial” en favor de los adversarios hasta entonces excluidos, como ocurrió con el revisionismo argentino. La particularidad de la propuesta tradicionalista no residía tanto en la preocupación por la formulación de un relato único con fines de pedagogía patriótica -idea compartida en ese período en diversos escenarios nacionales-, cuanto en el hecho de situar a los partidos tradicionales en el centro del relato, a partir de la afirmación de su relación de continuidad con las tendencias políticas decimonónicas.¹⁴

Segundo Tomás Sansón, o esforço estatal de criar um elemento de coesão através de uma história e símbolos nacionais teve na educação um aporte decisivo. A escola gratuita, laica e obrigatória proporcionou uma ação sistemática de replicação e criação de uma comunidade de interesses em comum. Nesse processo, a História foi fundamental, “es una empresa pedagógica racionalmente orientada con el fin de institucionalizar los mitos de origen y los grandes hitos patrióticos”.¹⁵ Dessa forma, a produção de Francisco Bauzá, Pablo Blanco Acevedo e, principalmente, Juan Pivel Devoto ofereceu destacados elementos de estudo.

Francisco Bauzá¹⁶ foi o precursor de uma história com pretensões científicas no Uruguai. Com vasta produção

¹⁴ FREGA, Ana. ISLAS, Ariadna. REALI, Laura. *Confrontando héroes. Una aproximación a las lecturas políticopartidarias sobre la independencia del Uruguay (1828)*. Anais da Segunda Jornada Regional de Historia Comparada / Primeira Jornada de Economía Regional Comparada, 2005. p.4.

¹⁵ SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental... Op. Cit.* p.13.

¹⁶ Francisco Bauzá (1849-1899) nasceu e faleceu em Montevidéu. Filho de militar, General Rufino Bauzá (1791-1854) teve participação como aliado de Artigas e na Guerra Grande (1839-1851), se formou na Faculdade de Direito de Montevidéu, com formação autodidata publicou e foi redator de dois periódicos,

El Nacional (1867) e *Los Debates* (1871-1872), nos textos combatia o caudilhismo, o anticlericalismo e

historiográfica, o autor preocupava-se constantemente com a função pedagógica de seus escritos, que em sua opinião deveriam ajudar a sociedade a reconhecer seus referenciais identitários. Inserido em um contexto de ameaças internas e externas após a Guerra Grande (1839-1851), os diferentes governantes uruguaios da segunda metade do século XIX buscavam afirmar em face às ameaças argentinas e brasileiras a soberania nacional, desenvolver a economia após a crise de 1880, o que resultou em longo processo de modernização e secularização do país, aglutinando subsídios para uma identidade nacional coesa, elementos que estão refletidos na produção de Bauzá que

tenía una concepción muy pragmática del conocimiento histórico. Consideraba que debían aprovecharse de las lecciones del pasado para revertir situaciones negativas. Los problemas de Uruguay en la segunda mitad del siglo XIX se debían, en cierta medida, a los errores cometidos por los españoles en la administración de este territorio. Los caudillos representaban la anarquía y eran agentes de retroceso para el país. La historia tiene una funcionalidad “patriótica”: ayuda a preservar los recuerdos y tradiciones del pueblo y permite a las nuevas generaciones encontrar referentes identitarios.¹⁷

A obra mais conhecida e de maior folego de Francisco Bauzá é a *Historia de la dominación española en el Uruguay*. A versão original dividida em três tomos abarca todo o período colonial e alcança o ano de 1820 com a dominação lusitana da região da Banda Oriental. Além do texto são sempre apresentados um apêndice crítico, a listagem de “documentos de prova” e uma análise da bibliografia utilizada. Nem sempre seguindo marcos cronológicos, Bauzá estabelece referências temáticas que marcam de forma geral

pregava a razão e a democracia. Ligado ao Partido Colorado, teve intensa participação na vida política uruguaia, em 1875 foi Secretário de José Pedro Varela (1845-1879), representante diplomático no Brasil e na Argentina, eleito duas vezes para a Câmara de Representantes (1886-1888), Ministro de Governo (1891) do Presidente Júlio Herrera y Obes (1841-1912) e senador no ano de 1898.

¹⁷

SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental... Op. Cit.* p.35.

a história nacional. Em síntese, o autor trabalha com a ideia de pré-configuração da nacionalidade uruguaia desde a época colonial, para tanto argumenta que desde que os espanhóis chegaram à América já existiam três nações previamente organizadas, dentre elas a nação charrua que possuía características próprias e independentes, bem como limites territoriais fixos, posição conhecida pelos conquistadores que desde cedo dotaram Montevideu de maior liberdade na região platina. Durante o período artiguista, o líder dos orientais representou estes interesses autônomos ao lutar tanto contra a interferência buenairense, como contra a dominação lusitana. Outro fator apresentado é o caráter administrativo da cidade e do porto de Montevideu sempre buscando liberdade em relação à posição espanhola, representando os interesses políticos e econômicos da sociedade montevideana, dessa forma, paulatinamente a população heterogênea passou a se homogeneizar e desenvolveu um forte sentimento de localismo. Por fim, como seguidor dos dogmas católicos, Francisco Bauzá argumenta que com a presença jesuítica, o Uruguai já nasceu católico e com um destino manifesto de torna-se independente e que, portanto, renunciar a essa postura seria o mesmo que amputar parte da própria identidade.

Pablo Blanco Acevedo¹⁸ foi um dos mais representativos intelectuais – a exemplo de outros familiares, como o avô e os irmãos

¹⁸ Pablo Blanco Acevedo (1880-1835) nasceu em meio a uma família de intelectuais e juristas, seu pai Juan Carlos Blanco (1847-1910), além de professor universitário, candidato a presidente da República em 1903, teve ativa participação na vida cultural de Montevideu, sua mãe Luisa Acevedo, era filha de um dos maiores intelectuais do país, Eduardo Acevedo. Formado em Direito pela Universidade da República, Pablo Blanco Acevedo complementou sua formação na Europa, onde também visitou arquivos e bibliotecas para adquirir um acervo documental que tratasse da história uruguaia, constitui dessa forma uma valiosíssima biblioteca e um enorme acervo documental pessoal. Como jornalista foi redator do jornal diário *Los Debates* (1898-1899). Na vida política era ligado, inclusive por laços familiares, com o Partido Colorado, aderindo posteriormente à ala mais radical o “vierismo”. Foi professor universitário de Direito e secundário de História da América e História Nacional. Participou ativamente da política desde o tempo de estudante, ocupou importantes postos na administração pública de Montevideu e do país, sendo inclusive deputado por duas vezes (1914 e 1916) e Ministro da Instrução Pública.

– do novo Uruguai urbano e moderno que irrompe o século XX. Devido à postura atuante de Acevedo durante a década de 1920, seus escritos foram bastante representativos durante as comemorações do Centenário e na construção de um imaginário nacional coletivo. Parte da formação e produção do intelectual foi durante a conhecida época *Batllista*, de fundamental importância política para o Uruguai dos anos de 1903 até 1929. José Batlle y Ordoñez (1856-1929) foi presidente da República Oriental do Uruguai durante dois mandatos (1903-1907 e 1911-1915), dentre suas principais preocupações estavam a educação e as reformas na legislação que foi modernizada. Foi um período de desenvolvimento urbano e econômico, com a tendência de monopólio estatal e controle das atividades comerciais e industriais, se buscava melhor distribuição da renda e evitar os conflitos entre a classe média em período de emergência e os setores mais tradicionais da população. No campo político várias reformas foram executadas, dentre elas, foi ampliada a importância e o alcance do voto, bem como foi realizada uma reforma constituinte.

Na vasta produção de Pablo Blanco Acevedo o ideal nacionalista e patriótico sempre foi evidente, marca da influência do governo *Batllista* na sua obra. A temática de Acevedo é bastante ampla, alcançando praticamente todas as esferas da história uruguaia, oferecendo também uma nova postura metodológica e de análise de fontes, mais profissional que de seus antecessores, embora tenha assumido e até mesmo ampliado com novas perspectivas a teoria independentista clássica da prefiguração estatal do Uruguai e o “destino manifesto” oriental. Membro do partido colorado e criado no centro urbano do Uruguai, Montevideu, Pablo Blanco Acevedo discute a centralidade da cidade em oposição ao campo, tema que perpassa toda a sua obra. Montevideu era a verdadeira pátria para os orientais e condutora do destino da população desde o período colonial. Exemplos dessa postura são claros na alusão ao caráter realista de Montevideu durante o período das independências, como a inclinação rural da revolução artiguista

e o rechaço da cidade colonial ao caudilho. O *Cabildo* da cidade é enfatizado como centro difusor de práticas políticas e econômicas que posteriormente serviriam de orgulho nacional. O interior do país e o campo são praticamente ausentes, aparecendo apenas na exaltação da figura folclórica do gaúcho. Características e conflitos externos também são destacados na prefiguração da nacionalidade uruguaia. O conflito entre os portos de Montevideu e Buenos Aires é considerado fundamental no desenvolvimento de um sentimento localista e nacional, a identidade montevideana é considerada antitética à buenairense, destacando a originalidade da primeira, afinal se lutou pelo livre comércio contra o monopólio da capital do Vice-reino do Prata.¹⁹

A produção de Juan Pivel Devoto²⁰ perpassa praticamente todo o século XX, todavia nas décadas de 1930 até 1970 é que o historiador ganha projeção e se consolida como o grande prócer da escrita da história oficial da República Oriental do Uruguai. De acordo com Tomas Sansón, Pivel Devoto recebeu apoio governamental para a produção e a pesquisa de suas obras. Foi no período do *Batllismo* que o imaginário uruguaio foi definido e redefinido, contudo “posteriormente Uruguay tendría un sumo sacerdote como Juan Pivel Devoto quien durante 40 años contó con todos los recursos del ‘Estado’ para escribir los anales de la patria.”²¹ O país vivenciava um tempo de recuperação após os efeitos da crise econômica mundial de 1929 e teve um grande crescimento em

¹⁹ SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental... Op. Cit.* p.77-173.

²⁰ Juan Ernesto Pivel Devoto (1910-1997) nasceu em Paissandu, onde também passou a infância. Após mudar-se com a família para a capital iniciou, os estudos no Instituto Alfredo Vázquez Acevedo, já aos dezoito anos iniciou a carreira de professor, passando por diferentes institutos, escolas e universidades, também trabalhou em diferentes fundos documentais e coleções bibliográficas. Apesar da tradição familiar colorada (o pai foi senador), Pivel Devoto integrou e militou pelo Partido Blanco, embora não tenha seguido carreira política, ocupou diferentes cargos públicos: Conselheiro do ministério das relações exteriores (1938), conselheiro do departamento de Montevideu, Ministro da Instrução Pública, delegado oficial do Uruguai na UNESCO e na OEA, durante o Regime Militar no país (1973-1984), militou clandestinamente, tendo o filho preso e o cargo no Museu Histórico Nacional destituído.

²¹ SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental... Op. Cit.* p.83.

virtude das exportações de carne e lã para os países beligerantes durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O otimismo e a seguridade nacional viraram marca registrada, principalmente entre a população urbana de Montevidéu e cercanias, expressões a exemplo de “*Como el Uruguay no hay*” e “*La Suiza de las Américas*” materializaram o estado de espírito da Nação neste contexto de avanço democrático, social e econômico. A crença na excepcionalidade oriental em relação ao resto do continente, por apresentar-se como um país moderno, culto e branco, inclui até mesmo a supremacia no futebol com a vitória da Copa do Mundo de 1950.²² Esse progresso possibilitou a afirmação do *neobatllismo* (1947-1958), sob a governança (1947-1951 e 1955-1956) de Luís Battle Berres (1897-1964), com reformas que ampliaram a legislação em torno de causas sociais e incentivaram o desenvolvimento da indústria, sob oposição dos partidos ligados ao mundo rural e dos ricos industriais uruguaios.

A contribuição historiográfica de Juan Pivel Devoto é ampla e alcança praticamente todos os períodos e os temas da história do Uruguai. A projeção da independência e da constituição da identidade uruguaia no período colonial, embora não fosse novidade, recebe ainda mais força com o historiador. A figura de José Gervásio Artigas, sem ligações políticas com nenhum dos dois grandes partidos do país, é cristalizada como do grande libertador e herói cívico-militar da libertação oriental. Desde 1811, a autonomia do Uruguai estava gestada e a revolução artiguista dotou Montevidéu e a campanha de referenciais coesos em busca da liberdade. As relações de dependência entre proprietários e peões no interior da Banda Oriental também são destacadas como elementos do surgimento de uma identidade nacional e de uma identificação mútua entre os habitantes da região. Nesse sentido, os caudilhos e líderes militares são vistos de uma forma mais romantizada do que

²² Sobre a utilização política do futebol na construção da orientalidade ver: MORALES, Andrés. *Fútbol, política y sociedad*. In: *La Gaceta* Revista A.P.H.U. Asociación de Profesores de Historia del Uruguay, Montevideo, n° 24, agosto 2002.

nos relatos anteriores, fruto, possivelmente, da ligação de Pivel Devoto com o Partido Nacional. Dentre os relatos, é apresentada a hipótese de que a independência em períodos anteriores foi impossibilitada principalmente pela divisão da região em três jurisdições distintas, porém a geografia e o tipo de produção pecuária definiram uma identidade singular e comum a todos. Quanto ao estilo de texto e as ligações políticas presentes, Tomas Sansón afirma que “Reiteradamente el yo narrador irrumpe en el texto mostrándose portavoz de sus contemporáneos en cuanto coproprietarios de un pasado colonial común y fundante”.²³

Entretanto, a crítica a essa postura historiográfica nacionalista não significa negligenciar e desconsiderar qualquer ligação entre o período colonial e a emergência das Nações. Como recorda o historiador Elías Palti, como pressuposto de pesquisa, “no sería fácilmente aceptable la hipótesis, fuertemente contraintuitiva, de que las naciones modernas son meras ‘construcciones ideológicas’ que no guardan ningún tipo de conexión con las supuestas formaciones protonacionales que les preceden.”²⁴ A questão posta é da importância dada aos sentimentos localistas e de diferenciação entre americanos e europeus no bojo do processo de crise e dissolução dos laços coloniais. A busca por explicações voltadas para a própria história, sem articulação com um contexto maior e a desconsideração da complexidade do léxico político do período foram responsáveis por grande parte destas distorções historiográficas. Os sentidos de identidade local não foram ignorados nem mesmo na literatura da época, contudo não eram considerados elementos fundantes da nação, ainda inexistente, como indica José Carlos Chiaramonte:

La contribución de ciertos sentimientos de identidad a la emergencia de un Estado nacional, en cuanto factor concurrente,

²³ SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental...Op. Cit.* p. 228.

²⁴ PALTÍ, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la “cuestión nacional”. Buenos Aires: FCE, 2002. p. 18

no determinante, no era ignorada en la literatura política de raíz ilustrada que informa gran parte del proceso político de las primeras décadas del siglo XIX. Pero lo característico de tales casos es que, si bien esos rasgos de identidad eran concebidos como factores que podían favorecer la unificación política, no se los consideraba fundamento de una nación.²⁵

Em relação à formação histórica da Província Cisplatina, destaca-se a escassez de produção acadêmica, tanto uruguaia quanto brasileira. A respeito do caso brasileiro, João Paulo Garrido Pimenta argumenta que com os recortes temáticos nacionais do século XIX a história da Província Cisplatina não fez parte da história do Brasil, visto que apenas o que ocorreu dentro dos atuais limites do território nacional é considerado integrante da história oficial da nação.²⁶ Em relação à produção uruguaia, Ana Frega enuncia praticamente a mesma motivação. Para a historiadora, o período que contempla o Congresso Cisplatino (1821) até a Convenção Preliminar de Paz (1828) “es un tema poco abordado por la historiografía uruguaya, en parte debido a la ‘dificultad’ para insertar esa etapa en una interpretación lineal y ‘nacionalista’ de la independencia”.²⁷

Contudo, ainda assim, existem diferentes obras, de ambos os países, que abarcam o período estudado. No Brasil, grande parte da produção deteve-se, dentro de uma conjuntura maior, a explicar as relações internacionais brasileiras ou se ateu aos movimentos militares, à guerra e a determinadas batalhas. Nesse sentido, a obra do General Paulo de Queiroz Duarte, *Lecor e a Cisplatina: 1816–*

²⁵CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004. p.95.

²⁶ PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da Província Cisplatina (1821- 1822). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. *História e imprensa, representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 19-20.

²⁷ FREGA, Ana. Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. *La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011. p. 329.

1828, apresenta muitos detalhes factuais sobre Carlos Lecor e o período. Nos três volumes a todo o momento é destacada a atuação do líder, ressaltando os aspectos militares de sua trajetória, bem como as questões que envolvem os movimentos das tropas que ocuparam a região. Lecor é descrito como herói e excelente administrador.²⁸

David Carneiro, em *História da Guerra Cisplatina*, segue a mesma linha. Em um trabalho metódico o autor apresenta quase que exclusivamente os fatos e as datas das principais batalhas do conflito, produzindo assim um trabalho rico em documentações e informações - porém deficiente em análise - sobre o conflito, desde o seu início, passando pela última batalha e chegando até a discorrer sobre onde se localizam os troféus da guerra.²⁹ A obra *Campanha de Ituzaingó* de Henrique Wiederspahn compartilha dos mesmos elementos de Carneiro, porém é possível acrescentar-lhe um caráter didático demonstrando os erros e as ações a não serem repetidas pelas tropas brasileiras.³⁰ No tocante às produções acerca das relações de fronteira do Brasil e da região do Rio da Prata e acerca da política exterior durante o período imperial, o autor João Pandiá Calógeras, em *A política exterior do Império*, trabalha com as articulações políticas de Carlota Joaquina e o trabalho de Lecor na Província Cisplatina, destacando como o militar, através de subornos, controlava a elite local, e assim questiona o valor e a importância do Congresso Cisplatino (1821).³¹ Obra similar à de Calógeras e de fundamental importância nos estudos sobre a política externa é de Carlos Delgado Carvalho, *História diplomática do Brasil*, que aborda as relações oficiais entre o governo brasileiro, as Províncias Unidas e os representantes da Banda Oriental.

²⁸ DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. 3 v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

²⁹ CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora UNB, 1983.

³⁰ WIEDERSPAHN, Henrique. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

³¹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

Defendendo a intervenção brasileira como necessária à pacificação da região, o autor também destaca a importante participação inglesa nas negociações de paz, utilizando sempre documentos no final dos capítulos para corroborar os seus textos.³²

Outros três autores se destacam na perspectiva das relações internacionais, em correntes historiográficas diferenciadas das obras anteriores, mas divergentes entre si. Moniz Bandeira em *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*³³, retrata a intervenção brasileira como necessária economicamente e apoiada pelas elites agrárias da Banda Oriental. Também evidencia a ação violenta e fraudulenta de Lecor. O autor não retrata o Congresso Cisplatino e nem as negociações de paz como parte da política brasileira, ao contrário de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno em *História da política exterior do Brasil*. Os autores salientam que o período mais significativo da política externa imperial do Brasil se deu no que concerne a existência da Província Cisplatina frisando a aproximação do Brasil e do Paraguai e a intervenção na Banda Oriental. Por fim, os autores defendem que nas negociações finais de paz a nacionalidade em formação do Uruguai contou muito mais para a independência do que uma intervenção inglesa, na tentativa de constituir um “estado-tampão”, que não corresponderia às motivações da Grã-Bretanha na região.³⁴

Na produção historiográfica mais recente, se acentua a contribuição de João Paulo Garrido Pimenta. Em três obras, *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*³⁵, *O Brasil*

³² CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Coleção Memória Brasileira, v. 13. Brasília: Edição fac-similar. Senado Federal, 1998.

³³BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB, 1998.

³⁴ CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

³⁵ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

e a “experiência Cisplatina” (1817- 1828)³⁶ e *¿A quién debería pertenecer la banda oriental? Elementos para comprender la Independencia de Brasil a partir del Río de la Plata*³⁷, o pesquisador corrobora a ideia de que região platina e especificamente a Banda Oriental, como uma área de encontro dos domínios coloniais na América, constitui um espaço regional diferenciado e importantíssimo para a compreensão do desenvolvimento dos Estados Nacionais na região. Para Pimenta, a formação do Estado nacional brasileiro é tributária dos acontecimentos da América Platina. A experiência brasileira na Província Cisplatina forneceu elementos para a transformação política que justificou e viabilizou a independência do Brasil e a abdicação de D. Pedro em 1831, pois demonstraria, justamente, que a manutenção da monarquia dependia da substituição de seu principal personagem. Portanto, “a Cisplatina, que ao se tornar *brasileira* abria caminho para um Brasil *brasileiro*, agora tinha de deixar de ser brasileira para que o Brasil pudesse sê-lo plenamente.”³⁸

Recentemente mais trabalhos acadêmicos se voltaram aos estudos sobre a Província Cisplatina. Fábio Ferreira na dissertação de mestrado *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822* analisa o processo de criação e anexação do Estado Cisplatino, demonstrando as articulações políticas do general Carlos Frederico Lecor com segmentos locais e com o governo do príncipe regente D. Pedro.³⁹ Na tese de doutorado *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*, Ferreira

³⁶ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina" (1817-1828). In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 755-789.

³⁷ PIMENTA, João Paulo. *¿A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la independencia de Brasil a partir del Río de la Plata*. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, v. 13, p. 6.

³⁸ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina... *Op. Cit.* p.789.

³⁹ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Dissertação de mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

analisa a cisão entre as tropas fiéis a Portugal e as tropas lideradas por Lecor que lutam ao lado do império brasileiro.⁴⁰

No tocante à Guerra da Cisplatina e às transformações ocorridas no Brasil do Primeiro Reinado (1822-1831), Aline Pinto Pereira, valendo-se da história conceitual, na dissertação *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*, argumenta que a Cisplatina significava a defesa da honra e da autoridade de D. Pedro frente à população e às províncias brasileiras. Entretanto, com o decorrer do conflito, passa-se a questionar a autoridade do imperador e o conceito de soberania sofre importantes alterações semânticas até a abdicação no ano de 1831.⁴¹ Ainda em torno do conceito de soberania durante o conflito armado, Roberta Teixeira Gonçalves, na dissertação *Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)*, analisa o discurso brasileiro e das Províncias Unidas do Rio da Prata em torno da legitimação da ocupação da Banda Oriental e como é inserida a soberania uruguaia neste processo.⁴² Lucas de Faria Junqueira destaca as relações entre a Bahia e a região na dissertação *Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. Com o início da Guerra da Cisplatina o importante comércio entre Salvador e Buenos Aires fora bloqueado pela ação de corsários e pela esquadra brasileira. Os prejuízos foram ampliados com a arregimentação de tropas para lutar na Cisplatina e pela atuação local de milícias compostas por homens que foram retirados de seus afazeres regulares.⁴³ A dissertação “*Essa guerra desgraçada*”: *recrutamento*

⁴⁰ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese de doutorado. UFF, Niterói, 2012.

⁴¹ PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2007.

⁴² GONÇALVES, Roberta Teixeira. *Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, 2010.

⁴³ JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador, 2005.

militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828), de Marcos Vinícios Luft, analisa o recrutamento militar para o conflito, concentrando-se nas legislações e suas interpretações do impacto e da resistência às convocações para a guerra tanto do lado brasileiro, visto a partir principalmente do Rio Grande do Sul, quanto do lado oriental.⁴⁴

Na historiografia uruguaia, em sua maioria, figuram obras decorrentes da interpretação baseada na ideia da pré-configuração estatal do Uruguai. Inseridas nesta perspectiva estão as produções de Juan E. Pivel Devoto. Em *El Congreso Cisplatino (1821)*, obra amparada por vasta documentação, é enfatizada a ação individual de Lecor para cooptar as lideranças locais e a diferenciação cultural e política entre os invasores luso-americanos e os locais.⁴⁵ Nos dois tomos do livro *La revolucion oriental de 1822- 1823. Su genesis* de Martha Campos Thevenin de Garabelli, são analisados os movimentos liderados pelo *Cabildo* de Montevideu com vistas à independência da Província Cisplatina. A historiadora utiliza a imprensa da cidade como principal fonte de análise, contudo segue a mesma linha nacionalista de interpretação de Pivel Devoto.⁴⁶ Acerca dos movimentos de 1825 e da Guerra da Cisplatina, Luis Arcos Ferrand, em *La cruzada de los treinta y tres*, oferece uma importante síntese dos eventos políticos do período.⁴⁷

A partir de referências teóricas distintas, outros historiadores uruguaiois também se voltaram para o estudo da Província Cisplatina. Alfredo Castellanos em *La Cisplatina, la independencia y la República caudillesca*⁴⁸, retrata o período - com farta

⁴⁴ LUFT, Marcos Vinícios. “Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2013.

⁴⁵PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis*. Montevideu: El siglo ilustrado, 1937.

⁴⁶ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis*. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1972/23; Tomo II. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.

⁴⁷ FERRAND, Luis Arcos. *La cruzada de los treinta y tres*. Montevideu: Ministerio de Educación y Cultura, 1976.

⁴⁸CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la República caudillesca*. Montevideu:

documentação - a partir de 1820. O autor também discorre sobre a administração de Carlos Frederico Lecor, suas alianças com as elites locais e as transformações econômicas decorrentes dessas ligações. O grupo de pesquisadores marxistas composto por Lucía Sala de Touron, Nelson de la Torre, Julio Rodriguez e Rosa Alonso, em dois livros, investigam a Província Cisplatina: *La oligarquía Oriental en la Cisplatina*⁴⁹ e *Después de Artigas*⁵⁰. O período é compreendido como de desenvolvimento do latifúndio na região, em contraposição ao período de reformas lideradas por José Gervásio Artigas (1764-1850), de exploração dos recursos naturais e da ação colonizadora das tropas brasileiras. A ação de Lecor, para os historiadores, foi fundamental para a eclosão dos movimentos de 1825 e a luta pela independência.

Recentemente foi publicado *Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. A obra coletiva coordenada por Ana Frega é uma dos primeiros trabalhos de fôlego que se voltam para a pesquisa da Província Cisplatina. Conjugando diferentes assuntos e referências teórico-metodológicas, as fronteiras, a guerra, as identidades políticas e a historiografia sobre o período são analisadas e revisitadas pelo livro que tem como principal objetivo renovar as atenções sobre um recorte histórico ainda pouco visitado pelos pesquisadores uruguaios.⁵¹ Embora não contemple exclusivamente a Província Cisplatina, um dos principais indicativos das rápidas transformações do período, que afetavam diretamente os acontecimentos locais, bem como os distintos grupos - com interesses diversos e antagônicos - que coabitavam a região é apresentado por Carlos Real de Azúa. Na obra *Los Orígenes de la*

Banda Oriental, 2011.

⁴⁹ALONSO, ROSA et al. *La oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1972.

⁵⁰DE LA TORRE, Nelson et al. *Después de Artigas (1820-1836)*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1972.

⁵¹FREGA, Ana (coordinadora). *Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

nacionalidad uruguaya, o pesquisador combate a interpretação “ortodoxa” da independência do Uruguai, e o período de dominação lusitana e posteriormente brasileira é indicado como de maior fluidez de identidades e impasses sobre o futuro.⁵²

A delimitação espacial da pesquisa, os limites da Província Cisplatina, não restringe a análise apenas a esse território. Valorizam-se, também, as dinâmicas e os processos de interação com outras regiões, a associação ou dissociação a projetos políticos que abarcam territorialidades diversas. Para tanto, faz-se uso de ferramentas da História regional, sendo assim necessário delimitar a compreensão do conceito de região e sua importância para a pesquisa histórica:

A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado.⁵³

Enquadrando-se na postura teórico-metodológica da História Regional, relacionando a parte e o todo e as complexas relações de força e de interesse, sem perder de vista o específico e o singular⁵⁴, o trabalho buscará investigar o processo de construção da identidade política *Oriental* e os distintos projetos políticos, muitas vezes dela decorrentes, que coexistiam no espaço regional cisplatino.

⁵² REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª Edición. Montevideo: Arca, 1991.

⁵³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História regional: dimensões teórico-conceituais*. In: História: debates e tendências. Passo Fundo, junho de 1999, vol.1, n.1. p.19.

⁵⁴ Idem.

Compreende-se que estes grupos não se constituíam de forma estrita e imóvel, mas como conjuntos que se inter-relacionavam e se influenciavam, entretanto reconheciam-se como particulares e viam no outro diferenças na atuação no presente e, por conseguinte, no entendimento do passado e nas projeções de alternativas para o futuro. Dentre os projetos propostos não existiam garantias de que um de tipo nacional e republicano fosse obter sucesso, o que se verificou posteriormente.

Um dos principais indicativos das rápidas transformações no território da Província Cisplatina, que afetavam diretamente os acontecimentos locais, bem como os distintos grupos – com interesses diversos e antagônicos – que coabitavam a região, é apresentado por Carlos Real de Azúa. Na obra *Los Orígenes de la nacionalidad uruguaya*, o pesquisador combate a interpretação “ortodoxa” da independência do Uruguai, e o período de dominação portuguesa e, a partir de 1822, brasileira é indicado como de maior fluidez de identidades e impasses sobre o futuro da região:

En realidad, y como ya se decía, los años de la Cisplatina presenciaron un tornasol de actitudes de desorientadora matización y movilidad. Propios y extraños variaron a menudo su juego. Casi todos los “notables” orientales apoyaron en cierta medida al régimen portugo-brasileño y casi todos en algún grado lo resistieron, con sólo unos pocos a cada lado del espectro.⁵⁵

Conforme essa perspectiva, dividimos a análise em torno da orientalidade e seus dois eixos de construção: a alteridade lusitana e após brasileira, e a aproximação e o horizonte de expectativa, este baseado no projeto unificado platino e uma liberdade parcial, ou seja, separar-se do Brasil e se aproximar dos portenhos, fornecido por Buenos Aires. Embora não sejam os únicos grupos presentes na

⁵⁵REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª Edición. Montevideo: Arca, 1991. p. 259-60.

Província Cisplatina, são os que integravam os esforços políticos e sociais com vistas ao futuro da região, arregimentando outros grupos de menor expressão e com objetivos afins. Os primeiros, estabelecidos na região desde a ocupação em 1816 a partir da invasão portuguesa, têm duas fases de desenvolvimento. Os lusitanos receberam apoio de grande parte da população da Província Cisplatina, principalmente da elite montevideana, durante a ocupação empreendida por Portugal, graças ao vislumbre de uma parcial liberdade com os movimentos constitucionalistas no reino lusitano e ao apoio local oriundo do fantasma do período anterior de guerra civil. Com a cisão das tropas lusitanas e a independência do Brasil, o grupo passa a sofrer maior oposição, e a administração de Carlos Frederico Lecor é contestada até mesmo pela classe dirigente, antes apoiadora do general. A projeção de uma independência na região passa a ser cogitada, e a presença imperial é determinada como despótica e ilegal, construindo-se, desse modo, uma alteridade brasileira a partir da independência do Brasil em 1822.

A expectativa de uma aproximação de Buenos Aires sempre esteve próxima de parte da população da Província Cisplatina. Com as manifestações do *cabildo dirigente* de Montevideu, em 1822, passa a ser claro para esse grupo que a independência pode ser alcançada apenas com a efetiva participação dos buenairenses. A projeção das lideranças do movimento revolucionário em terras orientais é contar com o auxílio portenho na organização e na execução do levante contra o dominador estrangeiro, haja vista que toda a região platina é visualizada como parte de um mesmo Estado a ser construído. Com as negativas dos portenhos, passa-se a questionar a adesão ao projeto das Províncias Unidas do rio da Prata, contudo a ação da “Cruzada Libertadora” em 1825 é patrocinada por Buenos Aires e a declaração de independência conclamada era por uma libertação parcial, ou seja, separar-se do Brasil para unir-se aos buenairenses.

Anteriormente restrita à região da campanha, é durante o período de ocupação luso-americana que a identidade política dos

orientais passa a identificar com mais homogeneidade os habitantes da região. Ainda reconhecida e utilizada para identificar os partidários de José Gervásio Artigas e o antigo projeto confederado na região platina, a orientalidade é conclamada pela união dos moradores da região para combater o exército imperial. Nos primeiros anos, principalmente nos movimentos de Montevideu em 1822, a identidade política *oriental* existe como elemento de um grupo maior do qual fazem parte Buenos Aires, Entre- Rios e outras localidades, todavia é a partir da Guerra da Cisplatina (1825-1828) que ganha mais força a proposta de independência completa da Província Oriental.

Uma das principais maneiras de averiguar estes debates e acompanhar as construções e projeções dos variados grupos locais nos embates na Província Cisplatina é através da imprensa periódica. Após poucas e efêmeras experiências durante a primeira década revolucionária, foi nos anos de ocupação lusitana, com a liberdade promovida pelas Cortes de Lisboa, que os impressos se desenvolvem e crescem rapidamente, sobretudo na cidade de Montevideu. Sobre a politização dessas publicações e sua importância nas transformações do período, João Paulo Garrido Pimenta afirma que:

O conteúdo político surge no periodismo ibero-americano nos primeiros anos do século XIX com discussões sobre as melhores e piores maneiras de se manter a ordem estabelecida em uma época em que a imprensa americana se encontrava em notório desenvolvimento, contribuindo significativamente para um grau de debate e circulação de idéias inédito nessas sociedades até então. Nunca se lera tanto, e nunca discussões políticas se tinham feito tão presentes. Nesse sentido, a proliferação de periódicos, tanto na Europa quanto na América foi, simultaneamente, fator determinante do movimento e uma de suas consequências.⁵⁶

⁵⁶ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p.69.

Reconhecendo a Província como parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e posteriormente como porção do Império do Brasil, destacamos o aumento da produção, leitura e discussão desses periódicos:

O crescente número de periódicos no mundo luso-brasileiro, a partir de 1820 indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos. Propiciados pela liberdade de imprensa, desde o movimento constitucionalista de 1821, esses escritos refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias, abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação do Antigo Regime, tais como bandos, impressos ou manuscritos nas ruas, proclamações em alta voz, entre outros. Esses escritos passavam a fazer parte integrante desses espaços de sociabilidade, como demonstravam as diversas cartas das quais os redatores semanalmente publicavam uma seleção. Utilizando-se principalmente de uma linguagem política, os jornais traziam à tona os novos paradigmas do liberalismo. Criavam-se as condições para que essa literatura política assumisse em seu ideário as principais posturas da época.⁵⁷

Nas páginas desses jornais delineavam-se importantes debates, o que tornou a imprensa uma fonte documental fundamental para a análise destes grupos políticos e dos termos utilizados para fundamentar o seu discurso. Nesse sentido, é construído o problema de pesquisa: por meio da imprensa periódica se buscará compreender os significados que os *Orientais* davam, em seus discursos políticos, para alguns conceitos chave: *opinião pública*, *pátria* e *nação*. Sem renunciar à análise de conceitos e termos correlatos, questiona-se o que era entendido como *opinião pública*. Qual era a importância dada à participação popular nas páginas dos impressos cisplatinos? Quais os elementos que associavam a ideia de *pátria* à região platina e a diferenciavam do

⁵⁷ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003. p.36.

império brasileiro? Qual a importância da *pátria* na organização do Estado? Que elementos jurídicos e políticos diferenciam a *nação* de outras formas de organização política? Que nação deveria ser construída e era projetada a partir da ocupação/liberdade da Província Cisplatina?

Estes questionamentos fundamentam uma questão maior que é a da projeção e da organização da região que era disputada e pensada como parte do império brasileiro, província de um projeto unificado platino ou um Estado plenamente independente. Como estes distintos grupos pensaram, balizados em experiências anteriores, a Província Cisplatina/Oriental e como o seu discurso e alguns conceitos fundamentais demarcaram estes propósitos? Em torno dessas perguntas foram estabelecidos quatro objetivos específicos de pesquisa:

- Contextualizar a presença luso-americana na região da Banda Oriental do rio Uruguai;
- Avaliar a importância da imprensa periódica cisplatina nas discussões políticas do período, bem como contribuir para a escrita da sua história;
- Compreender através da imprensa periódica alguns dos significados semânticos que estruturavam as disputas políticas de distintos grupos no período;
- Delinear a identidade política e os grupos de interesse que coexistiam na Província Cisplatina e compreender como se reconheciam e se distanciavam mutuamente.

Estes elementos também são ancorados por hipóteses de trabalho lançadas pelo historiador István Jancsó sob o eixo temático da formação do Estado e da nação no Brasil e que têm se consolidado como um importante aporte historiográfico na última década. Para Jancsó, a compreensão da dimensão da crise do Antigo Regime na sua porção luso-americana recomenda retornar “aos embates protagonizados no interior do que fora, na origem, o mosaico de domínios portugueses no subcontinente, por portadores de

inúmeros projetos de futuro, cada qual sintetizando particulares trajetórias coletivas balizadoras de alternativas dessemelhantes de futuro.”⁵⁸ Pois, assim as investigações versariam sobre a “complexidade da variável identitária em meio aquela crise em curso, evidenciando a persistente erosão das convicções que balizavam a adesão dos homens da América à *nação portuguesa* nos termos em que isso se dava em contexto de Antigo Regime.” Elementos balizadoras de uma segunda hipótese norteadora desse trabalho: esse processo de crise acontecia em um espaço de debate político, “de revisão de conceitos e significados, que a ampla gama de projetos políticos que tiveram vigência no *continente do Brasil* entre o final do século XVIII e meados do XIX expressava *também* uma diversidade de virtualidades políticas de tipo nacional à qual não se deveria ignorar.”⁵⁹ Daí a articulação, neste trabalho, entre o estudo de identidades coletivas em processo de politização, a linguagem política e a história dos conceitos.

Desse modo, a pesquisa tem como um dos referências teóricos fundamentais as obras de Reinhart Koselleck. O pesquisador aponta que as alterações políticas e sociais do passado devem ser compreendidas e estudadas a partir de um horizonte conceitual contemporâneo aos eventos, pelos termos e palavras que eram utilizadas e compartilhadas pelos atores sociais que foram ativos no momento de desenvolvimento do processo histórico. A principal preocupação de Koselleck é pensar a articulação, geralmente tensa, entre os eventos históricos e sua composição linguística, tendo a história dos conceitos papel fundamental nessa definição. Assim, se faz necessário delimitar o que o historiador alemão define como um conceito, compreendendo este como tradutor da diversidade da experiência histórica e obrigatoriamente polissêmico, ao contrário da palavra:

⁵⁸JANCSÓ, István. Este livro. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/UNIJUÍ/FAPESP, 2003. p. 15.

⁵⁹ Idem.

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conversado e compreendido por meio desta mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico.⁶⁰

Um conceito ao longo do tempo se descola de sua formulação e sentido originais e acumula uma variedade de significados, camadas de sentido, que podem ser detectadas pelo historiador. Contudo, os conceitos não se alteram semanticamente no mesmo ritmo que os eventos históricos. Haja vista que “os próprios conceitos, assim como as situações históricas que abrangem, possuem, pois uma estrutura temporal interna”.⁶¹ Essa afirmação de Koselleck corrobora a ideia de que o conceito não é apenas um fenômeno linguístico, extrapolando esse limite e estabelecendo-se como indicador de elementos externos à linguagem. Entendimento que realça a importância das dinâmicas e dos conceitos de movimento no mundo moderno, afinal os conceitos políticos e sociais “são não apenas indicadores, mas também fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII”.⁶²

Essa posição é reafirmada em texto posterior e também disponível em tradução para a língua portuguesa: “Defendo a hipótese de que todo conceito é sempre concomitantemente Fato (*Faktor*) e Indicador (*Indikator*). Todo conceito não é apenas efetivo

⁶⁰KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.109.

⁶¹ Idem. p.299.

⁶² Ibidem.

enquanto fenômeno linguístico; ele é também indicativo de algo que se situa além da língua.”⁶³ Elementos que se ligam a outro importante ponto defendido no mesmo texto, considerado pelo autor de natureza mais teórica do que produções anteriores, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa”. Todavia, a partir dessa posição é possível incorrer na postura errônea que “reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica.” Afinal, “se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica.”⁶⁴ Enquanto, na realidade, busca-se uma aproximação à história social atendendo a elementos extralinguísticos e conceituais.

Caminho próximo é compartilhado pelos dois principais expoentes da Escola de Cambridge, ou collingwoodiana, fazendo homenagem ao filósofo inglês R. G. Collingwood. Segundo John G. A. Pocock, diversos “vocabulários políticos” podem existir em uma sociedade, determinado período histórico e língua, cada um deles com interesses determinados e muitas vezes conflitantes com os demais. Dessa forma, a tarefa do historiador é compreender e estudar estes conceitos e vocabulários inseridos em seu tempo e contexto específicos, sendo necessário também identificar a relação do autor do texto com a linguagem, atentando às artimanhas do discurso e às alterações semânticas impostas a ele.⁶⁵ Quentin Skinner, principal pensador dessa escola, preocupa-se com a tendência anacrônica de analisar historicamente autores do passado

⁶³ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146. p.136.

⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos... *Op. Cit.* p.136.

⁶⁵ JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr., João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2006. p. 20.

através de linguagens e problemas que são particulares à contemporaneidade. Para evitar tal falha metodológica, o autor utiliza elementos da filosofia da linguagem. Assim, a compreensão de um texto não pode se reduzir apenas aos seus significados, sendo necessário também reconhecer as intenções subjacentes ao autor quando proferiu o discurso, ou seja, deve-se contextualizar historicamente o texto, buscando seu sentido e intenções originais. Entretanto, como o próprio Skinner adverte, “não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram inscritos.” Portanto, a linguagem e os conceitos têm caráter fundamental, “pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever”, e dessa forma “esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer.”⁶⁶

A pesquisa, nesse sentido, busca uma associação entre a história dos conceitos de Reinhart Koselleck, *Begriffsgeschichte*, e a matriz collingwoodiana representada por Pocock e Skinner. O historiador Kari Palonen é um dos defensores dessa aproximação, contudo também lembra as diferenças entre as duas posturas teóricas:

A principal diferença entre suas posições, e que poderia talvez ser formulada em termos skinnerianos, é que Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação linguística relacionada ao uso dos conceitos. Ou, como Koselleck às vezes coloca, trata-se da diferença entre a dimensão semântica e a pragmática dos conceitos.⁶⁷

⁶⁶ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.13.

⁶⁷Entrevista com Kari Palonen, realizada por João Feres Júnior. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos... Op. Cit.* p.129.

Outro estudioso das metodologias de pesquisa da história dos conceitos e da linguagem, Melvin Richter, a partir das contribuições de Reinhart Koselleck, atenta para a relação entre a temporalidade e os conceitos sociais e políticos. Segundo Richter, os conceitos são ferramentas de averiguação das continuidades e rupturas de estruturas políticas e sociais, a mudança conceitual é mais evidente em períodos de aceleração do tempo histórico e, por conseguinte, de rápidas transformações.⁶⁸ Nesse sentido, a Província Cisplatina é um importante espaço de análise dessas mudanças conceituais que fundamentaram discursos e projetos políticos e sociais em um período de instabilidade e transformações.

Por fim, cabe lembrar que o presente trabalho buscou manter a grafia original das citações das fontes primárias. Ainda em relação às fontes, é importante advertir a dificuldade encontrada em obter coleções completas dos periódicos utilizados na pesquisa, impossibilitando em alguns momentos o acompanhamento contínuo das discussões contidas em suas páginas. A partir do pressuposto de que “o estudo das formas de expressão da cultura política não envolve apenas unicamente seus veículos e manifestações, mas, principalmente, seus atores”⁶⁹, sempre que possível se buscou acompanhar a trajetória individual dos principais proprietários de jornal, redatores e tipógrafos do período.

O primeiro capítulo do livro, intitulado *Portugal, Brasil e a Banda Oriental: um histórico de tensões (1680-1828)*, objetiva contextualizar as relações, muitas vezes tensionadas, entre as Coroas Ibéricas nas dinâmicas de ocupação da margem norte do rio

⁶⁸ RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos...Op. cit.* p. 43.

⁶⁹ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais... Op. Cit.* p.16.

da Prata. A primeira parte visa a trabalhar as idas e vindas na posse da área, os acordos e desacordos que formaram a região platina como um espaço primordial de contato e interação entre Portugal e Espanha durante o período colonial. Em seguida, a partir dos movimentos de independência em Buenos Aires e da participação da Banda Oriental nos eventos, é analisada a primeira intervenção portuguesa na região e suas principais correntes analíticas. A Província Cisplatina é contemplada na última parte do capítulo.

No segundo capítulo, *A Nação constituída pela tinta e pela pena: imprensa periódica na Província Cisplatina (1821-1828)*, é pontuada a pesquisa nos jornais surgidos na região, período de grande circulação de impressos, em decorrência, principalmente, da liberdade de imprensa proclamada pelas Cortes de Lisboa. A principal temática era a política e o futuro incerto dessa área em disputa. A politização da sociedade em terras coloniais, os meios de circulação e debate de ideias são apresentados, indicando caminhos e possibilidades para o estudo da Banda Oriental na primeira seção do texto. Posteriormente, busca-se escrever a história dos periódicos da Província Cisplatina, indicando seus principais interesses e objetivos, quais as discussões que pautavam o debate público e quem eram os responsáveis pelas publicações. Esses elementos também são indicativos para a análise do conteúdo dos discursos dessa imprensa periódica cisplatina.

Parte da análise do conteúdo e do debate desses jornais é feita no capítulo três, *Linguagem em transformação – Conceitos políticos chave na região Cisplatina*. Alguns conceitos fundamentais e seus debates correlatos, suas significações e suas alterações semânticas, bem como a importância para definir e ao mesmo tempo transformar o período são a base deste capítulo. A opinião pública em emergência no momento, suas significações e as formas de apelo dos redatores à população é o primeiro conceito estudado. A pátria e seus elementos constitutivos e diferenciadores de identidade e organização são analisados na sequência. A construção da nação como elemento superior de identificação é o grande tema do debate

sobre o futuro da região. Seus elementos políticos, jurídicos e culturais fazem parte do tema da última parte do capítulo.

No quarto capítulo, *Periodismo e a construção da identidade oriental na Província Cisplatina (1821-1828)*, a construção da identidade Oriental, em processo de politização, e variadas experiências e expectativas compartilhadas e idealizadas na mesma territorialidade, compõe o encerramento de pesquisa. Na primeira parte é avaliada a alteridade fornecida pelo invasor lusitano, primeiramente visualizado como grupo que poderia levar à região a pacificação e a regeneração política e econômica. Com a independência do Brasil, em uma segunda fase, os invasores são descritos como despóticos e corruptos. Buenos Aires vista como o ponto central para uma construção de um Estado que abarcasse toda a região platina, têm força nos primeiros anos, contudo com o decorrer da Guerra da Cisplatina e, sobretudo, com a independência intermediada pela Grã-Bretanha, perdem o apoio local. O projeto de liberdade dos *Orientais* se modifica e ganha força nos últimos anos do conflito, a independência, antes vista como parcial, passa a ser cogitada como absoluta.

Capítulo I

Portugal, Brasil e a Banda Oriental: um histórico de tensões (1680-1828)

O interesse português em estender seus domínios coloniais até as margens do Rio da Prata é data, ao menos, do século XVII. A materialização do desejo lusitano foi efetivada em 1680 com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento. A fortificação erguida sob ordens do Príncipe regente D. Pedro (1640-1706)¹ e com o comando de D. Manuel Lobo (1635 -1683), governador da capitania do Rio de Janeiro (1678-1679), se localizava estrategicamente na margem norte do rio da Prata. Na margem oposta, estava Buenos Aires, cidade fundada um século antes pelos espanhóis, de grande importância por ser o centro econômico, político e administrativo da região.² A empresa e seus detalhes são analisados pelas mais variadas correntes historiográficas, e as motivações e necessidades da campanha executada por Portugal são variáveis, mas buscam respostas,

¹ Governador regente do Reino de Portugal. Irmão do Rei Afonso VI, assumiu o comando provisório em 1667, afastando o irmão doente através de um golpe de Estado. Com a morte de Afonso VI, D. Pedro assume efetivamente o trono em 1683.

² A primeira fundação de Buenos Aires data de 1536, empreendimento liderado por Pedro de Mendoza. Em função dos constantes ataques dos indígenas da região, a cidade foi abandonada no ano de 1541. Sua refundação, liderada por Juan de Garay (1528-1583), acontece no ano de 1580, quando a cidade recebe o

nome de *Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre*. Ver: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. BEATO, Guillermo. CHIARAMONTE, José Carlos. *Argentina de la conquista a la independência*. Buenos Aires: Paidós, 1987.

principalmente, na economia e no discurso expansionista das “fronteiras naturais”.

Após a Restauração, Portugal perde uma importante fonte de lucro, visto que os lusitanos estavam entre os principais responsáveis pelo comércio na região do Prata durante a União Ibérica (1580-1640), tal déficit foi somado à desvantagem ante a concorrência do açúcar das Antilhas, que já prejudicava os cofres portugueses. A instalação de Colônia do Sacramento poderia suprir as necessidades financeiras de Portugal, restabelecendo novamente sua participação, principalmente, no comércio na área. Outro argumento geralmente apresentado é o das “fronteiras naturais”. Portugal, chegando às margens do rio da Prata, estabeleceria suas fronteiras coloniais de acordo com uma pretensa vocação geopolítica de fronteiras delimitadas pela natureza. Contra essa argumentação está a alegação portenha de que a Colônia do Sacramento serve como um ponto estratégico para a posterior conquista de Buenos Aires, dando início a um avanço territorial até a cooptação das minas espanholas próximas à região andina.

Assim, o avanço português inaugurou uma época de sucessivos embates bélicos e diplomáticos na região, abrangendo todo território da Banda Oriental do Rio Uruguai. O primeiro deles foi praticamente imediato à descoberta do empreendimento luso: soldados e índios missionários sob o comando do Governo de Buenos Aires atacam e destroem Sacramento. Na esfera diplomática Portugal logo buscou contra-atacar a investida portenha, restabelecendo-se na área com o *Tratado Provisional* de 1681. Na entrada do século XVIII, mais uma vez as duas potências coloniais se envolvem em uma disputa pela região. A Espanha ataca em 1704 e em 1705 toma posse da área, que apenas volta ao controle lusitano em 1716, a partir da *Paz de Utrecht*, cujas negociações foram finalizadas um ano antes.³ Um importante marco das relações

³ É conhecida como Paz de Utrecht a série de acordos assinados nos Países Baixos entre 1713 e 1715 que puseram fim à guerra de sucessão espanhola. Os acordos também determinaram movimentações coloniais, como a posse de Colônia do Sacramento aos portugueses.

conflituosas entre as Coroas é o *Tratado de Madri*, em 1750. Como consequência das negociações Colônia do Sacramento é trocada pela região dos Sete Povos das Missões, ocasionando a Guerra Guaranítica (1753-1756) e posteriores reclamações sobre as extensões territoriais determinadas no tratado, que o acordo de *El Pardo* (1761) busca estancar, resultando em fracasso. Entretanto, em 1763 o *Tratado de Paris* anula os termos assinados em Madri. No mesmo ano, Pedro Cevallos comanda um ataque espanhol a Rio Grande, alcançando em 1777 a vila de Nossa Senhora do Desterro, atual cidade de Florianópolis. Ano que após esforços portugueses na tentativa da recuperação da área, a paz e o domínio luso dos territórios voltam com o *Tratado de Santo Ildefonso*, o qual foi ratificado por um novo tratado de *El Pardo* (1778). O acordo também determinou a propriedade para a Coroa espanhola, tornando-a definitiva, de Colônia de Sacramento.⁴

Não obstante as disputas militares e as negociações diplomáticas, Fabrício Prado destaca o principal fator de interesse na cidade portuguesa: o comércio atlântico. Ao longo, principalmente, do século XVIII Colônia do Sacramento se tornou peça fundamental do comércio platino, tornando-se diretamente responsável pelo abastecimento de mercadorias oriundas do mundo todo, dentre elas, escravos africanos para os comerciantes de Buenos Aires, a comercialização era regular e a custos mais baixos do que no mercado hispânico. Destaca-se também que além de navios lusitanos, do Rio de Janeiro, Lisboa ou Angola, os ingleses também tinham ativa participação nestes negócios. Dessa forma, os comerciantes da cidade mantinham redes que ultrapassavam as relações econômicas e, portanto, garantiam os interesses lusitanos no Prata, embora a prática fosse condenada como contrabando pela Coroa Espanhola. Em Colônia do Sacramento se desenvolveu uma

⁴ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801 - A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio livros, 2001. Cap.1.

elite lusitana, responsável pelas ligações entre os comerciantes buenaireses e as redes comerciais atlânticas de Portugal.⁵

No âmbito interno das colônias ibéricas na América, o período se destaca por intensos projetos de ocupação desse território em disputa. A iniciativa portuguesa se volta para a região da Capitania do Rio Grande de São Pedro, dando origem ao Forte Jesus, Maria, José de Rio Grande (1737) e a cidades como Viamão (1740) e Porto Alegre (1772). Destaca-se nesse processo de efetivo domínio das áreas desocupadas ao Sul a forte imigração açoriana. Os ilhéus introduziram a produção agrícola que tinha, entre outras funções, a de alimentar as tropas instaladas na região. Do outro lado, a Espanha aumenta as atenções à região com a criação do Vice-Reino do Prata, em 1776, e ainda busca ocupar o litoral e as áreas mais próximas do Rio Uruguai, dando origem, além de Montevideu (1724), às cidades de Maldonado (1757) e Santo Domingo Soriano (1718). É neste período, também, que surgem os *blandengues*, milícias chefiadas por locais e formadas por *criollos*, *gauchos*, mestiços e negros com vistas à guarnição das fronteiras da América meridional.⁶

É interessante destacar que após a ocupação espanhola e a destruição do centro urbano e das muralhas de Colônia do Sacramento, os portugueses que lá haviam construído uma rede atlântica de relações comerciais se mantêm na Banda Oriental, sobretudo em Montevideu, onde são absorvidos pela Coroa Espanhola e inseridos no comércio e na vida pública da região. Nesse sentido, a presença lusitana na cidade e os interesses comerciais são

⁵ PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos. GRIJÓ, Luiz Alberto. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: apicuri, 2010. p.74-75.

⁶BARRIOS PINTO, Aníbal. *História de los pueblos orientales*, 2ª Ed., Montevideo: Academia Nacional de Letras, 2000. Tomo I. p. 203-215; MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF editora, 2010. p. 23-33. HALPERIN, Túlio Donghi. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985. p.18. REICHEL, Heloisa Jochims. GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do MERCOSUL. A região platina colonial*. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p.65.

anteriores às intervenções militares, que serviram para restabelecer as redes de interesses estabelecidas previamente. Fabrício Prado destaca a inserção portuguesa em Montevidéu e os interesses das autoridades locais nessa presença, ao contrário do que ocorreu em Buenos Aires:

Montevideo and the Banda Oriental presented not only a higher concentration of subjects of Luso-Brazilian origin, but better political and social opportunities for social integration. Montevidean authorities passed laws offering opportunities for Luso-Brazilians to swear loyalty to the Spanish crown, did not enforce expulsion laws or exert any type of control over the residence and mobility of the Luso- Brazilians inhabiting the city. Such statements do not hold true in Buenos Aires where authorities intermittently issued orders to expel the Portuguese and imposed restrictions on mobility, property and residence. In addition, in the countryside, Luso-Brazilians not only were present, but they also participated in political and social life, participating in familial, commercial, political and military networks.⁷

Em linhas gerais, Fernando Camargo resume a época de intensas movimentações políticas, afirmando: “No século XVIII, como parte desses arranjos políticos, a Banda Oriental ora pertencia à Espanha, ora a Portugal. O Tratado de Madri em 1750 e o Tratado de 1778, são exemplos concretos dos avanços e recuos das fronteiras luso- hispânicas no território platino”.⁸ Após um período de relativa tranquilidade na região, o último embate dentro da dinâmica colonial acontece em 1801, no contexto da Guerra das Laranjas (1801).⁹ Aproveitando o clima beligerante na Península Ibérica, um

⁷ PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009. p.120.

⁸ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801... Op. Cit.* p. 57.

⁹ No tocante à Guerra das Laranjas e suas consequências para a América Platina. Ver mais: CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801 – A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio livros, 2001.

grupo de luso-americanos composto essencialmente por desertores do exército imperial e contrabandistas toma posse da área dos antigos Sete Povos das Missões, desenhando, involuntariamente, os limites do atual território do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir dessas indefinições políticas e diplomáticas, compreende-se que o território platino se desenvolve de forma distinta das demais regiões que compunham os Impérios Ibéricos na América, transformando o processo histórico do século XVIII na região em uma conturbada dinâmica de avanços e recuos que acabaram por construir um espaço histórico, político e cultural singular. Espaço que, entendemos, pode ser melhor compreendido a partir de uma visão que justamente contemple a singularidade de formação da região determinada como Banda Oriental. A partir desses elementos, João Paulo Pimenta define a região platina e especificamente a Banda Oriental como uma área de encontro dos domínios coloniais na América, desenhando esse espaço regional de forma homogênea e assim se diferenciando de outras áreas de fronteira do atual território do Brasil, Visto que “ao contrário destas, no Prata a ocupação humana era densa, o que significa relações mais estreitas entre os súditos de ambas as coroas”.¹⁰ No âmbito econômico o espaço se definiu como homogêneo e singular a partir das intensas trocas econômicas, legais e ilegais.

Para o período que abarca a ocupação da Colônia do Sacramento até o final do século XVIII a dinâmica e os conflitos do período que abarca a ocupação da Colônia do Sacramento até o final do século XVIII já foram fartamente estudados pelas mais variadas correntes historiográficas brasileiras, ao contrário dos eventos que se desenvolvem durante o início do século XIX, a partir, principalmente, da ruptura dos laços coloniais na região platina.¹¹

¹⁰ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 57-58.

¹¹ Em relação à farta produção sobre as disputas entre as coroas portuguesa e espanhola sobre as possessões coloniais no rio da Prata, destacamos: CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992; CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. Em oposição, está a lacuna historiográfica

Buscaremos, então, contextualizar e descrever historicamente o processo desenvolvido na Banda Oriental, com o foco voltado para as duas intervenções luso-americanas na segunda década do Oitocentos. A conjuntura diferenciada da região devido às constantes disputas entre as metrópoles ibéricas, somada à crise do Antigo Regime na Europa, com suas consequências independentistas na América, tornam essencial a compreensão desses eventos para a explicação do desenvolvimento político da região da Banda Oriental.¹²

1.1 As intervenções de Portugal na Banda Oriental (1811-1816)

Sob o comando de Dom Diego de Souza (1755-1829), Capitão-geral da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1809-1814), em agosto de 1811, tropas portuguesas adentram o território da Banda Oriental. O hiato de três meses entre o pedido de socorro de Elío e o ingresso de Portugal no conflito é marcado por intensas negociações. O receio do avanço revolucionário de Buenos Aires redobra a atenção de Portugal com suas fronteiras na América meridional, pois assim a desejada cooperação militar com

brasileira sobre as intervenções de 1811 e a iniciada em 1816 na Banda Oriental, principalmente no período imediato à derrota artiguista em 1820. Contudo a produção acadêmica no Brasil sobre a região cresceu nos últimos anos. Em referência à primeira intervenção, Fernando Comiran analisa a partir da história política em COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos da intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1811 e 1816)*. Dissertação de mestrado. UNESP- Assis, 2008. Em relação Província Cisplatina, a produção é crescente e de qualidade, como indica a revisão realizada na introdução do presente trabalho.

¹² ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1993; CHIARAMONTE, José Carlos. *Autonomía e independencia en el Río de la Plata, 1808-1810*. Revista Historia Mexicana [en línea] 2008, LVIII (Julio-Septiembre); COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 2005. p. p. 53-118.; HALPERIN, Túlio Donghi. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985; FREGA, Ana. Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. *La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011; GUERRA, François Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª Ed. 2ª reimpresión. México: FCE/MAPFRE, 2010; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Oitava edição. São Paulo: Hucitec, 2005.

Montevideu evitaria a aproximação dos movimentos buenaienses ao território lusitano e poderia concretizar um antigo projeto de conquista. A insistência dos representantes portugueses em enviar parte de seu contingente à Banda Oriental não era bem vista pelos líderes locais, pois temiam que o auxílio se tornasse ocupação, e então solicitam que os soldados lusos já posicionados na fronteira retrocedam.¹³ Todavia, no dia 25 de abril, sem conseguir fazer frente aos ataques de Buenos Aires e sem subjugar o cerco à cidade de Montevideu, Javier Elío, finalmente, pede socorro a Portugal. As negociações entre os dois aliados permanecem e no dia 9 de julho D. João autoriza o avanço lusitano.

Afora o discurso oficial português de pacificação da Banda Oriental, ameaçada pela ação de “bandoleiros e salteadores”¹⁴ e envolta pelos conflitos entre realistas e revolucionários, a historiografia apresenta diferentes alternativas que explicam as motivações e os interesses de D. João em invadir a Banda Oriental. Entre elas destacam-se, principalmente, motivações econômicas e políticas, como o interesse de produtores sul-rio-grandenses na região, o pacto monárquico ibérico e o temor da revolução avançar sobre os territórios portugueses na América, a tentativa joanina de tirar partido do carlotismo e os conflitos na Europa.

As intenções políticas e militares de Portugal são apresentadas por Fernando Comiran, argumentando que o velho desejo português de alcançar o Prata, o pretexto conjuntural do conflito entre Buenos Aires e Montevideu e o desejo de poder de Carlota Joaquina formam um conjunto de justificativas para a intervenção portuguesa:

O sinal verde para o avanço das tropas portuguesas entrarem em território espanhol em socorro do exército de Montevideu foi resultado de uma soma equacionada na conjuntura política pós-1810. Desde a criação da Junta de Buenos Aires a corte portuguesa

¹³ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Topbooks, 1996. p.210.

¹⁴ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.103.

passou a ver esta possibilidade com olhares mais intensos, pois, ao mesmo tempo em que articulava o discurso de socorrer o território de um aliado político e defender os direitos sucessórios de Carlota Joaquina, também colocava em campo seu velho projeto expansionista.¹⁵

Complementando estas informações, João Paulo Pimenta aponta como motivações para a ação o temor português do ideal revolucionário da América espanhola se aproximar de suas fronteiras e a tentativa ibérica de manutenção dos valores do Antigo Regime no continente americano. O historiador cita um pacto monárquico entre espanhóis e portugueses como mais um elemento do jogo político que possibilitou Portugal intervir na região platina. Assim, “a defesa portuguesa da monarquia espanhola estabelece, portanto, uma solidariedade ideológica que nada tinha que ver com um centro *americano* de poder, mas sim com a defesa de um sistema de valores políticos ameaçados”.¹⁶

Seguindo a mesma linha, Francisca L. Nogueira de Azevedo argumenta que a aproximação entre Portugal e Espanha ocorreu mais por interesse e necessidade do que por amizade e cooperação entre as Coroas. Em correspondência, D. João, no contexto do planejamento da vinda da Corte para o Brasil, propõe um pacto no qual Portugal se compromete em manter a integridade das colônias espanholas na América e em compensação a Espanha trabalha pela manutenção da unidade portuguesa na Europa. Para a pesquisadora “considerando o interesse da corte de Bragança pelas colônias espanholas na América, especialmente as da região do Rio da Prata, mais do que um acordo, as insinuações do príncipe podem significar uma ameaça”.¹⁷

Embora enfatize a preponderância das questões políticas, incluindo o temor joanino de contaminação dos domínios

¹⁵ COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos... Op. Cit.* p.93.

¹⁶ PIMENTA, João Paulo G.. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.108.

¹⁷ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina... Op. Cit.* p.58.

portugueses pelas ideias revolucionárias, Luiz Alberto Moniz Bandeira evidencia os aspectos econômicos presentes no empreendimento luso. O autor afirma que durante a ocupação da Banda Oriental, o comandante D. Diogo de Souza também tinha o propósito de se apossar das férteis terras próximas ao rio Ibicuí. A distribuição de sesmarias e as arriadas de gado eram igualmente parte das atribuições dos portugueses que ocuparam a região. Nesse sentido, “a necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente para a invasão”.¹⁸

Com a necessidade de D. João se redimir perante a elite portuguesa, que se considerava abandonada com a partida da Corte ao Brasil e posteriormente prejudicada com os acordos comerciais que favoreciam os britânicos, a invasão da Banda Oriental poderia elevar a moral do Rei que voltaria à Europa como o conquistador e realizador do antigo projeto lusitano de expansão.

A historiografia também aponta o carlotismo como elemento central da política portuguesa com vistas à ocupação da região platina, porém é importante destacar que os movimentos de Carlota Joaquina também objetivavam a manutenção do Império espanhol através de sua figura. O início dos arranjos de Carlota Joaquina (1755-1830) em busca do poder na Espanha e nas Américas é anterior à intervenção portuguesa na Banda Oriental. Com a vacância do trono espanhol, a Infanta, filha do Rei espanhol Carlos VI e irmã de Fernando VII, já em 1808 busca articular-se a partir do Rio de Janeiro objetivando a manutenção do poder da Casa dos Bourbon. A Infanta planejava garantir a existência do império familiar através de uma regência provisória, comandada por ela na Espanha, até o fim da guerra contra a França. A iniciativa, no momento interessante também para Portugal, teve como seu

¹⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz A. A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata (Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). 4^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 80.

principal articulador na Europa Pedro de Sousa Holstein (1781–1850), futuro Duque de Palmella, representante diplomático de Portugal junto ao governo espanhol em Cádiz.¹⁹

Apesar dos esforços de Holstein, inicialmente a ideia encontrou bastante rejeição da junta governativa espanhola. Os motivos apresentados eram da necessidade de uma nova reunião das Cortes até dia 3 de março de 1808, a necessidade de conhecer melhor os detalhes do projeto de Carlota Joaquina e o temor de o empreendimento desagradar os ingleses. Podem ser acrescentados a estes o medo da Espanha de uma nova União-Ibérica que favorecesse Portugal nesse novo contexto, bem como a Lei Sállica espanhola que impedia a entronização de uma mulher.²⁰

Não obstante o desejo de ser coroada regente da Espanha e se fixar novamente na Europa, Carlota Joaquina mantém vigilância sobre a região platina, especialmente Buenos Aires. A cidade era cobijada por ingleses e portugueses há muito tempo, e a proximidade de D. João da região, assim como a debilidade dos governantes espanhóis, ofereceria grandes riscos à unidade espanhola. Uma mudança até Buenos Aires com a intenção de assumir a regência na América, a manutenção dos domínios coloniais e a organização da defesa da Península Ibérica também era cogitada pela Infanta. O propósito recebia o apoio do oficial inglês Sir. Sidney Smith (1764-1840) e de alguns patrícios buenaireses como Manuel Belgrano (1770-1820). A Corte joanina, com interesses paralelos, defendia o envio do Infante D. Pedro Carlos, primo/sobrinho de Carlota, para se tornar regente da região. O outro representante britânico no Rio de Janeiro, Lord Strangford (1780-1855), era partidário de um desfecho republicano para a

¹⁹AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina... Op. Cit.* p.115.

²⁰ O Rei Filipe V em 1725 assina lei que impede que qualquer mulher possa assumir o trono espanhol. Em 1789 a Lei Sállica é revogada por Carlos VI, entretanto temendo tentativas de derrubada de seu poder pela Corte de Nápoles, a iniciativa é mantida em sigilo. Dessa forma, antes da autorização da regência carlotista, foi preciso consultar os registros e descobrir se a Lei havia sido revogada realmente.

América Meridional, evitando tanto a intervenção militar portuguesa, quanto a regência carlotista.²¹

A empresa liderada por alguns dos patricios buenaireses favoráveis à regência carlotista é analisada por Roberto Etchepareborda. Segundo o autor, a regente poderia organizar o socorro à Espanha nos conflitos peninsulares e, em caso de vitória, estreitar os laços entre a Coroa espanhola e os súditos americanos, em caso de derrota, permaneceria no continente o Império espanhol sob a governança de Carlota Joaquina. Após contatos iniciais da Infanta, Felipe Contucci (? -1841) é enviado para o Rio de Janeiro a fim de negociar com os representantes lusitanos e ingleses. O comerciante português estabelecido em Buenos Aires, além de manter Carlota Joaquina informada de todos os acontecimentos da região platina, trabalha no convencimento do gabinete joanino de que a melhor opção seria o envio da Infanta, e não de D. Pedro Carlos, alternativa defendida por D. Rodrigo de Souza Coutinho. O Conde de Linhares agia nos bastidores na tentativa de demover Contucci do projeto carlotista e assim barrar o crescimento de sua principal inimiga na Corte. Porém, com os sucessos de maio de 1810 em Buenos Aires, Carlota volta-se para a outra margem do Rio da Prata, agora a Princesa do Brasil enxerga Montevidéu como decisiva para seu projeto de manutenção do poder familiar.²²

Com a alegação de uma necessária intervenção Real nas disputas de poder entre Javier Elío, governador de Montevidéu, e Santiago de Liners, Vice-Rei do Prata, Carlota Joaquina expõe à Junta Central o seu desejo de se deslocar até Montevidéu e ali iniciar uma regência em toda a América espanhola. Sem contar com o apoio dos liberais, de grande prestígio nas Juntas, e ainda temerários das ligações da Infanta com o gabinete português, a Junta Central desautoriza a transferência e avisa que não aceitará interferências na sua política com as colônias. Em correspondência ao *cabildo* de

²¹AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina... Op. Cit.* p.143-146.

²²ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Qué fue el carlotismo... Op. Cit.* p. 87-115.

Montevideu, Carlota Joaquina cumprimenta os representantes pela atitude de não seguir Buenos Aires e comunica a intenção de assumir a regência na cidade. A resposta contém uma declaração de fidelidade a Fernando VII e o descarte da possibilidade da chegada da Infanta na Banda Oriental. Entretanto, Carlota não desiste de seu projeto e, como forma de demonstração de fidelidade à causa espanhola e apoio à resistência de Montevideu, encaminha suas joias para serem vendidas, e o dinheiro obtido deve ser usado na manutenção do exército espanhol.²³ Uma prensa também é enviada com o objetivo de fundar uma gazeta que espalhe os ideais carlotistas pela região. No ano de 1812, a Junta Central reconhece o direito de entronização de Carlota Joaquina e apoia a regência, entretanto após os inúmeros fracassos o projeto acaba nunca se realizando.

As tropas de D. Diego de Souza avançam pelo interior da Banda Oriental encontrando pouca resistência. Em algumas semanas o exército português se instala em Maldonado e prepara o ataque às tropas revolucionárias que sitiavam Montevideu. A dificuldade em transpor as defesas realistas e o avanço português minavam as forças das tropas buenaienses. Um dos mais duros golpes foi o ataque ao porto Buenos Aires por uma esquadra montevideana. Sem condições de manter o conflito, no dia 11 de agosto de 1811, a Junta de Buenos Aires envia três representantes para Montevideu buscando finalizar as hostilidades.

Entretanto, a resposta de Javier Elío é negativa, e o Vice-rei se recusa, inclusive, a receber a comitiva buenaiense. O representante realista afirma que não irá abrir mão do reconhecimento por parte de Buenos Aires da autoridade da Junta Central espanhola e que não cessará o conflito. No dia 1º de setembro, Elío muda de posição, retoma as negociações pela paz e envia representantes orientais até Buenos Aires para ouvirem a proposta do cessar fogo em troca do recuo português. No dia 20 de outubro é assinado o armistício entre

²³ LIMA, Oliveira. *D. João VI... Op.Cit.* p.205.

Montevideu e Buenos Aires, a junta buenairense se vê obrigada a retirar suas tropas, reconhecer a autoridade da Junta Central e da jurisdição de Montevideu sobre toda a região da Banda Oriental. Os realistas, além da liberação das vias de navegação da região, teriam que retirar o pedido de auxílio a Portugal e solicitar a retirada das tropas lusitanas.²⁴

A pacificação entre as duas maiores cidades platinas não agrada a José Gervásio Artigas e suas tropas.²⁵ Impossibilitados de permanecer no território da Banda oriental, perseguidos por portugueses – que permanecem na campanha – e distantes da causa revolucionária de Buenos Aires, Artigas e seus seguidores se reúnem no dia 23 de outubro nas margens do rio San José e deliberam pelo repúdio ao armistício, pela continuidade da guerra e pelo abandono da Banda Oriental. Mais de quatro mil pessoas e oitocentos carros de boi andejam juntamente com Artigas no evento conhecido como “*La Redota*” ou “Êxodo do povo oriental”.²⁶ A jornada é encerrada apenas em janeiro de 1812, quando um acampamento é organizado no atual território de Entre-Rios. A decisão artiguista de dar seguimento aos conflitos pela independência da Banda Oriental inaugura “*la soberania particular de los pueblos*”:

La noción reconocía diferentes orígenes, permitía diversas lecturas y, más importante aún, se construyó en relación de conflicto y negociación con el centro revolucionario en Buenos Aires. La unión se lograría por medio de la asociación voluntaria de esos cuerpos que mantendrían su soberanía, esto es, todo poder o derecho no

²⁴ COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos... Op. Cit.* 111-115.

²⁵ As tropas eram compostas pelos mais distintos grupos sociais e políticos da Banda Oriental. Entre os integrantes estavam proprietários de terra estabelecidos em Montevideu que buscavam o fim do monopólio espanhol; “homens soltos”, contrabandistas, peões de estância que viam na ação possibilidade de ascensão social; indígenas, principalmente charruas, minuanos e tapes, que estavam em conflito contra os invasores há mais de um século; escravos fugitivos que objetivavam a independência ao final das beligerâncias; clérigos que compartilhavam as ideias de liberdade, importantes propagadores do ideal revolucionário e muitas vezes decisivos no campo de batalha. Ver: REYES, Washington Abadie. *Artigas e el Federalismo en el Rio de la Plata*. Tomo 1, V.1. Montevideu: Ediciones Banda Oriental La República, 2011. p.64.

²⁶ Idem. p.87-88.

delegado expresamente y la capacidad de ratificar o rechazar lo actuado por sus representantes. En el ámbito supraprovincial, la propuesta recogía antiguos reclamos políticos, económicos y territoriales de los pueblos frente a Buenos Aires, acrecentados por la política de los distintos gobiernos desde 1810.²⁷

Dando continuidade a seu projeto revolucionário, o governo de Buenos Aires em abril de 1812 convoca uma constituinte, em busca de maior organização e definição do controle buenairense sobre as demais província do Prata. Porém, o primeiro triunvirato, composto por Manuel de Sarratea (1774-1849), Feliciano Antônio Chiclana (1761- 1826) e Juan José Paso (1758-1833), sofria grande oposição e após movimentos conspiratórios os governantes são depostos, em outubro do mesmo ano. O segundo triunvirato, que teve inicialmente como líderes Antônio Álvarez de Jonte (1784-1820), Nicolás Rodríguez Peña (1775-1853), Juan José Paso e nos bastidores a Logia Lautaro²⁸, dissolve as juntas provinciais e convoca uma nova assembleia constituinte. Com a demora dos portugueses em deixar o interior da Banda Oriental e voltar às terras portuguesas, o armistício é anulado e forças de Buenos Aires cercam novamente a realista Montevideú.

Nesse ínterim, Artigas, que abandona o cerco em outubro e rompe formalmente com as lideranças buenaienses em dezembro de 1812, ganha prestígio na Banda Oriental e nas Províncias do litoral. Após inúmeros desentendimentos e acusações em janeiro de 1813, é assinado o *pacto de Ayuí* selando a paz entre José Gervásio Artigas e Buenos Aires. Os portenhos reconhecem a autoridade de

²⁷FREGA, Ana. “Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830”, en: *Dimensión Antropológica*, v. 35, 2005, pp. 25-58. p.27. Uma análise de maior fôlego da noção pode ser encontrada em: Capítulo 4. Lecturas locales de “la soberanía particular de los pueblos” in: FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.

²⁸No ano de 1812 foi criada a primeira sede da Logia Lautaro em Buenos Aires. A organização secreta criada por José de San Martín, Carlos María de Alvear e Julián Álvarez, tinha como missão principal a independência da América espanhola. A principal matriz foi fundada no ano de 1797 em Londres já com este objetivo.

Artigas sobre os povos orientais e retiram Manuel Sarratea da região. O mesmo mês marca o reinício da assembleia constituinte em Buenos Aires - passo importante na independentização da região. Mesmo próximo de Buenos Aires, o líder da Banda Oriental convoca outra assembleia em *Tres Cruces* no mês de abril. Entre os principais objetivos estava a aprovação do embrionário projeto de governo da Província Oriental e a separação entre executivo, legislativo e judiciário. Nesse projeto destacava-se a ideia de uma confederação entre as províncias das regiões platina e missioneira. Afora as diferenças com Buenos Aires, “as ‘instruções’ entravam duplamente em choque com os interesses portugueses na região: feriam a manutenção do princípio de legitimidade dinástica na América ao mesmo tempo que freavam os ímpetos de expansão territorial portuguesa”.²⁹

Os deputados orientais portadores das instruções artiguistas são expulsos das reuniões da assembleia em Buenos Aires em junho de 1813. Os líderes portenhos argumentam que estes não foram eleitos conforme as normas eleitorais vigentes. As diferenças entre Artigas, seus seguidores e o governo de Buenos Aires aumentam e se tornam insustentáveis a partir de 1814, com o fim do segundo triunvirato e a criação do Diretório. Seguindo a política antiartiguista do novo governo, a política centralista buenairense cria a Província Oriental em março do mesmo ano, ignorando o projeto confederado de José Gervásio Artigas. A partir desse momento a historiografia mais tradicional desenha as relações conflituosas entre os principais projetos políticos platinos a partir da oposição entre Centralismo *versus* Federalismo. Contudo, essa distinção mascara uma situação mais complexa, pois no mesmo período coexistiam variados projetos políticos, mesmo que efêmeros, tanto em Buenos Aires, como na Banda Oriental.³⁰ Outro

²⁹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p. 116.

³⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810. In: Boletín del instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”. Tercera serie, num.1, 1º semestre de 1989.

problema está na simplificação dos usos e interpretações dos dois conceitos, o que pode levar a anacronismos.

Nessa perspectiva a escrita e compreensão do centralismo é simples, ocorrendo geralmente em termos de mesmo significado como unionismo, unificação e unidade. Porém, a interpretação comumente dada ao federalismo na América Platina oferece perigos de interpretação. O termo é geralmente inferido como oposição à ideia de unidade. Dessa forma, os membros que se opunham à centralização do poder e buscavam uma união de estados com suas soberanias mantidas passaram a se denominar federalistas. A Constituição da Filadélfia em 1777 revoluciona o sentido do termo, relacionando a ideia de federalismo a um Estado Federal soberano. O que acontecia no Prata era mais semelhante a cidades e províncias independentes e autônomas se aproximando e “disso se depreende que a maior parte da historiografia latinoamericanista costuma chamar de federalismo não é tal coisa, mas um conjunto de tendências que vão do simples autonomismo à confederação”.³¹

Com a declaração de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata em 9 de julho de 1816, são abertas duas frentes de guerra. A primeira localizada no Chile, onde José San Martín (1776-1850) lidera as seguidas vitórias contra os realistas, avançando até Santiago, onde o diretor supremo Bernardo O’Higgins (1776-1842) aguardava com o restante das tropas. A segunda frente de batalha aberta pelo governo das Províncias Unidas é na Banda Oriental. Na região, além dos sucessos de José Gervásio Artigas, que desde 1815 ocupava todo território oriental e tinha domínio sobre a capital Montevideú, se inicia uma nova intervenção portuguesa.

Em agosto de 1816 sob o comando de Carlos Frederico Lecor (1764-1836), futuro Barão de Laguna, aproximadamente quatro mil e oitocentos soldados da Divisão dos Voluntários Reais avançam sobre a Banda Oriental e, em janeiro de 1817, conquistam Montevideú. A exemplo da primeira intervenção na Banda Oriental,

³¹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados... Op. Cit.* p. 124.

a ação portuguesa suscita diversas interpretações e debates sobre as motivações e os interesses no empreendimento. Os argumentos e as proposições, geralmente, repetem as iniciativas anteriores. Entre eles destacam-se a propensão geopolítica das fronteiras naturais, as motivações econômicas, as negociações diplomáticas em curso na Europa e a convivência de Buenos Aires e dos grandes produtores montevidéanos.

O argumento das “fronteiras naturais” é um dos que fomenta mais polêmica entre os historiadores. As posições alternam-se entre a aceitação, a crítica completa e a revisão crítica de seus elementos. Os primeiros apontam como determinante para a intervenção a postura de D. João e sua argumentação a favor da delimitação das fronteiras a partir da natureza. Oliveira Lima argumenta citando uma correspondência entre D. João e o embaixador francês Maler, na qual o Rei afirmava que “os franceses falaram e escreveram muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: tratava-se sempre, de um lado, do Reno e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata?”.³²

Buscando relativizar a importância do argumento das “fronteiras naturais”, mas não reduzi-lo apenas a um mero acessório, João Paulo Pimenta defende que mesmo não sendo o único argumento em relação à ocupação militar portuguesa em 1816, ele foi difundido como justificativa, tanto pelo governo português como pela imprensa periódica da época. O autor afirma que:

Ainda que seja evidente ingenuidade creditar exclusivamente ao argumento das “fronteiras naturais” a postura portuguesa com relação à região oriental, sua ampla difusão fez com que ela fosse efetivamente utilizada como justificativa para as intervenções de 1811 e 1817, não apenas pelos porta-vozes da corte do Rio de

³²LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil.. Op. Cit.* p.73.

Janeiro, mas pela opinião pública em geral. Com isso, ela adquiria sentido verdadeiramente prático.³³

Já Aldo Janotti rechaça a argumentação em torno das “fronteiras naturais”. O autor critica severamente os historiadores que utilizam esse discurso, visto que, para Janotti, essa argumentação seria “tão somente um disfarce das atividades expansionistas”, dessa forma não se configuraria como os “verdadeiros motivos que levaram o monarca português a invadir o Uruguai em 1816 e incorporá-lo em 1821 ao Brasil sob o nome de Província Cisplatina”. Complementando sua argumentação, o autor também destaca a ampla aceitação desse argumento nas alas militares e como as “fronteiras naturais” serviriam como elemento de legitimação de uma territorialidade para a nação brasileira em formação.³⁴

O mesmo autor destaca que os interesses econômicos foram determinantes para a empresa de Portugal. Assim, o gado solto nos campos da Banda Oriental, a necessidade brasileira de abastecer seus mercados e a concorrência com a região motivariam a empresa:

Enquadrando o problema meridional, sul-rio-grandense e platino, conforme os contornos que acabamos de descrever, a conclusão a se tirar é que D. João VI pretendeu solucionar o referido problema através da invasão e incorporação do Uruguai. Com isso atingia, simultaneamente, dois objetivos. Não só evitava a crise da economia do Rio Grande do Sul, ameaçada pela concorrência platina, como também, apossando-se do território de um dos concorrentes, no caso o Uruguai, garantia para o Brasil o abastecimento regular que o seu gado bovino proporcionava.³⁵

³³ PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.137.

³⁴ JANOTTI, Aldo. *Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI*. Revista de História, São Paulo, v. LII, 103, p. 315-341, Jul-Set. 1975. p.319.

³⁵ Idem. p. 333-334.

A historiografia uruguaia também ressalta a preponderância dos argumentos econômicos na intervenção. Nesse sentido, é também evidenciada a necessidade de abastecer a capitania rio-grandense com o gado *vacum* dos campos orientais. Entretanto, também é destacada a participação das elites locais nesse movimento. Alfredo Castellanos afirma que “la medida venía a beneficiar a los grandes propietarios territoriales, excluyendo a los simples poseedores del disfrute del ganado montaraz que constituía la inmensa mayoría de la riqueza pecuaria del país.”³⁶ Em relação ao abastecimento do sul do império português, o autor apresenta um dado que é característico de todo o século XIX, a presença de rio-grandenses na região norte da Banda Oriental: “quedaba así sustraída al giro económico de la Provincia toda su parte norte, cuyas tierras habían sido adjudicadas a la oficialidad y soldadesca luso-brasileña convirtiéndola en una inmensa reserva ganadera para la Capitanía de Río Grande del Sur.”³⁷

Afora as distintas argumentações, no contexto político platino, Portugal mostrava bastante preocupação com a campanha artiguista. O discurso de proteção ante a ameaça do protetorado artiguista ascender ao poder era constante entre os líderes portugueses. A motivação lusitana seria “conter a anarquia” vigente sob a liderança de Artigas, João Paulo Pimenta exemplifica essa atitude portuguesa citando uma correspondência entre o General Lecor e Juan Martín de Pueyrredón (1776-1850), então diretor da Junta de Buenos Aires. Nela o governante afirmava que “a marcha de seu exército visava exclusivamente pacificar a fronteira do reino contra a *desordem e anarquia*”.³⁸ Na mesma linha, Oliveira Lima, buscando legitimação para a intervenção, afirma que Artigas tomou posse da Banda Oriental e estava “praticando depredações na

³⁶ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la República caudillesca*. Montevideo: Banda Oriental, 2011. p.8.

³⁷ Idem.

³⁸PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.147.

fronteira brasileira, alistara tropas para invadir a província de São Pedro e espalhara proclamações destinadas a excitar os habitantes das Sete Missões à revolta”.³⁹

O temor quanto à ameaça artiguista não era exclusivo de Portugal, pois o receio ao protetorado de Artigas também existia em Buenos Aires. Mesmo que fosse frontalmente contrário a quaisquer interferências estrangeiras na região, a ação militar portuguesa serviria como ferramenta para derrotar Artigas e favorecer a causa buenairense. Moniz Bandeira aponta que a ação contou com a simpatia do Diretório, principalmente de seus membros de tendência monarquista, mas para estes a independência tanto de Buenos Aires, como da Banda Oriental significaria apenas a mudança de nomes, permanecendo o mesmo monopólio. Assim, Montevideú sob o domínio português poderia significar uma via alternativa para a circulação de mercadorias no Prata.⁴⁰ A região e até mesmo a política republicana das Províncias Unidas poderiam ser negociadas, em paz, com D. João.⁴¹

Na Banda Oriental a política social de Artigas, principalmente de distribuição de terras, estava descontentando a classe dirigente de Montevideú. O prolongamento dos conflitos em território oriental, juntamente com as reformas artiguistas que colocaram indígenas e negros em condições de igualdade com o restante da população, modificaram a imagem das elites locais sobre o líder dos povos orientais. No início a revolução era vista pelos dirigentes montevidéanos como uma forma de estender os seus domínios, mas na etapa mais aguda dos conflitos, a ação de Artigas passou a ser compreendida como um perigo às suas posições e propriedades. Em síntese, Rosa Alonso Eloy e seu grupo de investigadores afirmam que “la dureza de la lucha y la política agraria, hicieron de la capa de grandes hacendados criollos un aliado vacilante primero y un adicto

³⁹ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil... Op. Cit.* p. 437.

⁴⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *A expansão do Brasil... Op. Cit.* p.87-9.

⁴¹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.147-150.

del invasor después.”⁴² Mesmo que os envolvidos, Portugal, Buenos Aires e a elite dos produtores da Banda Oriental, tivessem projetos distintos e antagônicos para a região, possuíam um inimigo comum: José Gervásio Artigas.

A Europa também ofereceria motivações e justificativas para a invasão da Banda Oriental em 1816. Com a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815 se inicia o Congresso de Viena com o objetivo de rearranjar as fronteiras europeias. Durante as negociações uma antiga disputa entre Portugal e Espanha foi reavivada: a posse da região de Olivença. O representante português, Visconde de Palmella, vivia um impasse: se reivindicasse a volta de Olivença a Portugal, poderia abrir um pretexto para a Espanha buscar de volta a região da Banda Oriental do rio Uruguai. Entretanto, Palmella resolve continuar a busca pela volta de Olivença para o domínio lusitano. Apoiado em documentação oficial, Fernando Comiran aponta a intervenção no Prata como possível solução ao impasse de Viena:

O conde de Palmella, diante da indiferença espanhola em resolver tal impasse e da possibilidade de ver as Missões Orientais reivindicadas pelos diplomatas de Madri, sugeriu a hipótese de colocar em prática o projeto de invasão da Banda Oriental. Tal sugestão fica contundente quando Palmella diz que a “(...) vantagem seria para desejar qe. as Tropas de S.A.R. podessem previamente ocupar a margem Oriental do Rio da Prata, e conservala provisoriamente, e sobre tudo se conseguissem apoderar-se de Montevidéo.”⁴³

O general Lecor, já instalado na região e controlando grande parte da Banda Oriental, passa a organizar a manutenção da conquista portuguesa. Para angariar apoiadores, o comandante criou uma rede de alianças juntamente com uma política que visava receber a confiança e a adesão de várias camadas da sociedade montevidiana. Entre as ações de Lecor estavam a manutenção dos

⁴² ALONSO, Rosa Eloy. Et al. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideo: EPU, 1971. p.18.

⁴³ COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos... Op. Cit.* p.155.

funcionários locais na administração do *cabildo*, a declaração de anistia aos antigos aliados de Artigas e fugitivos da Praça de Montevideu durante os conflitos. No âmbito econômico, ao mesmo tempo em que as medidas portuguesas agradavam a elite comercial e rural estabelecida em Montevideu, ações populares, como a manutenção da política de distribuição de terras de José Gervásio Artigas, eram tomadas visando agradar os antigos apoiadores da causa artiguista. A trama de relações elaborada por Lecor também aproximou a elite da Banda Oriental dos principais chefes portugueses da ocupação através de casamentos arranjados, atitude tomada pelo próprio Carlos Frederico Lecor.⁴⁴

No litoral, José Gervásio Artigas e suas tropas mantêm a resistência à ocupação portuguesa. Entretanto, no ano de 1820, o chefe dos povos orientais leva dois duros golpes. Um dos principais chefes militares artiguistas, Fructuoso Rivera (1784-1854) abandona as fileiras de batalha e adere formalmente a Portugal. No mesmo ano, Artigas é derrotada na batalha de Tacuarembó e, amparado pela Liga Federal, busca abrigo em Entre-Rios. O líder local Francisco Ramirez (1786-1821), em negociações com Buenos Aires para a assinatura do *Tratado de Pilar*⁴⁵, desagrada Artigas, e os dois caudilhos entram em conflito. Após sucessivos embates, no dia 24 de junho na batalha de *Las Tunas*, José Gervásio Artigas é derrotado novamente. Sem poder voltar à Banda Oriental e com o seu protetorado desfeito, o líder pede asilo e ruma até o Paraguai, onde permanece até sua morte em 1850. Portugal toma controle de grande parte da Banda Oriental, com focos de resistência na região da Campanha, e ainda observa a região do litoral se voltar contra seu antigo chefe.

⁴⁴ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. p.76-95.

⁴⁵ Pacto firmado entre Buenos Aires e as lideranças de Santa Fé e Entre-Rios após a derrota das tropas unitárias. O acordo previa a união entre as províncias através do sistema de confederação e o auxílio mútuo em ações militares, principalmente diante do temor de um ataque lusitano.

Apesar dos sucessos na Banda Oriental, a relação entre D. João VI e Carlos Lecor nem sempre foi agradável. Um claro exemplo é a convocação e articulação de Lecor no Congresso Cisplatino em 1821. O Rei D. João VI, com a revolução do Porto e sua convocação para voltar à Europa, obriga-se a retornar a Portugal. Antes de partir, por intermédio de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), dirigiu uma carta orientando Lecor a resolver a questão da Banda Oriental. A orientação era convocar uma assembleia, onde livremente os habitantes da região votariam se gostariam de permanecer sob a esfera lusitana, se aliar a Entre-Rios ou Buenos Aires, ou a solução mais óbvia, criar um Estado independente. Porém, João Paulo Pimenta aponta que:

No entanto, e a despeito de tal posição, prevaleceria a posição unionista, ratificada por aquele que ficou conhecido como o “Congresso Cisplatino”. Para realizá-lo, Lecor tratou de interpretar, a seu modo, as instruções recebidas de Silvestre Pinheiro no tocante à forma pela qual deveriam ser reunidos os representantes ao Congresso: sem amplas assembleias de eleitores, e sem distribuição equilibrada de representantes pelos cabildos e povoados orientais, os escolhidos foram, em esmagadora maioria, membros tradicionais do círculo de apoio ao seu governo, a que muitos chamam de “Clube do Barão”.⁴⁶

Dessa forma, através da política de Lecor, em julho de 1821, a ocupação da Banda Oriental do rio Uruguai é oficializada, e a região passa a ser formalmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com o nome de Província Cisplatina. Ainda assim alguns direitos são mantidos, como o idioma espanhol, os costumes locais, o emprego dos funcionários públicos anteriormente integrantes da burocracia Montevideana e a não obrigatoriedade do serviço militar fora da província.

⁴⁶ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina"... *Op. Cit.* p. 771.

1.2 A Província Cisplatina (1821-1828)

O Ministro da Guerra do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Silvestre Pinheiro Ferreira político liberal, era partidário da retirada de Portugal da Banda Oriental. Isso se devia, principalmente, aos altos custos da manutenção da burocracia e das tropas na região, à afronta aos direitos do povo oriental, ao temor do comprometimento dos interesses mercantis na região platina e nas relações com a Espanha. Em função disso, Silvestre Pinheiro solicita no dia 16 de abril de 1821 a criação de um congresso onde deveria ser decidido o destino da área invadida pelos portugueses. Segundo as ordens, a eleição seria executada sob a proteção militar lusitana, entretanto deveria ser livre e sem nenhuma pressão dos representantes portugueses. A escolha dos deputados representantes do povo oriental deveria seguir as normas eleitorais portuguesas e equacionar o número de representantes em relação ao número de habitantes de Banda Oriental. O ministro, acreditando que o resultado seria a criação de um Estado independente, também orienta Lecor a trabalhar na transferência de poder, na segurança dos orientais e da fronteira com o Rio Grande de São Pedro até o retorno dos voluntários Reais a Portugal.⁴⁷

A despeito da posição e das orientações do Ministro da Guerra, Carlos Frederico Lecor que já havia argumentado a Pinheiro Ferreira uma suposta vontade geral do povo de Montevideu pela continuidade da dominação portuguesa na região, age a seu modo e com o auxílio do governador intendente D. Juan José Duran inicia a organização do Congresso Cisplatino. Para a composição dos representantes orientais no congresso

en lugar de diputados elegidos por los pueblos en número proporcional su población, se estableció un número fijo de aquéllos (18), integrado por los Síndicos Procuradores de los Cabildos de la Provincia (4) y los alcaldes Ordinarios o territoriales de la campaña

⁴⁷ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina...* Op. Cit. p.17.

(9) como miembros natos, restando solamente cinco diputados para ser elegidos, no popularmente, sino por los respectivos Cabildos. De este modo se evitó la elección directa por parte de los habitantes de los pueblos de la provincia, substituyéndola por la intervención de magistrados y autoridades llegados a sus cargos por influencia o nombramiento del proprio lecor.⁴⁸

Dentro dessa formação, com doze dos dezoito representantes⁴⁹, no dia 15 de julho de 1821, são inauguradas as sessões do Congresso Cisplatino. A primeira deliberação serviu para a escolha do presidente dos deputados, que foi D. Juan José Duran, fiel aliado de Lecor, Síndico Procurador de Montevideu e coplanejador do congresso, o vice-presidente escolhido foi o padre Dámaso Antonio Larrañaga (1771- 1848), também favorável à dominação portuguesa tendo inclusive ido ao Rio de Janeiro em 1817 pedindo pela anexação definitiva da Banda Oriental a D. João, e o secretário eleito foi D. Francisco Llambí (1794-1837), *cabildante* na Banda Oriental e próximo do círculo de relações de Lecor. A outra resolução do primeiro dia de debates do congresso foi a criação das regras que o regeriam:

1° Que no se admita a discusión o proposicion alguna, que no sea apoyada por dos Diputados.

2° Que admitida se discuta y vote, si está suficientemente discutida, y declarándose así, se proceda á votación por el órden en que están sentados, empezando por el Sor Presidente.

3° Que quando haya de hablar algún Diputado, tome después la palabra el que primero la pidió, y así sucesivamente, á cuyo fin se irán anotando por su órden.

⁴⁸ Idem. p. 18.

⁴⁹ Felipe García representando Canelones não esteve presente no primeiro dia por alegar problemas de saúde, para o restante do congresso seu irmão Salvador García o representou. Alejandro Chucaro oriundo de Guadalupe, Manuel Antonio Silva da cidade de Maldonado se apresentaram ao congresso apenas no dia 18 de julho. Após discussões sobre sua validade ou não, o congresso seguiu deliberando com dezesseis integrantes, e não os dezoito previstos, até o seu encerramento.

4° Que las Secciones sean públicas, sin embargo de pedirse secretas cuando convenga: que estas deben empezarse á las diez de la mañana y concluir á las dos de la tarde.

5° Que siempre se empezará la seccion por la lectura del acta del dia anterior.

6° Que la misma comisión nombrada examine los Poderes de los Diputados que vayan llegando, y dén cuenta de si son ó no bastantes.

7° Que qdo haya de oficiarse al Sor General, vaya suscripto el oficio del Presidente y Secretario; y a cualquiera otra autoridad, solo con la firma del Secretario.

8° Que no haya preferencia en el órden de los asientos.

9° Que el tratamiento del Congreso sea el de Honorable, y el de sus individuos en particular de Usted.⁵⁰

As regulamentações visavam a, primordialmente, manter o Congresso sob a imagem da legitimidade e do debate, contudo é possível observar que a discussão de ideias e proposição de regulamentações apenas seriam aceitas com a concordância dos deputados, não sendo possível fazer menções individuais, e que os líderes, apoiados por Lecor, têm preponderância sobre os demais durante a condução do congresso. Nos outros dias, os deputados apresentavam argumentos favoráveis à anexação por Portugal e contrários tanto à aliança com a Espanha, Buenos Aires ou Entre-Rios, quanto à independência completa da província. Entre as principais razões estavam os benefícios que a pacificação causara à organização da província e à criação e comércio de gado. Somam-se a esses elementos, a compreensão da impossibilidade da manutenção da região como um Estado autônomo devido à grande diminuição da população, a falta de recursos para a manutenção administrativa e de contingente militar que pudesse conter uma nova guerra civil e o temor de um novo conflito ou ataque externo. Na visão dos deputados, novas beligerâncias poderiam levar ao abandono de Montevideu pelos comerciantes descontentes. Em

⁵⁰ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p.188.

relação à coligação com outras nações - afora Portugal - ou províncias, a Espanha era descartada por ter sido rejeitada anteriormente no interior da Banda Oriental e pela compreensão de que, durante o período colonial, os espanhóis foram incapazes de manter a área pacificada, e Buenos Aires e Entre-Rios foram desprezadas em função dos conflitos que as duas regiões travavam em busca do poder na outra margem do Prata. Dessa forma, para os deputados, a única alternativa possível era a incorporação a Portugal regida através de uma Constituição Liberal.⁵¹

No dia 18 de julho de 1821, os deputados decidem por unanimidade pela anexação da antiga Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Os meandros da incorporação continuam a ser deliberados no congresso, entre os atos estava o nome da nova província. Para os deputados, esta deveria ser ao mesmo tempo isenta de relações com o passado revolucionário, bem como significante para o projeto português na região, dessa forma, Cisplatina é a designação escolhida. A questão de limites foi mais complicada, devido às negociações secretas ocorridas em 1819⁵², desse modo, as fronteiras acabam referenciadas a partir da data de início das revoluções platinas em 1810. O recém criado Estado cisplatino deveria ter representatividade igual às outras províncias nos congressos do Reino Português, o que foi imediatamente acatado. Sobre o governante da Província Cisplatina, os deputados decidem que esta deveria permanecer sob o comando do Barão de Laguna. Após a decisão destas bases governativas, no dia 31 de julho, é emitida a declaração oficial de incorporação:

⁵¹ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina...*Op. Cit.

⁵² Em 30 de janeiro 1819, o governo lusitano assina um pacto de redefinição de fronteiras secretamente com o Cabildo de Montevidéu. O *Tratado de la Farola* determinava que o Cabildo cederia ao Rio Grande de São Pedro os territórios ao norte do rio Arapey, as fortalezas de São Miguel e Santa Tereza em troca da construção de uma *farola* na Ilha das Flores e o cancelamento das dívidas contraídas com Portugal logo depois da entrada em Montevidéu.

el Señor Presidente y demás Diputados de los Pueblos del Estado Cisplatino (a) Oriental en representacion de los habitantes de èl: y el Señor Baron de la Laguna á nombre y representación de S.M.F. y en virtud de las facultades especiales que le son conferidas para este acto, declaramos que habiendo pesado las criticas circunstancias en que se halla el Pais; y consultado los verdaderos intereses de los Pueblos y de las familias: hemos acordado y por el presente convenimos en q.e la Provincia Oriental del Río de la Plata, se una é incorpore al Reyno Unido de Portugal, Brasil y Algarbes, constitucional, bajo la imprescindible obligacion de que se le respeten, cúmplan, observen y hagan observar las bases.⁵³

As demais reuniões serviram para a determinação de como seriam feitas as cerimônias e o juramento da incorporação do Estado Cisplatino Oriental. No dia 5 de agosto, data de encerramento do Congresso Cisplatino, é realizada a cerimônia de posse com a presença dos congressistas, de Lecor e de todos os funcionários do *Cabildo* de Montevideú.

Em Portugal os debates em torno da ação portuguesa já suscitavam questionamentos e polêmicas desde 1817. Os reinóis que estavam descontentes com D. João desde os acordos comerciais com a Inglaterra, intensificam as queixas após a permanência do Rei em terras americanas mesmo com o final do conflito contra Napoleão Bonaparte. Dentro dessa conjuntura as intervenções de Portugal na região platina, consideradas dispendiosas e desnecessárias, agravavam a posição contrária ao Rei na Península. Outro argumento contrário à política militar e diplomática lusitana na América Meridional estava na posição vulnerável em que Portugal se encontraria diante de um ataque espanhol na Europa como resposta aos desagravos sofridos no Prata.⁵⁴ O debate chega até as Cortes de Lisboa, onde do mesmo modo são discutidas a viabilidade e a necessidade da manutenção da Província Cisplatina.

⁵³ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p.204.

⁵⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império...Op. Cit.* p.452-465.

Durante os debates relativos ao Estado Cisplatino, não era possível determinar uma posição unânime que diferenciava os representantes luso-americanos dos reinóis, haja vista que existiam as duas posições, contrária e favorável à dominação, entre todos os deputados, independente da origem. Os argumentos avessos à continuidade contemplavam os altos custos da manutenção da dominação, a ineficiência da região para garantir a segurança da fronteira sul do império e a ilegitimidade da incorporação de uma região que nunca poderia pertencer a Portugal de fato e de direito. Nos argumentos em prol da manutenção da conquista, se visualiza uma posição de brasileiridade e americanismo, era destacada a singularidade das necessidades do Brasil em face de Portugal. João Paulo Pimenta sintetiza esse raciocínio nas cortes: “a Cisplatina era importante porque o Brasil era específico; dela precisava para defender *seu* território e *suas* províncias, para consagrar as fronteiras que a natureza *lhe* destinara, para contentar *seus* habitantes.”⁵⁵

Com a permanência de D. Pedro (1798-1834) no Brasil em 9 de janeiro de 1822 e a posterior independência em 7 de setembro, tem início um projeto de criação de um novo Estado e um concomitante projeto de unidade nacional. A Província Cisplatina permanece como uma das prioridades da pauta de discussão política luso-americana e, juntamente com a Bahia, o Maranhão e o Pará, não adere à independência do Brasil. O General Carlos Frederico Lecor, português e antigo comandante das tropas dos Voluntários Reais, luta a favor de D. Pedro e do império brasileiro, já Álvaro da Costa (1789-1835), governador das Armas em Montevidéu, permanece fiel a D. João VI⁵⁶. Como resposta, em 1823, as tropas

⁵⁵ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina"... *Op. Cit.* p. 777.

⁵⁶ A produção historiográfica sobre os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina é praticamente inexistente. É possível destacar, principalmente sobre a ação de Lecor na guerra, o trabalho FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824*. Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

brasileiras estabelecidas em Canelones e San José atacam a capital por terra e pelo mar. Após os embates Lecor e as tropas brasileiras saem vencedoras. No dia 14 de fevereiro de 1824 a Província Cisplatina adere formalmente ao Império do Brasil, sendo a última província a fazê-lo. A repartição e o conseqüente conflito entre tropas luso-americanas localizadas na Província Cisplatina inauguram um momento em que novas alianças e formas de organização política dessa região podem ser aventadas. O ponto mais crítico dessa nova conjuntura instável politicamente é a guerra em 1825.

As desavenças e o surgimento de projetos políticos alternativos para a Província Cisplatina não eram mais exclusividade de brasileiros - a partir de 1822 - e portugueses, visto que buenaienses, montevidianos e espanhóis também visavam à região, tanto para novos projetos ainda indefinidos ou para uma reincorporação colonial. Já em 1821, no Rio de Janeiro, espanhóis peninsulares e espanhóis americanos organizaram um levante que visava a derrubar o governo português e reintegrar a região ao domínio espanhol. O movimento liderado por Mateo Marganiños e pelo Conde de Casa Florez conjugava grupos que haviam lutado com diferentes interesses durante a primeira década revolucionária - inclusive líderes revolucionários como Andresito Artigas, prisioneiro no Rio de Janeiro. Todavia, nesse momento os envolvidos compartilhavam a recusa ao reconhecimento da ocupação luso-americana e a distância dos projetos de Buenos Aires, Entre- Rios e Santa Fé. Para os conspiradores, o retorno ao controle espanhol seria a única maneira de se opor aos outros movimentos de ocupação da região. Apesar de pensada e planejada a ação não foi executada, porém com ela é possível compreender que mesmo com a unanimidade do Congresso Cisplatino e a suposta pacificação da região, os conflitos nunca se encerraram.⁵⁷

⁵⁷ FREGA, Ana. Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del "Estado Cisplatino". In: FREGA, Ana (coordinadora). *Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. p.19-65.

Como consequência do novo contexto e das novas possibilidades de organização da região, mais alterações ocorreram ainda em 1822. O *Tratado do Quadrilátero*,⁵⁸ firmado no dia 25 de janeiro por Buenos Aires, Santa Fé, Entre-Rios e Corrientes, acena com a possibilidade de uma nova intervenção das Províncias Unidas no território Cisplatino. Simultaneamente, o descontentamento com a presença brasileira ganha mais força. Rosa Alonso Eloy e seu grupo de investigadores apontam que a mudança de postura da oligarquia montevidiana que apoiava inicialmente Lecor se deu principalmente pela política econômica brasileira na região. Entre as medidas adotadas pelo governante da Província Cisplatina que desagradaram os locais estavam a política protecionista em favor dos comerciantes portugueses recém-estabelecidos em Montevidéu, a permissão da livre navegação brasileira em águas orientais e o favorecimento dos charqueadores do sul do Brasil em relação aos saladeiristas cisplatinos. Para os autores, o descontentamento dos antigos aliados de Lecor vinha de uma política que expressava interesses que não eram os seus, em um local considerado seu.⁵⁹ As reclamações não eram exclusivas dos comerciantes originários ou há muito estabelecidos em Montevidéu, pois todos não portugueses ou não integrantes do círculo pessoal de contatos de Carlos Frederico Lecor se sentiam prejudicados:

y al lado de los comerciantes criollos, desarrollados con la Revolución, se alzaron en defensa de sus intereses los viejos monopolistas españoles que lograran sobrevivir. Para ellos había pasado la vieja época de sus propios privilegios y ahora junto a los criollos se enfrentaban al nuevo y ajeno monopolio.⁶⁰

⁵⁸ Tratado ofensivo e defensivo assinado em 25 de janeiro de 1822 entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes. A principal motivação se dava pelo temor de um ataque lusitano à região. No pacto também foi firmada a paz após a morte de Francisco Ramirez e a livre navegação na região do litoral.

⁵⁹ ALONSO, Rosa Eloy. Et al. *La oligarquía oriental... Op. Cit.* Cap. 3.

⁶⁰ Idem. p.123.

Aproveitando-se da cisão entre as tropas lusitanas e imperiais e do sentimento crescente de contrariedade com a ocupação, o *Cabildo* de Montevidéu passa a organizar a sublevação contra o domínio brasileiro. O *Cabildo* se autoproclama como representativo, convoca um congresso e estabelece contatos com o exército português em busca da legitimação de seu poder na cidade. Na região da campanha, onde os prejuízos da guerra e as, mesmo que limitadas, benesses da paz eram mais evidentes, o desagrado à anexação da região demorou mais a aparecer. Entretanto, antigos chefes artiguistas como Juan Antonio Lavalleja (1784-1853) e José Antonio Berdún (1778- 1837) convocam reuniões onde proclamam a desobediência às ordens brasileiras e disseminam a oposição ao General Lecor. Mesmo com as medidas adotadas pelo militar português, os encontros continuavam acontecendo e foram ferramentas importantes na construção da resistência ao Império brasileiro.

Em Montevidéu os responsáveis pela organização da sublevação eram os integrantes da sociedade secreta “*Sociedad de Caballeros Orientales*”. A associação, composta em sua grande maioria por grandes comerciantes e integrantes do *Cabildo* da cidade e buenaienses exilados, foi fundada no ano de 1819, após os boatos do desembarque de espanhóis que buscariam retomar o poder no rio da Prata. Os integrantes da associação, em caso de confirmação da chegada dos navios espanhóis, iniciariam uma luta na região da campanha visando à manutenção de seu poder. Após o encerramento de suas atividades no mesmo ano, os “*Caballeros Orientales*” voltam a se reunir em 1822 visando à organização do levante contra a dominação brasileira. Além da influência no *Cabildo*, do qual muitos participavam antes e durante o período de disputas com o Império do Brasil, a associação utilizava a imprensa periódica, as folhas soltas e os folhetos para a difusão de suas ideias e plano de ação.⁶¹

⁶¹ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis. Tomo

O *Cabildo* antibrasileiro começa a governar na capital, Montevidéu, efetivamente em janeiro de 1823. Na interpretação de seus líderes, o movimento era legítimo visto que a incorporação da Banda Oriental sob a designação de Província Cisplatina foi executada pelo Reino de Portugal, Brasil e Algarves, entidade jurídica e política que não existia mais; além disso, a incorporação ao Império do Brasil deveria ser feita sob consulta popular, o que não ocorreu; e as tropas que estavam estabelecidas em Montevidéu, os Voluntários Reais, estavam dispostas a entregar as chaves da cidade para o povo e voltar para Portugal.⁶² No interior, o *Cabildo* convida Fructuoso Rivera a liderar as tropas na região da campanha. O antigo militar artiguista e agora líder do Regimento dos Dragões, pertencente ao Brasil, declina das constantes convocatórias e ainda delata os planos revolucionários para Lecor. Com perseguições, ameaças e prisões de seus antigos companheiros artiguistas, a rede de apoio e de influência de Rivera sufoca qualquer tentativa de sublevação.

Conscientes de que seria impossível vencer sem a ajuda externa, os governantes de Montevidéu estabelecem contato com Buenos Aires, Entre-Rios e Santa-Fé, cogitando se reintegrar às Províncias Unidas do Rio da Prata. Nas primeiras conversações, os líderes das três províncias aceitam o projeto montevideano e acenam positivamente para a possibilidade de uma adesão da região a uma unidade rio-platense. A província de Santa Fé foi a primeira a responder às solicitações oferecendo tropas e apoio material. Em Entre-Rios, que também já havia sido alvo da cobiça lusitana, Lucio Mansilla (1792-1871), chefe local, temendo tanto uma intervenção brasileira como um ataque do antigo líder Ricardo Lopéz Jordan (1793-1846), assina um pacto de neutralidade com Lecor e recua na ajuda a Montevidéu. Buenos Aires, ainda se recuperando da queda do diretório, da acefalia de um poder central e das lutas internas do

II. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978. cap.1.

⁶² Idem. p. 142.

início da década de 1820, apesar dos interesses nos futuros lucros do porto de Montevideú, acaba recuando e decidindo não interferir em um conflito que envolvia forças militares superiores às suas no momento, as do Império brasileiro. Como o Tratado do Quadrilátero previa que qualquer ação internacional das províncias participantes do acordo deveria receber o apoio das demais, foi impossível o auxílio ao *Cabildo* de Montevideú. Dessa forma, sem o apoio regional o projeto de sublevação sucumbe às tropas brasileiras.

De volta à capital e ao poder, Carlos Frederico Lecor amplia sua política de favorecimento dos produtores e comerciantes brasileiros. Em especial o general preocupou-se em agradar e manter próximos os chefes militares que permaneceram ao seu lado, para tanto a distribuição de terras foi sua principal ferramenta. A administração de Lecor, que já causava descontentamentos desde o Congresso Cisplatino, recebe ainda mais oposição após os conflitos dos anos anteriores e da política crescente de desfavorecimento dos locais, principalmente, dos comerciantes que haviam financiado ou dado apoio material aos movimentos de oposição em 1823. As ações do comandante da Cisplatina reverberam até mesmo no “Clube do Barão”. Aliados antigos como Lucas José Obes (1782-1838) e Nicolás Herrera (1775-1833) trabalham em Montevideú e no Rio de Janeiro em busca de vantagens econômicas e políticas não alcançadas com Carlos Frederico Lecor.

Na campanha muitos dos proprietários e donatários de terra artiguistas que permaneceram neutros nos conflitos até então, passam a se posicionar contra a dominação brasileira. Entre os principais motivos estão a desapropriação de terras em favor de produtores rio-grandenses e militares brasileiros e as ações punitivas dos chefes da região aos participantes dos movimentos de sublevação.⁶³ Tanto na capital como no interior, a crescente

⁶³ Entre essas ações, a principal foi a prisão e execução de Pedro Amigo, prócer de Artigas e importante opositor de Lecor no interior da Cisplatina. Ver: FREGA, Ana. “Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830”, en: *Dimensión Antropológica*, v. 35, 2005, pp. 25-58. p.35.

propagação da oposição à dominação brasileira ocorre pela incapacidade do governo central de manter a pacificação preanunciada. Os locais que aceitaram a ocupação e logo depois a criação do Estado cisplatino buscando prosperar política e economicamente passam a procurar outras formas de realizar esse objetivo.

Como ponto de partida para a deflagração do maior conflito, até então em território oriental, no dia 19 de abril de 1825 na praia de *La Agraciada* no rio Uruguai, a poucos quilômetros de Buenos Aires,⁶⁴ desembarcam Juan Antonio Lavalleja e os “*Treinta y Tres Orientales*”.⁶⁵ Essa efeméride geralmente é considerada pela historiografia de tendência nacionalista como o momento de fundação da identidade nacional uruguaia. Entretanto, é necessário posicioná-la dentro da conjuntura política conflituosa em que vivia a Província Cisplatina no período. Soma-se a esse elemento o suposto desejo de independência completa de que estariam imbuídos Lavalleja e seus seguidores. Carlos Real de Azúa atenta para a necessidade de compreender as relações políticas e de paridade entre os buenaienses e os orientais. O autor complementa seu pensamento analisando o manifesto lido no desembarque pelo caudilho oriental aos “*Argentinos Orientales*” e que evidenciava sempre que possível a expressão “*Orientales; Compatriotas*”. Assim,

⁶⁴Segundo Rosa Alonso Eloy e os demais autores, o desembarque foi efetuado em *La Agraciada* porque além da proximidade com Buenos Aires, a praia se encontra na Província de Santo Domingo Soriano, onde os cavaleiros orientais poderiam receber o apoio imediato dos antigos “donatários artiguistas” considerados distantes do regime de Lecor.

⁶⁵Embora a contagem seja apenas um mero acessório na discussão sobre o surgimento da identidade oriental, ainda não há pleno consenso sobre a origem e o verdadeiro número de homens que compunham o estamento que desembarcou na Província Cisplatina. O número de integrantes varia conforme a fonte e os interesses: alguns apontam que a definição de trinta e três se deve à simbologia maçônica, outros que o número aumentou chegando a praticamente quarenta com a iniciativa de Fructuoso Rivera, quando presidente da República do Uruguai, de pagar uma pensão vitalícia aos cavaleiros. Uma parcela dessas discussões pode ser vista em: FRANCOV Guillermo Vázquez. *La Historia y sus mitos*. 4ª edición. Montevideo: argumento, 2010. Cap.3. Um importante relato dos acontecimentos desde a ocupação portuguesa até 1825 e uma análise – de matriz nacionalista – da ação dos 33 pode ser encontrada em: ARCOS, Luis FERRAND. *La cruzada de los treinta y tres*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1976.

o desejo de independência deveria ser considerado em relação à dominação brasileira, também interessante às Províncias Unidas do Rio da Prata que somariam a Província Oriental a sua unidade territorial, e não a um projeto autônomo oriental.⁶⁶

Aproveitando-se da insatisfação e da chegada dos cavaleiros orientais, em 14 de julho de 1825, se inicia na vila de Florida um congresso e, posteriormente, no dia 25 de agosto, é declarada a independência da Província Oriental. Novamente a historiografia tradicional interpreta a ação a partir de um prisma nacionalista e considera a declaração como da independência do Uruguai. Todavia, é necessário compreender que a ação se dava em relação ao jugo brasileiro e contava com apoio político e o patrocínio financeiro dos principais estanceiros de Buenos Aires. Entre os projetos existentes, a criação de uma república uruguaia independente, no momento, não estava entre eles. Carlos Real de Azúa é categórico ao argumentar que “los diputados sencillamente no consideraban a las provincias argentinas ‘poder extranjero’ y no se trataba de un ‘reincorporar jurídico’ sino reincorporar de hecho: un volver las cosas al estado antes existente.”⁶⁷ Interpretação afiançada pela própria declaração, mais especificamente a segunda parte, “*Incorporación a las Provincias Unidas*”, texto em que os congressistas afirmam:

Siendo que el voto general, decidido y constante de la Provincia Oriental era por la unidad con las demás provincias argentinas a que siempre perteneció por los vínculos más sagrados que el mundo conoce, queda la Provincia Oriental del Río de la Plata unida a las demás de este nombre en el territorio de Sud América, por ser la libre y espontánea voluntad de los pueblos que la componen, manifestada con testimonios irrefragables y esfuerzos

⁶⁶REAL DE AZÚA, Carlos. Los orígenes de la nacionalidad uruguaya. 2ª Edición. Montevideo: Arca, 1991. p.270.

⁶⁷ Idem. p. 273.

heroicos desde el primer día de la regeneración política de dichas provincias. ⁶⁸

No primeiro momento, os governantes das Províncias Unidas do Rio da Prata não apoiam os movimentos de Lavalleja e suas tropas. O principal temor se dava em relação a um novo conflito na região que poderia prejudicar os interesses dos grandes comerciantes estabelecidos em Buenos Aires. Porém, com as pressões dos estancieiros, principalmente os saladeiristas que sofriam com a competição dos produtores de charque do sul do Brasil e financiavam os levantes na Província Cisplatina, o governo buenairense acaba cedendo, declara apoio ao Congresso de Florida e recebe os delegados orientais que integrarão o Congresso Nacional das Províncias Unidas. A população de Buenos Aires, demonstrando o apoio às tropas e à iniciativa dos comandantes, ataca o consulado brasileiro na cidade.⁶⁹

Com a adesão da Província Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata está aberto um conflito entre projetos distintos, em um processo crítico de projeção e afirmação de formas de governos e seus alcances territoriais. Nesse sentido, João Paulo Pimenta define precisamente o momento político no desembarque dos “*Treinta y Tres*” e no Congresso de Florida: projetos díspares, república e monarquia, que abarcavam o mesmo território, Província Oriental ou Província Cisplatina, e seu destino imediato, a Guerra:

O conflito de jurisdições sobre a região oriental punha tanto a Província Oriental quanto a Cisplatina na condição de corpos políticos extremamente parciais e instáveis. Parciais porque na prática a primeira era reconhecida por quase toda a região interiorana, sendo sediada inicialmente em San José e a partir de 1826 em Canelones, ao passo que a administração da Cisplatina se restringia efetivamente a Montevidéu, Colônia do Sacramento e

⁶⁸ROMERO, José Luis. ROMERO, Luiz Alberto. (Org.) Pensamiento Político De La Emancipacion 1790-1825. Vol.II. p.227-8.

⁶⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz A. A expansão do Brasil... *Op. Cit.* p. 91.

Maldonado, ou seja, o litoral norte do Prata. Instáveis em virtude do descompasso, em ambos os casos, entre a jurisdição teórica e prática, além da própria instabilidade a caracterizar tanto o Império quanto o governo de Buenos Aires e da qual a Cisplatina e a Província Oriental, respectivamente, eram causa e consequência. Permanecendo sob disputa entre diferentes forças políticas, a região oriental conheceria, finalmente, a oficialização da guerra.⁷⁰

Fructuoso Rivera, que liderava o exército brasileiro na região da campanha e havia recebido comendas de Lecor pela fidelidade na atuação em favor do Império do Brasil, rompe o seu juramento e se une aos antigos companheiros artiguistas. Aproveitando-se do apoio imediato e da efervescência dos movimentos contrários à dominação estrangeira, Juan Antonio Lavalleja consegue arrematar um exército de mil e quinhentos a dois mil homens e impõe seguidas derrotas às tropas brasileiras. Entre as principais, as do Rincón de las Gallinas dia 25 de setembro e em Sarandí no dia 12 de outubro. No final de 1825, apenas Colônia do Sacramento e Montevidéu permaneciam sob o comando brasileiro.

O Império do Brasil declara guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata no dia 10 de dezembro de 1825. A declaração oficial é feita por meio do *Manifesto ou exposição fundada, e justificada do procedimento da Corte do Brasil a respeito do Governo das Províncias unidas do Rio da Prata; e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido Governo*. Em síntese, a declaração respaldava-se nos mesmos argumentos oficiais da intervenção de 1817 e sinalizava a importância da Província Cisplatina para a consolidação da grandeza do Império do Brasil, que tinha por suas fronteiras o rio Amazonas e o rio da Prata:

Incorporando a tradicional imagem de Artigas como causa da intervenção de 1817, operava o *Manifesto* uma incorporação da história recente do Reino Unido como uma história *brasileira*, a história de um Brasil *ameaçado em suas fronteiras*. A Província

⁷⁰ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p. 214.

passara, por opção de seus habitantes, a integrar um *Império poderoso, reconhecido e consolidado*, de modo que este, definitivamente, herdava do Reino Unido a responsabilidade pela defesa da Cisplatina.⁷¹

No âmbito internacional o conflito ia de encontro aos interesses de poderosos, como os EUA e a Grã-Bretanha. Os dois países eram os que mantinham maiores relações comerciais com o Prata e os que mais temiam prejuízos pela interrupção desse fluxo. Os EUA, que tinha o maior número de navios que circulavam pela região, não reconheceram o bloqueio do rio da Prata anunciado pelo governo brasileiro no dia 17 de dezembro de 1822 e continuaram comerciando livremente, atitude que gerou descontentamentos do Brasil. Somado ao interesse comercial, a simpatia pelo regime republicano em Buenos Aires assustou os governantes no Rio de Janeiro, e estes temiam uma intervenção militar dos norteamericanos. A Grã-Bretanha sofreu duplamente, visto que além de ter ligações diretas com o comércio na região, os principais mercadores de Buenos Aires e Montevideu eram britânicos. Entretanto, não era apenas no comércio que a Guerra da Cisplatina afetava os britânicos, dos dois lados do conflito, britânicos combatiam e se agrediam mutuamente, atitudes que levaram a Grã-Bretanha a trabalhar pela paz o mais rapidamente possível.⁷²

Ainda em 1825, as Províncias Unidas do Rio da Prata, aproveitando a presença de Simón Bolívar (1783-1830) no Alto Peru, solicitam auxílio do militar para expulsar os brasileiros da Província Oriental. O plano seria um assalto simultâneo ao território brasileiro, a Bolívar caberia atacar pelo Mato Grosso e conquistar o Paraguai, para então adentrar na área dos conflitos. Todavia, os desentendimentos com Buenos Aires sobre quem comandaria a ação e o temor do caudilho de uma represália britânica impedem que as

⁷¹ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina"... *Op. Cit.* p. 784.

⁷² MONIZ BANDEIRA, Luiz A. A expansão do Brasil... *Op. Cit.* p.94-5.

negociações avancem.⁷³ Nos anos seguintes, os embates seguem em território oriental e nas águas do rio da Prata. Entre as principais batalhas estão a de Juncal, por água, no dia 9 de fevereiro de 1827 e a de Passo do Rosário ou Ituzaingó, por terra. Em ambas a vitória foi das Províncias Unidas do Rio da Prata, se sobrepondo às vantagens numéricas das tropas brasileiras.⁷⁴

Com grande interesse na pacificação, a Grã-Bretanha inicia as tratativas nesse sentido em março de 1826. O ministro plenipotenciário Lord John Ponsonby (1771- 1855) desembarca no Rio de Janeiro com o intuito de abrir as negociações com o Império do Brasil. Os ingleses tinham duas propostas para oficialização da paz: o Brasil cederia a Província Cisplatina às Províncias Unidas e receberia uma indenização em dinheiro que repararia os custos da ocupação luso-americana região; a segunda proposta era da independência completa da Província Cisplatina/Oriental aos moldes das cidades hanseáticas da Europa. As negociações se prolongam entre maio e agosto de 1826 e ao fim as duas propostas são recusadas pelo representante brasileiro, Antônio Luís Pereira da Cunha (1760-1837), Visconde de Inhambupe, que apresenta uma contraposta da permanência do território com o Brasil mediante o pagamento de uma compensação financeira às Províncias Unidas.

No mês de setembro, Lord Ponsonby se desloca até Buenos Aires para tratar da paz com os outros envolvidos no conflito. O presidente Bernardino Rivadavia (1780- 1845) recusa plenamente a contraproposta brasileira e não acredita que os líderes de Montevideú consigam manter a independência sozinhos, dessa forma, as negociações são encerradas. Com a mudança no gabinete brasileiro, a alternativa que transformaria a área disputada em independente passa a ser melhor vista pelas lideranças do Rio de Janeiro. Diante dessa nova posição, o governo das Províncias Unidas

⁷³ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina...*Op. Cit. p. 60.

⁷⁴ Um descrição do desenvolvimento dos combates, as estratégias adotadas e a distribuição dos troféus de guerra podem ser encontradas em: CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

envia, sem solicitação, um representante à capital do Império brasileiro, D. Manuel García. Ao final, a missão de García fracassa e cria uma profunda crise política que culmina na renúncia de Rivadavia em 03 de julho de 1827.⁷⁵

Nesse entretempo, aumenta significativamente o desagrado dos líderes da Província Oriental com a política unionista de Buenos Aires. A denominação da cidade como capital federal, a criação da Constituição unitária e a imposição dessa forma de governo sobre a Província Oriental levam Juan Antonio Lavalleja a romper com as Províncias Unidas do Rio da Prata em 12 de outubro de 1827. Conforme os conflitos avançavam no tempo e uma solução pacífica não era avistada pela população da Província Cisplatina/Oriental, maior se torna o rechaço tanto à ocupação brasileira quanto à possibilidade de uma anexação às Províncias Unidas. Embora tenha havido um crescimento do apoio à independência completa do território oriental, essa postura comum se situava dentro de interesses e temores variados. Nesse sentido, Ana Frega afirma que “en esa instancia las fuerzas sociales y políticas se realinearon en favor de la independencia plena, entendida ella misma de modo diferente por quienes concurren a declararla o aceptarla”.⁷⁶

Impossibilitados política e economicamente de manter as beligerâncias, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata sinalizam para o fim da Guerra da Cisplatina. Nas Províncias Unidas os conflitos internos entre os representantes do projeto unitário e do projeto federal minavam as forças e os cofres dos líderes políticos que poderiam estar envolvidos no conflito externo. No Brasil, a crise financeira intensificada pela guerra e a postura de D. Pedro faziam crescer o descontentamento em relação à política imperial e diminuir a sua popularidade. As negociações de paz,

⁷⁵ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina...*Op. Cit. p. 61-67.

⁷⁶ FREGA, Ana. La mediación británica en la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio de Brasil (1826-1828). Una mirada desde Montevideo. In: FREGA, Ana (coordinadora). *Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. p.127.

sob a anuência de Lavalleja, ganham força em 1828. O representante inglês Lord Ponsoby trabalha para a criação de uma república independente na região. Porém, Fructoso Rivera atrapalha os planos. O caudilho que havia se distanciado do projeto de Lavalleja em 1826 e estava escondido no litoral ataca a região das missões brasileiras rompendo o cessar fogo.

Apesar da atitude de Rivera, em agosto de 1828, os representantes da Grã-Bretanha, do Brasil e das Províncias Unidas se reúnem no Rio de Janeiro a fim de tratar dos últimos entraves para o fim oficial da Guerra da Cisplatina. No dia 27 de agosto, é assinada a Convenção Preliminar de Paz que declarava independente a Província de Montevidéu, chamada atualmente de Cisplatina. Pelo acordo, os líderes das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Império do Brasil declaravam o seu interesse pela criação de um Estado independente onde se localizava a Província Cisplatina. Os dois envolvidos no conflito abandonariam a área que teria uma nova constituição e receberia todo o apoio necessário para a oficialização do novo Estado. Ainda foi decidido que a navegação no rio da Prata e seus afluentes seria livre para todos os envolvidos na guerra por quinze anos e que a assinatura final do pacto seria no dia 04 de outubro do mesmo ano em Montevidéu.

A criação da República Oriental do Uruguai era uma dentre as soluções possíveis para a resolução do conflito entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil. A posição, mesmo que tenha ganhado adeptos conforme o avanço da guerra, não era unânime quando da assinatura da Convenção Preliminar de Paz. De acordo com os relatos dos representantes britânicos na região, havia distintos grupos políticos em Montevidéu no ano de 1828: os negativos, composto por espanhóis e *criollos*, indiferentes a quem governasse desde que fosse assegurada a paz para as pessoas e suas propriedades; os realistas, reunindo os “velhos espanhóis”, que reconheciam alguns prejuízos da dominação, porém desfrutavam da tranquilidade e segurança assegurada pelo Império; os imperialistas, integrado por portugueses, brasileiros, grandes

proprietários de terra e comerciantes que tinham seus interesses assegurados por Lecor; e os patriotas, que apesar de terem em comum a oposição ao Brasil, dividiam projeções futuras opostas. Entre as posições distintas dos patriotas, se contabiliza por um lado um grupo que busca a independência completa e a aplicação do projeto artiguista de organização política e distribuição de terras, e de outro o grupo urbano que sustenta uma ligação com as Províncias Unidas.⁷⁷

Ainda existiam os interesses comerciais e geopolíticos britânicos na região, entre eles, o desenvolvimento comercial com a pacificação, o equilíbrio de poderes regionais através da fragmentação da área, a preocupação na segurança de seus súditos que habitavam o Prata e a criação de um Estado independente na zona de conflito ou a liberdade de Montevideú aos moldes hanseáticos.⁷⁸ Todavia, a ação de Lord Ponsonby para a solução do conflito e a criação da República Oriental do Uruguai não alcançaria o sucesso - para as ambições britânicas - sem movimentos internos, principalmente em Montevideú, que caminhassem na mesma direção. Nesse sentido, as diversas posições, incluindo os partidários da intervenção inglesa e os movimentos endógenos pela independência, têm espaço e são tema de debates da imprensa cisplatina.

⁷⁷ BARRAN, José Pedro. FREGA, Ana. NICOLIELLO, Mónica. El Cónsul británico en Montevideo y la independencia del Uruguay. Selección de los informes de Thomas Samuel Hood (1824-1829). Montevideo, Dpto. de publicaciones de la UdelaR, 1999. Apud: FREGA, Ana. La mediación británica... *Op. Cit.* p.106.

⁷⁸ PÁDROS, Enrique Serra. *As origens da inserção internacional do Uruguai: do Estado-tampão ao pequeno Estado periférico*. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1995. p.169-178.

Capítulo II

A nação constituída pela tinta e pela pena: imprensa periódica na província Cisplatina (1821-1828)

No dia 19 de abril de 1823, com a primeira edição do periódico *El aguacero*, a população de Montevideú, recém-habituada - desde 1821 - com a circulação de jornais periódicos, folhas soltas e panfletos manuscritos e impressos, volta a contar com uma nova publicação local após, praticamente, seis meses de estagnação. Os redatores Santiago Vázquez (1789-1847), Antonio Felipe Díaz (1789-1869) e Juan Francisco Giró (1791-1863), que se tornariam alguns dos mais combativos jornalistas do período, no artigo inaugural do periódico, questionam a ausência momentânea de jornais na cidade e, especialmente, o silêncio dos antigos redatores e proprietários de publicações. Todavia, as provocações alcançam mais do que a publicação e circulação de impressos na Província Cisplatina. Ao escrever “¿Con qué empezarás plumista novicio? Por dar un pellizco al que es de tu oficio”¹, analisando a natureza do texto de seus antecessores, é demonstrada a principal característica da incipiente imprensa das primeiras décadas do século XIX na América Meridional: o debate de ideias, a contestação e a distribuição de “beliscões” nos governantes e nos periodistas de postura e pensamentos opostos.

¹*El aguacero*. Montevideú, nº1, 19 de abril de 1823.

A discussão política era, justamente, o grande objetivo da imprensa – compreendendo panfletos, periódicos, diários e revistas - no período das independências e no imediatamente posterior na América Latina. Para Paula Alonso “decir que esta prensa era política, de opinión o partidaria sería una redundancia. Aunque informara, ésa distaba de ser su meta.”² No decorrer do século XIX, a imprensa continuou sendo um dos mais importantes instrumentos para se fazer política. Expectativas e discussões variadas tinham na imprensa periódica o seu espaço de divulgação. Novamente, Paula Alonso destaca:

la prensa también se convirtió en una de las principales varas con las que se medió el grado de libertad de un gobierno y el nivel de “civilización” de una sociedad, siendo computada, junto con cifras de población, alfabetización, etcétera, en los primeros censos nacionales.³

Dada toda a transformação ao longo dos anos, existem poucas semelhanças entre as publicações contemporâneas e os primeiros impressos oitocentistas na América. Enquanto os periódicos atuais se dedicam a fornecer informações do mundo todo, inseridos no mercado global, e supostamente mantêm os seus editoriais sob o signo da imparcialidade, nos oitocentos se destacavam “aquellos diarios de corta vida, pequeña tirada, de lenguaje violento y apasionado, producidos por quienes hacían política, además, con la pluma.”⁴ Singularidade frisada, igualmente, por Álvaro Antonio Klafke, que ressalta, ainda, o caráter pedagógico da imprensa da época:

²ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p.8.

³ Idem.

⁴ ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas...Op. Cit.* p.9.

Diferentemente da imprensa atual, os jornais eram vistos como uma obra que poderia ser considerada “total”, coerente e “fechada”, no sentido de constituir um texto completo, depois de reunido. Alguns jornais eram publicados com um objetivo específico, quase sempre político, e que, uma vez alcançado, eliminava a razão de ser do órgão. Este passava a constituir, então, uma espécie de registro ou memória do acontecido. Os periódicos, em suma, pela sua intenção formativa para além da mera informação, eram pra ser lidos, discutidos, mostrados a outras pessoas e principalmente guardados, de modo que o exemplar do dia anterior não servia meramente de papel de embrulho.⁵

Essas características se aliam à proposição de Benedict Anderson ao expor que a imprensa, ao centralizar ações individuais, oferece à população a oportunidade de compartilhar uma mesma experiência, mesmo sem conhecimento mútuo. Por conseguinte, a imprensa periódica se constitui como importante instrumento para a criação e difusão de pertencimentos políticos, e posteriormente nacionais, em relação ao contexto de superação do Antigo Regime, marcado pela instabilidade social e política. A imprensa periódica é uma das principais ferramentas à disposição da população ainda não habituada à crítica política e à arregimentação de opiniões que constituíam esse espaço de debate. Em suma, o que se afirma é a importância que a imprensa toma na reorganização de sociabilidades e de culturas políticas no início do século XIX.⁶

Ainda cabe ressaltar as dificuldades para a criação, elaboração e manutenção de um jornal e a natureza, muitas vezes, elitista desse processo, bem como da própria leitura e discussão sobre os periódicos. Para o contexto luso-americano, Álvaro Antonio Klafke, a partir da análise de jornais da Província de São Pedro do Rio

⁵ KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2011. p.34.

⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das letras, 2008.

Grande do Sul, demonstra as dificuldades técnicas e financeiras para um jornal sair às ruas, sendo um

empreendimento de altíssimo risco, diga-se de passagem, a julgar pela efemeridade da maioria e pelas falências pessoais acarretadas. O equipamento para impressão era caro, exigindo um capital que somente grupos fortes, empresários com razoável cabedal ou o poder público de distintos níveis dispunham. A montagem de tipografias já constituía, por si só, uma empresa, e muitas eram responsáveis por diversas publicações.⁷

Já Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, concentrando-se principalmente no Rio de Janeiro, afirma que “o espaço em que se discutia essa cultura política nascente – sociedades literárias, clubes secretos, lojas maçônicas, mesmo botequins – excluía, quase por definição, qualquer participação das camadas populares”, mesmo que em alguns momentos houvesse esforço para a popularização do conteúdo:

Na realidade, para os autores de folhetos e redatores de periódicos, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de si mesma.⁸

Inserida nessas características, a oportunidade de Santiago Vázquez, Antonio Díaz e Juan Francisco Giró de debaterem os limites e as possibilidades oferecidas pela liberdade de imprensa na Província Cisplatina é gestada anteriormente. A partir do desenvolvimento de uma nascente cultura política, de uma esfera pública e, por conseguinte, do advento de novas formas de sociabilidade, é que a imprensa cisplatina pôde se desenvolver até se tornar um instrumento decisivo para criar e reafirmar as bases da

⁷ KLAFFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz... Op. Cit.* p.39-40.

⁸ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003. p.104.

nação e do nacionalismo na região. Dessa forma, estes elementos, fixados na conjuntura íbero-americana, devem ser analisados em um primeiro momento, para então, nos aproximarmos da história dos impressos na região e do conteúdo de suas páginas.

2.1 Entre tipos e cafés – surgimento e características da imprensa Oitocentista

O historiador alemão Reinhart Koselleck na obra *Crítica e Crise*, aponta que desde o seu desenvolvimento e fortalecimento, o Estado absolutista gestou a sua própria crise geral. Nesse processo, o Iluminismo surgido nos marcos do Absolutismo torna-se seu principal opositor, primeiramente através da crítica moral apolítica e gradativamente transformando-se no centro difusor da contestação ao Antigo Regime. Koselleck demonstra que distintos grupos com importância econômica, intelectual e social não encontravam espaço dentro das estruturas e instituições do Estado Absolutista. Assim, criou-se uma dialética na qual:

A tensão entre a crescente importância social, de um lado, e a impossibilidade de ter expressão política, de outro, determinava a situação histórica em que se construía a nova sociedade. Esta situação seria decisiva para o seu caráter e desenvolvimento. A segmentação crítica entre moral e política, invocada pela inteligência burguesa, resultava desta diferença e, ao mesmo tempo, a acentuava.⁹

Os integrantes dessa nova sociedade passaram a se reunir em locais despolitizados como cafés, bibliotecas, salões, onde promoviam ações sociais toleradas pelo monarca. A importância política destes encontros não se dava de modo claro, entretanto,

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 1999. p.60.

passaram paulatinamente a adquirir um sentido de politização e de questionamento ao regime, afinal:

Desde o início, os representantes da sociedade só podiam exercer influência política – se é que podiam – de maneira indireta. Assim, todas as instituições sociais da nova camada social, aberta à sociabilidade, adquiriram potencialmente um caráter político. Na medida em que influenciavam a política e a legislação do Estado, tornavam-se forças políticas indiretas.¹⁰

Desse processo decorre o que Jürgen Habermas considera o momento de nascimento de uma esfera pública.¹¹ Esse processo se cristaliza com o declínio das instituições feudais e o fortalecimento dos Estados Nacionais modernos, elementos subjacentes ao desenvolvimento do capitalismo e à politização da sociedade burguesa. O debate político, publicizado através da imprensa, afasta a classe dirigente da “boa sociedade”, a discussão antes privada se torna coletiva e aberta através da “opinião pública”¹². Em síntese, o intelectual alemão afirma que:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regularmente pela autoridade, mas

¹⁰ Idem. p. 61.

¹¹ Ao discutirem a contribuição de Jürgen Habermas, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière propõem a pluralidade de espaços e de esferas públicas: “Por eso hemos preferido, frente al monismo de la “esfera pública”, la pluralidad de los “espacios públicos”. La esfera pública se entiende como un espacio abstracto e inmaterial, aun cuando una historia cultural de nuevo cuño, cuyos ecos encontraremos en varios de los capítulos, ha abordado ya sus aspectos más palpables: los impresos, su difusión y su recepción, las prácticas de lectura, etc. La mayor parte de los espacios públicos que encontramos aquí son muy concretos: la calle y la plaza, el Congreso y el palacio, el café y la imprenta. Y sobre todo la ciudad, lugar por excelencia de la política. El público es aquí, ante todo, el pueblo concreto con toda su diversidad. Los encuentros y las modalidades más intelectuales y etéreas de la comunicación y del intercambio de opiniones se producen en el espacio compartido de las relaciones personales, del vecindario, del parentesco y de la pertenencia a las mismas instituciones. El abstracto espacio público moderno es todavía uno más de los espacios –muy reducido en muchos casos– en los que se congregan, comunican y actúan los hombres.” In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998. p.10

¹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1984. p.27-41.

diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública.¹³

Em que pese as importantes considerações de Habermas, existem decisivas diferenças entre o objeto de sua análise, a sociedade burguesa europeia, e a conjuntura política, econômica e social da América Meridional. Entre as principais destacam-se: a condição colonial e hierarquizada da economia e da sociedade americana, o escravismo – principalmente na América portuguesa, o baixo desenvolvimento dos núcleos urbanos e a densidade populacional.¹⁴ No tocante às diferenciações, principalmente sobre a utilização do termo sociedade burguesa, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière alertam que:

el concepto de “sociedad burguesa” es, la mayoría de las veces, inadecuado, incluso cuando el historiador se limita a un enfoque estrictamente sociológico de las formas de la publicidad. La inadecuación se vuelve todavía más aguda al tratarse del mundo hispanoamericano, ya que éste ignoró, por lo menos hasta finales del siglo XIX, el uso de la palabra *burguesía* en su léxico político e ideológico. Se puede inferir de esto que las formas supuestamente “burguesas” de sociabilidad tampoco cuajan bien con la realidad iberoamericana. Y con eso aparece lo que para nosotros sería el punto más problemático: su encuesta se limita, esencialmente, a Francia, Inglaterra y Alemania; esta selección —que puede justificarse para el siglo XIX— deja fuera del análisis una vasta y esencial área cultural del Antiguo Régimen: Italia y el mundo ibérico.¹⁵

¹³ Idem. p.42.

¹⁴ KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz... Op. Cit.* p.54.

¹⁵ GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos... Op. Cit.* p.6 en *Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX.* Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998. p.6

Entretanto, algumas similaridades devem ser congraçadas, entre elas principalmente o processo gradual de politização da sociedade, bem como da publicização de críticas e opiniões contrárias aos governantes. Na América Ibérica esse movimento é derivado, em grande parte, das reformas das estruturas coloniais empreendidas pelas metrópoles na tentativa de reverter a sua posição subalterna na conjuntura econômica e política europeia do século XVIII.¹⁶ A ilustração ibérica, matriz de pensamento dos teóricos das reformas políticas e econômicas vigentes, moldada a partir da estrutura do Antigo Regime não projetava a dissolução dos domínios coloniais, e sim a sua racionalização e continuidade. Contudo, com o efeito dessas tentativas de reforma se agudizou a crise política e somada à conjuntura revolucionária iniciada nas colônias inglesas na América e propagada a partir da França em 1789 e o posterior avanço de Napoleão Bonaparte, desenvolveram-se na América novas formas de sociabilidade e cultura política.

Nesse sentido, François-Xavier Guerra argumenta que a modernidade, principalmente através do paradigma de pensar a sociedade através do indivíduo, permitiu o advento de uma nova forma de pensar e fazer política. Tais elementos foram difundidos na Europa e com suas particularidades alcançaram a América hispânica. Para o historiador:

Es solo en la expansión de los actores sociales modernos, en la difusión de las nuevas formas de sociabilidad y en los imaginarios que éstas transmiten donde están reunidas las condiciones para acceder a la política moderna. Una política que exigirá esfuerzo permanente para transformar la heterogeneidad de los actores sociales en la unidad de la opinión, del interés o de la voluntad generales.¹⁷

¹⁶ Em relação à América portuguesa ver: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil... Op. Cit.* No tocante à América espanhola ver:, HALPERIN, Túlio Donghi,. *Reforma y disolución... Op. Cit*

¹⁷ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências...Op. Cit.* p.91.

Ainda no contexto de rupturas e continuidades entre o pensamento do Antigo Regime e a tomada de consciência entre os americanos de sua posição de submissão, István Jancsó investiga as novas motivações e modalidades de contestação do domínio metropolitano na América portuguesa. Anteriormente compreendidos como críticas locais a um sistema político e econômico correto, porém mal administrado, nessa nova conjuntura

os ensaios sediciosos do final do século XVIII anunciaram a erosão de um modo de vida. A Crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico – pois é essa a posição da América portuguesa – apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social. Manifestações políticas dessa crise, os ensaios de sedição lançam a luz, para além da negação do absolutismo monárquico, sobre o despontar de novas formas de sociabilidade, permitindo penetrar no pulsar do cotidiano, tanto das elites quanto dos outros diversos segmentos da sociedade colonial.¹⁸

Dentro dessa conjuntura de politização e desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, a imprensa vai ter função decisiva. João Paulo Pimenta sinteticamente define a importância dos jornais durante os primeiros anos dos Oitocentos:

O periodismo, que nos Estados Unidos já adquirira importância no século XVIII e que se fazia presente na América espanhola desde 1722, terá grande impacto nas sociedades hispano e luso-americanas a partir dos primeiros anos do século XIX. Inicialmente oficiosos, os periódicos noticiavam movimentos comerciais, entrada e saída de embarcações dos portos, notícias locais e mundiais, tornando-se em seguida repositórios privilegiados de debates políticos.¹⁹

¹⁸ JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 389.

¹⁹ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.68.

A imprensa periódica surge no século XVII na Europa e chega à América – de colonização inglesa e espanhola - apenas no século seguinte, embora ainda defasada em relação à produção das metrópoles, que impunham sistemas de vigilância ao conteúdo dos impressos que circulavam no continente americano. A experiência na América portuguesa não foi destoante do restante do continente: os periódicos circularam mais sistematicamente com a chegada da família real em 1808 e a instalação da tipografia da Imprensa Régia. O primeiro periódico do Rio de Janeiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, data do mesmo ano. O jornal oficioso tinha como propósito publicar anúncios oficiais, festividades da corte, leis e notícias de todo o mundo, principalmente da Europa, buscando, assim, inserir o Rio de Janeiro na vivência do mundo monárquico e fortalecer a imagem de D. João VI frente aos súditos dos trópicos. Outra novidade é a maior circulação na cidade de periódicos vindos da Europa, principalmente de Londres e Lisboa.

Dentre eles, um dos mais importantes, o *Correio Brasiliense*.²⁰ Editado por Hipólito José da Costa (1774-1823) - um português nascido na Colônia do Sacramento e exilado na Inglaterra em 1805 - em Londres e que teve seu primeiro número publicado no dia 01 de junho de 1808. Não obstante a produção de origem inglesa, o jornal circulava clandestinamente em terras americanas, tanto em suas porções lusitanas quanto espanholas. Além de notícias do mundo, em especial do Império português, e diferentes seções, Hipólito dedicava-se longamente em todos os números do jornal a exprimir sua opinião, prognósticos e diagnósticos sobre todos os eventos publicados na mesma edição do jornal. Formando, desse modo, uma interessante visão pessoal dos eventos noticiados e inaugurando uma imprensa de opinião praticamente inexistente anteriormente no mundo luso-americano, visto que foi um dos

²⁰ O periódico circulou entre 01 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822 e teve cento e setenta e cinco números publicados.

primeiros periódicos a se destacar do governo. Embora, declarasse seu apoio à monarquia lusitana, criticava sempre que considerasse necessário os supostos erros da administração portuguesa, apoiava o livre-comércio e tinha restrições à administração metropolitana ibérica e sua gestão das coloniais americanas.²¹

O desenvolvimento da imprensa periódica na América portuguesa não se deu em um vazio cultural, mas em uma época de politização da sociedade, de intensas relações e sociabilidades nascentes, a partir das quais a imprensa pôde se desenvolver. O periodismo marca um espaço já em construção. A circulação dos jornais não se restringia a esferas sociais e setores específicos, embora os letrados detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa – as leituras coletivas eram a principal forma de o conteúdo chegar à população iletrada.²² Nesse sentido, a imprensa quando estabelecida no Brasil não pode ser considerada como fruto de um surgimento espontâneo, mas decorrência de experiências perceptíveis, ainda que de forma incipiente, internamente. Andréa Slemian afirma que esse ambiente de circulação de ideias e debates em novos espaços construiu um importante espaço de crítica, onde se difundiam valores políticos gestados desde o final do século anterior. A tentativa da Corte de controlar os periódicos, bem como a crítica decorrente de seu debate, é entendida pela historiadora como uma forma de demonstração da crise política do Antigo Regime em sua porção portuguesa.²³

Na América espanhola, embora a circulação de periódicos já fosse regular para os seus habitantes, é a partir de 1808 que se encontra a maior profusão de publicações. Com a crise política, a

²¹MOREL, Marco. BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 16-17. LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. *Op. Cit.* p.164-168. PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p. 72-74. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa... Op. Cit.* p. 22-28.

²²MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra escrita. In: MARTINS, Ana Luíza. LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 25.

²³SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

abdicação e a usurpação de José Bonaparte proliferaram em toda Espanha e nas Índias diversos discursos, inclusive escritos, em favor da casa dos Bourbons e condenando a ação bonapartista. A oposição à ocupação francesa levou à constituição de juntas distribuídas pelo mundo hispânico que escrevem, copiam e distribuem diversos manuscritos, jornais e folhetos. Sobre o conteúdo e a função destes, François-Xavier Guerra assinala que:

Lo que expresan la mayoría de estos escritos no son opiniones, sino valores: la fidelidad al rey y el rechazo del usurpador, la exaltación de la patria, de su religión, de sus leyes y costumbres, los derechos de la nación a la que no se puede dar un monarca sin su consentimiento... El registro en que todos estos discursos se sitúan es el del combate: justificación de la lucha, exhortación a la resistencia, legitimación de los nuevos poderes, execración del enemigo. No caben aquí ni los matices ni la diversidad de opiniones. El tono es unanímista, puesto que corresponde a lo que todas estas manifestaciones pretenden ser: los portavoces del pueblo —de la comunidad política— o de los diferentes cuerpos que lo componen, o, dicho de otra manera, esa suprema instancia de legitimación que es la *vox populi*.²⁴

A respeito da difusão do conteúdo da imprensa em afirmação nas Américas e em liberdade na Espanha, são diversas as modalidades de interação tanto em antigos como em novos espaços de sociabilidade. Em um ambiente de intensa atividade social, reuniões, tertúlias e cafés, a vida política floresce inclusive entre as mulheres. Nesse sentido, François Xavier Guerra afirma que:

Todos estos escritos no remiten a un público de lectores anónimos y solitarios, sino a un mundo culto, amante de la sociabilidad, de la discusión seria, pero también del humor, de la habilidad literaria y galante y, por lo tanto, no exclusivamente masculino. En las tertulias de esa época es corriente la participación femenina y nada

²⁴ GUERRA, François Xavier. «Voces del pueblo». *Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814)*. In: Revista de Indias, 2002, vol. LXII, núm. 225. pp. 357-384. p.359.

estaría más lejos de la realidad que pensar en un universo en el que los asuntos importantes se discuten en ausencia de las mujeres. Los testimonios indican, al contrario que el interés por la política es común a hombres y mujeres, como también lo es la discusión de esos asuntos.²⁵

Acerca da crescente politização da sociedade e do surgimento de novas formas de sociabilidade na região platina, Pilar González Bernaldo assinala que no final do século XVIII surgem, em Buenos Aires, novos locais de encontro como cafés, casas de bilhar e hotéis, amplamente frequentados por jovens estudantes e estrangeiros. Estes ambientes possuíam determinações sociais mais bem definidas, funções determinadas e decorrentes do advento da imprensa periódica. Esses locais passaram a dividir espaço com as tradicionais - e mais informais - formas de sociabilidade como praças, igrejas, mercados e *pulperías*. O caráter político dessas novas formas de sociabilidade, que passou por três fases de desenvolvimento em Buenos Aires, é destacado pela historiadora:

La sociabilidad política, concepto que liga la noción de temperamentos colectivos con una práctica e ideología de la acción en la esfera pública, irrumpe en los hábitos de sociabilidad porteña hacia comienzos del siglo XIX. Es posible distinguir tres etapas en el desarrollo de la sociabilidad política en la ciudad de Buenos Aires hasta 1815. Un primer momento desde la aparición de la primera prensa periódica en 1801 hasta el inicio de regularización de las reuniones del grupo de jóvenes reunidos en el café de Marco en marzo de 1811. Un segundo momento que comprendería el período de formalización de este grupo, primero como “Club morenista” y luego en la Sociedad Patriótica; una tercera etapa de predominio de la Logia Lautaro.²⁶

²⁵ Idem. p. 368.

²⁶ GONZÁLEZ, Pilar Bernaldo. *La Revolución Francesa y la emergencia de nuevas prácticas de la política: la irrupción de la sociabilidad política en el Río de la Plata*. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”. Tercera Serie, num. 3, 1^{er} semestre de 1991. p.14.

Dessa forma, mais do que um surgimento espontâneo e independente, Pilar González Bernaldo entende que as formas de sociabilidade, já existentes desde o final do século XVIII, é que tendem a politizar-se. Processo comum a toda América hispânica, mas que na região platina se acentua com as invasões inglesas de Buenos Aires e Montevideú em 1806 e 1807.²⁷ Todavia, não existem muitos estudos sobre sociabilidades e circulação de ideias na Banda Oriental, ainda assim, Ana Frega aponta alguns caminhos. Como no restante da América espanhola, na região os principais locais de encontro eram cafés, *pulperías* e tertúlias, geralmente realizadas nas dependências das elites locais, onde se discutia e se faziam leituras coletivas de folhetos, periódicos e impressos considerados importantes. Apesar de não existirem universidades e acesso à formação superior em Montevideú e na campanha, a elite oriental tinha acesso à cultura letrada e ilustrada através da vida religiosa ou militar e estudos em Santiago, Buenos Aires, Charcas ou Córdoba.²⁸

Recentemente, Wilson González Demuro apontou mais elementos para a compressão das práticas de leitura e sociabilidade na Banda Oriental e nos primeiros anos pré-guerra da Província Cisplatina. Segundo o historiador não existiam muitos centros de ensino na região no início do Oitocentos, os que haviam eram controlados por religiosos, especialmente padres franciscanos, ou por iniciativas particulares, em todos os casos o que era oferecido era apenas uma introdução às letras e uma formação básica. As bibliotecas particulares também tinham o acesso restrito a religiosos e a famílias de elite, não eram abundantes as coleções e se concentravam praticamente apenas em Montevideú. Ricos comerciantes, proprietários de terra e a Companhia de Jesus “formaron bibliotecas en las que se hallaban decenas o centenares de libros sobre las más diversas materias. La mayoría de ellas se encontraba en la ciudad- puerto, pero no faltaron algunas en puntos

²⁷ Idem.

²⁸ FREGA, Ana. Pueblos y soberanía en la revolución artiguista...Op. Cit. p.182-189.

como Maldonado, Colonia y Soriano”.²⁹ Não existem registros sobre muitas livrarias na região, o certo é que antes de 1790 não existiu nenhuma na Banda Oriental. Outra importante fonte de informação foi o teatro, fonte de politização bastante vigiada pelo Barão de Laguna durante os anos de ocupação lusitana e posteriormente brasileira.³⁰

Não obstante a multiplicação na produção, circulação e discussão de periódicos na América espanhola, esse processo não se dá igualmente em todo o continente. Uma das causas mais preponderantes é a dificuldade de acesso aos aparatos necessários para a impressão de um jornal. Enquanto que Madrid, em 1808, já contava com dez prensas para impressão e existiam aproximadamente mais de trinta espalhadas pelo interior da Espanha, principalmente nas cidades que abrigavam Juntas de governo, na América espanhola, com exceção da Nova Espanha que contava com dez prensas instaladas, oito na Cidade do México, o acesso aos meios para a elaboração de um jornal era precário: Buenos Aires, Caracas, Bogotá e Lima contavam apenas com uma unidade em cada município. Algumas regiões irão contar com tipografias locais apenas em meados da década de 1810.³¹

No México, que contava uma imprensa regular desde o século XVIII, no início do século XIX, são publicados a *Gazeta do México*, jornal bissemanal fundado em 1808, o *Diario de México*, jornal diário criado em 1805, mesmo ano de criação do *El Noticioso General*, dedicado à publicidade e curtos anúncios gerais. A cidade de Veracruz também contava com uma incipiente imprensa periódica. Em 1806, é fundado o semanário *El Jornal económico de Veracruz*, que um ano depois se torna diário.

²⁹ GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013. p.171.

³⁰ Idem. p.165-185.

³¹ GUERRA, François Xavier. «*Voces del pueblo*»...*Op. Cit.* p.376.

Na região platina, os primeiros periódicos conhecidos datam do início do século

XIX. A publicação inaugural cabe ao *Telégrafo Mercantil, Rural, Político-Económico e Historiográfico del Río de la Plata*, publicado em Buenos Aires entre 1801 e 1802. Seguindo a mesma linha e publicado na mesma cidade, o *Semanario de Agricultura, Industria y Comercio* permaneceu em atividade entre 1802 e 1807.

Em Montevidéu, a primeira publicação data de 1807. Fundado durante a ocupação inglesa da cidade, o jornal intitulado *The Southern Star* o *La Estrella del Sur* circulava aos sábados e tinha como principal objetivo mostrar aos leitores a decadência da Espanha e as grandes qualidades do sistema inglês de governo. Sob a responsabilidade de um major do exército britânico, os textos em inglês eram alternados com alguns produzidos em espanhol. Segundo Estrada, o *La Estrella del Sur* não teve impacto a médio e longo prazo, assim como ligação com as produções periódicas posteriores. Para o autor, a publicação pouco diz respeito à imprensa periódica oriental, suas características estavam enraizadas no sistema colonial e suas publicações eram de natureza transitória. Por conseguinte, sua influência desapareceu juntamente com o encerramento de suas atividades, no mesmo ano de sua fundação.³²

As publicações que vão marcar diretamente o conturbado ambiente platino nascem no mesmo ano, 1810, e são homônimas: a *Gazeta de Buenos Aires* e a *Gazeta de Montevideo*. Com alcance territorial e influência maior que as publicações anteriores, os dois periódicos vão se tornar decisivos instrumentos para fazer e debater política na região. O jornal buenairense, que circulou até 1821, foi fundado simultaneamente com a instalação da Junta Provisória de Buenos Aires e tinha como principal objetivo, justamente, ser o principal instrumento de comunicação do novo governo. O periódico, além de publicar notícias de todo o continente, avisos e

³² ESTRADA, Dardo. *Historia y bibliografía de la imprenta en Montevideo 1810-1865*. Montevideo: Librería Cervantes, 1912. p. 7.

comunicações oficiais, mantinha seções em que intelectuais, geralmente editores do jornal, colaboravam analisando a política local e internacional. Entre eles, destaca-se Mariano Moreno (1778-1811), editor do periódico, secretário da Junta de Buenos Aires e importante político no primeiro ano da Revolução de Maio.³³

A *Gazeta de Montevideo* teve seu prospecto publicado no dia 8 de outubro e sua primeira edição no dia 13 do mesmo mês. A equipagem necessária para a criação da publicação foi patrocinada pelo governo joanino que havia enviado para a cidade um mês antes uma prensa. Buscando contrapor-se à propaganda revolucionária publicizada na outra margem do rio da Prata, o periódico defendia a causa monárquica e a legitimidade das pretensões de Carlota Joaquina na região, desta linha de argumentação deriva o apelido de sua *prensa*: *La Carlota*.³⁴ A gazeta publicava documentos oficiais, notícias e artigos de seus editores. Em oposição à tendência americanista das publicações revolucionárias de Buenos Aires, o periódico detinha mais atenção aos acontecimentos europeus, especialmente de Portugal e Espanha. Essa posição europeizada determinava um objetivo específico, afinal,

a ênfase nas notícias da península significava uma tentativa de redirecionar as atenções dos montevideanos e o seu vínculo político em um plano ao mesmo tempo simbólico e prático, no qual a detração dos projetos representados pelas juntas provisórias – e em especial da de Buenos Aires – surgia como instrumento de viabilização de um outro, que se construía nas páginas e na própria origem da *Gazeta de Montevideo*: a manutenção da monarquia e da dinastia bourboniana.³⁵

³³ Acerca da participação de Mariano Moreno nos eventos de Maio de 1810, as influências de seu pensamento e o conteúdo de seus escritos políticos, ver: CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados...Op. Cit.* Especialmente o cap. 6.

³⁴ ESTRADA, Dardo. *Historia y bibliografía... Op. Cit.* p.7.

³⁵ ESTRADA, Dardo. *Historia y bibliografía... Op. Cit.* p.7.

Embora o regulamento de 26 de outubro de 1811 tenha ampliado a liberdade de imprensa, são poucas as publicações na região platina. As três publicações *El Censor*, *El Grito del Sud* e *Mártin o Libre* são do mesmo ano, 1812, e originárias da mesma cidade, Buenos Aires. Na América portuguesa, sob censura, a novidade foi o periódico baiano *Variedades ou Ensaios de literatura*, publicado também em 1812. Nesse contexto, a maioria das publicações compartilhavam experiências ambivalentes, ao mesmo tempo em que projetavam novas formas de se fazer política e organizar novas instituições nascentes, o faziam, ainda, dentro dos paradigmas do Antigo Regime.³⁶ Os anos seguintes repetem a fórmula anterior: apesar da liberdade, poucas publicações surgem. No Rio de Janeiro, em 1813, mais um jornal favorável a D. João VI e à corte joanina começa a ser impresso, trata-se de *O Patriota*. Na região platina, enquanto em Buenos Aires é publicado *El redactor de la Asamblea*, em 1813, em Montevidéu, surge *El sol de las Provincias Unidas*.

O primeiro número de *El sol de las Provincias Unidas* foi publicado em 2 de julho de 1814. O jornal se destaca por ser o primeiro que rompe com as publicações espanholas na cidade e em toda a Banda Oriental, sendo um instrumento de propaganda da causa buenairense na região. Cabe lembrar que, nesse período, o Diretório de Buenos Aires emitiu um decreto criando a Província Oriental, área subordinada às Províncias Unidas do Rio da Prata com a intendência localizada em Montevidéu. O periódico que tinha como objetivo declarado publicar notícias e tratar do interesse público, cumprindo a motivação de sua existência, reservou bastante espaço nas primeiras edições ao empreendimento portenho e suas vantagens. Nos argumentos do redator, é enfatizado o nascimento político de Montevidéu a partir da invasão e a

³⁶ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* p.83.

igualdade de pertencimento entre todos os habitantes das cidades platinas, inaugurando um período promissor para a região.³⁷

Em 1816, com a declaração de independência das Províncias Unidas do rio da Prata, a produção da imprensa é ampliada rapidamente. Na cidade de Buenos Aires, entre 1815 e 1819, surgem quatorze novos periódicos, entre os mais notórios estão *El Censor*, *La Prensa Argentina*, *La Crónica Argentina* e *El Abogado Nacional*. Em Montevédu, a única publicação se resume a um prospecto do *Periódico Oriental*, em outubro de 1815. Estes novos jornais, fora das restrições coloniais, passam a discutir mais profundamente as formas de governo e os limites territoriais desses novos Estados a serem construídos e legitimados. Nesse sentido, a imprensa abandona o caráter mais oficial e oficioso dos anos anteriores, abrindo espaço para discussões políticas, críticas a adversários e governantes. Postura acompanhada pelo restante da sociedade, que utiliza os periódicos como ferramenta de demonstração de suas ideias, através das colaborações por escrito.³⁸

Após intensos conflitos entre Buenos Aires e as províncias do interior, a pacificação começa a tomar forma a partir da eleição de Martín Rodriguez (1771-1845) como presidente da Junta de Representantes das Províncias Unidas do Rio da Prata em

4 de abril de 1821. O caudilho com grande experiência militar classifica como prioridade a solução dos conflitos entre as distintas *montoneras*³⁹ da região, mas para a governança, elege ministros de pouca importância e habilidade política. Sem sucesso, Rodriguez no dia 18 de julho modifica seus ministérios e nomeia Bernardino Rivadavia como principal mentor de sua administração. O poderoso ministro institui uma série de reformas visando à centralização

³⁷ PRADEIRO, Antonio. *Índice cronológico de la prensa periódica del Uruguay 1807-1852*. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y ciencias, 1962. p.9-10.

³⁸ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação... Op. Cit.* 124-136.

³⁹ A expressão originária de *Montón*, a plebe, o povo, foi utilizada para denegrir as tropas artiguistas pelos realistas que estavam cercados em Montevédu.

política e à ilustração da sociedade. A imprensa, em grande liberdade desde a nova lei de 1821, tinha papel central no projeto rivadariano, como expõe Jorge Myers:

Para el ministro de Gobierno y sus seguidores, la prensa debía ser a la vez vehículo y fábrica de la ilustración de los ciudadanos rioplatenses; debía ella expresar, pero también moldear una opinión pública legítima. En el discurso de los rivadavianos, la opinión pública era representada como el resultado de un libre debate público entre opiniones individuales no sólo racionales, sino también ilustradas. Era sobre todo en función de esta última exigencia que se había establecido una libertad relativamente amplia para la prensa. Sitio privilegiado de la polémica, la prensa debía convertir aquellas polémicas informadas por la ilustración de sus protagonistas en una incisiva herramienta pedagógica. Dicho en otras palabras: era preferible que el debate en la prensa se diera entre escritores “ilustrados”, ya que ello contribuiría a elevar el grado de ilustración del público.¹⁸⁹

Em função desta política, surgem em torno de vinte e cinco periódicos nos primeiros anos da década de 1820 em Buenos Aires. Os jornais que aparecem nesse período podem ser classificados em dois eixos: os periódicos “ilustrados” que se dedicam à divulgação de ideias da ilustração e conhecimentos científicos e filosóficos, com público mais restrito, a exemplo do *La Abeja Argentina* e os *Anales de la Academia*; e os periódicos “cultos” que se inserem nos debates diários com argumentos fundamentados com grande cultura, porém sem grandes ensaios eruditos, e têm um público mais amplo, caso do *El Argos de Buenos Aires*.⁴⁰

Em 1817, se estabeleceu em Montevidéu o general chileno José Miguel Carrera (1785-1821). Com experiência política e militar, Carrera viajou por praticamente toda a América em favor da causa revolucionária. Na Banda Oriental, onde se estabeleceu após graves

⁴⁰ MYERS, Jorge. Identidades porteñas. El discurso ilustrado en torno a la nación y el rol de la prensa: *El Argos de Buenos Aires, 1821-1825*. In: ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas...Op. Cit.* p.45-46.

divergências com os líderes das tropas e da administração das Províncias Unidas do Rio da Prata, foi decisivo para a retomada e ampliação da atividade periodística. Nos dois anos que permaneceu em Montevideu, não obstante a sua posição, recebeu auxílios de Carlos Frederico Lecor para as suas atividades jornalísticas - posição que contraria as exaltações ufanistas de que seus periódicos seriam ilegais e combateriam a dominação estrangeira⁴¹-, vistas pelo Barão de Laguna como úteis também aos objetivos portugueses na região, entre eles, a propaganda antiartiguista e contrária a Buenos Aires. Nesse contexto, José Miguel Carrera foi responsável, embora ainda se duvide de sua autoria, por dois periódicos: *El Hurón* e *Gazeta de un Pueblo del Río de la Plata a las Provincias de Sud América*. O principal foco das publicações era denunciar o autoritarismo e a corrupção do governo buenairense, principalmente dos administradores ligados à “Logia Lautaro”. Por não contar com datas e registros, não é possível determinar a data exata das publicações, nem se circularam simultaneamente, contudo é importante destacar que foram “publicaciones hechas desde y no para Montevideo, más allá de su probable circulación dentro de la provincia.”⁴²

Na América portuguesa, a segunda década dos oitocentos também é pautada por decisivas alterações. Em Portugal, o descontentamento com a política joanina no Rio de Janeiro, as perdas econômicas e a decisão da corte de permanecer na América mesmo com a pacificação da Europa culminam no dia 24 de agosto de 1820 com a Revolução do Porto. O movimento rapidamente ganha adeptos em Lisboa, Bahia, Pará e Belém. Assim, inspiradas no

¹⁹² GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental... Op. Cit.* p.254.

⁴² O jornalista Daniel Álvarez Ferretjans analisa a história da imprensa uruguaia “Desde La Estrella del Sur a internet”, contudo as primeiras décadas do Oitocentos são pouco analisadas e vistas a partir de um prisma nacionalista. Dessa forma, os periódicos que tiveram o envolvimento de Carrera são marcados como uma imprensa ilegal e de resistência. Ver: FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay. Desde La Estrella del Sur a internet*. Montevideo: Findesiglo, 2008. p.60-83.

ocorrido em Cádiz em 1812, se desenvolviam as ideias liberais no Reino português. Dessa forma, a situação passou progressivamente a se tencionar, condição controlada apenas com a volta de D. João VI a Portugal. Porém, conflitos de poder no Rio de Janeiro e em diversas províncias modificam novamente a situação política, agora sob as ordens de uma Junta de Governo comandada por D. Pedro. A reunião das cortes e o movimento liberal de 1821 trouxe à tona diversas transformações, entre elas, a liberdade de imprensa, promulgada no dia 28 de agosto de 1821. As discussões antes restritas a uma esfera privada, a partir desse momento, podem e vão ser publicizadas. Nesse sentido, Andréa Slemian afirma que:

Os temas da política ganhavam novos espaços e também contornos. Mesmo que eles já estivessem presentes, de forma circunscrita a poucos grupos, desde fins do século XVIII, seria apenas no início dos anos 1820 que ganhariam maior destaque. No entanto, além da ampliação do arco de interesses, houve também uma mudança qualitativa dos assuntos que ganhavam destaque, dos agentes sociais e espaços envolvidos. Pregava-se abertamente o “liberalismo” e a luta contra o “despotismo” agora mimetizado no absolutismo monárquico.⁴³

Entre 1821 e 1823, surgem trinta e um novos periódicos no Rio de Janeiro. Os folhetos aparecem em número ainda maior, ultrapassando as quinhentas unidades. Embora a imprensa áulica ainda tivesse força, a exemplo dos jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro* e *A idade de ouro do Brasil*, na Bahia, os periódicos de contestação também ampliavam consideravelmente seu espaço em praticamente todas as grandes municipalidades, como o *Tamoyo* e *Malagueta* no Rio de Janeiro, *O Conciliador* no Maranhão e a *Segarrega* em Pernambuco.⁴⁴ Essas publicações passaram a ocupar ambientes de sociabilidade que também auxiliaram na sua

⁴³ SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise... Op. Cit.* p.139.

⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Ed. 2 Rio de Janeiro: editora Graal, 1977. p.53.

fomentação como cafés, livrarias, tipografias, botequins, academias, sociedades secretas. Desse modo, o processo de independência do Brasil cristalizou transformações no espaço urbano, nas relações entre a sociedade e no desenvolvimento de novos canais de opinião, sobretudo a partir do fortalecimento de uma imprensa de opinião luso-americana, inaugurada anteriormente por Hipólito José da Costa. Elementos articulados com as transformações políticas onde a representatividade e o papel do monarca também eram reavaliados, portanto, a opinião e a circulação de ideias descolavam-se de uma rígida e monolítica visão articulada com as posições das autoridades:

a passagem da América portuguesa para Brasil independente representou, entre outros aspectos, significativas transformações na cena pública, onde as maneiras de conceber os espaços de fazer política – no âmbito da *polis*

– alteraram-se. Pode ser considerado como inovação deste período o surgimento da imprensa periódica de opinião, de associações leigas e não diretamente vinculadas à administração pública, ou seja, de mecanismos, ainda que reduzidos, que legitimavam determinadas liberdades (e suas restrições) de expressão e reunião, inclusive no campo da legislação. Práticas que se articulavam, de maneira mediada (e não imediata), com a questão da representatividade política que se colocava em seus diversos níveis.⁴⁵

Contudo, Marco Morel também adverte que esse processo não se deu sem reação das lideranças políticas:

Após a onda de propagação da palavra pública entre 1821- 1822 (que correspondeu à crise e ao fim do absolutismo e da união luso-brasileira, como também às primeiras disputas para os rumos da nova nação), sabe-se que ocorre uma obstrução dos canais de expressão política, ainda que restritos: fechamento da Assembleia Constituinte com prisão e exílio de deputados, repressão à

⁴⁵ MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820 - 1830. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-58, 2002. p. 39.

imprensa e alguns de seus redatores, proibição das maçonarias, ou seja, um “sistema de terror público”, nas palavras de um dos protagonistas, Cipriano Barata.⁴⁶

O surgimento de uma imprensa de opinião – possibilitado, pela liberdade de 1821-, o fortalecimento de novos espaços de sociabilidade, o crescimento da politização e da preocupação da sociedade com o político, a queda das instituições do Antigo Regime e suas formas de comunicação à luz de novos paradigmas de pensamento e novos projetos de futuro, fazem também parte de uma porção, ainda pouco visitada, da imprensa luso-americana: o periodismo na Província Cisplatina.

2.2 A imprensa periódica na Província Cisplatina (1821-1828)

Após a promulgação da Lei de Liberdade de Imprensa para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 12 de julho de 1821 pelas Cortes Extraordinárias em Lisboa, o mesmo documento traduzido para o espanhol é distribuído na Província Cisplatina. No texto, sessenta e três artigos divididos em cinco temáticas discutem “la extension de la libertad de imprenta”, “Los abusos de la libertad de Imprenta y las penas correspondientes”, “el orden del proceso en los juicios sobre los abusos de la libertad de Imprenta” e “el Tribunal Especial de Proteccion de la libertad de Imprenta”.¹⁹⁷ Em Montevidéu também é publicado o *Anuncio de la ley, sobre la libertad de ymprenta*. O texto, que trata inicialmente dos horrores do despotismo e da falta de liberdade dos homens, destaca que o progresso e a sabedoria são alcançados apenas pela liberdade, afinal está em

⁴⁶ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 227.

Su Deposito, ya no es confiado á la Prepotencia ni á la castialidad, sino a Leyes positivas, y sabias garantidas por el voto comun; tal es la que oy publican las Cortes generales Extraordinarias Constituyentes, sobre el libre uso de la Imprenta: arma mucho mas poderosa que la fuerza para atacar la arbitrariedad, y contener la licencia: por ella presentados al público los crímenes con toda su enormidad, causan mucho mas saludables egémplos que todas las torturas juntas, inventadas por la barbarie, y mantenidas por la ferocidad e injusticia.⁴⁷

O *Anuncio* também recorda que a liberdade de imprensa, conquistada através da ação liberal e do conhecimento ilustrado, melhorou as condições na Europa e que conseqüentemente acontecerá o mesmo na América:

Portugal que por los continuos esfuerzos de la Ynquisicion parecia bivr en los abismos de la apatia, se levanta erguida al eco de *Livertad*, ¡jura sostenerla! y en medio de los accesos de su nueva gloria, traza, y coloca atrevida los cimentos de grande edificio; este espiritu se comunica, á sus hermanos de *America*, presto se vé esa enorme masa de poder, que extinguió para siempre el despotismo.⁴⁸

Entretanto, o redator lembra à população da Província Cisplatina que para a liberdade ser completa e benéfica para todos, as leis e os limites da liberdade de imprensa devem ser honrados: “respetad, y sostened la mas justa de las Leyes, como la mas necesaria, y única garantía de vuestro actual gobierno, contribuid gustosos al edificio de vuestra regeneracion politica, asi solamente merecereis el nombre de libres.”⁴⁹ Em consequência da pacificação da região e da liberdade de Imprensa nos domínios lusitanos, o periodismo na Província Cisplatina se desenvolveu rapidamente. A

⁴⁷ *Decreto sobre a Liberdade de Imprensa para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Reimpresso em Montevideú, 1821, Imprenta de Perez.

⁴⁸ *Anuncio de la ley, sobre la livertad de ymprenta*, 1821, Imprenta de Perez.

⁴⁹ *Idem*.

historiografia – em grande maioria representada por autores diletantes do final do século XIX e início do século XX - aponta a existência de vinte e nove jornais locais, conhecidos, circulando entre 1821 e 1828.⁵⁰ Entretanto, nos arquivos e bibliotecas uruguaios, foi possível encontrar apenas treze coleções de periódicos⁵¹, totalizando duzentos e sessenta e seis exemplares, dos quais a pesquisa se ocupará, como demonstra a tabela abaixo.

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ ZINNY, Antonio. *Historia de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay 1807-1852*. Buenos Aires: Imprenta y librería de Mayo, 1883. p.5-6.

Tabela 1 Imprensa periódica da Província Cisplatina (1821-1828)

| Ano | Nome | Periodicidade | Local | Número de exemplares |
|--------------------------|---|--|--------------|-----------------------------|
| 1821-1822 | <i>Pacífico Oriental de Montevideú</i> | Semanal | Montevideú | 27 |
| 1822 | <i>O expositor Cisplatino ou Escholio da veracidade</i> | Semanal | Montevideú | 01 |
| 1822 | <i>El Patriota</i> | Semanal | Montevideú | 08 |
| 1822-1823 | <i>El Pampero</i> | Semanal | Montevideú | 14 |
| 1822-1823 | <i>La Aurora</i> | Semanal | Montevideú | 17 |
| 1823 | <i>Semanário Político</i> | Semanal | Montevideú | 07 |
| 1823 | <i>El Aguacero</i> | Sem data fixa para impressão | Montevideú | 08 |
| 1823 | <i>El Ciudadano</i> | Semanal | Montevideú | 09 |
| 1823 | <i>El Febo Argentino</i> | Sem data fixa para impressão | Montevideú | 03 |
| 1823 | <i>Los Amigos del Pueblo</i> | Semanal | Montevideú | 07 |
| 1826-1827 | <i>Gaceta de La província Oriental</i> | Semanal até a edição nº 8 e bissemanal até seu encerramento na edição nº 16. | Canelones | 16 |
| 1826-1829 | <i>Semanário Mercantil de Montevideo</i> | Semanal | Montevideú | 131 |
| 1828 | <i>El Observador Oriental</i> | Bissemanal | Montevideú | 18 |
| Total de volumes: | 266 | | | |

A julgar pelo conteúdo do texto sobre a liberdade de imprensa, os argumentos de cunho iluminista e a tipografia onde foi impresso, é possível constatar que o redator do *Anuncio de la ley, sobre la libertad de ymprenta* é Francisco de Paula Pérez, proprietário do primeiro jornal cisplatino, o *Pacífico Oriental de Montevideo*. Francisco de Paula Pérez, natural de Chuquisaca, graduado no ano 1804 em teologia pela Real Universidade de Francisco Xavier, passou por Salta e Tucumán antes de chegar à Banda Oriental e desde 1821 era dono da *Imprenta de Pérez*.⁵² Parte do equipamento necessário foi arrendado da Imprensa Oficial de Montevideú, com quatro meses de gratuidade, um acordo de 18 meses foi assinado e “La cifra establecida para el alquiler fue de 50 pesos mensuales, comprometiéndose el arrendatario a imprimir ‘gratis los impresos ordinarios del Ayuntamiento y los de la escuela pública, dándosele papel para uno y otro’⁵³. O restante foi comprado de José Miguel Carrera, antigo revolucionário chileno responsável, juntamente com dois americanos, pela *Imprenta federal de William P. Grinswold y John Sharp*, fechada pelo governo do Rio de Janeiro em 1819.⁵⁴

No sábado, 22 de dezembro de 1821, foi publicado o prospecto do *Pacífico Oriental de Montevideo*. Os seus vinte e sete números e as duas edições extraordinárias circularam semanalmente, primeiramente todas as sextas-feiras e, a partir da edição de número quatorze, aos sábados. No jornal, totalizando 257 páginas, textos em

⁵²Existem outros periódicos, a exemplo dos jornais *Doña María Retazos* e *La Verdad Desnuda* que tiveram apenas o seu último número publicado em Montevideú. Os quinze números anteriores do primeiro e os cinco do segundo foram impressos e tiveram maior circulação em Buenos Aires, sendo excluídos da análise, pois se buscou centralizar a atenção naqueles jornais que tiveram a produção na Província Cisplatina em sua totalidade ou maioria. Outros impressos como folhetos também não fazem parte do corpo da pesquisa, haja vista que se optou apenas por estudar a imprensa periódica. Diferencio panfleto de periódico pela continuidade, ou intenção como no caso do *O expositor Cisplatino* ou *Escholio da veracidade*, da publicação e pela estrutura dividida em seções que se repetem ao longo das publicações denotando a intenção de periodicidade.

⁵³ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental... Op. Cit.* p.327.

⁵⁴ GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental... Op. Cit.* p.298.

espanhol e português do seu editor e redator eram alternados com a publicação de documentos oficiais, avisos sobre chegada de embarcações, de compra e venda, e extratos de jornais do Brasil, Turquia, Grécia, Portugal, Estados Unidos e das guerras civis na América Espanhola, haja vista que nas suas páginas “se insertarán todas las noticias extrangeras, sin olvidar las de nuestro País, que tanto nos interesan, para que el Comercio calcule y combine com mas seguridad sus especulaciones.”⁵⁵ Buscando respeitar as leis e a liberdade de imprensa, é determinado o objetivo da publicação:

Su objeto no es otro que perseguir los abusos donde los encuentre, caminar sobre la estrecha, y espinosa senda de la justicia: atacar las opiniones guardando el mas profundo respecto a los individuos; y por último conformándose en todo al Espíritu de la Ley, defender la causa de la Libertad como el único, y mejor patrimonio del hombre, sín el qual todas las demas conveniencias sociales son ilusorias.⁵⁶

Como o próprio nome indica, o jornal defendia a pacificação da região e a criação da Província Cisplatina, embora não considerasse a região parte integrante do Reino lusitano, separando as notícias da Cisplatina das demais províncias do Brasil e de Portugal. Quando existiam críticas ao governo de Lecor, eram veladas e geralmente vinha de contribuições de leitores, todavia, em grande maioria, as contribuições das cartas selecionadas e reproduzidas no periódico exaltavam o governo e a pacificação da região. O período anterior era compreendido como de ignorância e despotismo, encerrado graças à ação lusitana:

⁵⁵ FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 à 1852*. Montevideo: Imprenta de Dornalechm y reyes, 1900. p.17-18; PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-brasileira: o periodismo da Província Cisplatina (1821-1822). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP & A: FAPERJ, 2006. p.25.

⁵⁶ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, prospecto, nº1, 22 de dezembro de 1821.

Tocabamos al parecer al desenlace de la encena, quando por desgracia sucitadas las guerras civiles, se creyo necesario al socio go de los Estados de Su M. F. la ocupacion de este territorio. Bien sabeis lo ocurrido desde ese momento Ciudadanos, y que despues de incalculables contrastes, males y reveses, la Libertad proclamada por la heroica Nacion Portuguesa nos pertenece hoy por derecho.⁵⁷

Inserido na conjuntura de reformas das Cortes em Lisboa do início da década de 1820, o redator aponta os melhores caminhos para o desenvolvimento e regeneração da região. As propostas correspondem a sua posição política liberal, ainda que moderada, inspirada no movimento vintista português. Assim, a Província Cisplatina deveria, em um primeiro momento, preocupar-se em assegurar a sua *liberdade* que a razão e a sabedoria de um governo ilustrado proporcionaram para a região, a *segurança* e o respeito às leis, através de um espírito público de participação e fiscalização popular e, por fim, a *prosperidade* obtida após a pacificação da Província Cisplatina:

Fijar los límites de nuestros deberes y derechos; enseñarnos à ser libres, y conducirnos à la felicidad son inestimables beneficios: hacernos gozar sin interrupcion de libertad, seguridad y propiedad, y asegurarla para nuestras generaciones futuras, es perpetuar la memoria del justo, nosotros podríamos llegar à esta cima de prosperidad si electrizado el espíritu público, ó menos indolente cortase radicalmente los abusos que en su juicio se oponen à nuestra regeneracion.⁵⁸

Contudo, estes benefícios apenas podem ser obtidos com uma ativa participação popular. A indiferença da população quanto às decisões políticas e ao futuro da região também é destacada criticamente, afinal agora existe liberdade de imprensa na

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, n.º2, 29 de dezembro de 1821.

Cisplatina, garantida pela lei, e a formação de um verdadeiro espírito público que participe da vida da província e fiscalize as ações dos governantes é fundamental:

Somos libres es cierto, por la Ley, pero no cesan algunos actos que recuerdan nuestra antigua esclavitud. No culpeis, Ciudadanos, sino a vuestra indiferencia repito, vosotros sois ahora los autores si se perpetúan los males.⁵⁹

Tendo mais uma vez Portugal no horizonte, estes elementos são encontrados por Francisco de Paula Pérez nos regimes monárquicos, e são vistos com inveja e admiração:

Mirad, pero con envidia, la libertad con que hablan en toda la Monarquía, ved esos papeles públicos, y admirad la energía con que se presentan à la faz del mundo para acusar, y ser oídos, cuando creen atacados sus derechos; imitémos esos nobles ejemplos, y cuando por antiguas habitudes no consigamos perfeccionar la obra grande, abriremos el sendero para nuestra posteridad.⁶⁰

Com as rápidas transformações do período, especialmente no mundo luso- americano, o periódico passa a dar especial atenção aos assuntos do Brasil. Na edição de número oito, é justificada a maior incidência de publicação de extratos de jornais do Rio de Janeiro, de algumas das demais províncias do país e de Lisboa, de documentos oficiais e comunicados de deputados nas Cortes: “La marcha de los negocios en este reino ecsige la mas escrupulosa atencion. y asi cremos de nuestro deber dar á luz todos los documentos , y noticias que tiendan à la ilustracion de este público.”⁶¹ Postura mantida até a última edição do *Pacífico Oriental de Montevideo*.

⁵⁹ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, nº3, 05 de janeiro de 1822.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, nº3, 05 de janeiro de 1822.

Foi anunciado na edição de número vinte e cinco que o jornalista encerraria as atividades periodísticas por se sentir inseguro com as ameaças e perseguições, embora estas nunca tenham sido esclarecidas. Após reclamações públicas de um grupo de “Oficiales del Ejército Portugués”, o *Pacífico Oriental de Montevideo* volta a ser publicado. A edição final vem à luz no dia 04 de julho de 1822. Nesse contexto, D. Pedro já havia assumido a regência e passou a organizar a política do Brasil com a convocação do Conselho de Procuradores Gerais com vistas à criação de uma Assembleia Legislativa e Constituinte do país. O redator do *Pacífico*, mesmo com as alterações do período, mantém a postura de apoio a Portugal e ao regime constitucional, combatendo a ideia de liberdade brasileira. Postura que é reafirmada e causa desconforto quando publicada juntamente com as críticas a Lucas José Obes, representante oriental nas Cortes de Lisboa, estabelecido no Rio de Janeiro após embarcar rumo à Europa, e prócer do projeto de adesão da Província Cisplatina ao Brasil:

Exmo. Cabildo! Representante del Pueblo, corresponde al ramo de vuestras atribuciones obligar al gobierno y mostrarle que es de su interes averiguar, quienes han sido los autores de los poderes dados al Dr. Obes, y darlos à conocer cuanto antes al publico: si V. E. no si quiere cargar de responsabilidades, ante la posteridad, si desen identificar la justicia con el deber, ya es mui regular que à vista de tan abauzados documentos haya acordado los medios que dicta la prudencia, para salvar el buen nombre de la corporación: ya es mui creible que participando de la valiente, enérgica, y nunca bien ponderada resolución de el consejo militar haya dado los pasos que exigen las obligaciones que contrajo V. E.⁶²

Em resposta, as provocações e acusações de Francisco de Paula Pérez são rapidamente condenadas. A publicação é acusada “*de haber causado con su escrito en mui pocas horas el transtorno*

⁶² *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideú, n°8, 09 de fevereiro de 1822.

de este vecindario”,⁶³ e o redator acaba por decidir encerrar as atividades periodísticas⁶⁴ e devolver as assinaturas já pagas, “los señores que se subscribieron mediante el señor Guillon ocurrirán el día 2 de agosto à la imprenta à recoger lo que les pertenece manifestando los correspondientes recibos.”⁶⁵ A última publicação de Pérez é de suas correspondências com o Conselho Militar em busca de autorização para abandonar Montevidéu e se estabelecer em qualquer outro lugar da América Meridional. Assim que obtém a conveniência dos militares, o redator deixa a cidade encerrando sua passagem na Província Cisplatina.⁶⁶

O segundo periódico surgido em Montevidéu, sob dominação portuguesa, é o *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*. Publicado também pela *Imprenta de Pérez*, o periódico é totalmente redigido – anonimamente – em português. Característica que o diferencia de todos os outros periódicos cisplatinos, que embora aceitassem contribuições em língua portuguesa de leitores, mantinham a grande maioria de seus escritos em espanhol. Este aspecto é importante, pois demonstra os esforços do proprietário e redator do jornal em integrar a Província Cisplatina na unidade da Monarquia Portuguesa, elemento defendido quase que exclusivamente pelo *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*, visto que a pacificação e a anexação da região eram vistas pelos demais redatores locais como temporária e necessária para a consolidação da futura independência da região. Portugal era

⁶³ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéu, nº27, 04 de julho de 1822.

⁶⁴ *El Pacífico Oriental al Pueblo de Montevideo*. Montevidéu, sem data.

⁶⁵ Martha Campos Thevenin de Garabelli aponta que esta não foi a primeira vez em que Francisco de Paula Pérez havia tomado a decisão de fechar o *Pacífico Oriental de Montevideo*. Após receber duras críticas sobre a edição de nº 24 do jornal, a edição seguinte seria a última, como publicado pelo jornal buenairense *El Ambigú de Buenos Aires*: *Com este numero [25] se despide el autor del Pacífico, y em su alocucion dice: que á pesar de una circunspecta ó mas bien debil conducta, no há reportado otra cosa que hacerse odioso con algunos particulares por su demasiado fervor liberal; al passo que los entusiastas de la libertad lo miraban com indiferencia*. Segundo a autora, a atitude foi revogada após Pérez receber mensagens de apoio de militares portugueses estabelecidos em Montevidéu. Ver: THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental... Op. Cit.* p 347-350.

⁶⁶ *El Pacífico Oriental al Pueblo de Montevideo*. Montevidéu, sem data.

uma nação estrangeira que por ora abrigava a Banda Oriental. Ainda que na ata oficial do Congresso Cisplatino tenha-se mantido a língua espanhola como oficial da Província Cisplatina, outro ponto a ser destacado na utilização do português em um periódico que circulou em uma região em que a língua predominante era o espanhol, é que os recortes nacionais começam a ter seus primeiros traços desenhados, a língua se torna um decisivo elemento de diferenciação entre aqueles que farão parte da futura nação, nesse caso a portuguesa, e os que não serão seus cidadãos, diferentemente do que ocorria no Antigo Regime, onde a pluralidade linguística era aceita dentro dos domínios lusitanos. O primeiro e único número do jornal vai às ruas no dia 11 de abril de 1822. Entretanto, o conteúdo de suas páginas e o anúncio na edição de número dezesseis do *Pacífico Oriental de Montevideo* indicam um projeto de continuidade:

Se publicará mensualmente en idioma portugues un papel titulado el Expositor cisplatino ó eschólio da véracidade, su venta será en la casa de d. Angel Benito Nieto y en la imprenta; y el primer número se darà à luz el jueves procsimo 11 del corriente.⁶⁷

As propostas defendidas pelo redator, que embora anônimo descobriu-se posteriormente ser Agostinho Jou de Menezes⁶⁸, aproximam-se da linha apresentada nas edições do *Pacífico Oriental*: a regeneração, a constituição, as leis e o desenvolvimento em combate à ignorância, à escravidão política e ao despotismo. Contudo, as páginas do *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade* são mais ácidas e contundentes. Assim, Menezes aponta os benefícios que a constituição traz à

Huma ley fundamental, como he a constituição, deve sim garantir os direitos do cidadão, deve sustentar em perfeito equilibrio as prerogativas individuaes, deve permitir a transmissão dos nossos

⁶⁷O *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*. Montevideu, n^o1, 11 de abril de 1822.

⁶⁸ GONZÁLEZ, Wilson Demuro.. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* Op. Cit. p.337

pensamentos: porem quando estes se dirijão ou a reclamar os direitos que se nos usurpão, ou a corregir os erros que nos prejudicão. Deve outrosi congratular as nossas virtudes, e premêar em fim os nossos merecimentos. Porem deve ella obscurecer os erros dos quais provem a ruina da nação? Deve deixar impune o crime, e em selencio os absurdos? Ou permitir que a perversidade dos rebelladores inficione os ânimos popolares para metê-los em funestas agitações, e mover-lhes huma mutua destruição? Deve em vez de punir, premêar os transgressores, por em parallélo os perversos com os virgo? Certamente se isso acontecesse, poderíamos dizer momentaneamente horrorosos espectaculos; bastos e porfundos valados encherem de cadáveres dos nossos cidadãos, ruas banhadas com o proprio sangue de sus habitadôres; truculencias, brados, desassossegos, e misérias seria a mayor fecundidade da nossa convivencia social.⁶⁹

Nesse sentido, a ocupação da região por Portugal salvou o rio da Prata da espoliação estrangeira e da completa falta de liberdade:

Pois he o que se tem observado e a ainda se observa nas províncias do Rio da Prata, tanto da margem occidental como oriental; e esta mais urgente esterilidade teria experimentado se não fosse a conservação a li do Exercito Pacificado e Armada; cuja utilidade se manifestará para o numero seguinte , isto he, utilidade para aquela provincia, e o prejuiso damno para Portugal.⁷⁰

Acerca da forma de governo, a constituição é comparada a um doente grave, que teve um adoecimento demorado e dolorido e que quando recuperado, ainda necessita de atenção para se regenerar completamente e levar boas novas à sociedade: “Que mayor felicidade, ou mayores vantagens queríamos, nós, experimentar após seu renascimento do que a igualdade dos direitos individuais,

⁶⁹*O Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*. Montevidéu, nº1, 11 de abril de 1822.

⁷⁰ Idem.

e a destruição do despotismo?”.⁷¹ Regime despótico em que se encontrava também Portugal:

Não estávamos nós até gora submetidos ao furor e ás vinganças da quellas a quem a fortuna, ou ardiz adulações tinham elevado à contemplação da proceridade do Thróno, para da li dictárem o nosso supplicio, e ser-mos por consequencia victimas de sua iracúndia? Não estávamos nós até gora regidos por hum Rey hypócrita, que com a capa de suas aparentes virtudes nutria os mais abominosos vcios, e com o manto das suas santidades fazia injustiças inauditas e erros irremissiveis? Não tínhamos nós anterior á nossa regeneração milhares de déspotas a regernos? Tínhamos sem duvida.²²³

O redator, em continuidade ao texto, também não esquece toda a corte e o aparato burocrático que cercavam o rei em busca de vantagens políticas e econômicas:

Porque desde o mais infimo magistrado, até a mais elevada autoridade de nosso ministério, tudo éra hum corpo composto de assoladores, de egoístas, e de atroces; e o Rey como grão mestre da quella atrocíssima corporação, dava-lhe as mãos, e não só lhes franqueava a seu beneplacito e anuia á suas horríficas proposições; mas até lhas amplificava de baixo de sua fictícia santidade, para que as imprêsas dos verdugos que o rodeavão tivesem o delineado o pertendido êxito; e, a submissa humanidade fosse o estrado que soffrese todos os seus impulsos assoladôres.⁷²

Embora ataque frontalmente o rei e toda estrutura que sustenta um regime absolutista, os regimes republicanos e livres também não são considerados boas opções de governo, principalmente se comparadas com as vantagens de uma monarquia constitucional:

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *O Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade.* Montevidéu, nº1, 11 de abril de 1822.

A liberdade nada difere de anarchia. Hum governo democrático, momentaneamente he rivalizar-lo, athé por qualquer membro da rústica plébe; he da li que nascem as pelejas; e agitações populares das quaes resulta o excídio de huma nação. O que não acontece com hum governo Moarchico constitucional que ninguem se atreve a rivalizar- lo.⁷³

Todos os ataques e a linguagem dura adotada por Agostinho Jou de Menezes chegam rapidamente até Carlos Frederico Lecor e lideranças como Nicolás Herrera e Lucas José Obes. Estes acreditavam que na Província Cisplatina não poderia haver liberdade de imprensa, visto que não existiam órgãos para regulá-la, e que o ideal seria “mandar crear uma Junta Censoria que revise antes de imprimir o publicar, podria evitarse la gasapera de comunicados, remitdos y brillantes eloquentes discursos del Gazetero, que al fin há de acabarse a palos a manera de sainete.”⁷⁴ Seguindo essa política, no mesmo dia em que surge, o *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade* é fechado, seu redator preso e enviado para o Rio de Janeiro⁷⁵.

Os anos de 1822 e 1823 marcaram um grande crescimento na atividade periodística e no número de oficinas tipográficas em funcionamento na Província Cisplatina. Além do maior interesse na atividade jornalística, um novo contexto político possibilitou o surgimento de novos periódicos. O processo de independência do Brasil e seus questionamentos levaram a intensos debates em diversos impressos cisplatinos, grande parte deles ligados aos “Caballeros Orientales” e aos dirigentes que coordenaram a ação contestadora à dominação estrangeira do *Cabildo* de Montevidéu:

La “Imprenta de Pérez” fue la primera en una lista a la que luego se sumaron las “de Torres”, “de los Ayllones” y “de Arzac”, rótulos

⁷³ Idem.

⁷⁴ Carta de Nicolás Herrera, a Lucas J. Obes, Montevidéu, 17 de abril de 1822.

⁷⁵ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental... Op. Cit.* p.346- 347.

que los montevideanos fueron acostumbrándose a leer al pie de los numerosos periódicos y otros impresos puestos a su consideración. El funcionamiento de las nuevas prensas coincidió con la formación y el fracaso del movimiento revolucionario protagonizado por la logia de Caballeros Orientales a partir de la novedosa situación generada en el Río de la Plata tras la independencia brasileña.⁷⁶

Após as duas experiências anteriores serem encerradas violentamente, a edição inaugural do *El Patriota* é publicada no dia 17 de agosto de 1822. O jornal era editado na *Imprenta de Torres*⁷⁷, empreendimento iniciado no mesmo ano com o aluguel da tipografia do Cabildo de Montevideú. No contrato de dezoito meses, o locatário, “Dⁿ Manuel Torres. Edad 20 años. Patria Buenos Aires. Profesión impresor, deveria imprimir gratuitamente todo material da administração pública e da escola local. O buenairense também é considerado o redator do periódico.⁷⁸ O *El Patriota* teve oito números publicados, inicialmente aos sábados e, como indica a primeira edição, posteriormente nas sextas-feiras: “Se há visto ser mas cómodo para el público y la imprenta el que este periódico salga á luz los viernes y así se hará desde el número dos.”⁷⁹ Com a fiscalização do conteúdo dos periódicos e a repressão às folhas mais exaltadas, o *El Patriota*, publicando tanto em espanhol quanto em português, especialmente cartas dos leitores e documentos oficiais, prega o diálogo e a reflexão como seu grande

⁷⁶ GONZÁLEZ, Wilson Demuro.. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* Op. Cit. p.344.

⁷⁷ Apesar da intensa atividade periodística, a Imprenta de Torres encerrou suas atividades em novembro de 1823 por dificuldades financeiras. Entre as reclamações estavam uma dívida de 168 pesos e cinco reais do *Cabildo* com Manuel Torres que, ao encerrar o contrato antes do vencimento, “no pagó los meses de alquiler que faltaban para completar los dos años de contrato, pero no consta que haya logrado cobrar la deuda por la que reclamaba.”In: GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* Op. Cit. p. 347.

⁷⁸ ZINNY, Antonio. *Historia de la prensa periódica...* Op. Cit. p.371.

⁷⁹ *El Patriota*. Montevideú, nº 1, 17 de agosto de 1822.

objeto, afinal a fiscalização ao conteúdo dos periódicos nesse momento é ampla:

Por estos principios nos abstendremos de discursos acalorados; la prudencia dirigirá nuestra pluma; presentaremos á nuestros lectores no palabras, sinó echos: estos le servirán extremos de comparacion, y les conduciram á juicios serios, y á meditaciones cuyo fruto será su libertad. Entonces no gozaràn de ella sin conocerla, sinó que, libres con inteligencia de lo que posean, disfrutarán con doble placer de aquel don emanado de los Cielos. El sistema que nos hemos propuesto, quizá desagradará à muchos espiritus calcinados, y amantes ciegos de la vehemencia. y nos arguirán de adormecedores de los pueblos: contestaremos à cada uno de ellos con Fonteinelle: *croyes qué les hommes ne se decourageront point: cela ne leur arrivera jamais.*⁸⁰

Em relação ao conteúdo do jornal, o redator afirma que a sua posição partidária é semelhante à dos jornais anteriores, principalmente nos argumentos da ilustração, da razão e do progresso da região: “el título de mi periódico no deja de ser pacífico por ser Patriota. Este no incluye precisamente la idea de tumultuario, sino por el contrario, la de amante del orden y del público, la de un deseoso de la prosperidad del país.”⁸¹ Um ponto interessante da posição prudente do redator em relação a assuntos políticos é a grande quantidade de trechos de outros periódicos e de documentos oficiais, evitando, dessa forma, tomar posição e assumir a autoria de declarações que pudessem ser consideradas ofensivas pela censura dos impressos. A postura ilustrada é realçada em contraposição aos séculos de dominação colonial, sendo parte importante da reflexão que o jornal propõe aos seus leitores: Los pueblos han arrojado de sí, y renunciado para siempre el sistema de la ceguedad y del engaño de que han sido víctimas por siglos dilatados; han abierto los ojos á la razón y à la filosofía; han abrazado

⁸⁰ Idem.

⁸¹ *El Patriota*. Montevidéo, nº 2, 23 de agosto de 1822.

con el transporte mas gozoso à esa protectora de la humanidad, enemigo fuerte é imponente de la tiranía: se cansaron ya de obrar por habitos envejecidos; solo hacen lo que conciben justo, por que han buelto á la clase de seres reflexivos.⁸²

O sistema de cegueira e engano absolutista também alcançava Portugal:

A nação Portugueza decahida da Liberdade dos primitivos tempos da sua existência politica, e por muitos seculos sugeita á vontade absoluta de seus Senhores, parecia mais hum miseravel pegulhal, do que homens enlaçados, para viverem felices debaixo dodoce império das Leis.⁸³

Situação alterada com a revolução do Porto: “Decretando V.M. a Soberania do povo, derribou o despotismo, e restituiu á gente Portugueza os imprescritíveis Direitos que lhe havião usurpado.”⁸⁴A constituição e a figura de D. João VI, embora contraditoriamente, foram os responsáveis pela regeneração lusitana.

No tocante à ocupação da região por Portugal, Manuel Torres destaca a prosperidade da região pacificada e os benefícios da permanência das tropas da Divisão de Voluntários Reais na Cisplatina:

Esta provincia gozarà sin duda de grandes ventajas, si á mas de los individuos de tropa queden licenciados en virtud del real decreto de S. A. R. el Principe Regente, gozasen de igual privilegio los señores oficiales que lo deseasen. El aumento de poblacion, de la agricultura, y de la industria se interesan en ello poderosamente, y no dejan también de reclamarlo, muchas familias en que algunos de aquellos señores se hallan enlazados.⁸⁵

⁸² *El Patriota*. Montevidéo, nº 1, 17 de agosto de 1822.

⁸³ *El Patriota*. Montevidéo, nº 3, 23 de agosto de 1822.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Ibidem*.

Com a cisão entre Carlos Frederico Lecor e Álvaro da Costa e os conflitos na Província Cisplatina em torno da adesão ou não ao projeto de independência do Brasil, o *El Patriota* se vê envolto em meio a estas polêmicas e acaba perdendo muito de suas principais características e função de existência: defender o constitucionalismo e a ocupação portuguesa da região. É justamente nesse período de transição entre a primeira fase da administração de Lecor em Montevidéu e os conflitos com Álvaro da Costa que o jornal circulou, sendo um reflexo de um período de mais calma que posteriormente seria trocado pelos conflitos e pela discussão política na imprensa local. A edição de número oito do dia 04 de outubro de 1822 anuncia que com a ausência do redator da cidade de Montevidéu “Sentimos que el público carezca par algun tempo de este periódico, pero nos vemos precisados à suspenderlo hasta que vuelva nuestro compañero”⁸⁶. Contudo, a publicação não foi retomada em nenhum momento.

Nesse novo cenário político, no qual o *El Patriota* marcou a transição, surgem diversos periódicos, em sua maioria ligados, com perfil editorial e redatores em comum, ou seja, ligados à *Sociedad de Caballeros Orientais* e visando à independência da região. É nesse contexto que ainda em 1822 surgiram dois periódicos, ambos de posição contrária à ocupação da região. O primeiro deles é o *La Aurora*. Publicado semanalmente, até a edição de número quatorze aos sábados, e posteriormente todas as quartas-feiras, pela *Imprenta de Torres*, o periódico teve dezessete edições em numeração contínua, vendidas por um real. O redator do *La Aurora* foi Antonio Felipe Díaz (1789-?). Nascido na Espanha, veio para o Prata juntamente com a família aos treze anos. Na região, se tornou um destacado militar e político. Quando das invasões inglesas, aos quinze anos, trabalhou como alferes no Batalhão de Infantaria do Comércio e, durante a primeira década revolucionária, se incorporou às tropas artiguistas, quando estas lutavam ao lado das

⁸⁶ *El Patriota*. Montevidéu, nº 8, 04 de outubro de 1822.

Províncias Unidas do Rio da Prata, chegando à patente de tenente coronel. Durante a Guerra da Cisplatina, combateu ao lado das tropas de Buenos Aires, onde acabou se estabelecendo e iniciando carreira.⁸⁷

O prospecto da publicação é distribuído no dia 14 de dezembro de 1822. No texto, Antonio Felipe Díaz destaca a ausência momentânea de jornais locais na Província Cisplatina e determina o principal objetivo da publicação: defender a causa revolucionária na região. Em relação à estrutura, a publicação alterna artigos autorais sobre a política local e a política brasileira, com trechos de periódicos da Europa e América do Sul:

Siendo uno de los principales objetos de la prensa comunicar al público, por medio de ella, todas las noticias que merezcan su atención, y hallándose el de esta capital y su campaña sin un periódico que haga uso de aquel recurso, precisamente en una época en que los extraordinarios sucesos políticos del interior del país deben interesar la curiosidad, no solo de sus habitantes, sino de los de una gran parte de la América del Sud, y aun de la misma Europa. nos hemos propuesto escribir un papel semanal, que saldrá todos los sábados dividido en dos secciones: en la primera, se tratará de política relativamente á esta Provincia y las del Brasil y en la segunda extractarán las mejores noticias de los diarios de Europa y America, que los Editores puedan adquirir, y crean dignas del conocimiento público.⁸⁸

No mesmo texto, o redator destaca que aceita qualquer contribuição ilustrada para as melhorias da publicação. No jornal se “Respetan à los hombres en sus opiniones, y por absurdas que fueren las toleran, en tanto que no se trate de ponerlas en acción contra la felicidad del país adonde escriben.” Entretanto, a felicidade do país é determinada a partir de um objetivo específico:

⁸⁷ FERNANDEZ, J. M., Saldaña. Diccionario uruguayo de biografías 1810-1940. Montevideo: editorial amerindia, 1945. p. 404-407.

⁸⁸ *La Aurora*. Montevideú, prospecto, 14 de dezembro de 1822.

Esta felicidad puede cada cual considerarla del modo que se la representen sus intereses. ó sus ideas según los principios que hubiere adaptado. Los Editores, arreglándose á los que ellos profesan. [...] desde luego, que entre las infinitas graduaciones de dicha, de que la sociedad política es susceptible. creen ser las primeras la libertad, la independencia y la paz interior de los asociados. Sobre tales bases discurriàn con toda la libertad que la lei les permita, y si en el curso de sus tareas incurriesen en algunos errores, de las muchos á que están sujetos por la debilidad de sus luces, no serán por cierto el temor ni la lisonja los que atraigan sobre sí una justa crítica.⁸⁹

As páginas do *La Aurora* são críticas ao período de governo de José Gervásio Artigas. O período é considerado como de anarquia, guerra civil e imensos prejuízos para o desenvolvimento da região, “hablamos de los años 15 y 16 en que el reino de la anarquía há dejado com sus atrocidades matéria para manchar tantas páginas de nuestros anales.”²⁴³ Situação crítica que poderia ser alterada com a intervenção portuguesa, considerada no momento benéfica a todos os amantes da liberdade e efetivada através dos bons sentimentos de D. João. Contudo, a ajuda se tornou ocupação e piorou uma conjuntura já crítica pela ação artiguista, para o redator:

esta confianza fundaba en los derechos incuestionables de los pueblos, y en las reconocidas virtudes del mejor de los monarcas no tubo motivo alguno de debilitarse en tanto que la conducta del comandante de las fuerzas pacificadoras procedió con arreglo al real animo de S. M. Mas por desgracia, esta conducta no tardó en desmentirse por el general Lecor, y a proporcion que se iba acercando la época (estudiosamente retardada) de la pacificacion general de la provincia, dejó translucir algunos hechos ulteriores que precipitaron nuestras esperanzas, y hicieron comprender la necesidad de resignarse con el sufrimiento.⁹⁰

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ *La Aurora*. Montevideú, nº1, 21 de dezembro de 1822.

Contra essa dominação e buscando cessar os abusos cometidos pelo general Carlos Frederico Lecor, o *La Aurora* aponta o seu principal desejo:

El de la independencia es el único que anima á todo el vecindario de la provincia. En esta capital y sus inmediaciones, á donde no alcanza el influjo del despotismo imperial, se ha pronunciado con una rapidez y generalidad asombrosa, ya la multitud de impresos que han circulado sin contradicción es una de las pruebas de aquel aserto. Todos los habitantes aman la libertad, la desean y aparecen dispuestos á consagrarle los sacrificios que ella exija.⁹¹

Finalizando o mesmo texto, ainda é destacada a força do anseio de liberdade que toda a população oriental está desejando, visto que a liberdade:

Es un fuego que virtualmente alimentavan en el seno mismo de la opresion dispuesto a inflamarse con el menor soplo que lo agitarse. Que este fuego se concentre en un solo cuerpo que presida á sus destinos es el objeto de sus anhelos. Este astro luminoso aparecerá sin duda, orientales. La aurora le precede y el sol se levantará sobre un horizonte que nunca mas vuelva á obscurecerse.⁹²

O periódico, contudo, não projetava apenas a independência da Banda Oriental. Os novos rumos da região e as formas de governo após a retirada das tropas brasileiras também são discutidas por Antonio Felipe Díaz. Dessa forma, a federação e a estruturação de uma confederação – aqui tratadas como sinônimos - no rio da Prata são defendidas pelo redator:

La utilidad de una confederacion asi para reprimir las facciones y preservar la tranquilidad de los estados, como para aumentar su fuerza exterior y su seguridad no es ya una nueva idea. Ella ha sido

⁹¹ Idem.

⁹² Ibidem.

puesta en practica en diferentes paises y edades, y ha recibido la sanción de los escritores mas recomendables en política.⁹³

No dia 29 de abril de 1823 é publicada a edição final do *La Aurora*. O jornal não indica as motivações do encerramento, todavia os clamores pela revolução em Montevideú e pela libertação da Província Cisplatina perdem força durante meados de 1823, com a recusa de Buenos Aires em aderir ao projeto e devido às vitórias lecoristas na região da campanha. Assim, o *La Aurora* perde muito do apoio aos seus intuitos quando iniciada a sua circulação.

O título da segunda publicação de oposição a Lecor, surgida nesse ano, é inspirado em uma das principais características climáticas da região platina. No dia 19 de dezembro de 1822 é publicado, pela *Imprenta de Torrez*, o periódico *El Pampero*. Vendidas a um real e meio, as quatorze edições do jornal, incluindo a extraordinária *Ráfaga del Pampero*, circularam todas as quartas-feiras entre dezembro de 1822 e maio de 1823. Dividindo suas páginas entre notícias locais, textos analíticos e políticos e reproduções de jornais europeus e buenaireses, o periódico era escrito por três importantes personagens do período. Além de compartilhar as mesmas posições políticas, o trio era integrante da sociedade secreta dos “*Caballeros Orientales*”, grupo que trabalhava pela emancipação da Banda Oriental e teve importante influência nas publicações de folhetos e periódicos a partir de 1823⁹⁴. Um dos redatores era o já citado Antonio Felipe Díaz, que escrevia anteriormente no *La Aurora*. Juntou-se a ele Santiago Vázquez (1787-1847), um montevideano filho de abastada família, que teve

⁹³ *La Aurora*. Montevideú, nº1, 21 de dezembro de 1822.

⁹⁴ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. . *La revolucion oriental... Op. Cit.* p. 424. Wilson González Demuro afirma que “Cinco de los siete periódicos más longevos del bienio fueron redactados completa o parcialmente por integrantes de la logia independentista: El Pampero, La Aurora, El Aguacero, El Ciudadano y Los Amigos del Pueblo, y en tal carácter serán el objeto central de atención. No todos tuvieron igual importancia ni se ocuparon exactamente de los mismos asuntos. GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...Op. Cit.* p.357.

grande formação intelectual desde a infância, tendo especial predileção pelos filósofos franceses e o estudo de idiomas. Foi grande entusiasta da revolução de Maio em 1810, inclusive trocou correspondências com Mariano Moreno e outras lideranças buenaireses. A partir de 1811, se incorporou às tropas do exército das Províncias Unidas do Rio da Prata. Após a intervenção portuguesa em 1817, opta por regressar a Montevidéu. Julgado pelo governo de Lecor como um dos principais conspiradores contra a ocupação, acabou obrigado a abandonar a Província Cisplatina. Trabalhou a favor de Buenos Aires nos conflitos com o Brasil e foi importante político na constituinte uruguaia em 1830.⁹⁵

Mas quem teve mais evidência e influência posterior foi Juan Francisco Giró (1791-1863). Nascido em Montevidéu, teve sua formação no exterior, estudando em Buenos Aires, na Europa e nos Estados Unidos. Foi um destacado político durante o período revolucionário, na segunda década do século XIX, e posteriormente a 1828, na República Oriental do Uruguai. Cabildante de Montevidéu nos anos de 1816 e 1823, ainda durante os conflitos com o Brasil, faz parte do governo provisório da Província Oriental até 1827. No ano seguinte, compôs a assembleia legislativa e constituinte do Estado independente, do qual foi presidente entre 1852 e 1853.⁹⁶

Na primeira edição, os redatores utilizam a analogia entre o vento e o nome do periódico para definir as vinculações políticas e os objetivos da publicação:

EL PAMPERO es el viento favorito del Rio de la Plata: tras un tiempo turbulento y pesado él nos trae la serenidad y la bonanza. A su aspecto huyen aterrados los vientos calientes del norte que abrasan nuestras mieses, que esterilizan nuestros campos, que aniquilan nuestras haciendas; y si alguna vez osados se atreven á disputarle el puesto, zañudo y terrible como la ira de Júpiter, los arrastra en su furia hasta el Trópico, y van á ocultarse en sus

⁹⁵ FERNANDEZ, J. M., Saldaña. *Diccionario uruguayo de biografías 1810-1940*. Montevideo: editorial amerindia, 1945. p. 1278-1882.

⁹⁶ FERNANDEZ, J. M., Saldaña.. *Diccionario uruguayo de biografías... Op. Cit.* p. 560-564.

montañas. Enseñoreándose entonces en la vasta superficie de su imperio, su soplo vivificante reanima la naturaleza lánguida y marchita con el aliento abrazador de la zona tórrida, dicipa los densos nubarrones que cubrían el sol, despeja el horizonte, y haciendo sentir su influjo aun en el corazón del hombre, el ama se despliega a ideas grandes, el espíritu se ensancha, y larazon antes aletargada recobra su primer vigor.

¿Habrá alguno que desconozca las virtudes del pampero?

¿Hai alguno que no le desse? Creemos que no. En estos últimos días particularmente en que la lluvia, la cerrazón, y pesadez han sido tan constantes como poco comunes, todos han manifestado su ansiedad por un pampero, y no se oia decir sino, *ya aclarada, ya tenemos pampero.*⁹⁷

Influenciados por estas características, os redatores determinam a postura do jornal e seu horizonte político, que é a libertação da Província Cisplatina e a ligação com governo de Buenos Aires:

Pues bien Montevideanos, y vosotros habitantes todos de la margen izquierda del rio, no desmayeis. Los editores del pampero os anuncian uno fuerte, impetuoso. Irresistible: desde la elevación de nuestro observatorio vemos ácia la parte occidental irse ya levantando los negros celages, que ofuscaban el horizonte, y por entre la claridad que dejan descubrimos en la orilla opuesta un pueblo moderno, sin duda entre los otros pueblos, pero antiguo y grande por la importancia y solidez de sus instituciones, gozando ya de un cielo puro, respirando un aire saludable, y rebusteciéndose bajo los benignos influjos de un pampero. Ya lo sentimos acercarse llegando ácia nuestras palayas, y cuando haya llegado, la espesa niebla que pesa sobre nuestras cabezas se dispersará como el humo. El sol radiante del Rio de la Plata brillará entóces en toda su magnificencia, y restablecido el tono en nuestras fibras relajadas, entonaremos himnos al pampero.⁹⁸

⁹⁷ *El Pampero*. Montevidéo, n^o1, 19 de dezembro de 1823.

⁹⁸ Idem.

Assim, inspirados pela nomeação do jornal e em busca da transformação da região oriental, são anunciados no periódico as formas de debate que serão vistas nas publicações, o conteúdo dos ensaios dos redatores e a origem da inserção de notícias de jornais estrangeiros:

Los editores creemos que con tales recomendaciones, nuestro papel no necesita de otra que su solo titulo para que sea bien acogido. Sin entrar con el público en compromisos que tal vez no podríamos cumplir, nos esmeraremos sin embargo en darle todo el interés posible para que sea leído con gusto, sin prescribimos término ni detallar las materias que deberemos tratar. El estado de la atmósfera reglará la elección y orden de los artículos del pampero: segun el nos ocuparemos indistintamente de política, de crítica, de variedades &: trataremos de procuramos por nuestras numerosas relaciones todas las piezas oficiales de que sea conveniente instruir al público, é insertaremos los mejores artículos de los papeles de Buenos Aires y Europa. Y como nos fiamos de nuestras salas luces invitamos á que nos comuniquen las suyas todos lo as amantes del bien de nuestra patria, que este es el término de las aspiraciones del pampero.⁹⁹

Objetivando demonstrar aos leitores as agruras da dominação lusitana e posteriormente brasileira considerada despótica e anárquica, os textos orientavam a população da região para a criação de um espírito revolucionário com vistas à liberdade a província, com participação de Buenos Aires. Os redatores utilizaram distintas ferramentas, dentre elas, estão o humor e a sátira, como destacam na edição de número quatorze: “La sátira y el ridículo son sin duda el mejor medio de corregir á los hombres, pero si no está sazónada por la prudencia y la delicadeza, indigesta el estómago mas fuerte, y en vez de persuadir irrita y obstina.”¹⁰⁰ Outra estratégia utilizada era a de composição de poemas e hinos que conclamavam pela liberdade e abominável administração de Lecor, como visto na edição de

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ *El Pampero*. Montevideú, n^o14, 02 de maio de 1823.

número oito, quando o hino intitulado *Letrilla* anunciava na sua terceira estrofe:

Si algun brasilero Pretendiese ufano Lograr veustra mano Asi
 contestad
 Mi afecto amoroso “Está prometido” “Ai mas decidido”
 “Por la LIBERTAD”¹⁰¹

Em um contexto conturbado e de rápidas transformações, dentre elas os seguidos sucessos das tropas de Carlos Frederico Lecor sobre os Voluntários Reais, o eminente reconhecimento da independência brasileira na Província Cisplatina e a recusa do governo de Buenos Aires em auxiliar o cabildo de Montevidéu nos esforços para a libertação da região, os projetos defendidos por Santiago Vázquez, Antonio Felipe Díaz e Juan Francisco Giró e o *El Pampero* perdem muito de seu sentido de existência.

A última edição da publicação vai às ruas no dia 2 de maio de 1823 e faz um apanhando do que acontecia na Banda Oriental desde o surgimento do jornal. Segundo os redatores, a região convivia com a “opinion pública vacilante entre el deseo de su libertad, y los compromisos que era preciso contraer para adquirirla”, já “ los parciales del imperio, en poder los unos, tolerados otros, y todos ejercitando su influjo con osadía para seducir dividir y triunfar”, e no interior “La campaña enganada ó dudosa entre el partido que tomaría porque no sabia cual era el caminho mas corto para su libertad.” Também projetava o que ainda deveria ser feito, evitando a “falsa seguridad”, “ los bajos zelos”, “la ambicion”, “ las mesquinhas rivalidades”.¹⁰² Porém, a publicação e os planos são finalizados abruptamente, mesmo afirmando a sua continuidade.

No mês de abril de 1823, é publicado o prospecto de um novo periódico, o *El Aguacero*. Sem data fixa para serem impressas e vendidas, as oito edições circularam entre abril e outubro de 1823,

¹⁰¹ *El Pampero*. Montevidéu, nº08, 05 de fevereiro de 1823.

¹⁰² *El Pampero*. Montevidéu, nº14, 02 de maio de 1823.

inicialmente sob a responsabilidade da *Imprenta de Torres* o último número, no entanto, foi impresso e vendido sob a responsabilidade da *Imprenta de los Ayllones y Compañía*¹⁰³. Fruto da venda da tipografia que pertencia a Francisco de Paula Pérez aos irmãos Valentín e Rosendo Ayllones, a tipografia teve sua capacidade aumentada com a fabricação de tipos novos pelos proprietários e funcionou de julho de 1823 até março de 1824.¹⁰⁴ Redigido, também, por Santiago Vázquez, Antonio Felipe Díaz e Juan Francisco Giró, o jornal difere das publicações anteriores, justamente, por utilizar-se de muito humor para atacar frontalmente as publicações periódicas cisplatinas e os antagonistas de seu projeto independente e republicano para a região. Para os redatores, esse recurso é utilizado para chamar a atenção dos leitores e facilitar a compreensão de discursos políticos considerados mais rígidos:

Queremos divertir para atraer; mesclamos en nuestros escritos la sátira y el estilo jocoso, porque sabemos que estos coloridos que entretienen y divierten son un atractivo para dulcificar y hacer insensiblemente provechosas las doctrinas y discursos áridos, fríos y secos.¹⁰⁵

Utilizando mais uma vez o clima como metáfora para definir os objetivos da publicação de seu periódico, Santiago Vázquez, Antonio Felipe Díaz e Juan Francisco Giró apontam a chuva como a força que poderá limpar a Província Cisplatina dos antigos vícios e ajudar a florescer um novo momento político:

No es nuevo que los *Aguaceros* sean acompañados de truenos, relámpagos, rayos y alguna vez fenómenos que la próspera naturaleza encierra en su hondo seno: pero la lluvia benéfica humedecerá la agostada tierra, y la preparará á producir

¹⁰³ ESTRADA, Dardo. *Historia y bibliografía... Op. Cit.* p.18-19.

²⁵¹ GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental... Op. Cit.* p.347.

¹⁰⁵ *El Aguacero*. Montevideú, nº 3, 08 de maio de 1823.

sazonados frutos, mientras que el filósofo ni se asustara del estrépito de la tormenta, ni será alcanzado por los rayos que observe desde su defendido gabinete: la electricidad de las luces que le cercan contendrá su fuego abrasador. Tal es nuestro destino.¹⁰⁶

A ferramenta empregada pelo *El Aguacero* para ajudar a desenvolver essa nova etapa é a crítica. Postura enfatizada, estrategicamente, em resposta a um suposto ataque do jornal *El Pampero*, também de autoria de Vázquez, Díaz e Giró. No texto, os autores afirmam que estão

Colocados, pues, nosotros por carácter y sistema en la clase de los [que] corrigen, no de los que corrompen, de los que reparan, no de los que destruyen, de los que critican los vicios en las personas, no las *personas* en los vicios, bastaría la distincion explicada para justificar nuestro objeto y hacernos conocer; sin que nos quedase que decir respecto á nuestro lenguaje: este podrá alguna vez ser Hano y humilde, podrá carecer siempre de la fluidez, gracia y elegancia característica del *Pampero*; mas nunca pasar los límites que ha señalado la decencia á los que antes de ser *Aguacero* fueron civilizados, y que antes y después tributan al público un respeto profundo.¹⁰⁷

Em síntese, o objetivo inicial da publicação do jornal é “Acostumbrar pues el pueblo á meditar con exatitud y justicia sobre los negocios públicos”, já que, na concepção dos redatores, “es el mas digno y honroso empeño de los escritores verdaderamente patriotas”, assim é o “que el Aguacero se propone fomentar.”¹⁰⁸ Pois a reflexão e o desenvolvimento de um pensamento crítico levariam a população local a perceber os supostos malefícios da dominação estrangeira. O *El Aguacero* trabalha para a criação de uma consciência revolucionária e de uma posição de participação popular

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ *El Aguacero*. Montevideú, nº 3, 08 de maio de 1823.

e intelectual na criação coletiva de uma república independente, haja vista que

tan pronto como el pueblo despierta desaparece el despotismo; pero queda el fatal hábito de encerrarse cada uno en la esfera de si mismo, y ese aistamiento, ese olvido de la *causa pública*, es el que deja descubierta la gran plaza de la revolución donde se reunen los corrompidos y compran y corrompen à otros con los cuales se forman las facciones: despedazan al pueblo, producen la discordia, encienden la guerra civil, atraen la anarquía, el despotismo, el yugo extranjero y todos los males de que por desgracia tenemos terribles ejemplos: resulta pues que si los ominosos triunfos de la corrupcion y la ignorancia son debidos al aislamiento ó letargo de los individuos de que se compone el pueblo, la falta de *Espíritu Pubbico*, la falta de opinion pública es el verdadero origen de todos los males, el único remedio paraalejarlos, la base que estriva la existencia de una república.¹⁰⁹

Em 08 de maio, sob nova formatação, é publicada a última edição do *El Aguacero*. Com menos páginas do que o de costume, embora se indicasse a continuidade das publicações, algumas mostras do encerramento do jornal eram visualizadas, dentre elas, o aviso na página final: “El Aguacero ofrece salir todas las semanas bajo las seguridades que tiene de costumbre. Si alguna vez ha dejado de ser ecsacto en cumplir lo que ha ofrecido, no se le culpe á el por esto.” Embora não seja possível averiguar os motivos – muito provavelmente a referência à suposta idade avançada e aos problemas decorrentes dela que eram frequentes nos comentários acerca do conteúdo publicado no periódico, como também a forma áspera como as cartas dos leitores eram respondidas em algumas edições - os redatores colocam ironicamente a culpa na idade avançada do suposto redator, quando na realidade os três estavam na casa dos trinta anos: “sino á la poltronería de su autor y á los muchos achaques que en su edad secsajenaria lo imposibilitan mui

¹⁰⁹ *El Aguacero*. Montevideú, n° 8, 04 de outubro de 1823.

amenudo.”¹¹⁰ Os sucessos consecutivos de Carlos Frederico Lecor na região da campanha e a desmobilização dos movimentos do cabildo Montevideano apontam igualmente para uma mudança dos objetivos dos redatores e assim, propriamente, questionam a validade da continuação da publicação.

No dia 1º de junho de 1823, é publicado pela primeira vez o periódico *El Ciudadano*. O jornal era vendido semanalmente, todos os domingos, e além das edições regulares, circularam três números suplementares, totalizando nove volumes. Além dos textos do redator, notícias da Europa, de Buenos Aires, comunicados oficiais e avisos gerais também tinham espaço. A publicação era impressa pela *Imprenta de Perez* e seu redator foi Santiago Vázquez, que sempre que possível referenciava os outros jornais com que estava envolvido na redação nas páginas do *El Ciudadano*. Com a epígrafe “Pro Patria”, os principais objetivos da publicação eram, justamente, defender a pátria, incentivar o patriotismo dos habitantes orientais, combater a presença das tropas de Lecor e trabalhar em conjunto com os portenhos pela independência:

Estos son los sentimientos del editor y los que servirán de guía en el ensayo que emprende: en él será su principal objeto sostener los derechos del pueblo contra los usurpadores, alimentar el fuego sagrado del patriotismo, é ilustrar los principios que conducen á la libertad y al órden, ¡ojalá su desempeño corresponda á la justicia y belleza de su causa! Tambien atacará los vicios, pero con decencia y dignidad, con el lenguaje propio de *El Ciudadano*.¹¹¹

Uma das principais preocupações de Santiago Vázquez era a situação anárquica que viveu a Banda Oriental e que poderia voltar à região, caso os movimentos contrários ao Império do Brasil fossem isolados e não tivessem a anuência buenairense. Para o ilustrado autor, a sua postura conservadora é corroborada por exemplos de

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ *El Ciudadano*. Montevidéo, nº1, 1º de junho de 1823.

radicalismo em revoluções que existem na História e prejudicam o progresso dos países:

Convocar á estos malvados, reunirlos y ligarlos por el crimen, animarlos por la impunidad y elevarlos sobre las ruinas de la fortuna pública, de las artes, la industria, los talentos, nivelar las clases de la sociedad reduciéndolas todas al último paso en la escala de la degradación, es el funesto sistema que adoptaron muchas veces los corifeos de las revoluciones para sostener su injusta elevación: esta clase ó esta plaga horrorosa azote de la humanidad, ha sido dolorosamente conocida bajo la dominacion de *Levellers*, ó niveladores en Inglaterra, jacobinos ó *sansculottes* en Francia, y anarquistas en todas partes.¹¹²

Para o redator do *El Ciudadano*, esse período considerado anárquico e condenável aconteceu na Banda Oriental por culpa de José Gervásio Artigas. O caudilho teria se afastado do projeto revolucionário de Buenos Aires, do qual Santiago Vázquez era grande admirador, para espalhar a desordem e a anarquia pela campanha, ameaçando Montevideú. Além destes movimentos, graças às ações artiguistas, Portugal interviu e dominou a região:

Hed aquí, orientales, el origen de vuestras desgracias: apenas embarcadas las tropas de Buenos aires empezó Artigas a poner en practica su terrible sistema: pasados los primeros momentos del entusiasmo la mayor parte de los vecinos de la campaña sintieron la fuerza de los vínculos que los ligaban a la tierra, y trepidaron en abandonar sus hogares, sus fortunas, en arrastrar sus familias á todas las alternativas de un porvenir absolutamente incierto.¹¹³

As tropas do exército brasileiro estabelecidas em Canelones também são alvo de críticas constantes no periódico. Na seção *Ejercito imperial*, são demonstradas as dificuldades encontradas

¹¹²*El Ciudadano*. Montevideú, nº6, 06 de junho de 1823.

¹¹³ Idem.

pelo General Lecor para a manutenção das tropas, e destaca-se Frutuoso Rivera como um traidor da pátria:

Por los últimos pasados sabemos que continua el cuartel general en Canelones, aunque se anuncia generalmente su translacion á la calera de Garcia, y que será precedida de la benéfica medida de arrancar el vecindario intermedio hasta las bestias del servicio: no será extraño que así se verifique según los filantrópicos sentimientos de los directores del ejercito imperial. Se dice también que al traidor Frutos Ribera se le había desaparecido la mayor parte de la poca gente que conservara, y que era cada dia mas notable la deserción de la tropas continentales, donde habían asomado repetidamente síntomas de sedición ocasionada por la desnudez, falta de pagamento y dureza del servicio y de la estacion.¹¹⁴

Na primeira edição do *El Ciudadano*, Santiago Vázquez havia comunicado que a publicação existiria sempre que houvesse respaldo da população de Montevideú: “Contento con mi conciencia consideraré la opinión pública como único tribunal que decida del mérito del Ciudadano, y el concepto que le merezca será el barómetro que señalará la duración de este periódico.”¹¹⁵ Embora seja impossível averiguar a recepção do periódico, é possível creditar a este elemento forte importância na duração efêmera do jornal, pois o último número foi publicado no dia 27 de julho de 1823.

Com a primeira edição impressa pela *Imprenta de Torres* e as duas subsequentes pela *Imprenta de los Ayllones y Compañía*, surge em 13 de junho de 1823 o periódico *El Febo Argentino*. A publicação se organiza em torno de apenas um longo ensaio autoral do redator, estrutura que permanece na segunda edição com a adição de contribuições de leitores, e correspondências que ocupam toda a terceira e derradeira publicação. A redação e propriedade do jornal eram anônimas, todavia é sabido que o responsável era Bernardino

¹¹⁴ *El Ciudadano*. Montevideú, n^o1, 1^o de junho de 1823.

¹¹⁵ Idem.

Bustamante. O clérigo espanhol tinha como principal conduta a condenação do governo revolucionário de Buenos Aires desde 1810, crítica ampliada a partir do governo rivadariano na década de 1820, quando Bustamante abandona a cidade, a partir do decreto de 28 de novembro 1821 que proíbe a circulação de clérigos nas Províncias Unidas do Rio da Prata sem autorização governamental, e se abriga em Montevidéu.¹¹⁶ Nas primeiras páginas é determinado o objetivo da publicação:

Como el hombre es un ser limitado, sugeto á la ignorância y al error, mi objeto, en la apertura de este periódico, no será otro, que el iluminar á mis caros compatriotas en la ilustra carrera, que se han abierto al formar su constitucion civil, y religiosa. Las importantes cuestinones, que se ofreceràn á discusion en el desenrollo de materias tan espinosas, serán tratadas con la claridad, é imparcialidad mas sincera. Si mi alma hablará à la de mis conciudadanos, mis sentimientos se estrecharàn en tal manera a los suyos, que parecerán emanados de un mismo corazon.¹¹⁷

O principal horizonte da publicação estava do outro lado do rio da Prata: Buenos Aires. A ação centralista do governo buenairense e a proclamação da igualdade religiosa afetam profundamente os interesses de Bernardino Bustamante. Nesse sentido, ainda na primeira página da publicação inicial do *Febo Argentino*, é descrita a sua percepção sobre os portenhos:

Conozco, que la parte honrada, y juiciosa de mi pueblo se halla dispuesta à salir del tenebroso círculo, en que lo han sumergido las intrigas humillantes de un gobierno egoísta, antipatriota, é irreligioso; y esta idea me inspira la dulce confianza, de que los amigos del bien público secundarán los reclamos de la justicia y de la razon. Los derechos vulnerados de mi pueblo son tan evidentes, y tan simples sus reclamaciones, como irregulares los

¹¹⁶ ZINNY, Antonio. *Historia de la prensa periódica... Op.Cit.* p.132.

¹¹⁷ *El Febo Argentino*. Montevidéu, nº1, 13 de junho de 1823.

procedimientos del gobierno, y absolutamente insostenibles sus principios.¹¹⁸

A posição antagônica a Buenos Aires era destoante da maioria dos periodistas do período, principalmente de Santiago Vázquez, que no *El Ciudadano* ataca a publicação:

Pronto se descubre que su verdadero y único fin es hacer la guerra al gobierno de Buenos aires, y conseguir probabelmente que desacreditándole y encendiendo los ànimos en su odio, se habrá de nuevo el volcán de las revoluciones para que el pais se vea envuelto en el torrente de su lava destructora: aunque estamos persuadidos de que la opinion del gobierno es un muro fuerte en que se estrellaràn los tiros de la calumnia y las erupciones del resentimiento, notamos que el periódico se propaga en esta provincia, à quien mas que nunca interesa que las inmediatas conserven sus tranquilidad y estén dirigidas por gobiernos firmes y fuertes para que puedan convertir su atención á ella.¹¹⁹

As principais críticas ao governo buenairense se dão em relação às reformas no âmbito religioso, lideradas pelos “ministros ateistas d. Bernardino Rivadavia, y d. Manuel Garcia.” Para o clérigo, os direitos da Igreja e de seus representantes foram ignorados na revolução de 1810 e roubados durante a década de 1820, elementos que incluem a Banda Oriental e toda a região platina:

Si compatriotas; este grupo de masones iluminados, que ha echado por tierra el culto católico, con que nuestra provincia llenaba sus deberes ácia el Ser Supremo, es el mismo, que sin respetar la notoridad de todos los políticos, y la experiencias de todos los siglos ha trastornado de un solo golpe nuestras leyes, nuestras habitudes, nuestras costumbres, nuestra religión, nuestros usos.¹²⁰

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ *El Febo Argentino*. Montevideú, nº2, 26 de julho de 1823.

Em relação à forma de governo, ao legislativo e à organização da administração pública, os portenhos são acusados de serem centralistas e despóticos. Ao aumentar a burocracia estatal e ampliar o alcance das instituições do estado às demais Províncias Unidas do Rio da Prata, a corrupção se tornou a principal característica do governo de Buenos Aires. Nesse sentido, o clérigo afirma que:

Nuestro gobierno masonico es, quien bajo el nombre de departamentos, distritos, comissários de policia, juezes de primera instancia, de paz, ha cubierto la provincia de un número tan grande de autoridades, que se tropieza a cada paso con la tiranía ó corrupcion mas humillante.¹²¹

O *El Febo Argentino* conta também com um programa de governo, que poderia de imediato atenuar o grave afronte portenho e, em longo prazo, trazer a prosperidade e a paz. A solução é apontada através de uma profunda reforma nos poderes básicos do Estado. Caso as mudanças não sejam efetuadas, o destino reserva para a Província Oriental a anarquia, a guerra civil ou a tirania

De luz irresistible de estos principios parte la necesidad de dividir los poderes de un estado, fijarles sus límites mas naturales, y balancearlos entre sí, para que los pueblos puedan ser constituidos por los verdaderos medios y consulten el goze de sus mas luminosos derechos. Un poder único acabaría infaliblemente por devorarlo todo: dos se convatirán hasta que el uno logre destruir al otro: pero tres se mantendrán en un perfecto equilibrio, si se hallan convinados de tal manera, que cuando dos de estos luchan, le tercero pueda querer su estabilidad y la felicidad del pueblo á quien preside.¹²²

A última edição do periódico é publicada no dia 21 de outubro de 1823. Apesar de espaçados no tempo, foram publicados apenas

¹²¹*El Febo Argentino*. Montevideú, nº1, 13 de junho de 1823.

¹²² *El Febo Argentino*. Montevideú, nº2, 26 de julho de 1823.

três números do jornal. Desde a primeira edição era indicado que o texto provocaria governantes e não teria a sua continuidade assegurada: “Los tiranos que nos oprimen redoblarán su vigilância para embarazar su impresion y circulacion pero mi amor impertubable hácia mi Patria me hará burlar todos sus esfuerzos. Quiera el cielo ser propicio á mis votos.”¹²³

O último periódico publicado no ano de 1823 sai às ruas no dia 02 de agosto, sob o título de *Los Amigos del Pueblo*. Impressos pela *Imprenta de los Ayllones y Compañía*, os oito números em numeração contínua, trinta e duas páginas, circularam até setembro do mesmo ano. Embora anônimo, o periódico também foi escrito por um integrante da “*Sociedad de Caballeros Orientales*” Francisco Solano Antuña (1793- 1858), político que agiu nas filas revolucionárias artiguistas, em favor da dominação luso-americana nos anos iniciais e como funcionário do Diretório de Buenos Aires. Em 1829, também foi integrante da missão diplomática enviada ao Rio de Janeiro e em 1830, membro da Assembleia Consituente. O outro redator foi José Catalá y Codina (1780-1840) espanhol que adquiriu prestígio na Província Cisplatina ao ser um dos principais entusiastas do sistema lancasteriano de ensino.¹²⁴ Segundo os redatores “el caracter y estilo de este periódico no será otro que el de la amistad, que por naturaleza, educacion y principios profesamos íntimamente a este benemérito pueblo”. Com a intenção de libertar a Província Oriental da dominação estrangeira e orientar a população de Montevideú sobre o que acontece no restante da região, é indicada a estrutura e os objetivos do *Los Amigos del Pueblo*:

Con la franqueza y noble interes á que tenemos derecho por aquel título, pondremos á la vista de nuestros conciudadanos el cuadro político de su suerte, los riesgos que les amenazan, y los remedios

¹²³ *El Febo Argentino*. Montevideú, n°3, 21 de outubro de 1823.

¹²⁴ GONZÁLEZ, Wilson Demuro.. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* Op p. 379-380.

mas oportunos y eficaces para su restablecimiento. Con el mismo objeto transcribiremos las noticias mas seguras de la cooperación de las provincias hermanas al sacudimiento del yugo, que pesa sobre nuestra Campaña, sin omitir los sucesos interesantes que ofrecen los vaivenes del viejo mundo. Este periódico saldrá á luz todos los sábados, é insertará toda clase de avisos particulares, pagando los interesados un real por cada cuatro líneas que contenga.¹²⁵

O encerramento da publicação de Santiago Vázquez, *El Ciudadano*, é a principal motivação para a criação do periódico. Além de compartilhar das opiniões do antigo jornal, o redator do *Los Amigos del Pueblo* também sente-se responsável por continuar a veiculá-las:

Repentinamente hemos visto desaparecer de la escena pública al Ciudadano, y tanto como nos ha sido sensible la suspensión de un periódico tan ilustrado, estamos convencidos de la necesidad de reemplazarlo, en el modo posible, para que el público, no carezca al menos, de las noticias y conocimientos que mas afectan sus intereses. Este es el motivo único que pudo decidrnos á tomar la pluma, venciendo el justo recelo de nuestra insuficiencia; pero alentados con la esperanza de que serémos auxiliados en nuestra carrera con los consejos de los hombres de taleato, y sostenidos en lo general por la indulgencia de los buenos.¹²⁶

Visando à liberdade da Província Oriental, o redator conclama o povo à resistência e ao ataque ao exército imperial. Apesar de consideradas débeis, as forças brasileiras estão em maior número e possuem mais organização. Assim, todos os patriotas, todos os habitantes de Montevidéu e da campanha devem aderir às armas e lutar contra o invasor que está estabelecido no interior da Província Cisplatina:

¹²⁵ *Los Amigos del Pueblo*. Montevidéu, nº1, 02 de agosto de 1823.

¹²⁶ Idem.

Pero sabed, que en defensa de la libertad y de la cara Patria, cada ciudadano es un soldado, y cada soldado un héroe: nosotros sostenemos la justicia: élla nos ánima: el cielo la áma: vosotros sois esclavos, y nos presentais la cadenas: arrástrenlas los viles que no tubieron energía para rechazarlas. Entretanto, estrechad la línea, interrumpid los recursos, haced cuanto podáis, todo es en vano. Despojad de los restos de su escasa fortuna á esos miserables vecinos, á quienes, después de arrebatarles sus ganados por el hecho cierto ó supuesto de conducirlo para la plaza, los encadenais en las mazmorras de Canelones.¹²⁷

Com a cidade cercada pelas tropas de Carlos Frederico Lecor e acreditando que “Montevideo se convertirá en ruinas, antes que someterse á los imperiales”, o periódico conclama a resistêcia dos montevidéanos. Para tanto é lembrado o passado de lutas fora das muralhas e de dificuldades superadas dentro delas:

Es preciso recordar de este modo á la provincia, que Montevideo está acostumbrada á todas privaciones ántes que ceder lo que una vez ha emprendido: es preciso manifestar con una conducta firme, que nuestro estado no es el de la degradación y abatimiento, y que Montevideo, el pueblo propriamente dicho, jamas capituló con sus enemigos; pues si una vez lo hizo su gobierno, y en circunstancias de no haber bastimentos en la plaza, mas que para un solo dia, fue necesario sorprenderlo ántes durmiendo, y desarmarlo.¹²⁸

No dia 07 de setembro de 1823, é encerrada a publicação do *Los Amigos del Pueblo*. O fim acontece sem motivos aparentes e sem indicações de que houvesse perseguições e restrições oficiais ao jornal, pois apesar da cidade de Montevideú ainda resistir aos ataques de Lecor, a campanha e os movimentos de libertação vindos de outras região do Prata têm cada vez menos força.

Durante a Guerra da Cisplatina, a produção periódica diminui de intensidade, contudo dois jornais foram publicados durante o

¹²⁷ *Ibíd.*

¹²⁸ *Los Amigos del Pueblo*. Montevideú, nº1, 02 de agosto de 1823.

período. O primeiro deles é o *Semanario Mercantil de Montevideo*, que circulou em três momentos distintos: o primeiro volume com setenta e dois números, impressos pela *Typographia do Governo* e pela *Imprenta de Arzac*, circulou de agosto de 1826 até dezembro de 1827; o segundo volume, sob a responsabilidade da *Imprenta de Caridade*, com cinquenta e dois números circulou nos doze meses de 1828; os sete números do último volume foram impressos também pela *Imprenta de Caridade*. Com um perfil menos político e mais informativo, o jornal publicava anúncios de venda, comunicados de chegada e saída de embarcações e, num sentido mais comercial, anedotas para chamar os leitores. Em relação a sua posição política, o jornal apoia o regime brasileiro, inclusive levando o brasão do Império desde a edição de número vinte e seis, e atenta para os riscos que as ações patrióticas de Lavalleja e Buenos Aires podem causar à região:

Considerando los hombres imparciales en el sano camino de la recta razón, que la capciosa política exercitada por el Gobierno de Buenos Ayres desde el principio de su revolución hasta la fecha, ha causado perjuicios incalculables no solo á todas las Provincias del Rio de la Plata, sino á la misma Capital, deberían quedar intimamente convencidos los ofuscados Patriotas Orientales, que siguiendo las huellas de aquel Gobierno, no pueden prometerse sinó miserias, y ruinas.¹²⁹

Quando publicadas notícias sobre o conflito na Província Cisplatina, geralmente são enfatizadas positivamente as ações de Carlos Frederico Lecor e atenuados os sucessos orientais:

Los Yndios salvages que vagan com sus tolderias por la campaña de la banda Oriental no quisieron tomar partido contra el general Lecor, á pesar de las instancias y amenazas de Laballeja, expresándose aquellos terminantemente, que contra el viejo Lecor no tomaban armas, ni se reunian hacerle la guerra. Resultando este del buen tratamiento, que dicho General tiene dispensado á

¹²⁹ *Semanario Mercantil de Montevideo*. Montevidéo, nº43, 09 de junho de 1827.

aquellos Salveges, que siempre recuerdan con horror el procedimiento del Mariscal Oliveira en el Queguai.¹³⁰

No dia 14 de novembro de 1826, é publicada em Canelones a *Gaceta de la Provincia Oriental*. Os dezesseis números do jornal, impressos pela *Imprenta de la Provincia*, circularam até fevereiro de 1827, principalmente pelo interior da região oriental. A publicação é considerada pela historiografia de recorte nacionalista como “nuestro primer periódico; el que escribieron y auspiciaron orientales, cuando éramos ya no sólo artífices, sino dueños de nuestros propios destinos, y en la verdad o el error, señalamos nuestro rumbo, fijamos nuestra trayectoria.”²⁸⁵ Muito desta interpretação deve-se ao caráter independentista da *Gaceta de la Provincia Oriental*, haja vista que ela foi redigida visando o término do jugo brasileiro durante o conflito que – nainterpretação tradicional - daria origem à República Oriental do Uruguai, contrariamente às publicações do mesmo caráter que encerraram suas atividades nos anos anteriores. Além de textos de caráter político e avisos públicos, também eram publicados documentos, principalmente de Buenos Aires e do governo provisório da Província Oriental. Demais detalhes técnicos são a primeira preocupação do novo jornal:

Este periódico se publicará semanalmente los martes en la Imprenta de la Provincia. Su precio el de un real por pliego, tanto á los señores suscriptores, como á los demas. Se reciben suscripciones, en Canelones, por el encargado de la imprenta; en Maldonado, por D. Juan Formoso, y en Buenos Aires por D. Francisco Puente en la Recoba frente al Cabildo, tienda num. 13; en la inteligencia que se serán remitidos con toda puntualidad. Se admiten avisos, á precios comodoss, debiendo entregarlos á las 4 de la tarde del dia anterior al de su publicacion.¹³¹

¹³⁰ *Semanario Mercantil de Montevideo*. Montevidéo, nº13, 25 de novembro de 1826.

¹³¹ LUCUIX, Simón S. Prologo. In: GONZALEZ, Ariosto D. LUCUIX, Simón S. SCARONE, Arturo.

Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27. Reproducción facsimilar. Montevideo: Casa A.

Seguindo a mesma linha, o editor – desconhecido – aponta as motivações que levaram ao surgimento da *Gaceta de la Provincia Oriental* e os interesses da publicação. O jornal teria surgido para sanar as dificuldades de comunicação, de troca de informação sobre a Guerra da Cisplatina e os acontecimentos externos. No mesmo texto, é enfatizada a ação despótica do Brasil e o trabalho das Províncias Unidas do rio da Prata, que tem seu brasão estampado na primeira página do periódico desde a edição de número nove, pela libertação da região:

El deseo tan generalmente pronunciado en los habitantes de esta provincia por obtener un papel periódico, que al menos tenga por objeto instruirles de los acontecimientos y hechos notables que pasan en la escena importante de que es teatro en la actualidad nuestro territorio, disputado entre el tirano del Brasil y las armas libertadoras de la República, como también de lo que ocurra dentro y fuera del continente, exhibiendo a la vez los decretos y resoluciones administrativas de las autoridades, cuya importancia demande el conocimiento público, ha sido bastante a determinar el establecimiento de la Gaceta, contando con el favor que se promete quieran dispensarle aquellos hombres, que tienen ilustración y amor al país contribuyendo a llenar sus líneas con el producto, de las noticias y principios que están a su alcance, pues éste es uno de los deberes más sagrados de cuantos aspiran con justicia al honroso renombre de patriotas libres.¹³²

A publicação também se preocupa com a organização política desse novo Estado após concretizada a independência. Todavia os elementos apresentados e em busca de legitimação não são apenas leituras de políticos ou digressões de teóricos, fazem parte da experiência, segundo seu redator:

Barreiro y Ramos S. A., 1943. p.20.

¹³² *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, n^o1, 14 de novembro de 1826.

Demonstrar la que, absolutamente hablando, sea mas conveniente á la sociedad en general, es una de aquellas cuestiones, que han ocupado en vano las tareas, y vigiliias de los sabios, y especialmente de los políticos. El resultado neto de sus profundas, y eruditas disertaciones es, que aquella forma de administracion, que mas armonice con el carácter, grado de cultura, habitudes, población, y concepciones de un pueblo, es ciertamente la mejor, y por consecuencia la que debe adoptarse. Aai que no son los razonamientos, ni halagüeñas teorías, que deben traerse á juicio en objeto de tanta magnitud, sino la segura guía del buen sentido, y de la experiencia.¹³³

Seguindo esta linha de pensamento, a federação era a forma mais adequada para suprir os anseios e as necessidades do Estado a ser formado na região platina:

La provincia oriental, entre las del Rio de la Plata, fue quizá, la priméra que, corriendo en pos de la anarquía, a que era arrastrada por sus caudillos, gritó federacion, y esta voz inculcada, y reproducida á cada momento, fue una expresión comun, y favorita hasta de los seres mas oscuros, é ignorantes: la federación estaba pues de cierto en todos los labios, sin penetrar en el entedimiento, ni impresionar el corazon de aquellos mismos, que por otra parte hicieron prodigios de valor, propios de su caracter en busca de un objeto, que aunque misterioso, estaba unido en su denominacion al aliciente de la libertad, y de la patria.¹³⁴

No dia 23 de fevereiro de 1827, é publicada última edição da *Gaceta de la Provincia Oriental*. Sem motivações aparentes, a publicação é encerrada, justamente em um momento de sucessos militares orientais, a exemplo da batalha de Ituzaingó. Contudo, o ano de 1827 vai marcar o afastamento entre o projeto de uma independência construída em conjunto com as demais províncias da região platina e o plano inglês de uma república totalmente livre no espaço da Banda Oriental. No ano de 1828, surge o periódico *El*

¹³³ Idem.

¹³⁴ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, n^o3, 28 de novembro de 1826.

Observador Oriental, um “papel comercial, político y literário”¹³⁵. Impresso e distribuído pela *Imprenta y Librería de Yañez*, o jornal circulou duas vezes por semana - quarta-feira e sábado - e teve dezoito edições, contabilizando quarenta páginas em numeração contínua sob a redação de José Maria Marquez. No prospecto, que saiu às ruas no dia 11 de outubro, o redator anuncia as suas intenções com a publicação, citada como continuidade de um periódico anterior, o *Observador Mercantil*:

Los Editores del OBSERVADOR MERCANTIL, vuelven á su tarea interrumpida bajo el título de OBSERVADOR ORIENTAL. Constituido en la necesidad de hablar sin tener nada interesante que decir, se concibe bien por que el OBSERVADOR MERCANTIL haya debido hacer dormir á sus lectores; pero el OBSERVADOR ORIENTAL sin mas recursos, que los extraordinarios sucesos, que le autorizan á cambiar la mitad de su titulo. Espera que no hará nadie, EL OBSERVADOR ORIENTAL, fiel á su titulo, lo observará todo, sin imponerse ley alguna respecto á las materias. En orden al modo y al espíritu de sus producciones, su divisa será DICERE DE VITIIS, PARCERE PERSONIS.¹³⁶

Na mesma edição, o *El Observador Oriental* concentra as atenções na Convenção Preliminar de Paz, tratado que pôs fim à Guerra da Cisplatina e fora assinado no dia 04 de outubro. A Convenção é reproduzida em sua totalidade nas páginas do jornal e, posteriormente, é redigida uma breve análise de suas causas e consequências: “El tratado que precede há sorprendido todas las esperanzas. Todos los cálculos [...] Há credo la gloria de la diplomacia SUD-AMERICANA, y dado al mundo el espetáculo de dos Naciones nuevas pero abias y bastante fuertes para ser generosas.”¹³⁷

¹³⁵ *El Observador Oriental*. Montevideú, nº1, 11 de outubro de 1828.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibidem.

Nas edições seguintes, a grande preocupação de José Maria Marquez é com a organização da “República Oriental”, após o processo de independência. Segundo o redator, não bastaria apenas a assinatura do tratado para a felicidade geral dos orientais, também seria necessária a organização política e jurídica da nação recém-criada:

Pero hasta ahora los Orientales no son mas que independientes y para ser felices es preciso que afiancen su libertad sobre las bases firmes de una organizacion social fundada em principios de moderacion, de tolerancia y utildad universal. Es preciso una constitucion politca adaptada à la civilisacion de las naciones cultas, capáz de proteger todas las personas de defender todos los derechos individuales – que sea, un haluarte contra las empresas del poder y las aspiraciones de la ambicion.¹³⁸

Mesclando informações sobre o comércio, a atividade artística de Montevideú e análises políticas, o periódico *El Observador Oriental* mantém a sua atividade ao longo do ano de 1828, seu último número foi publicado no dia 13 de dezembro. Sem indícios do motivo de seu encerramento, o jornal acompanhou o processo imediatamente posterior ao final do conflito e as tentativas de construção política, social e jurídica da República Oriental do Uruguai. A publicação marca a análise das últimas discussões acerca dos personagens e do futuro dessa região em disputa, que teve na imprensa periódica um novo e profícuo espaço. Dentre as possibilidades de pesquisa utilizando a imprensa periódica da Província Cisplatina como fonte, encontra-se a da linguagem e dos conceitos-chave que estruturaram o pensamento político dos atores locais.

¹³⁸ *El Observador Oriental*. Montevideú, n^o2, 15 de outubro de 1828.

Capítulo III

Linguagem em transformação conceitos-políticos na Cisplatina

O historiador argentino Elías José Palti frisa a importância do estudo da linguagem e dos conceitos no período das revoluções de independência na América Latina e nas decorrentes discussões sobre a formação dos Estados nacionais modernos. Para Palti, o século XIX é um momento de incertezas e transformações, havia muito que ser feito e poucas convicções de como fazê-lo. Nessa conjuntura, a política toma parte de todos os elementos da vida cotidiana e social. Para compreender estes fundamentos políticos latentes em todos os âmbitos da sociedade, expressados através de discursos, a história dos conceitos pode dar notórias contribuições:

Para descubrir las claves particulares que lo animan es necesario, sin embargo, desprendernos de nuestras certidumbres presentes, poner entre paréntesis nuestras ideas y valores y penetrar el universo conceptual en que la crisis de independencia y el posterior proceso de construcción de nuevos Estados nacionales tuvo lugar. El análisis de los modos en que habrá de definirse y redefinirse a lo largo de éste el sentido de las categorías políticas fundamentales – como representación, soberanía, etc. –, la serie de debates que en torno de ellas se produjeron en esos años, nos introducirá en ese rico y complejo entramado de problemáticas que subyace a su caos manifiesto.¹

¹ PALTÍ, Elías. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: siglo XXI Editores, 2007. p.14.

Neste mesmo contexto temporal e neste mesmo espaço, o mundo ibero- americano, não obstante as particularidades de cada região, Javier Fernandez Sebastián destaca igualmente a importância do estudo dos significados e das utilizações da linguagem política. Para o historiador espanhol, a linguagem é o ponto de partida para “una historia que tome en cuenta el utillaje conceptual de los agentes –individuales y colectivos– para lograr así una mejor comprensión de sus motivaciones y del sentido de su acción política, con vistas a un acercamiento más satisfactorio a la dinámica de los procesos históricos”.² Afinal, através dessas ferramentas é possível compreender “algunas de las más sobresalientes experiencias históricas vividas por los iberoamericanos, en este caso a lo largo de ese periodo crucial que suele denominarse la “era de las revoluciones”.³

Este período é pautado por grandes dúvidas e provisoriades políticas, momento marcado pela variedade de posturas, de projetos e também de rápidas transformações semânticas que estruturavam os discursos dos atores locais. Na Província Cisplatina, vivendo um momento de profusão de escritos políticos, a situação é semelhante, diferentes grupos disputavam pelas armas, na arena pública e nas páginas da imprensa, estava presente a hegemonia da política local, utilizando-se de conceitos- chaves para pautar seus discursos. A análise desse processo e de seu contexto oferece contribuições para a compreensão da história da região e suas articulações com todo o mundo íbero-americano em processo de construção de novos corpos políticos ainda indefinidos. Portanto, a História dos conceitos não se volta apenas ao estudo do significado ou das alterações semânticas de determinadas palavras ou conceitos, e sim à compreensão de como os próprios atores estruturaram seu pensamento e das alterações em curso:

² SEBASTIÁN, Javier Fernández. Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano... Op. Cit.* p.25

³ Idem. p. 26.

Es decir, el concepto traduce la diversidad de la experiencia histórica y a diferencia de la palabra no contiene una sola definición. En el punto de intersección del concepto con su contexto también se verá cómo asomaran reflexiones de los propios actores sobre los cambios conceptuales en curso y disputas por definir las palabras, que constituyen en sí mismo valiosos indicativos de la incipiente consciencia político-lingüística de la experiencia del cambio histórico.⁴

Metodologicamente não se trata apenas de uma análise dos sentidos das palavras, mas, sobretudo, da aplicação e compreensão que os atores locais, vivenciando e reconhecendo esse processo de rápidas mudanças, davam a cada conceito-chave de seu pensamento político, sendo necessário associar duramente as práticas sociais da linguagem desses atores. Elementos sintetizados de forma precisa por Javier Fernández Sebastián:

Hay que tener en cuenta, además, que la perspectiva histórico-conceptual facilita un estudio más integrado del pensamiento y de la política práctica, rompiendo con los viejos planteamientos dicotómicos de la historia social y de la historia tradicional de las ideas. Precisamente el énfasis en el estudio del lenguaje por parte de los cultivadores de la nueva historia intelectual –también de la llamada “historia post-social”– permite observar que los discursos de los agentes históricos aparecen normalmente entretreídos con sus acciones –ya sea para justificar, legitimar o disimular sus actos, ya para deslegitimar o “desenmascarar” los propósitos de sus adversarios–, y que resulta por eso poco acertado establecer una separación demasiado rígida entre palabra y acción, prácticas y discursos, “realidades” y lenguajes. Sabemos, por otra parte, que es muy reduccionista entender el lenguaje simplemente como un instrumento: los discursos son una parte esencial de la acción política. Lejos de verse como dos entidades contrapuestas, lenguaje y realidad son pues dos caras inescindibles de la misma moneda: el lenguaje es parte –y parte sustancial– de “la realidad”, y “la

⁴ GOLDMAN, Noemí. Introducción. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución...* Op. Cit. p.11.

realidad” sólo puede ser construida, aprehendida y articulada a través del lenguaje.⁵

Desse modo, para conhecer estas mudanças políticas e semânticas “y la interrelación entre ambos tipos de cambios, es necesario en primer lugar que el historiador intente acercarse todo lo posible a la manera de ver el mundo de los protagonistas del pasado.”⁶ Portanto, se buscará analisar como em cada momento se dava a relação entre o conceito e seu contexto histórico levando em consideração que em muitos momentos essas transformações e articulações não acontecem concomitantemente, contudo, são importantes ferramentas para explicar a sociedade na qual estão inseridos, da mesma maneira que são instrumentos para mudar esta mesma realidade.

3.1 O espírito público – a opinião em oposição ao indiferentismo

Uma das principais preocupações de Francisco de Paula Pérez, proprietário e redator do já citado primeiro jornal cisplatino, o *Pacífico Oriental de Montevideo*, trata-se, exatamente, do desenvolvimento de um “*Espíritu Público*”, fortalecido através da opinião e mantido graças a uma ativa fiscalização da população em relação às ações do novo governo lusitano. Para Pérez, esse processo de ampliação da participação da sociedade nos rumos da região apenas pôde alcançar Montevideú e a Província Cisplatina com a liberdade de imprensa. Dessa forma, os jornais deveriam ser o principal veículo a serviço da população, que em contrapartida teria a atribuição de participar ativamente da vida pública, caso contrário, as causas de insucesso social e político precisariam ser buscadas internamente - na indiferença do povo - e não nos governantes e nos problemas externos:

⁵ SEBASTIÁN, Javier Fernández. Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano... Op. Cit.* p.27

⁶ Idem.

Prónunciad vuestro parecer, y si es justo será un principio de Ley: estais autorizados por ella ¿qué es lo que temeis? ¿El gobierno ejecutando la Ley sobre la libertad de Imprenta, no os ha entregado este órgano para que por él comuniquéis vuestras necesidades? Solicitad reformas, entonces conoceréis quien manda, mientras tanto no busqueis causas exteriores, si padecéis nuevas desgracias.⁷

Todavía, o conceito de “opinión pública” é gestado anteriormente. Como advierte Genéviève Verdo, a “opinión pública” ou termos correlatos como “espíritu público” ainda são imprecisos no período de transição entre o Antigo Regime e a formação dos Estados Nacionais na América ibérica. Para a historiadora, “coexisten en el léxico de la época muchas expresiones (entre otras, la de *esprit public*) cuyos sentidos son próximos y que la noción misma aparece marcada por cierta ambigüedad.”⁸ Desde meados do século XVIII, acontecem rápidas e importantes alterações semânticas na linguagem política ibero-americana, estas relacionadas com o que alguns historiadores determinam como o advento da modernidade. Nesse sentido, é necessário reconhecer a historicidade e a polissemia do conceito, principalmente relacionado ao “público”:

Público, equivalente culto de *pueblo*, la palabra evoca la cosa pública de los romanos, la república; pero también la publicación y la publicidad; como adjetivo sirve tanto para calificar la opinión como para hablar de los poderes públicos. *Público* nos remite siempre a la política: a concepciones de la comunidad como asociación natural o voluntaria, al gobierno, a la legitimidad de las autoridades. Lejos de ser sólo el calificativo neutro y cómodo de un “espacio” o de una “esfera» que se opone siempre, implícita o explícitamente, al campo de lo “privado”, a la esfera de los

⁷ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº3, 05 de janeiro de 1822.

⁸ VERDO, Geneviève. El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión en el periodo de la emancipación rioplatense. In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos... Op. Cit.* p.225.

individuos y de las familias, de las conciencias y de las propiedades, el público es al mismo tiempo el sujeto y el objeto de la política: sea la del Antiguo Régimen (el bien común, los cargos públicos, la “felicidad pública” de los ilustrados) o la revolucionaria (el *salut public* de los jacobinos) o la del constitucionalismo liberal (los poderes públicos legitimados por la soberanía del pueblo).⁹

Em relação à língua espanhola, ao longo de praticamente todo o setecentos se distinguem os termos “opinião”, relacionado à ideia de se estabelecer juízo sobre algo ou alguém, podendo ser uma impressão falsa e individual, de “público”, entendido como propriedade, jurisdição e autoridade para a realização de algo, ideia oposta ao âmbito privado. Na Espanha, a associação das palavras e o consequente desenvolvimento de um conceito de “opinião pública” têm seus primeiros registros no final do século XVIII:

Ahora bien, en España en el último cuarto del siglo XVIII, los usos del sintagma “opinión pública” que se registran ya empiezan a asociarse con el surgimiento de una instancia superior de juicio público. Cabarrús afirma, por ejemplo, que el nacimiento de un “público ilustrado”, con base en las “sociedades económicas de amigos del país”, otorga un lugar de preeminencia al respetable “tribunal de la opinión pública” como instancia superior a “todas las jerarquías”, a quienes juzga con total imparcialidad.¹⁰

Na América de colonização espanhola, a dissociação entre os dois termos permanece durante mais tempo. Enquanto “público” é relacionado à famosa tríade “ Deus, o Rei e o Público”, sendo assim um princípio fundamental da Monarquia e do bom governo, a opinião permanece sem grandes alterações, assim como na Espanha. As mudanças passam pelas reformas borbônicas e o

⁹ GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick. Introdução. In : GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos... Op. Cit.* p.23.

¹⁰ GOLDMAN, Noemí. Opinión Pública - Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p.984.

advento da imprensa periódica. Os jornais são instrumento fundamental para transformação da compreensão do significado do “público”, mesmo que nesse momento ainda seja restrito o seu alcance:

En la América hispana el cambio en este sentido es más lento, pues es muy escaso el empleo de la voz “opinión pública” en la naciente prensa periódica ilustrada. Sin embargo, se hace perceptible, a partir del nuevo clima de ideas inaugurado por las reformas de la monarquía de los Borbones y el surgimiento de la prensa periódica, la incorporación de una nueva acepción de “público”. En efecto, por una parte, en varios de los primeros periódicos americanos de los últimos años del gobierno borbónico surgen nuevos temas “públicos” vinculados a la ciencia, a la educación, a las artes, a la economía o a la política general del reino; por la otra, “público” como sustantivo comienza a referirse al “conjunto de lectores de una publicación” o a los hombres capaces de aportar sus “luzes” al “pueblo”; aunque cabe observar que “pueblo” sólo parece referirse en estos papeles a lo que en forma muy reveladora expresa el prospecto de El Redactor Americano de Santafé de Bogotá: “lo que fuere digno de presentarse a un Público ilustrado, católico y de una buena educación.”¹¹

Em Portugal e por consequência na América portuguesa, o termo “opinião” possuía sentido mais circunscrito durante o período colonial, sendo apontado como o julgamento de algo através de notícias que se tenha, relacionado, dessa forma, à moral e à reputação. Embora até o final do século XIX não existam referências em dicionários e registros lexicográficos do conceito de “opinión pública”, a sua construção semântica é anterior. Com a chegada da Corte, a maior circulação de impressos e ampliação de locais de convivência e discussão possibilitou essa transformação:

O início da construção do conceito moderno de opinião pública no mundo luso-brasileiro, enquanto uma “invenção política”, para utilizar a expressão de Keith Baker, relaciona-se, como seria de

¹¹ Idem. p. 985.

esperar-se, ao momento em que as discussões políticas começaram a ultrapassar o domínio restrito do círculo privado da Corte para alcançar os novos espaços públicos de sociabilidade, surgidos paralelamente às Luzes – os cafés, as academias, as livrarias e, até mesmo, as sociedades secretas, que, sob a proteção do segredo, converteram a palavra em coisa pública.¹²

É a partir da década de 1820, com os primeiros esforços em busca de maior liberdade de imprensa, que o emprego da “opinião pública” adquire maior politização, processo que culmina com a grande utilização do conceito durante a independência do Brasil em 1822. Contudo, a maior circulação de impressos, jornais, folhetos e panfletos que popularizaram e transformaram o conceito ainda mantinha características de longa duração, intimamente ligada com as Luzes e com restrição a transformações de cunho mais popular:

A literatura de circunstância formada por jornais, folhetos e panfletos veiculava a ideia de opinião pública com novas conotações, embora revestisse a palavra com uma concepção característica da Ilustração. Tratava-se de considerá-la uma autêntica força política, cuja objetividade provinha da razão e cuja eficácia resultava do impulso propiciado pelo progresso das Luzes, mas avessa, com certeza, às transformações bruscas da ordem, ainda que destinada a assegurar o reinado da sabedoria e da prudência sobre a Terra. Despontava sua função diretiva, na qual as elites ilustradas representavam um ponto de equilíbrio entre o soberano e seus súditos, conduzindo às reformas ilustradas, necessárias a uma regeneração política.¹³

Na Província Cisplatina, a situação é análoga. Com a adesão da região ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, as principais apreensões da incipiente imprensa periódica local são com a promulgação da Lei de Liberdade de Imprensa pelas Cortes em Lisboa. A ação é compreendida dentro da argumentação vintista,

¹² NEVES, Lúcia M. Bastos P. Opinião pública. In: JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p.183.

¹³ Idem. p. 185.

sendo um elemento para a regeneração e o desenvolvimento de uma região antes tomada pela guerra civil e pelo despotismo. A liberdade e o cumprimento das Leis, inseridas no espírito constitucionalista, poderiam ajudar o povo, desde que este fosse vigilante e participativo, a voltar aos períodos de glória e felicidade:

De todos los derechos, que los pueblos modernos han pedido conquistar, desde que la razon ha sucedido á la ignorancia de los tiempos bárbaros, el mas útil, el mas precioso, aquel que por si solo bastaría á la conservación de todos los otros, es la Libertad de Imprenta. Sia el ejercicio de este derecho, el Despotismo recuperaría su imperio, la anarquía sus furores, el privilegiado sus pretenciones y orgullo. Pero la Libertad de Imprenta, vigilante centinela, facilmente disipa sus proyectos: ella expía su conducta, penetra sus secretos, descubre sus maquinaciones, advierte por fin sus pérfidos y tortuosos pasos, y quando aquellos enemigos de la felicidad de los pueblos creen tocar al fin de sus deseos, y que prepara yá sus cantos de victoria, la imprenta arroja el grito de alarma, los pueblos se levantan entonces, y semejantes á los Romanos, revestidos de energía y valor, al ruido de las cadenas que les preparaba Breno, tambien saben alcanzar á sus enemigos, vencerlos, y reasumir sus derechos.¹⁴

Fortemente atrelada ao desenvolvimento de uma nova vida pública, a liberdade de imprensa é amplamente defendida e exaltada nas páginas do primeiro jornal cisplatino. Nesse sentido, outro importante elemento combatido pelo periódico é o indiferentismo. Com todas as bases favoráveis ao desenvolvimento da região, a população não poderia mais ser indiferente aos assuntos públicos. A participação, a fiscalização e o uso da opinião – mesmo que esta seja considerada no singular e busque a unanimidade – são, nesse novo momento, deveres dos cidadãos. A sociedade, composta não mais por súditos ou escravos, no sentido político, deveria ocupar-se dos assuntos antes reservados aos governantes, pois assim o espírito público se estabeleceria e o debate e a opinião assegurada pela

¹⁴ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº1, 22 de dezembro de 1821.

liberdade levariam a população à ilustração e ao conhecimento necessário para a evolução da região, legitimando a ocupação e a administração de Carlos Frederico Lecor:

El esclavo pertenece al déspota, y el ciudadano à la sociedad: el primero es vil instrumento de agenos, caprichos, el segundo observando sus deberes concurre à la felicidad comun; en aquel estado reina la arbitrariedad, y en éste imperan las leyes satisfaciendo el deseo general; por el despotismo vive el hombre en el abatimiento y en la miseria, es el blanco de todas las aflixiones, y víctima de su indiferencia; por la libertad ejerce sus derechos, cumple con sus altos destinos, satisface los votos de la naturaleza, viviendo con la dignidad correspondiente à su perfeccion: Los gobiernos, pues, están encargados de la religiosa observancia de tan dulces obligaciones, y los ciudadanos son los zeladores natos d aquellos; para egecer esta incomparable atribución los nuevos sistemas todos, han establecido la libertad de imprenta, invención las mas importante. cuya apología se han disputado los sabios.¹⁵

Contudo, a liberdade deveria ser respeitada e a população precisaria ser vigilante, haja vista que não poderiam ser cometidos pecados e abusos contra este direito recém-adquirido. A ilustração, as novas instituições políticas a serem instauradas na Província Cisplatina e o respeito à Lei continuam sendo fundamentais para o bom uso da opinião pública, ainda delimitada a uma pequena parcela da população, mas essencial para o desenvolvimento de uma nova vida, em liberdade e em oposição ao absolutismo, na região. Nesse sentido, a opinião pública é restringida à elite e continua profundamente ligada ao constitucionalismo e ao Vintismo português, mas a liberdade de imprensa não atingiria seus objetivos se estivesse “abusando de su poder, colocase la mentira en el lugar de la verdad, si se sirviese de la arma, que le es confiada, para calumniar, y atizar el juego de las pasiones, y escuchar el eco de los facciosos.” Afinal, “La Ley es su bruxula, el respeto á las instituciones

¹⁵ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, n^o25, 07 de junho de 1821.

su profesión de fé, la moderación su regulador, el amor de la Patria, y la ilustracion de los pueblos su único objeto.”¹⁶

Situação semelhante ocorre no Brasil recém-independente, mais especificamente no Rio de Janeiro. Analisando a imprensa da cidade, Marco Morel assinala que mesmo que existam concepções mais populares e democráticas que definem a opinião pública no período, a imprensa periódica fluminense é considerada, pela ampla maioria dos publicistas, como uma ferramenta educativa com a finalidade de promover e assegurar a ordem social e política já estabelecida com o processo de dissolução dos laços coloniais com Portugal. A opinião pública era compreendida pela elite intelectual como necessária para a sabedoria, a prudência e, principalmente, a razão e, desse modo, contrária às paixões, à exaltação, às revoluções e às alterações da ordem. Os integrantes desta camada constituída fazem parte de um público restrito e elitista, são os pertencentes à “República das Letras”, tendo acesso à formação intelectual e à ilustração, conseqüentemente, profundas ligações com Portugal. Para o historiador, essa posição, observada em um momento em que se buscava a legitimação do novo governo imperial no Brasil no qual a imprensa teve grande crescimento e importância nos debates, concerne à “opinión vista como fruto de la reflexión de los individuos ilustrados que se volvía pública en la medida en que aspiraba a propagar las Luces del progreso y de la civilización —y, por ende, defensora del orden y de la modernización.”¹⁷

Nesse sentido, não obstante as transformações semânticas sofridas pelo conceito de opinião pública durante o processo de independências na América Latina, algumas reminiscências do Antigo Regime ainda são observadas. Dentre elas, o discurso político relacionado à verdade única e à moralidade. Quaisquer ação ou pronunciamento deveriam ser direcionados à vida pública e serem

¹⁶ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº1, 22 de dezembro de 1821.

¹⁷ MOREL, Marco. La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos...* Op. Cit. p.309

publicizados, dessa forma, as ações individuais, passíveis de erro, poderiam ser avaliadas e ponderadas publicamente, determinando a reputação e a retidão da população, principalmente sob os olhos do Monarca. A opinião pública é instituída como a verdade única, o espaço do julgamento e da moral, evitando assim falhas e julgamentos apaixonados, e, nesse espaço, a imprensa, assegurada pela liberdade e pelas leis, se constitui como o único meio capaz de evitar os erros individuais e permitir que a verdade e a opinião triunfem. Com o rompimento dos laços coloniais, mesmo, que essas características ainda se mantenham, estabelecem-se novas posições: é a sociedade em geral que se responsabiliza pelas ações, pela fiscalização e pelo bom uso da imprensa. O âmbito privado passa a confundir-se com o âmbito público, cada vez mais politizado. Portanto, a verdade e a opinião se tornam responsabilidade coletiva – para aqueles que compõem a elite letrada. Assim a opinião pública passa a ser determinada como um resultado das ações políticas da sociedade, antes puramente sujeita ao julgamento dos governantes, nesse novo contexto, determina também o julgamento do povo e as próprias instituições por ele criadas, por exemplo, a liberdade de imprensa.¹⁸

Com o processo de independência do Brasil, os conflitos entre os Voluntários Reais e as tropas imperiais na Província Cisplatina, e conseqüentemente a retirada de Carlos Frederico Lecor da cidade de Montevideú, a imprensa opositora ganha força no ano de 1822. Entre os principais opositores, estavam os jornais que tinham ligações com o novo *Cabildo*, dentre eles o *La Aurora*. Nesse periódico, declaradamente com vinculações e projetos políticos antagônicos à presença portuguesa na região oriental, o caráter legal e a importância da liberdade de imprensa e do bom uso da opinião também é pauta de importantes reflexões. Todavia, o conceito de opinião pública possui maior politização, sendo considerado

¹⁸ PALTI, Elías. *El tiempo de la política...* Op. Cit. p.161-170.

ferramenta decisiva para a transformação e a liberdade, inclusive do jugo português, da Província Cisplatina:

Uno de los caracteres que distinguen principalmente esta época feliz, es su tendencia à la libertad y con élla al bien general: el hombre había perdido los títulos sagrados de sus derechos; la razon se los halla, pero la opinion se los apoya y asegura. Mil generaciones de tiranía pesaban sobre los pacientes humanos..... la opinion rompe odiosos cetros, restablece el imperio de la lei, arranca la màscara à la impostura, y proclama la libertad de los pueblos. Millones trabajaban antes para el regalo de unos pocos: millones merecían, y solo algunos pocos usurpaban: la opinion pone término á la tiranía de algunos, y al gobierno de los otros, abriendo à todos las puertas de la opulencia, de la virtud y de la gloria.¹⁹

Com a circulação de jornais e panfletos com projetos políticos antagônicos, a opinião deixa de se compreendida como única, e passa a denotar a existência de uma pluralidade de posições. Dessa forma, a correção ao se exprimirem opiniões e julgamentos nas páginas dos jornais cisplatinos também é tema de debate e acusações entre os diferentes redatores do período. A ação acusatória sem comprovação e a publicação de inverdades é determinada como ainda mais grave que a falta de ilustração nos escritos públicos. Mantendo a conotação moral da opinião, herdada de períodos anteriores, Francisco de Paula Pérez acusa o redator do *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade* de cometer afrontas à população e à liberdade de imprensa, perdendo assim toda a validade de suas ideias, haja visto que “Sabido es que los escritos desnudos de moralidad, son mas intolerables que los que carecen de instrucción, la ausencia de la primera es un malicioso crimen, y de la segunda es perdonable defecto” Contabilizando estes dois elementos “en todas las páginas del Expositor no se encuentra mas que el insulto, y la detracción, y este espíritu se manifesta en sus

¹⁹ *La Aurora*. Montevideú, n^o2, 28 de dezembro de 1822.

incoherentes ideas y pensamientos á cada passo.”²⁰ Posição compartilhada também pelos redatores do *El Aguacero*:

tan pronto como el pueblo despierta desaparece el despotismo; pero queda el fatal hábito de encerrarse cada uno en la esfera de si mismo, y ese aistamiento, ese olvido de la *causa pública*, es el que deja descubierta la gran plaza de la revolución donde se reunen los corrompidos y compran y corrompen à otros con los cuales se forman las facciones: despedazan al pueblo, producen la discordia, encienden la guerra civil, atraen la anarquía, el despotismo, el yugo extranjero y todos los males de que por desgracia tenemos terribles ejemplos: resulta pues que si los ominosos triunfos de la corrupcion y la ignorancia son debidos al aislamiento ó letargo de los individuos de que se compone el pueblo, la falta de *Espíritu Pubbico*, la falta de opinion pública es el verdadero origen de todos los males, el único remedio para alejarlos, la base que estriva la existencia de una república.²¹

A discussão entre a manutenção da opinião pública tida como manifestação de uma verdade unanime ou a publicização da opinião como reflexo de uma pluralidade de posições é recorrente na historiografia sobre o tema. François-Xavier Guerra, em busca do conceito moderno de opinião pública, reconhece que esta é baseada na discussão e na multiplicidade, mas para o historiador “esta teoría de la opinión pública, cuyo carácter moderno es, en muchos aspectos evidente, presenta otros que lo son mucho menos. El más llamativo es la concepción unanimista de la opinión.” Dessa forma, o que ocorre na América espanhola é que “Para evitar el riesgo de que la diversidad de opiniones conduzca a la guerra de partidos, se preconiza una solución sorprendente: la formación de un partido nacional”.²² Já Elias José Palti condena esta posição, para o historiador argentino “el sentido del unanimismo no es unívoco , que éste, como todas las demás categorías que analizamos , no es en

²⁰ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº18, 19 de abril de 1822.

²¹ *El Aguacero*, nº3, 08 de maio de 1823.

²² GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias... Op.Cit.* p.273.

sí mismo ‘tradicional’ o ‘moderno’”, já que esse período, de transição, é marcado justamente pela coexistência de elementos do Antigo Regime com características modernas. Para evitar este tipo de tipificação considerada errônea, não basta apenas verificar a aparição de um conceito, pois “su significado no puede, en fin, establecerse independientemente de la red discursiva particular en que ésta se produce”.²³

Dessa forma, reconhecendo o contexto dos debates públicos, na Província Cisplatina é possível observar, justamente, essa transição. Ainda que opinião pública seja tida primeiramente como única, a pluralidade de posições, identidades políticas e as indefinições quanto ao futuro da região, fizeram surgir uma imprensa partidária e opositora ao governo. Mesmo que não fosse homogênea em suas críticas, a ampliação dos impressos expôs a opinião e a publicização de uma variedade de posturas e conclamou a população ao debate público. Portanto, as opiniões têm profunda relação com a posição partidária desse contexto, transformando o espírito público em um forte argumento a favor da participação da população em busca de objetivos específicos, muitas vezes díspares.

Na outra margem do Rio da Prata, segundo Genéviève Verdo, a exemplo da Província Cisplatina, durante as duas primeiras décadas do Oitocentos, a opinião também é uma importante ferramenta no embate entre os distintos grupos e seus projetos políticos para a região. Em um período conturbado, em que as divergências de opinião muitas vezes eram decididas através das armas, a opinião pública é balizada mais pelo pertencimento político a determinado grupo ou plano político, do que pela unidade de pensamento e a convergência da maioria em torno de um tema específico. Todavia, como afirma a historiadora, a elite letrada - responsável pela redação dos periódicos, panfletos e, especialmente no caso analisado, de proclamações políticas - compreendia que não possuía o direito a expressar-se de forma indecorosa, visto que uma

²³ PALTÍ, Elías. *El tiempo de la política... Op. Cit.* P.173.

das funções da imprensa era oferecer uma representação digna aos seus leitores. Cabe lembrar que apesar do argumento de Verdo e de seu foco de análise estar mais próximo de documentos oficiais, é possível observar frequentemente ataques pessoais e ameaças nas páginas dos periódicos oitocentistas.²⁴

Em relação à ilustração e à retórica em que devem ser expostos argumentos e posições políticas na imprensa periódica, o Estado se ocuparia de prover os meios necessários para o seu desenvolvimento, segundo os veículos favoráveis ao novo *Cabildo* de Montevideu. A educação seria o meio fundamental para o incremento de um espírito público, com a criação de escolas e outros institutos e locais que propaguem a arte e a ciência. Desse modo, a população trabalharia de forma mais consciente pelo bem comum e pelo progresso do debate na imprensa. Conforme os redatores do periódico *La Aurora* na Província Cisplatina “Ya disfrutamos de las principales bases para conseguirlo: presto recogeremos los frutos de la educacion elemental de nuestra juventud para encaminarla à los altos destinos que debe ocupar.” Com estes alicerces postos, resta que “Empleemos algunos momentos cuando menos en la causa publica, y no consignemos nuestra felicidad al acaso. Dejemos à la posteridad motivos de recuerdos y respecto asi bajaremos al sepulcro satisfechos de haber obrado bien.”³¹⁸

No entanto, não caberia apenas ao governo e às instituições a tarefa de educar e levar a ilustração à sociedade. A imprensa periódica cisplatina, de oposição, enfatiza em suas páginas seu caráter pedagógico, apresentando sua missão de instruir a população e apontar os melhores caminhos a serem seguidos. Para tanto, a opinião pública não deve se restringir à crítica e às acusações, a imprensa é considerada um elemento de intervenção direta nos assuntos públicos e nas instituições, servindo como elemento de aproximação entre as instituições, os governantes e a

²⁴VERDO, Geneviève. El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión en el periodo de la emancipación rioplatense. In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos... Op. Cit.* p.225-240.

população. Para construir uma república livre, a opinião deveria fundamentalmente ser a base de uma vida pública, haja vista que para se ampliarem os meios de cidadania, os periodistas deveriam trabalhar nesse sentido:

Con razon dijo el *Aguacero* que era el exe sobre que estrivaba la existencia de una república: pero es doloroso que una pluma tambien dispuesta para fomentarla se empeñe en la áspera senda de la censura y no elija otros medios que ejercitando la ilustracion promuevan el entusiasmo: no ha de ser la crítica amarga el solo alimento de la opinion, ni los ojos del escritor han de mirar solo los errores ¡son tan comunes en los hombres! Bien al contrario circunstancias como las presentes parece que exigen recordar y persuadir que los primeros pasos á la libertad presentan siempre asperezas dificiles, pero accesibles à una resolucion firme y constante; que sus preciosos frutos no se recogen sin sembrar sacrificios, y que sin la disposicion á tributarlos generosamente en las aras de la patria, en vano las autoridades dedicarían sus desvelos à servila: la vida del cuerpo político no puede dilatarse sin la reciprocidad de acción en los miembros de que se compone.²⁵

Embora houvesse as benesses da lei e da liberdade e com a ação do governo com vistas à educação e ao progresso da região, também existem obrigações. A do uso da opinião pública é trabalhar pela verdade, sem atingir outras pessoas com a publicação de textos, julgamentos e notícias falsas. Dessa forma, é delimitado o duplo cuidado que opinião pública exige, porque “Decir la verdad, ó hablar sobre su pensamiento es pues, un doble derecho del hombre libre, y un deber del hombre social”, contudo, essa posição demanda atenção, pois “este derecho como este deber tiene por excepción del derecho de otro, y muy frecuentemente tambien el perjuicio que puede resultar para si mismo.”²⁶

Assim, a opinião pública adquire outra função e conotação no período, na medida em que pode ser compreendida e utilizada em

²⁵ *La Aurora*. Montevideú, nº2, 28 de dezembro de 1822.

²⁶ *El Ciudadano*. Montevideú, nº1, 1º junho de 1823.

relação ao vocábulo “tribunal”. O tribunal da opinião pública tem a função de fiscalizar a atividade periodística, o conteúdo dos impressos e acusar e julgar os abusos cometidos contra a liberdade de imprensa e o bom uso da opinião. Para Francisco de Paula Pérez, “A nadie se oculta que es delinamente mui criminal todo escritor que no quiere hablar la verdad, cuanto es tan necesaria en los países representados para mantener la paz, armonía y buena inteligencia de los asociados”. Quando esta tarefa não é seguida pelos redatores e escritores públicos do período, estes merecem “la indignación pública, y el castigo mas condigno. Si son verdaderos estos principios como es indudable, no es menos evidente que solo escudado con la lei puede atreverse un escritor á exponer verdades ante el tribunal público.”²⁷

Na mesma medida em que a imprensa e a opinião são as únicas ferramentas capazes de fiscalizar e remediar os erros cometidos pela ignorância e má intenção dos redatores, também são, ambigualmente, as mesmas ferramentas de acusação e julgamento da própria atividade e função da imprensa:

Llegó el tempo en que sin temor puede decirse la verdade, y en que el éco de la razón es escuchado, para precipitar à los agentes del crimen en el abismo donde deben ser castigados; *la opinion pública!* ante ella debe acusarse a los autores de tamañas maldades, que pudiendo remediarlas, inicuaamente las mantubieron para lábrar su execrable felicidad.²⁸

É precisamente este elemento que Elias Palti destaca como o modelo jurídico da opinião: “Esto es, la idea de ésta como una suerte de tribunal neutral que, tras evaluar la evidencia disponible y contrastar los distintos argumentos, accede, idealmente, a ‘la verdad del caso’.”²⁹ Como última estância da verdade, a opinião é avaliada

²⁷ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº18, 19 de abril de 1822.

²⁸ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº26, 27 de junho de 1822.

²⁹ PALTÍ, Elias. *El tiempo de la política... Op. Cit.* P.162.

como um tribunal superior onde era possível avaliar os distintos argumentos e posições em busca da verdade, e a tarefa de julgar estas ações cabia à população. A atividade dos redatores de jornais e panfletos também era passível de avaliação e julgamento, e embora posições políticas distintas fossem aceitáveis, a retórica e os argumentos deveriam seguir a ilustração, evitando os ataques pessoais e as palavras indecorosas.

Por fim, é necessário lembrar que como perfeitamente e sinteticamente define Marco Morel: “La expresión *opinión pública* es polisémica —y también polémica—. Constituye un campo de estudios en el que la riqueza de elementos conceptuales establece una tenue frontera con las imprecisiones e indefiniciones.”³⁰ Na Província Cisplatina, reconhecendo o contexto de transição e indefinição política e social, é possível aferir alguns dos elementos que constituíram e forneceram subsídios para a compreensão de um nascente conceito de opinião pública, ainda que com algumas imprecisões. Em primeiro lugar, realça-se uma posição arraigada ao período colonial e à dominação espanhola na região: a verdade é vista como única e inquestionável, dessa forma, o Monarca e os governantes podem averiguar e avaliar as ações públicas da população.

Posteriormente, com o desenvolvimento de novos espaços públicos, a maior politização e a maior produção e circulação de impressos políticos, principalmente em Montevideú, a projeção da opinião como verdade monolítica e ligada à moral, elementos do Antigo Regime, é transferida para a população, esta agora deveria ser responsável pela emissão da opinião e pela preocupação em manter-se dentro dos deveres que a liberdade de imprensa impôs para o seu bom funcionamento. Contudo, essa posição mantém grande parte da sociedade afastada, permanecendo elitista, ligada ao

³¹⁵

MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos... Op. Cit.*

Vintismo português e restrita a uma elite letrada. Com os conflitos internos pelo poder na Província Cisplatina e com o processo de independência do Brasil, surgem na região diversos periódicos contrários à dominação estrangeira, e a opinião pública antes vista como uma unidade, também é compreendida e conclamada como ferramenta de combate ao indiferentismo e espaço de debates e de proposição de ideias, frequentemente contrárias. Profundamente ligado ao desenvolvimento de novos espaços mais politizados, o espírito público teria a função pedagógica de acostumar a população a novos meios de cidadania, fortalecidos pela razão e pelas instituições públicas. O tribunal da opinião constitui o último elemento do conceito no período, determinado como último espaço de debate, onde as ideias são propostas e julgadas quanto à validade e verdade, julgamento também ampliado para a própria atividade jornalística.

A invocação e o debate acerca da opinião pública, ainda em construção e com sentidos ambíguos e plurais, constitui um importante elemento de discussão sobre a formação dos Estados Nacionais durante o início dos oitocentos. Com o fim da dominação colonial, a legitimidade do governo é transferida para a própria população, que busca corroborar seus projetos políticos, através opinião pública. Dentre os principais debates em que se buscava referenciar ideias e convencer a população de sua validade, está o conceito de nação.

3.2 A nação – construindo o estado em combate à anarquia

Na quarta-feira, dia 15 de outubro de 1828, dez dias após a assinatura da Convenção Preliminar de Paz que deu fim ao conflito armado que cindia o Prata, saiu às ruas de Montevideu a segunda edição do *El Observador Oriental*. Dentre a miscelânea cultural e os avisos comerciais divulgados pelo periódico, a publicação inaugurou a segunda fase dos debates políticos acerca da organização da região. A preocupação imediata do redator José Maria Marquez era, justamente, a construção da provisoriamente nominada República Oriental e suas instituições, e dessa forma a experiência dos anos de intervenções e dominação luso-americana permaneceram constantes nos debates. A primeira providência a ser tomada pela população e pelos governantes deveria ser a elaboração de uma Constituição, “Código Fundamental, que ha de servir de base á la legislacion, à moral de las costumbres, ál orden público y à la prosperidad del nuevo Estado.”³¹Caso contrário, a recém-nascida República poderia retornar aos períodos de anarquia e desordem social, haja vista que

un pacto social sobre bases diferentes seria sín duda el mas terrible de todos los males para una república en su infancia: la Anarquía volvería à levantar su trono y en la *Banda Oriental* del Rio de la Plata no habria mas que perseguidores y proscriptos; opresores y victimas.³²

A alusão à anarquia que supostamente existia no período artiguista e durante a própria existência da Província Cisplatina é recorrente nas páginas dos periódicos locais. O período de guerra civil, os conflitos entre as tropas de Carlos Frederico Lecor e Álvaro da Costa e a guerra entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil servem como importante justificativa na luta pela

³¹ *El Observador Oriental*. Montevideu, nº2, 15 de outubro de 1828.

³² Idem.

pacificação – entendida como definitiva – e pela independência, parcial ou total, da Banda Oriental, ponto de partida para a construção da Nação, recuperando o comércio, a indústria e a ilustração. Anteriormente à Guerra da Cisplatina, já existia o temor de que a desordem, a ignorância e as paixões se sobrepusessem à necessidade de fundar instituições que garantissem o desenvolvimento e a manutenção da liberdade na região. Assim, José Gervásio Artigas, seus partidários e suas ações após 1810 são classificados no periódico *El Aguacero* como frutos de um período tomado pela anarquia: “En todas las revoluciones de los Estados ha aparecido siempre, en medio del conflicto público, un partido llamado de anarquistas; es decir de desorganizadores, terroristas, exagerados, idiotas hipócritas asesinos.”³³ O artigo é complementado com advertências de que os males causados pelo caudilho poderiam ser repetidos com a ocupação oficializada por Portugal e mantida pelo Brasil:

Y cuando un país há tenido una vez la desgracia de caer en las garras de tales monstruos, parece que para la segunda oportunidad que pueda ofrecerles una nueva variación política; digo, (según la humilde opinión del editor) debe tomar medidas eficaces contra la reorganización de sus elementos y la renovación de los desastres que ha sufrido la primera; por, que la verdad; esto de que el burro monte encima del señor será una vez sufrible ¿pero dos?³⁴

A preocupação e atenção dos periodistas cisplatinos não se restringia apenas ao território oriental. A crise entre D. Pedro, Príncipe regente, e D. João VI recebia espaço no *Pacífico Oriental de Montevideo*. Com a possibilidade de uma ruptura cada vez mais próxima na avaliação do redator, o Brasil deveria atentar para a temível possibilidade de repetir a anarquia de Santo Domingo, atual

³³ *El Aguacero*. Montevideo, nº 5, 18 de junho de 1823.

³⁴ *Idem*.

Haiti, sobretudo, pela grande quantidade de escravos em terras brasileiras. Tal fim poderia ser evitado com cuidado por parte de D. Pedro em relação às instituições políticas e sociais e o respeito pelas leis: “Aprovéchese además el Brasil de la terrible lección que le presenta la isla de santo Domingo, tema iguales consecuencias sino previene esos espantosos efectos por la mas consumada política, y por la justicia, único apoyo de los países libres.”³⁵ Outra demonstração dos riscos da anarquia para qualquer Nação e especialmente ao Brasil é mais genérica e refere-se aos acontecimentos em toda a América Hispânica, logo após as revoluções de independência no final da primeira década dos oitocentos:

Feliz en fin sino tiene hombres como uno que desnudo de poder y facultades hace poco deseó extinguir la raza americana, entonces no vera despedazarse à sus hijos, ni verá perpetuarse la guerra del odio, que la iniquidad y la injusticia de aquellos malvados ha dejado por triste herancia à los españoles de ambos mundos.³⁶

Um interessante contraponto pode ser encontrado em obras que analisam conceitos-políticos na primeira metade do século XIX e direta ou indiretamente tratam das relações de Portugal e Brasil com a região platina. João Paulo Pimenta, no contexto da segunda intervenção portuguesa em 1816, acompanhando as discussões entre os líderes lusitanos e buenaienses através da imprensa sobre a legitimidade da ação, aponta como forte argumento lusitano a suposta anarquia em que vivia a Banda Oriental desde que as tropas enviadas em 1811 se retiraram da região no ano seguinte e Retornaram à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o que tornou necessária, dessa forma, a ação liderada por Lecor para a pacificação da região. Contudo, esse argumento, de forma contrária, também é utilizado por periódicos de Buenos Aires ao contestar o

³⁵ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, n^o7, 02 de fevereiro de 1822.

³⁶ *Idem*.

líder das tropas de ocupação, quando este afirmou que Montevideu e a Província Oriental tinham autonomia em relação aos buenaireses, pois caso ela realmente existisse, a intervenção teria ainda menos sentido, na medida em que para os jornais buenaireses, a anarquia e a independência dos orientais soariam da mesma forma para os lusitanos.³⁷

Na conjuntura dos conflitos regenciais, especificamente o período que abarca o início do período Regencial (1831) até o fim da Revolução Farroupilha (1835-1845), Álvaro Antonio Klafke analisa a imprensa periódica legalista rio-grandense e o discurso de unidade e integração da Nação brasileira a partir da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dentro deste debate, o conceito de República tem fundamental importância, e o Prata se impõe como um importante recurso argumentativo. As repúblicas platinas foram geralmente descritas de forma negativa e se constituíram como exemplo do que ocorreria com a província caso seguisse os passos de seus vizinhos. Associada a termos negativos, a região é descrita como terra de caudilhos, de desordem e degeneração em oposição aos valores constitutivos da nação brasileira e de sua herança colonial:

A ameaça da degeneração, no sentido da anarquia, termo aliás de utilização exaustiva em todas essas décadas, alinhava-se ao discurso de destaque do potencial civilizador da monarquia constitucional, pelo menos em relação ao estágio no qual se considerava estar, tanto em Portugal quanto no Brasil.³⁸

A ideia de anarquia associada diretamente à desordem, à guerra civil e, portanto, altamente prejudicial para os novos Estados em processo de estruturação após o final do período colonial é recorrente, ao menos na primeira metade dos oitocentos, em toda América Ibérica. Na Província Cisplatina, a questão não é diferente

³⁷ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a "experiência cisplatina... *Op. Cit.* p.758-763.

³⁸ KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz... Op. Cit.* p.109.

e perpassa todo o período de ocupação luso-americana na região. Esta argumentação balizou uma questão maior, a da estruturação e organização da região em conflito, território dos projetos de construção nacional do Império brasileiro, de unificação buenairense e/ou de um Estado oriental plenamente independente. Como antítese desta ideia anárquica, está o conceito de Nação, nesse contexto profundamente ligado ao conceito de Estado.

Contudo, antes de analisar como os periodistas locais e contemporâneos compreendiam e utilizavam o conceito de Nação para projetar o futuro da região, se fazem necessárias algumas advertências. A primeira delas é sobre o risco de incorrer em anacronismos de linguagem na análise dos conceitos-políticos do período. Dentre os principais erros, está a tendência de definir desde o período colonial identidades que representem as futuras nações em processo de constituição, quando coexistiam diversas identidades, mais próximas politicamente e por interesses comuns do que etnicamente. Como adverte José Carlos Chiaramonte, este erro decorre da ligação do conceito de Nação ao de nacionalismo, ainda inexistente no período. O princípio das nacionalidades, construção do romantismo, ganha força, principalmente, a partir da década de 1830, quando a grande maioria do continente já tinha declarado sua independência.³⁹

Outro ponto a ser assinalado são as grandes alterações semânticas ocorridas com o conceito de Nação ao longo do século XVIII. Ao contrário do emprego usual da Antiguidade, em que o termo denotava etnicidade e designava conjuntos de pessoas que possuíam características culturais comuns, nos Setecentos, desenvolve-se um sentido mais político, aproximando o conceito de Nação do conceito de Estado. A referência étnica e cultural paulatinamente foi substituída por elementos políticos e jurídicos, definindo grupos de pessoas unidas pela sujeição ao mesmo governante e/ou às mesmas leis. Esta alteração semântica derivada

³⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados...Op. Cit.* p.119.

do surgimento e fortalecimento do “Direito Natural” é geralmente associada à Revolução Francesa, todavia tem origem mais distante, principalmente na difusão de textos escolásticos e de “Direito Natural” de meados do século. A partir destes elementos é que os teóricos americanos projetaram e buscaram construir as novas Nações nas primeiras décadas do Oitocentos, como afirma José Carlos Chiaramonte: “De ahí que los habitual haya sido fundar el origen y la legitimidad de los nuevos Estados en la existencia de un pacto consentido entre sus integrantes y no en los sentimientos de identidad.”⁴⁰

As alterações semânticas que envolveram a aplicação e a compreensão do conceito de Nação, não ocultam a ambivalência e fluidez do sentido do termo, afinal, ainda se utilizavam tanto os referenciais políticos, como os étnicos. Posição que vai se modificar mais profundamente com a crise das monarquias ibéricas, como adverte Fábio Wasserman, afirmando que as principais atribuições da Nação ainda permaneciam

Distinguir, delimitar o definir, conjuntos sociales caracterizados por compartir determinados atributos como lugar de origen, rasgos étnicos o estar subordinados a un mismo poder político; distinción que, en términos conceptuales y hasta la crisis desencadenada por la presencia de las fuerzas napoleónicas en la Península Ibérica, remitía mayoritariamente a estados de cosas existentes, ya que muy difícilmente hubiera podido plantearse la creación de una nueva nación, aunque su acepción en clave política contractual lo hiciera posible. Claro que estas referencias también podían ser muy diversa índole y no sólo por las distintas acepciones del término.⁴¹

Embora em termos gerais se defina desse modo a compreensão e a aplicação do conceito de Nação neste novo contexto

⁴⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica...* Op. Cit. p.12.

⁴¹ WASSERMAN, Fabio. Nación – Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano...* Op. Cit. p.854-5.

de aceleração do tempo histórico⁴² e rápidas transformações, existem importantes distinções na América Portuguesa e na América Espanhola. Na Espanha, as menções à Nação geralmente designavam a totalidade de reinos, províncias e a população que devia sujeição à Monarquia, excluindo os indígenas. Para os *Criollos*, durante o período colonial, a maior referência e utilização do termo estavam ligadas à Nação Espanhola, da qual se consideravam legítimos integrantes, posição reafirmada na crise da Monarquia Bourbonica, quando questionaram o mau governo e não a Nação ou a fidelidade ao Monarca. Dessa forma, as definições do conceito de Nação na Espanha aludiam ao conjunto de sua Monarquia, embora também fossem usuais as aplicações a províncias, reinos, reinos americanos, estes julgados por seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Com a invasão napoleônica e a crise de representação provocada pelas abdições, a autoridade deveria voltar à Nação e, dessa forma, se inicia um processo de rápida ressignificação desse conceito. A linguagem política aos poucos ganha força no mundo ibérico, e as revoluções liberais e de independência impõem a discussão em torno do surgimento de novas unidades políticas, redefinindo os princípios básicos de associação a estas unidades e a forma de organização destes espaços.⁴³

Na região platina, a revolução de Maio em 1810 é decisiva neste processo. Fabio Wasserman e Nora Souto afirmam que ainda que a utilização do conceito de Nação permanecesse ligada tanto a referências políticas quanto étnicas, a primeira adquire mais importância e densidade. As discussões em boa parte giravam em torno da criação de uma ou várias unidades políticas no território

⁴² Para Reinhart Koselleck, o advento da modernidade marca uma nova compreensão acerca do tempo, não mais concebido como natural e sim como uma construção que em cada momento determina as relações com o futuro e o passado. O século XVIII marca esta transição: “Se quisermos dizer dessa maneira, trata-se de uma temporalização da história, que, a partir de então, se distancia da cronologia natural”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado... Op. Cit. p.54.*

⁴³ WASSERMAN, Fabio. Nación – Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario oolítico y social del mundo ibero-americano... Op. Cit. p.858.*

do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, articulando outros termos correlatos como soberania, constituição e representação. Em síntese, os historiadores afirmam: “El concepto de nación devino así un concepto clave en la vida pública del período tanto por su capacidad para condensar experiencias como por la de anunciar formas posibles de organización.”⁴⁴

Na Banda Oriental, a utilização e compreensão do conceito de Estado se politizam e se aproximam cada vez mais da ideia de Nação, portanto, esta tem maiores rasgos políticos do que étnicos nesse momento de transição e indefinição. Processo que continua até a criação da República Oriental do Uruguai, desse modo, durante o processo de indendência o

uso del concepto *Estado* como una institución política con una organización determinada pero no única se hizo cada vez más frecuente durante la crisis de la monarquía y las guerras de independencia. Entre 1808 y 1830, primero en la Banda Oriental, luego como Provincia Oriental y más tarde como Estado Oriental se pusieron en discusión diferentes proyectos de *Estado* con diversas formas institucionales y distinto alcance territorial. El concepto de *Estado* se vinculó entonces con el de “pacto”, el de “soberanía y notablemente con el de “nación”.⁴⁵

Em Portugal, a Nação não tinha utilização ampla durante o século XVIII. As designações mais comuns e próximas da definição de Estado eram Monarquia e Reino, que também abarcavam a metrópole lusitana e seus domínios ultramarinos. Compreensão análoga ocorria na América Portuguesa, onde se empregava o conceito de Nação para descrever ambos, os territórios e a indivisibilidade da Monarquia lusitana, permitindo, desse modo, uma amplitude maior do que no caso espanhol, onde eram aceitas

⁴⁴ SOUTO, Nora. WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008. p.85.

⁴⁵ ISLAS, Ariadna Buscasso. Entre pactos. Notas sobre el concepto de *Estado* entre la nación española y la república oriental (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (coordinador). *Historia conceptual. Voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 215. p.74.

diferenças entre reinóis e *criollos*. Entre os anos de 1807, com a invasão napoleônica e a consequente viagem da família Real para as colônias americanas, e em 1815, com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, inicia-se um processo de alterações semânticas do conceito. Para Marco Pamplona, essas mudanças derivam do fato de que Portugal conseguiu manter a unidade política, diferentemente da Espanha, uma monarquia plural que acabou se fragmentando.⁴⁶ A manutenção da unidade lusitana foi consequência da transferência da Corte e da criação do Reino nos novos moldes a partir de 1815. Entretanto, a partir do debate em torno do constitucionalismo luso e com o Vintismo, a definição de Nação tem alterações decisivas para Portugal. Neste novo contexto, discutia-se a defesa e manutenção de um governo constitucional aos moldes do reino Português e a cisão entre Portugal e Brasil com a criação de um império brasileiro, embora esta ação não fosse compreendida como a abdicação de sentimentos de pertencimento político entre as partes. É neste momento e a partir destes pressupostos que os periódicos cisplatinos discutem o futuro da região e empregam o conceito de Nação.

O jornal *Pacífico Oriental de Montevideo* é o primeiro a reverberar as discussões coetâneas dos periódicos do Rio de Janeiro e de Lisboa. Para o redator do jornal, as primeiras décadas do século XIX, tanto em Portugal quanto na América, foram marcadas pelo Absolutismo e o despotismo, tomados como sinônimos de um governo arbitrário e que não possuía nenhuma lei que o controlasse e fiscalizasse. Os movimentos de agosto de 1820 no Porto e em consequência o Vintismo fazem parte do horizonte de expectativas do periodista, e para quem apenas uma Constituição poderia regulamentar o poder monárquico e reestabelecer a liberdade tanto na Europa, no Rio de Janeiro quanto em Montevidéu. Desse modo, como parte integrante do Reino de Portugal, Brasil e Algarves e a

⁴⁶ PAMPLONA, Marco. Nação. In: JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos...* Op. Cit. p.168-169.

população da Província Cisplatina deveriam seguir os movimentos do Porto e como

exâctos observadores de las liberales Bases Constitucionales, acusemos ante el publico al primero que las violase; que huyendo del reposo enemigo de la Libertad nos entreguemos al exercicio de la virtud, como la guía mas segura de la prosperidad. Por estos signos se conoce el Gobierno justo, porque el ilegítimo está sentado sobre la fuerza, y la impostura.⁴⁷

Embora se ataque frontalmente o Antigo Regime, a Monarquia e o poder absolutista, a figura do Rei é considerada indispensável. A república e a participação popular também são vistas com restrições e consideradas perigosas para o desenvolvimento e a ordem da Nação portuguesa, ainda concebida em sua totalidade, abrangendo Portugal e suas colônias, características do movimento político português, que embora buscasse alterações na política e na sociedade, mantinha uma postura elitista e temia a proximidade do povo com o poder. Deve-se obedecer as normas impostas pela Constituição, pois para o sucesso da regeneração política e social da Província Cisplatina, “La religion, las leyes, y el beneficio general exigen su obediencia, ella sola basta para mantener el equilibrio social, fortificar las relaciones naturales y santificar al dichoso que se complace en adorarla.”⁴⁸

Portanto, a melhor maneira de governar a Nação é através da manutenção da monarquia, porém com poderes restritos e fiscalizados por uma constituição. O periódico *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*, como já observado, bastante crítico à figura de D. João VI e seus ministros, aconselhando sobre os perigos da democracia e da anarquia, recomenda como melhor sistema de

⁴⁷ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, n.º 2, 29 de dezembro de 1821.

⁴⁸ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, n.º 19, 26 de abril de 1822.

governo justamente a Monarquia Constitucional, como citado previamente:

A liberdade nada difere de anarchia. Hum governo democrático, momentaneamente he rivalisado, athé por qualquer membro da rústica plébe; he da li que nascem as pelejas; e agitações populares das quaes resulta o excídio de huma nação. O que não acontece com hum governo Moarchico constitucional que ninguem se atreve a rivalizar-⁴⁹ lo.

A historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves adverte que mesmo que os termos Absolutismo e Despotismo, no mundo luso-americano, de forma geral, manifestem a ideia de ausência de liberdade política, existem importantes diferenças na sua utilização na Europa e na América. Em Portugal, principalmente entre os anos de 1820 até 1823, os termos foram sinônimos do Antigo Regime, balizando a política autoritária que ocorria na metrópole até os movimentos iniciados na cidade do Porto. Em terras americanas, os termos inicialmente designavam as ações cometidas pela Corte, principalmente no Rio de Janeiro, e também o governo de muitos governadores de províncias. A elite formada em Coimbra e vivendo na colônia acreditava que a regeneração política iniciada com o Vintismo deveria conceber uma Constituição que pudesse retirar a América da condição subalterna, ao passo que projetavam nas Cortes de Lisboa a tentativa de estabelecer o despotismo novamente no continente.⁵⁰

Não obstante as diferenças de argumentação e compreensão dos termos Absolutismo e Despotismo no mundo lusitano, estes fazem parte do espectro político aberto pelo Vintismo, onde a Ilustração tem papel fundamental, igualmente na Província Cisplatina, argumento apresentando por Francisco de Paula Pérez

⁴⁹ *Expositor Cis-platino ou Eschólio da veracidade*. Montevidéu, nº1, 11 de abril de 1822.

⁵⁰ NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais... Op. Cit.* p.125-126.

na primeira edição do *Pacífico Oriental de Montevideo*, ao afirmar que a razão e as luzes

Han logrado presentear la idea de un Gobierno, que hermanará la libertad de los pueblos á la Soberanía de los Tronos. Tales son los Gobiernos Constitucionales, que algunos pueblos han tenido el noble valor de establecer, y es indudable lo sabrán defender, porque estando regularmente balanceados sus poderes, puedan prometerse una larga serie de prosperidad, y dicha.⁵¹

Um ponto igualmente importante no discurso da regeneração da Província Cisplatina e na construção da Nação é o progresso econômico. Com os anos de guerra civil na região, os rebanhos de gado diminuíram drasticamente, a indústria fora arruinada e o comércio prejudicado com o bloqueio ao porto de Montevideú, portanto, o reestabelecimento da ordem é fundamental para o progresso da Província Cisplatina e a fim de estabelecer uma Nação forte e desenvolvida. Partindo desse pressuposto, na terceira edição do *Pacífico Oriental de Montevideo*, os comerciantes da cidade, em sua maioria estrangeiros, sobretudo espanhóis e ingleses, que temiam maiores prejuízos com a ocupação lusitana e pensavam em abandonar a região, são alertados que a agricultura - origem do progresso e da civilização - e o interior da província também devem ser exaltados, visto que são a fonte de riqueza que poderá sustentar e fortalecer a cidade, o comércio e a indústria:

Cumpliendo con los sagrados empeños que habéis contraído, ecstende la vista por todo vuestro territorio, y promoved sú adelantamiento: están fuertemente enlazadas la agricultura con la población y riquezas; se engaña el calculador comerciante si cree no padecer, ecstinguidas aquellas fuentes de grandeza, y verdadero poder.⁵²

⁵¹ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideú, nº1 prospecto, 22 de dezembro de 1821.

⁵² *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideú, nº3, 05 de janeiro de 1822.

Todos estes aspectos, dentre eles o combate à Monarquia e ao Absolutismo e em favor da Constituição, da propriedade e da liberdade fazem parte da consolidação de uma nova ideologia política: o liberalismo. Ainda que a repressão e as campanhas em combate à propagação das ideias liberais em Portugal tenha sido bastante ampla⁵³, os representantes do liberalismo português, os vintistas, propagam o discurso da liberdade individual e da regeneração política, social e econômica, que viria através de mudanças que dotassem o regime monárquico com instituições políticas representativas e liberais, assegurando a liberdade individual. O debate teórico em torno do conceito de Liberalismo, seu alcance, suas instituições e sua aplicabilidade também alcançou Montevidéu. Discutia-se a construção de uma Nação moderna e o dever do Estado de assegurar por meio de ideais liberais, o progresso, a segurança e a liberdade – coletiva e individual – e, em contrapartida, a população respeitaria as novas leis e trabalharia em conjunto para estabelecer estes princípios na Província Cisplatina, a exemplo da metrópole lusitana:

Toda una nacion fuertemente interesada é imbuída de principios liberales que sus largos padecimientos les han enseñado, trabaja incesantemente por esta lei, mirando con placer que pocos ó ningunos disicuten sobre los medios de la legal coalicion para establecerla. Reanimémonos mutuamente en esta sagrada y consoladora empresa observando con exactitud dos límites de nuestros derechos, influyamos sin intervernir en los medios que le poder mueve para governárnos no perdonemos; fatiga para tan loable y santo fin, estrechemonos íntimamente por los vínculos de

⁵³ Sobre a restrição as ideias liberais em Portugal, Isabel Nobre Vargues afirma: “As autoridades portuguesas, preocupadas com o avanço das ideias liberais, procuram alertar a opinião pública, lançando uma verdadeira campanha de combate, ou melhor, de desinformação teórica, mais notória após as invasões francesas.” Como exemplo desta postura, a historiadora cita a tradução de obras, a exemplo de “*As ideias liberais, últimos refúgio dos inimigos da religião e do trono*”, também se buscou bloquear o avanço destas ideias nas Cortes, prendendo suspeitos e defensores das ideias liberais, principalmente nos anos de 1808, 1809 e 1810. Embora não tenham conseguido diminuir ou extinguir a consciência liberal em terras lusitanas, limitaram-na a círculos restritos e fechados. VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (diretor). *História de Portugal. O liberalismo*. Lisboa: editorial Estampa, 1993. p.47.

la necesidad, marchemos al objeto de nuestras aspiraciones pronunciando siempre con las bases constitucionales, *seguridad individual*.⁵⁴

O princípio liberal, ainda que moderado, marcou a vida política do mundo luso- americano nos primeiros anos da década de 1820. Na Província Cisplatina, oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves desde 31 de julho de 1821, a imprensa periódica reverberava as discussões dos periódicos de Lisboa e do Rio de Janeiro, da mesma forma que aplicava para a realidade local as discussões teóricas sobre a Nação. Exemplo desta postura é a defesa da ocupação e pacificação da região pela Nação Portuguesa em citação já utilizada: “que despues de incalculables contrastes, males y reveses, la Libertad proclamada por la heroica Nacion Portuguesa nos pertenece hoy por derecho.”⁵⁵ É interessante notar que no argumento do periodista, apesar de creditar à nação portuguesa a liberdade e pacificação da região, a Província Cisplatina não integrava o mundo lusitano, diferenciava-se os orientais, inclusive o próprio periódico, um *Pacífico Oriental de Montevideo*, dos portugueses e dos brasileiros, estes dois grupos eram vistos como estrangeiros, e a ocupação, como temporária. O pertencimento político e a nação dos orientais não era a mesma dos lusitanos neste momento, os dois compunham o mesmo corpo político por fatores circunstanciais e pela necessidade de acabar com a guerra civil que desolou a Banda Oriental na década anterior, desse modo e nesse momento, a liberdade promovida pelas Cortes de Lisboa correspondia também aos anseios dos locais e pertencia igualmente a eles.

Elementos que são realçados por outro periódico, *El Patriota*, quando replica um trecho da edição de 19 de janeiro do *Correio do Rio de Janeiro*, durante as discussões acerca da independência do Brasil. No entendimento dos redatores do jornal, quando discutiam

⁵⁴ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, nº 21, 10 de maio de 1822.

⁵⁵ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, nº2, 29 de dezembro de 1821.

a validade de uma nova constituição e os riscos da democracia, a liberdade em que vivia Portugal no período do Vintismo, não derivava da figura exclusiva de um monarca ou de uma providência divina, derivava da Nação, compreendida como um local de origem e conjunto de pessoas que vivem sob as mesmas leis e têm os mesmos costumes e que, por isso, limitavam os poderes Reais:

O seu primeiro Rei Constitucional , o Senhor D. João VI, e seu presumtivo Successor, conhecerão que seu Poder lhe não vinda de Deos, mas sim da Nação; que lhes hade delegar os Poderes que julgar sufficientes para o bem geral , e não do particular de hum, ou alguns Cidadãos, e que o unico recurso que lhe resta he recusar o Lugar, deixando a Nação que o confiera a quem lhe parecer, he neste caso simplesmente que o Rei tem liberdade, e com toda justiça porque não póde ser obrigado a aceitar hum Emprego que lhe não agrada, mas nunca poder ter o direito de exigir, maior, ou menor amplitude de Poderes.⁵⁶

Porém, não era originária apenas de Portugal a influência política e as motivações para Francisco de Paulo Pérez destacar as benesses do Liberalismo e os horrores do Despotismo. A Santa Aliança e o regresso conversador na Europa também preocupavam o redator que destacava as ações na França em busca da defesa dos ideais liberais, estes que foram plenamente alcançados também em terras americanas:

Confianza efimera! contar conel com curso de los franceses, ellos unidos á los libres causaràn quizá la estincion de los gobiernos despóticos: la liga universal de los pueblos, disiparà la injusta confederación de los tronos: tiemblen los monarcas que se apartan de la senda constitucional , y tiemble mas que ninguno Luis XVIII si interviene en las injustas é irracionales pretensiones de aquellos tiranos, no suceda que él sea la nueva victima inmolada en las aras de la libertad cuyo sostén han jurado millones de hombres, que si tan desgraciados no pudiesen resistir á los ataques de la iniquidad

⁵⁶ *El Patriota*. Montevideú, nº3, 30 de agosto de 1822.

la América les ofrece desde ahora un asilo de delicias permanentes para disfrutarlas en el seno de la tranquilidad y abundancia.⁵⁷

Após a experiência de séculos de dominação colonial e de uma década de desordem e de guerra civil, a Nação a ser construída deveria ser regida pela Monarquia Constitucional, por justas instituições e pela ordem, dessa forma, o progresso econômico e a regeneração guiariam os passos de toda a população cisplatina, todavia, a liberdade geral, a participação popular e a república não faziam parte das expectativas dos periodistas, seguindo as práticas elitistas dos vintistas lusitanos. Contudo, a região vivia um período de grande instabilidade e de rápidas transformações. Com a cisão entre Portugal e Brasil e posteriormente a Guerra da Cisplatina, a compreensão e a aplicação do conceito de Nação pelos periodistas cisplatinos se altera semanticamente, pois, nesse contexto de transformação, elementos modernos tomam paulatinamente o espaço de noções tradicionais.

Elias Palti, valendo-se primordialmente, neste caso, dos subsídios de análise fornecidos por Reinhart Koselleck, destaca o processo de mudança semântica dos conceitos. Para o historiador, as mudanças conceituais deveriam ser entendidas a partir de uma “*historia de efectos*” que expressaria da melhor forma as alterações de sentido, muitas vezes, totalmente incompatíveis com o imaginário tradicional do Antigo Regime, no caso da Nação, contudo decorrentes das suas próprias categorias de explicação. Logo, a compreensão de uma justaposição de ideias tradicionais e modernas oferece uma imagem desfocada e deficiente dos fenômenos de mudança do vocabulário político, “puesto que no alcanza aún a comprender esa paradoja de como nuevos horizontes conceptuales irrumpen en el seno de los viejos, se despliegan y encadenan desde el interior de su misma lógica, al tiempo que la desarticulan.”⁵⁸

⁵⁷ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideú, nº2, 29 de dezembro de 1821.

⁵⁸ PALTÍ, Elias. *El tiempo de la política... Op. Cit.* p.109.

Dentre os novos elementos no debate sobre o conceito de Nação, principalmente sua utilização, o território tem destaque. Nesse sentido, o historiador Eric Hobsbawm destaca que no conceito moderno “a equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais.”⁵⁹ Portanto, nesse contexto em que a Nação está profundamente ligada ao Estado, paulatinamente ocorrem alterações na sua compreensão e, sobretudo, aplicação. Na Província Cisplatina, os debates sobre a legitimidade da intervenção e ocupação luso-americana os interesses buenairense e os poucos projetos independentistas locais demonstram a intercessão de diversos planos e projetos para o mesmo espaço indefinido e sem soberanias e jurisdições claras. João Paulo Pimenta define precisamente estas transformações, ainda incompletas, na América Meridional:

A construção de uma nova ordem política - bem como a preservação de uma velha - tem como pressuposto a definição de seus respectivos territórios. Sendo indefinidos os poderes políticos, não se pode com qualquer grau de segurança definir-se *territórios estáveis*. A anterior equação entre os elementos *Estado, nação e território*, vigente no Antigo Regime, parece estar completamente desestruturada; mas como outra ainda não foi consolidada, não existem *Estados Nacionais*.⁶⁰

Nos periódicos cisplatinos, esse processo é bastante claro, na mesma medida que o espaço é definido como “Estado Cis-Platino”, “Província do Brasil”, “Província Oriental” ou “parte do reino português”, a região platina tem sempre maior importância, ainda que em muitos momentos não fique clara a predileção por uma nação única que abarque todo o território ou a liberdade da Banda

⁵⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780...* Op. Cit. p.31.

⁶⁰ PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação...* Op. Cit. p.150-151.

Oriental. Dificuldade encontrada também pelo governo buenairense, como assinalam Nora Souto e Fabio Wasserman, “otra cuestión que afecto no tanto a la definición del concepto de nación como a sus usos, fue el de la relativa indefinición de su referente territorial”. Para os historiadores, é um “problema estrechamente ligado a las dificultades que encontraron los gobiernos centrales para establecer una jurisdicción donde su autoridad fuera indiscutida.” A questão que perpassava todo o período das independências também alcançava a Província Cisplatina/Oriental, afinal “desaparecido el gobierno central en 1820, la aspiración de integrar un mismo Estado a las provincias del Alto Perú, al Paraguay y a la Banda Oriental, permaneció como un horizonte de posibilidad.” Embora caiba lembrar que se considerava “también la separación definitiva de algunas de las provincias rio-platenses conformando nuevos Estados.”⁶¹

O ápice dessa disputa é a Guerra da Cisplatina, e as rivalidades e os projetos de construção nacional, ainda embrionários e instáveis, levaram aos embates militares entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. O conflito foi um momento de diminuição da atividade periodística, todavia alguns elementos de discussão permaneceram. Dentre eles, a forma de associação à Nação e o caráter de organização desse Estado a ser construído a partir de um pacto de tipo nacional. Em meio à guerra, o mundo hispânico viveu uma explosão de discussões em torno da soberania e da constituição. Tais temas ocuparam os principais espaços de debate, como o Congresso Constituinte de 1824 a 1827 em Buenos Aires, onde foram debatidas distintas compreensões do conceito de Nação e também outras questões, como por exemplo a unidade ou o federalismo, abordados por portenhos e provincianos.

No ano de 1825, a *Guerra del Brasil* foi pauta do Congresso buenairense, e a principal divergência se deu em torno da proposta

⁶¹ SOUTO, Nora. WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución... Op. Cit.* p.89.

unitária de criar um exército nacional mesmo antes de a Constituição ser sancionada. O principal argumento a favor da criação do exército, em contrapartida à alegação de que ainda não existia uma Nação, visto que esta deveria ser regida por uma mesma lei e um mesmo governo e, dessa forma, era impossível existir um exército nacional, foi de que “todos los pueblos del mundo, cuando empiezan a tratar de darse constitución, se consideran como nación, y por lo mismo tratan de organizarse bajo leyes constitucionales.”⁶²

Estes debates foram conjecturados nas páginas dos jornais cisplatinos desde momentos anteriores. As seguidas constituintes e seus resultados inócuos, as formas de organização do Estado sob um sistema federal - a unidade e o centralismo portenho não aparecem entre as principais preocupações - e o “direito natural e das gentes” como princípio do pacto associação entre o povo e os seus governantes, e por consequência quem são estes associados, foram tratados por diferentes redatores e por distintas posições. O periódico *El Febo Argentino* ironizou a quantidade de reuniões e propostas de lei desde as revoluções de independência, destacando principalmente a ineficiência e a efemeridade das leis sancionadas e os fracassos das assembleias constituintes por todas as províncias da América do Sul:

Trece años hacen que los pobladores de las amenas provincias de Sud América buscan con ansia una clase de gobierno que sea capaz de garantizarles las únicas ventajas, que pueden estimular á el hombre á reunirse en sociedad con sus semejantes; y en discurso de tan dilatado tiempo no hemos conseguido otros bienes, que el de vernos sin libertad, sin propiedad, y sin seguridad individual. Las diversas asambleas, ya generales, ya parciales, que se han reunido entre nosotros para formar la cadena de nuestra asociacion civil, es verdad, han dictado mas leyes, que las que se encuentran en los códigos de todas las naciones del globo; pero como ellas no descasaban sobre la base de una constitucion fundamental, y mucho menos sobre la voluntad harto pronunciada

⁶² Idem.

de sus comitentes; su duración ha sido tan efímera como la de los representantes, que las sancionaban.⁶³

Para o redator anônimo do *El Febo Argentino*, as principais causas dos fracassos desses treze anos sem conseguir ter uma constituição e leis que pudessem levar a região ao desenvolvimento e à paz foram principalmente as preocupações individuais dos legisladores que não se interessaram projetar a construção de um Estado que atendesse as necessidades gerais. As leis criadas e sancionadas não atendiam as preocupações coletivas e, na opinião do jornalista, em alguns momentos chegaram as ser ridículas, visto que os interesses e as vantagens individuais se sobrepuseram ao coletivo:

Desde los principios de nuestra regeneracion política, hemos observado, que nuestras assembleas nacionales, ó parciales lejos de contribuir á la formacion en Estado de los pueblos americanos, no se ocupaban en otros objetos, que en los de dictar leyes tan ridículas, como menudas, y a labrar á la sombra de este prurito legislador su fortuna y felicidad individual. ¿ que representante de los pueblos al retirarse de la sala legislativa para su domicilio privado no ha sido empleado por el poder ejecutivo en algun destino lucrativo, y horoso, ya civil, ya eclesiástico, ya militar, ya político? Los que no han sido bastante humildes para obter estas distinciones ominosas , han sido el blanco del tiranico de nuestros mandatarios.⁶⁴

Não obstante as reclamações acerca da ineficiência das assembleias nacionais e das preocupações pessoais impedirem um debate produtivo nesses espaços, é possível inferir alguns dos pressupostos que orientam o redator do periódico na sua concepção sobre a nação. Nesse sentido, o Estado, aqui tomado como diferente da nação, seria uma instituição superior a ser construída nas bases de uma ou mais nações preexistentes, ou seja, o povo americano era

⁶³ *El Febo Argentino*. Montevideú, nº1, 13 de junho de 1823.

⁶⁴ *Idem*.

composto por diversas nações, enquanto a função das assembleias e da constituição era, precisamente, reunir esses diferentes espaços em torno de uma unidade estatal, com bases políticas e jurídicas. Nesse ponto, em um ambiente de transição entre as concepções do Antigo Regime e as ideias modernas, nação e estado têm compreensões distintas e passam por um processo de associação na nova organização social e política do mundo americano.

Os temores das páginas do *El Febo Argentino* superaram o âmbito das leis e da constituição. As formas de organização política e distribuição dos poderes dos dirigentes da Nação projetada pelo redator ocuparam largo espaço na primeira edição do periódico. Posteriormente, surgiram as críticas ao atual sistema ou à ausência de qualquer sistema político durante a década de 1820, advertências do que deveria ser evitado e sugestões para impedir o mais terrível dos males e que já tinha alcançado a região durante seguidos anos, o despotismo:

De cuatro maneras pueden confundirse los poderes políticos de un Pueblo; ó el poder judiciario al poder legislativo; ó el poder ejecutivo al poder judiciario, ó acumulando los tres poderes en una misma mano. En cualquiera de estas hipótesis los ciudadanos no pueden gozar de una verdadera libertad. En el primer caso, la legislación se dirigirá á favorecer la estension del administrador, supremo del Estado, de donde dimanará la tiranía de uno. En el segunda se verán leyes arbitrarias dictadas por el interes personal, y la tiranía de muchos será su consecuencia. En el tercero, los jueces opresores, y venales serán acaso tantos, cuantos sean los juicios, que desgraciadamente se abrieren. Finalmente, en el cuarto, el despotismo mas terrible y absoluto se levantará en el seno del estado para desplomarse diariamente sobre los ciudadanos mas virtuosos.⁶⁵

Em meio às divergências quanto à estruturação da Nação, o sistema federalista teve espaço entre os periodistas. Entre as críticas, estavam a farta citação e a parca análise, como também a

⁶⁵ *El Febo Argentino*. Montevideú, n^o1, 13 de junho de 1823.

possibilidade de aplicação real dessa forma de estruturação política na região platina. Dentre as principais observações ao sistema federalista, o periódico *El Ciudadano*, como o próprio nome já indicava, favorável ao contratualismo e ao direito natural, se destaca, indicando uma interessante discussão sobre a utilização pelos periodistas da época do conceito de federação, sem estes, na visão dos redatores, terem total compreensão de seu significado e aplicação na política. Seguidamente associado ao período artiguista, o federalismo foi considerado, nas páginas do *El Ciudadano*, uma das paixões dos revolucionários, embora estes não soubessem precisamente o seu significado:

Entre los velos bajo que se han ocultado las intrigas y los intereses personales, se distingue por mas general y mas funesto el de la *mania de la federación*: cuando yo digo la *manía* ha de entenderse que supóngo el abuso que se ha hecho de las palabras; la revoluciones adoptan su dialecto peculiar, y las voces han tenido mas de una vez especial influjo en ellas: si se tratará de la *federación* bien entendida, yo juzgaría demasiado delicada la cuestión sobre cual sea la forma de gobierno mas conveniente para la familia de las provincias del Rio de la Plata, y estaría distante de resolverme con precipitación contra ninguna de ellas: pero hablando de buena fé no podemos ocultar que ninguno de los que en las provincias hermanadas se presentaron como corifeos de la pretendida federacion , la entendida, no queria entenderla en su verdadero sentido.⁶⁶

A discussão conceitual também esteve presente nas páginas do periódico *La Aurora*. Além de discutir com o auxílio de teóricos (a exemplo de Montesquieu) sobre as vantagens do federalismo na organização política do Estado, os redatores apontaram esse caminho como o mais correto para o futuro da região platina. Não obstante a diferenciação feita no primeiro capítulo da dissertação quanto aos conceitos de federação e confederação, nas páginas do jornal, os conceitos foram tomados como sinônimos. A

⁶⁶ *El Ciudadano*. Montevideu, n.º1, 01 de junho de 1823.

confederação ou federação não foi considerada como a ausência de um poder soberano central e, sim, como a melhor distribuição dos poderes formando uma república federativa em que se mantinham soberanias particulares. Nesse contexto fluído, em que noções mais tradicionais e outras ainda em afirmação coexistem, a fragmentação em Estados federados que mantenham seus governos e direitos exclusivos não é antagônica a uma única soberania nacional, visto que estes terão uma representação direta no governo central, e a Nação, nessa posição, é mantida e constituída pelas diferentes partes:

La definicion de una república federada parece simplemente ser una *reunion de sociedades*, ó una asociacion de dos ó mas Estados en uno solo . La extensión, modificacion, y objetos de la autoridad federal son meras materias de discrecion. Mientras no sea abolida la organización separada de los miembros ; mientras que exista por una necesidad constitucional para objetos locales aunque esté en perfecta sudordinacion á la autoridad general de la union, aun seria de hecho y en teoría una asociación ó una confederación. Esta constitución lejos de implicar la abolicion de los gobiernos e un estado, los hace partes constituyentes de la soberanía nacional concediéndoles una representación directa, y los deja en posesión de ciertas posesiones exclusivas é importantísimas del poder soberano. Esta explicaion corresponde plenamente en el sentido racional de los términos con la idea de un gobierno federal.⁶⁷

O último ponto exaustivamente debatido é a forma de associação à nação em construção. O contratualismo e o jusnaturalismo estiveram presentes em praticamente todos periódicos que se propuseram a projetar o futuro político da Província Cisplatina. A Nação foi entendida como uma associação voluntária de seus membros, fruto de interesses em comum e da vontade geral, como foi destacado no jornal *Pacífico Oriental de Montevideo*: “¿Cómo ostentareis vuestras riquezas cuando fielmente observada esa lei, centro de la voluntad general llameis y

⁶⁷ *La Aurora*. Montevideú, n^o15, 1^o de Abril de 1823.

abrigueis á vuestro isenso á todos los hombres de diferentes climas, idioma y religion?”⁶⁸ Em caso de descontentamento nenhum cidadão seria obrigado a permanecer ligado à nação, haja vista que a associação dá-se a partir do consentimento individual. Compreensão clássica do que se trata uma Nação e de suas formas de vínculos coletivos e individuais, destacada por Ernest Renan ainda no século XIX: “L'existence d'une nation est (pardonnez-moi cette métaphore) un plébiscite de tous les jours, comme l'existence de l'individu est une affirmation perpétuelle de vie.” Ideia complementada quando o intelectual afirma que “une nation n'a jamais un véritable intérêt à s'annexer ou à retenir un pays malgré lui. Le voeu des nations est, en définitive, le seul critérium légitime, celui auquel il faut toujours en revenir.”⁶⁹ A partir dessas influências, José Chiaramonte resume o processo de criação da nação na América Platina:

Constituir una nación era organizar un Estado mediante un proceso de negociaciones políticas tendientes a conciliar las conveniencias de cada parte, y en las que cada grupo participante era firmemente consciente de los atributos que lo amparaban según el derecho a no ser obligado a entrar en asociación alguna sin su *consentimiento* - clásica figura ésta, la del consentimiento, sustancial a los conflictos políticos del período - y su derecho a buscar su conveniencia, sin perjuicio de la necesidad de conciliar, en un proceso de negociaciones con concesiones recíprocas, con la conveniencia de las demás partes.⁷⁰

Nesse sentido, que o redator e proprietário do *Pacífico Oriental de Montevideo*, com formação filosófica, expõe à população montevideana desde os primeiros meses de existência da Província Cisplatina as benesses da pacificação da região após a oficialização da presença portuguesa. Na visão de Francisco de Paula Pérez, todas

⁶⁸ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideú, n°21, 10 de maio de 1822.

⁶⁹ RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? In: *Discours et conférences*. Paris: Calmann-Lévy, 1887.

⁷⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica... Op. Cit.* p.63.

as nações passam por dificuldades e precisam ser construídas com paciência, o que não é diferente na região, visto que os habitantes da província têm os elementos necessários para o sucesso coletivo, e Portugal ofereceu esta oportunidade. A nação para dar seus primeiros passos precisaria do pacto social firmado e da boa fé de todos, o que não faltaria na região, contudo, se nota a ausência da promoção para todos deste interesse. Ainda é possível destacar, mais uma vez, que para o redator, Francisco de Paula Pérez, a Província Cisplatina ou a Banda Oriental não são parte da Nação portuguesa. A região teve a sorte de, por intervenção de uma outra nação, a população local ter se tornado livre e, por isso, tem a possibilidade de afastar a tirania e os abusos anteriores definitivamente. Posição que reafirma ainda mais a necessidade da população trabalhar conjuntamente com os governantes, visando a construir a nação dos orientais:

Ninguna nación ha tocado à la cima de la perfeccion sino después de increíbles fatigas y constancia incesante; esta provincia cuyos sacrificios se presentan à la vista no conseguirá solidar el alto destino à que está llamada por su situación y, fertilidad? Es de creer que sí, pues no carecen que sus hijos de los elementos necesarios para su grandeza. Bastará la buenas fe y la unión de voluntades para sancionar que todos quieren, pero que pocos promueven. No seamos juguete de las circunstancias, aprovechemos de los re(?)ortes que la fortuna ha colocado en nuestras manos por medio de una nación que hoy ansia como todos los libres por extinguir para siempre los rastros de la tiranía.⁷¹

Acerca do jusnaturalismo e das teorias do direito natural e das gentes, e sua influência no processo das independências na América latina e na construção das nações, é interessante destacar alguns aspectos. Afora a leitura e divulgação de autores consagrados e célebres no mundo europeu e hispânico, manuais de estudo

⁷¹ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevidéo, nº1, 22 de dezembro de 1821.

universitários, proclamações políticas, autores que não chegaram a ser conhecidos na contemporaneidade, bem como periódicos, tertúlias e leituras públicas de diversos tipos de textos colaboraram para difundir, através da escrita e da oralidade, o pensamento da época. O prestígio de tais teorias, doutrinas que guiavam o ensino universitário, a produção intelectual e o ordenamento social, foi fruto da ausência de disciplinas autônomas como a sociologia e a economia política, dando dessa forma centralidade ao pensamento jusnaturalista que acabou por constituir um terreno comum jurídico normativo em toda a América Hispânica, em que se destacava primordialmente a discussão em torno das soberanias atribuídas a cidades e províncias durante o processo de independência. Em síntese, José Carlos Chiaramonte afirma que esta doutrina “cumplía la función de esa creencia o sentimiento general que funda la legitimidad de la acción política de los grupos dirigentes de una sociedad.”⁷²

É a partir desses pressupostos, do contratualismo, da ausência de sentimentos étnicos e a partir da projeção de que a Nação deveria ser constituída por aqueles que tivessem interesses em comum e fossem regidos pelas mesmas leis e instituições, que o periódico *El Observador Oriental* quase que imediatamente após o final do período de existência da Província Cisplatina debateu a associação dos novos cidadãos da Nação oriental. Na concepção dos redatores do jornal, o povo oriental era formado por todos os habitantes da região, pois “conveniente advertir que no entiende el observador por PUEBLO ORIENTAL, á solo los nacidos en este suelo, sino á los Europeos y Americanos de todas las Naciones avencidados en él.”⁷³ Dentre todos os citados, havia especial predileção pelos espanhóis, sobretudo os que ainda habitavam a cidade de Montevidéu, momento oportuno para destacar a sua importância, afinal desde o período das independências, sofriam desagravos da população local,

⁷² CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica...* Op. Cit. p.108.

⁷³ *El Observador Oriental*. Montevidéu, nº2, 15 de outubro de 1828.

embora se constituíssem como importante grupo econômico e fundamental para o comércio e o desenvolvimento do porto da cidade. Portanto, não obstante a origem, o que se contabilizava para a associação à nova Nação eram os benefícios coletivos e o desejo individual:

Decimos en nuestro número precedente que al PUEBLO ORIENTAL no pertenecian solamente los nacidos en su territorio; sino todos sus vecinos Americanos y Europeus de todas las naciones. Entre estos ultimos ocupan un lugar preferente los españoles. Son para todos los nuevos Estados Americanos lo que los Sabinos para la naciente Republica de Roma; pueblos rivales, animados por la venganza de recientes agravios; pero que proximos a darse un sangriento combate, viendo que iban a descargar sus golpes los unos sobre los padres de sus esposas, los otros sobre los esposos de sus propias hijas, tomaban la resolución de confundirse en un suelo Pueblo. Los Españoles de Montevideo están unidos hoy à sus naturales por el vinculo mas fuerte que reconocen las sociedades – *el interés comun.* – ⁷⁴

Nesta perspectiva, toda a população oriental, incluindo os nascidos na região, os indígenas, os *vecinos* e os europeus, fazia parte de um mesmo povo. Não importando a Nação de origem, ainda tomada pelos redatores da publicação como local de nascimento, característica ligada à tradição da Antiguidade e do Antigo Regime, o necessário para construir o Estado oriental era a união e a vontade de integrar o mesmo povo. Este era tomado como grande elemento de coesão e vínculo entre partes distintas que possuíam um objetivo afim e vínculos sagrados: os interesses em comum. Esta posição não seria exclusiva do Estado oriental a ser construído por homens de diferentes nações, mas que compartilhavam o sentimento de orientalidade, e sim de todos os novos estados americanos em processo de criação e consolidação. Dessa forma, a Nação é apenas um elemento dentro dos diferentes

⁷⁴ *El Observador Oriental*. Montevideú, nº3, 18 de outubro de 1828.

interesses e origens que poderiam abarcar um mesmo Estado, composto por um único povo, no caso da antiga Província Cisplatina, os orientais.

Na Província Cisplatina, durante todo o seu período de existência, a aplicação e compreensão do conceito de Nação permaneceram com sentidos ambíguos e polissêmicos, momento de transição semântica em todo o mundo íbero-americano, e alguns aspectos puderam ser observados a partir da atividade periodística local. Nos primeiros meses de ocupação lusitana na região, a Nação se ligava principalmente à reorganização do Estado, a partir da Constituição e dos ideais do Vintismo. A regeneração política, econômica e social da Província Cisplatina passaria pela estabilização da Monarquia Constitucional na Nação Portuguesa. Com a cisão entre Brasil e Portugal, o despotismo continua a ser combatido e a participação popular e os projetos republicanos não compoem as projeções dos jornalistas, seguindo, desse modo, as práticas elitistas do liberalismo moderado.

Com a Guerra da Cisplatina, as noções de territorialidade e soberania alçaram as páginas dos periódicos cisplatinos, os diferentes projetos de Nação e a construção da mesma reverberaram durante os anos dos conflitos conforme o avanço e o recuo das tropas. A unidade ou o federalismo foram debatidos como elementos de composição da Nação projetada, bem como a febre constitucionalista que alcançou a região com vistas a dar bases legais e jurídicas aos projetos nem sempre nacionais. A adesão à Nação e todos seus argumentos permaneceram enraizados às tradições do “Direito Natural e das Gentes” e ao jusnaturalismo: fazer parte de Nação era uma decisão individual e livre, um pacto a ser assinado pela população, os interesses em comum deveriam prevalecer sem restrições, e não traços étnicos ou culturais. Nesse sentido, apesar das transformações semânticas ainda tímidas, muitos elementos permanecem em longo prazo, dentre eles a proximidade, quase sinônima, de Nação e Estado. Processo que vai alterar-se lentamente sob a égide da República Oriental do Uruguai ao longo do século XIX,

com fortalecimento do princípio das nacionalidades. Durante o período analisado, o conceito de Pátria ainda é a referência de origem e a identificação com territórios e traços comuns específicos.

3.3 Pátria – “vivir en cadenas, ¡que triste vivir!, morir por la patria, ¡que belo morir!”

As menções à Pátria e ao seu termo derivado patriotismo são possivelmente as mais recorrentes, entre os conceitos e termos políticos, encontrados nas páginas da imprensa periódica da Província Cisplatina. Além da epígrafe do periódico *Los Amigos del Pueblo* oriunda da Canção Cívica entoada na Espanha em 1809 contra a ocupação napoleônica e que intitula esse subcapítulo, as referências podem ser localizadas em distintos jornais e de diferentes formas, abarcando, por exemplo, a nomenclatura do periódico *El Patriota*, a epígrafe “PRO PÁTRIA” do periódico *El Ciudadano*, e em diversos textos em praticamente todos os jornais. Um destes artigos, intitulado “La fuerza del patriotismo” veiculado no jornal *El Aguacero*, define sinteticamente quais eram as intenções de grande parte dos redatores do período ao aludir à importância da Pátria em meio às frequentes discussões políticas do período. A identificação com o local de nascimento e o sentimento de exaltação desse espaço faziam parte da luta contra a ocupação estrangeira, tanto brasileira quanto lusitana. A partir desses elementos, o periódico destacou que a força do patriotismo, uma virtude e uma evocação moral, levou os filhos da terra a voltar para seu local de origem e contribuir na luta pela liberdade:

Animados de este sentimiento noble, que solo inspira la naturaleza, muchos hijos benémeros de Montevideo dispersos en las demas provincias se disponen generosos á trasladarse á esta plaza, á contribuir con su espada o sus consejos á la libertad de su patria.⁷⁵

⁷⁵ *El Aguacero*. Montevidéo, n^o2, 26 de abril de 1823.

A ampla utilização em documentos oficiais, decretos, bandos e a grande difusão na imprensa do conceito de Pátria não é um fenômeno exclusivo da Província Cisplatina ou da Banda Oriental no período colonial. Em todo o mundo hispânico, o conceito foi empregado recorrentemente inclusive no dia-a-dia pela população. Ao longo do século XIX, Pátria sofre um processo de alteração semântica, que nem sempre acontece concomitante em todos os espaços do mundo hispânico e da mesma forma em todos os processos de construção das Nações na América Latina, contudo o vocábulo permanece com grande valor na conformação de identidades e com larga aplicação nos textos políticos. A importância nos oitocentos do uso e da compreensão do conceito e de seus termos correlatos na América Platina, sobretudo a partir dos eventos de maio de 1810, é resumida por Gabriel Di Meglio:

“Patria” se erigió en la década de 1810 en un componente crucial del lenguaje político rioplatense. Fue mucho más utilizado en el habla cotidiana que otros términos de referencia territorial como nación, estado, provincia, país. Estos dos últimos se usaban bastante pero para referir a cuestiones geográficas. Patria, en cambio, era un término invocativo. En documentos de policía, en juicios y solicitudes de la población se nota la gran presencia del concepto en el discurso cotidiano de la época. Varias peleas se generaban por discusiones en las que la idea de patria aparecía en juego.⁷⁶

O significado mais antigo e mais frequente de Pátria referenciava o lugar de nascimento, local de origem. A menção era frequente desde a antiguidade e bastante comum ao longo do Antigo Regime. Lucian Febvre define a utilização e compreensão do conceito no período: “tem ressonâncias carnis e sentimentais profundas. Ela evoca a terra, os mortos; a terra, esse grande

⁷⁶ DI MEGLIO, Gabriel. Patria. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución...* Op. Cit. p.121-122.

ossuário dos mortos.”⁷⁷ Na língua espanhola, a situação é idêntica, Pátria significava “el lugar, Ciudad o País en que se ha nacido” e era essa a sua aplicação no mundo colonial. Os integrantes da administração pública, sobretudo aqueles que trabalhavam na esfera municipal como os componentes do Cabildo, recebiam a alcunha de “padres de la patria”. Quando das invasões inglesas em Buenos Aires e da organização de tropas de milicianos para a defesa da cidade, os batalhões eram divididos entre os Patrícios, nascidos em Buenos Aires; Arribeños composto por homens oriundos das província “de arriba”, ou seja, do norte; Naturales, constituído apenas por indígenas; Castas, formado por escravos e peninsulares. Essa composição das tropas demonstra justamente que se dividia “cada uno de acuerdo a su patria o nación y a la organización racial de la sociedad colonial.”⁷⁸

Entretanto essa definição, apesar de mais usual, não era a única em voga na América Hispânica. Pátria possuía ao mesmo tempo um sentido mais amplo, mais abstrato e, desse modo, com limites menos claros. O conceito ampliava a definição de um local estrito de nascimento e, portanto, muitas vezes nascidos em Montevideú, Buenos Aires, Córdoba ou Corrientes, eram vistos como compatriotas, dividindo a mesma Pátria. Essa noção era tributária da tríade de elementos que fundamentavam a vida social e política em torno da monarquia espanhola: “por *el rey, la religion y la patria*.” Estes elementos regiam a ordem social imposta no mundo colonial hispânico, a territorialidade estava ligada à mãe pátria espanhola e não se restringia a localidades específicas, sem determinar qual era exatamente a origem dos súditos da coroa espanhola, como afirma, a partir da experiência portenha, Gabriel Di Meglio:

⁷⁷ FEBVRE, Lucien. Honra e Pátria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁷⁸ DI MEGLIO, Gabriel. Patria. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución... Op. Cit.* p.115.

El respecto por la religión, la fidelidad al rey y el patriotismo constituían las bases del orden social. La tríada no establecía bien cuál era la patria – podía implicar al espacio virreinal, a la América española o a la monarquía toda pero su uso no permite especificarlo porque se trataba de un principio, de un elemento casi sagrado. En realidad, la patria en este sentido era la comunidad amplia en la que se vivía y el amor a esa patria era el compromiso con el orden y el bienestar general.⁷⁹

Perspectiva constatada também na outra margen do Rio da Prata, a Banda Oriental, pelo historiador uruguaio Gerardo Caetano:

Durante la última colonia se consolidaba en el Río de la Plata una difusión visible de lo que varios autores han llamado “patriotismo colonial”. En ese contexto de volvía cada vez más visible el desborde de la significación de la voz *patria* respecto a la noción originaria de “lugar en que se ha nacido”. En particular se revelaba una fuerte y progresiva confirmación de su asociación significativa con la trilogía “Patria, Dio y Rey”, auténtica base ideológica y discursiva del orden colonial español. La apelación a las voces *patria* y *patriotismo* se vuelve en efecto muy frecuente hacia fines del siglo XVIII y comienzos del XIX. Ya no se trataba de la noción ciceroniana de “patria communis” sino de la expresión de una identificación en la que se combinaban componentes religiosos, morales y de pertenencia a un colectivo compartido.⁸⁰

No início do século XIX, principalmente com os eventos de 1808 e posteriormente com a revolução de maio de 1810, o conceito de Pátria passa por um processo de politização. Ainda que a tríade do período colonial permaneça com forte conteúdo agregador para os habitantes do antigo Vice-reino do Prata, alguns elementos dessa base da vida social e política são alterados. Nesse sentido, com a politização do conceito, Pátria e Patriotismo podiam significar tanto

⁷⁹ Idem. p. 116.

⁸⁰ CAETANO, Gerardo. La *Patria* resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (coordinador). *Historia conceptual. Voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevidéo: Banda Oriental, 2013. p. 215.

uma territorialidade, um local de origem, quanto um interesse em comum, uma causa coletiva. O rei é substituído pela revolução, e o patriotismo é compreendido como o sentimento de adesão à causa revolucionária. As duas concepções de Pátria e seus derivados coexistiram durante todo o processo revolucionário na América Meridional, no entanto, essa transformação é a mais significativa do Oitocentos, e, a longo prazo, os elementos coloniais perdem espaço. Portanto, sinteticamente, é possível pautar esse processo de alteração semântica da seguinte forma:

La patria a la que se consagraban bienes y servicios; la patria que pedía, llamaba, la patria a la que había que defender, servir, salvar y liberar se transformó en el principal principio identitario colectivo después de la revolución. La tríada colonial se desarmó: la revolución se hizo en nombre del rey pero pronto se volvió contra su figura. La religión, por su parte, no fue puesta en duda durante los años de guerra de independencia; ningún grupo se metió con ella y era algo compartido por los bandos en pugna. La patria quedó como el principio aglutinador, con fuertes contenidos emotivos y afectivos en su invocación. Si bien la referencia al vínculo territorial se mantuvo presente, lo más significativo de este nuevo uso fue su componente político enlazado con lo sagrado.⁸¹

Na Banda Oriental, a forte politização do conceito de Pátria e do vocábulo Patriotismo era presente de forma bastante clara nos textos e proclamações do principal líder do movimento libertador na região, José Gervásio Artigas. As permanências e rupturas entre os antigos e novos significados também aparecem no discurso do caudilho, onde era possível observar “un tono épico y hasta religioso, que refería también toda una nueva significación política que buscaba legitimar el accionar revolucionario”. Processo que “más de una vez se calificó en el Río de la Plata como propio de una auténtica “religion patriótica”.⁸²

⁸¹ DI MEGLIO, Gabriel. Patria. In: GOLDMAN, Noemí (editora). *Lenguaje y revolución... Op. Cit.* p.119-120.

⁸² CAETANO, Gerardo. La *Patria* resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO,

É significativo notar que com a queda da Montevideu realista em 1814 e com a projeção de Buenos Aires por seu governo unitário ter a mesma espacialidade do Vice- Reino do Prata a partir da ocupação da cidade pelas tropas de Alvear, alguns conceitos vão se transformando e adquirindo significados diferentes do contexto colonial também na outra margem do Rio da Prata. O conceito de Pátria é um exemplo da relação de temporalidades distintas na transição entre a antiga dominação colonial e os novos projetos para o futuro da região nos distintos espaços que a compuseram durante os anos de dominação. Ao contrário da definição ainda vigente nesse espaço e relacionada ao Antigo Regime, onde Pátria significava comumente o lugar de nascimento, a origem, em algumas interpretações abarcando todo Vice-reino e outros a uma localidade mais específica, nesse novo contexto, de transição e indefinição, Pátria e seu derivado patriotismo passam a significar também, como recorda José Carlos Chiaramonte, a condição de bom cidadão, de proximidade aos interesses da cidade e do povo, de um novo corpo político, mesmo que ainda projetado.⁸³ Dessa forma, o conceito era utilizado a favor dos interesses portenhos, portanto estava ligado à causa revolucionária e não estritamente a um local. A adesão dos moradores de Montevideu ao seu projeto significava que estes estavam “ajudando a construir uma comunhão de interesses, laços a unirem partes distintas em torno de um mesmo objetivo que já não é mais a monarquia, mas sim um novo Estado, uma nova ordem política genericamente tomada por ‘pátria.’”⁸⁴

Não obstante a estas transformações, os realistas também utilizaram o vocábulo a seu favor em meio a estas disputas retóricas. Em primeiro plano, a associação mais clara voltava-se a antiga tríade já citada, entretanto, ligava-se de forma mais intensa a Pátria e o Rei, substituindo Deus, por referências mais genéricas sobre a

Gerardo (coordenador). *Historia conceptual. Voces y conceptos...* Op. Cit. p.219.

⁸³ CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados...* Op. Cit. p.84.

⁸⁴ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação...* Op. Cit. p.139.

crisandade. Em segundo plano, a estratégia repetia a ação dos revolucionários, aproximando o patriotismo da condição de bom súdito e da fidelidade a Fernando VII. Nesse sentido, Gerardo Caetano lembra que “las autoridades españolas resaltaban las virtudes de los buenos pagadores de los impuestos legales, anexándoles con frecuencia el adjetivo de ‘Patriotas’”. Com os conflitos armados na Banda Oriental pela independência e “las necesidades derivadas del financiamiento de la guerra llevaron a las autoridades de la realista Montevideo a exigir a los habitantes la plazo el pago de “donativos patrióticos, cometiéndose también su recaudación a “hombres de probidad y patrióticos.”⁸⁵

Nos primeiros anos de existência da Província Cisplatina, ainda sob ocupação lusitana, o conceito de Pátria geralmente é utilizado para referenciar um local de nascimento ou a origem dos atores citados nas páginas dos periódicos. A designação e aplicação do conceito são empregadas inclusive para categorizar a origem dos portugueses que por ora habitavam a região. É desse modo que Pátria aparece no jornal *El Patriota*, em um texto que descreve as comemorações do aniversário da constituição lusitana, embora caiba lembrar que a data de 24 de agosto marca o início da Revolução do Porto. No relato sobre os festejos das tropas de ocupação na cidade de Montevideú, além das tradicionais salvas de artilharia e dos discursos das principais autoridades locais sobre os avanços do país, as felicitações do militares saudavam a sua Pátria originária, Portugal:

Ayuntamiento, recibió desde allí los vivas y aclamaciones de los regimientos de artillería de la plaza y puerto, esparciéndose al mismo tiempo multitud de ejemplares de la armoniosa *congratulation* con que el Sr. Perez joven oficial, apreciable por sus prendas personales y por su dedicación á la literatura , felicitó á su patria por la conmemoracion de día tan glorioso, en que sacudió

⁸⁵ CAETANO, Gerardo. La *Patria* resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (coordinador). *Historia conceptual. Voces y conceptos... Op. Cit.* p. 217-218.

las cadenas que arrastraba enmohecidas por el transcurso de siglos en que las había sufrido.⁸⁶

Outra designação também recorrente e igualmente atrelada às concepções oriundas da tradição hispânica e do Antigo Regime é a tendência de agregar ao conceito de Pátria outro termo, geralmente um adjetivo. Exemplo bastante comum dessa aplicação é a utilização desse vocábulo para classificar e marcar diferentes períodos históricos, como “*Pátria Vieja*” para assinalar o advento da revolução no Rio da Prata ou “*Pátria Boba*” para se referir ao momento de crise política que marcou parte da década de 1810. Utilizando do mesmo recurso, o periódico cisplatino *El Ciudadano* descreve o período de ação de José Gervásio Artigas na Banda Oriental. O projeto mais popular e confederado do caudilho se diferenciava das concepções políticas do redator do periódico, dessa forma, a ideias e a ação artiguista na campanha foram tratadas depreciativamente, destacando os pretensos saques, ataques à população e destruição de plantações e propriedades quando Artigas combatia simultaneamente as tropas lusitanas e o exército oriundo de Buenos Aires. O projeto artiguista foi tratado como a *Pátria Fugitiva* e tinha, segundo o texto do *El Ciudadano*, como principal dogma político, a perseguição aos inimigos e a destruição do que ainda restava em pé no caminho do líder. Contudo, é interessante notar que mais além da depreciação da ação artiguista da década anterior, tomada como frontalmente adversa ao projeto de civilizatório e de regeneração política em que se inseria o periódico, o termo e a aplicação da *Pátria Fugitiva* descrevem a provisoriidade e as dificuldades de construção de qualquer alternativa política duradoura em um período de guerra e de indefinições quanto ao futuro após o rompimento definitivo dos laços coloniais:

⁸⁶ *El Patriota*. Montevideú, nº3, 30 de agosto de 1822.

Cuanto queda atras de mi es mi inimigo” esta fué la cruel que condenó la afligida campaña á la desolacion universal, y la máxima favorita del *geje de los orientales*: ” id, les dijo en su idioma, convidad á los pueblos á que me sigan, auxiliad la emigracion, y haced todo el mal posible á los que no quieran adoptarla: traed quanto podais, y acabad el resto, talad, destruid, quemad. porque *quanto queda atras de mi es mi inimigo*: es decir, nó solo los hombres, sino los ancianos, los niños, las mugeres, las haciendas, las casas y hasta los pastos y las aguas, todo es vuestro, y la *Patria Fugitiva* os manda gozarlo, o destruirlo.⁸⁷

Com a independência do Brasil e a ampliação da produção e circulação de periódicos na Província Cisplatina, o conceito de Pátria se politiza e se torna um importante recurso retórico a favor da liberdade, parcial ou total, da região. A política de Carlos Frederico Lecor como administrador da província é contestada seguidamente, nesse momento inclusive por parte da elite montevideana que apoiou a intervenção armada em 1816 e se estabeleceu como base de apoio da política luso-americana. Entre as principais alegações estão os favorecimentos aos comerciantes brasileiros e aos proprietários rio-grandenses que se apossavam de grandes porções de terra na região do Rio Negro. Segundo os locais, a promessa de liberdade e de pacificação que pautou o discurso da ocupação e da luta contra Artigas, foi substituída pela corrupção e exploração dos orientais em oposição ao crescente favorecimento dos apoiadores de Lecor, do próprio militar e dos brasileiros. A luta contra a ocupação e a usurpação dos direitos dos habitantes deveria ser motivada pela liberdade da Pátria, o combate à ocupação brasileira seria guiado pelo patriotismo, este foi utilizado como elemento de coesão da população contra o inimigo em comum. Não apenas os nascidos no território, mas todos seus habitantes que são contrários à ação imperial deveriam participar e apoiar os movimentos de sedição:

⁸⁷ *El Ciudadano*. Montevidéo, nº8, 20 de julho de 1823.

¿ cual ha sido el resultado de sus vanas promesas, donde la audacia se estendió á suponer que los mismos brazos que iban à ser encadenados servirían para remover los obstáculos à su esclavitud? Que apenas sonó la hora del patriotismo cuando se notó eléctricamente conmovido todo el territorio, y la causa que un día se consideró la de los naturales convertida en causa de los habitantes.⁸⁸

O vocábulo Pátria, utilizado para destacar a resistência à dominação estrangeira em terras orientais, também em muitos momentos abarcava toda a região platina e, sobretudo, destacava os compatriotas buenaireses. O antigo Vice-reino do Prata e sua capital são tomados como a mesma Pátria dos orientais, todos os nascidos na região seriam irmãos e apesar de terem governos diferentes, deveriam possuir objetivos em comum e se auxiliariam mutuamente na realizações deles, o que não estava ocorrendo com as negativas dos governantes das Províncias Unidas do Rio da Prata em auxiliar o *Cabildo* de Montevideu nos movimentos para libertar a província. Em artigo publicado no periódico *Los amigos del Pueblo*, as atitudes dos governantes portenhos são criticadas, apesar de compor a mesma Pátria e do governo de Buenos Aires ter muito “respecto á la sagrada causa de los orientales, parece que no debe trepidar em fijar desde ahora su opinion, y aun persuadirse de que no solamente se negará entrar em la guerra de los orientales, sino que hará todos los esfuerzos posibles para contenerla.”⁸⁹ Os apelos à sagrada ligação entre os habitantes da região não foram atendidos pelos buenaireses, desse modo, nas páginas do periódico, aparece uma conformidade e desilusão com a posição de Buenos Aires. Apesar de estes fazerem parte da mesma unidade, da mesma Pátria, considerada uma união sagrada, a separação entre os dois lados do Prata é entendida como inevitável, afinal, estes laços foram renegados:

⁸⁸ *El Ciudadano*. Montevideu, nº1, 1º de junho de 1823.

⁸⁹ *Los Amigos del Pueblo*. Montevideu, nº4, 23 de agosto de 1823.

¿Quién se hubiera atrevido á dudar entonces de la hospitalidad con que, manifestada nuestra resolucion, nos alargaría una mano protectora?... Nosotros dímos la señal; nosotros invocamos el sagrado nombre de la Patria; nosotros hicimos recordar que los dulces lazos de la fraternidad nos unían estrechamente con aquel pueblo , cuna ilustre de la libertad; pero todo fué en vano.⁹⁰

Portanto, nascer em um mesmo território, não bastaria, era preciso trabalhar e amar a Pátria. O patriotismo, a ligação profunda com a Pátria e com a causa dos orientais não era um sentimento passivo, exigia virtude, trabalho e abnegação. Conforme o jornal *Los amigos del Pueblo*, nesse embate “en defensa de la libertad y de la cara Patria, cada ciudadano es un soldado, y cada soldado un heroé”.⁹¹ É nesse sentido que os redatores do periódico *El Aguacero* destacam a ação de ilustres líderes orientais que retornaram a sua Pátria para auxiliar na causa revolucionária. A ênfase na atitude de renúncia a outros locais e a adesão irrestrita à luta dos demais orientais dos homens citados nas páginas do periódico também recai sobre o passado. O patriotismo não era restrito a esse momento de crise e de sofrimento, tais homens sempre estiveram ao lado da Pátria em períodos problemáticos e por ela trabalharam mesmo no exterior, recebendo por seu amor à pátria, a admiração inclusive de pessoas originárias de outros locais, até mesmo de espanhóis, os mesmos que obrigaram a se refugiar em Buenos Aires em 1808:

El Dr. Vidal se refugió entonces en Buenos Aires. Obtuvo despues el honroso cargo de representante en la asamblea de 812; donde mostró sus talentos y capacidad. Pero donde mas se ha distinguido fué en 814 cuando esta plaza fué occupada por las tropas de aquella capital, en cuya epoca fué comisionado por el director Posadas, á virtud de su acrisolada integridad y patriotismo para hacer el sacrificio de propiedades estrañas y coletar una contribucion que se había impuesto ad libitum cuyas arduas comisiones desempeño

⁹⁰ Idem.

⁹¹ *Los Amigos del Pueblo*. Montevideú, nº 4, 23 de agosto de 1823.

con tal desinterés, pulso que por ellas se atrajo la estimacia y el amor de todos particularmente de los españoles por fuerza del patriotismo.⁹²

A partir da cisão entre as tropas dos voluntários reais e das constantes trocas de acusações entre o General Lecor e Álvaro da Costa, o primeiro resolveu abandonar a cidade de Montevideu e se estabelecer com os soldados que permaneceram ligados ao Império do Brasil em Canelones. Entretanto, muitos homens, inclusive orientais, ligados ao Brasil e com laços pessoais com o Barão de Laguna, permaneceram dentro das muralhas e foram acusados de fornecer informações e colaborar com o sítio que a capital sofria pelas tropas brasileiras. Os “imperiales de adentro” trabalhavam contra a Pátria e não existiria outra opção para os patriotas a não ser combatê-los:

No hai remedio, señores magistrados, es preciso salir de esa inaccion en que nos hallamos, y ponernos en guarda sino queremos ser víctimas de nuestra estremada liberalidad. Aquí se trata nada menos que de libertar la Patria: ésto es un delito para los tiranos que la oprimen, y si cayésemos en sus manos seríamos castigados conmo tales, sin que nos valeriaalegrar la indebida consideracion que guardámos con los enemigos, bien conocidos que tenemos dentro.⁹³

Contudo, em determinados momentos ainda que permaneça como importante apelo contra a ocupação do Brasil e pela conclamação à resistência e à luta para expulsar o invasor, o vocábulo é utilizado com sentido ambíguo. No cântico “*Orientales, corred á las armas: el momento de gloria llégo. Quien no quiera gemir en cadenas. Vuelve al punto á los campos de honor*”, veiculado na edição de número sete do periódico *La Aurora*, se conclama na quarta estrofe que os habitantes orientais lutem contra o Brasil, se

⁹² *El Aguacero*. Montevideu, nº2, 26 de abril de 1823.

⁹³ *Los Amigos del Pueblo*. Montevideu, nº2, 09 de agosto de 1823.

necessário até a morte, todavia a Pátria permanece exclusiva daqueles que haviam nascido no território. Em outra estrofe, a sétima, é destacada a participação de outras províncias da região platina nas lutas ou ao menos incentivando a causa oriental contra a tirania do império brasileiro, nesse sentido, o conceito pode ser compreendido como uma Pátria que abarque toda a região e todos os interessados na liberdade da Província Cisplatina:

3 Escuchad Orientales Valientes de la PATRIA la imperiosa voz;
Ella os tiende los brazos diciendo, Romped hijos mi dura prision.
Sus heridas os piden venganza. Orientales, vengarla, ó morir ,
De esas fieras sangrientas; y caiga A sus plantas su indiga cerviz.

[...]

7 Las provincias hermanas oyeron Del oriente el sublime clamor,
Y en su auxilio ya corren los bravos Ambiciosos de gloria y honor.
Tiemble y tema el injusto Tirano De la PATRIA el sangriento
furor Que con ecos tremendos pública Guerra eterna al infame
opresor.⁹⁴

Com o início da Guerra da Cisplatina, o conceito de Pátria mantém muito de seus usos anteriores na província: a luta contra o Brasil, a coesão em torno da Pátria e o patriotismo como característica dos abnegados que lutaram em favor da liberdade do lugar que nasceram e/ou habitam. No final de 1826, no interior da Província Cisplatina/Oriental, as seguidas vitórias sobre as tropas brasileiras serviram de motivação para o patriotismo e a energia empregada pelos habitantes da região na luta contra o invasor ocuparem as páginas da *Gaceta de la Provincia Oriental*. O periódico destaca justamente o amor pelo território oriental e a luta pela liberdade na construção de uma nova república em condições sociais e econômicas adversas, até mesmo o governo provisório estava imbuído desse sentimento:

⁹⁴ *La Aurora*. Montevideú, n^o7, 1^o de fevereiro de 1823.

Tenemos la satisfacción de presentear á nuestros lectores, los siguientes detalles de las operaciones que han tenido lugar estos últimos dias en el puerto de Maldonado. Ellos ofrecen un nuevo testimonio del *patriotismo* [grifos meus] y energía que anima á los habitantes de la provincia por escarmentar á los viles satelites del usurpador, para lo cual, el odio implacable con que detestan su abominable yugo les sugiere la invencion de recursos y elementos para combatirlo aun en medio de su absoluta deficiencia. Felizmente sabemos que la actividad del gobierno ha tomado yá las medidas mas oportunas, para proveer a quel punto tan interesante de los auxilios necesarios, asi para dejar airosa la bizarria del bravo Fournier y sus camaradas, como para corresponder, al entusiasmo ardoroso que ha desplegado, el departamento de Maldonado, desde el principio de nuestra gloriosa regeneracion, y señaladamente en la brillante oportunidad que acaba de proporcionarse.⁹⁵

Entretanto, após o final do conflito e com a Convenção Preliminar de Paz, o vocábulo aponta para novas significações e aplicações, tais transformações ainda são incipientes e indicam mudanças maiores a partir da criação da República Oriental do Uruguai. Nesse novo contexto, entre as principais preocupações dos meses imediatamente posteriores ao final do conflito, estavam as restrições e acusações que os habitantes espanhóis de Montevideu vinham sofrendo, especialmente, depois da divulgação de um boato de que a Espanha pretendia reanexar a região e estabelecer novamente uma política colonialista. Para o redator do *El Observador Oriental*, essa notícia era infundada, não existiriam motivações e ameaças reais de tal evento ocorrer, haja vista que “la aversión à Los Españoles no és fundada si no hay peligros reales de que pudieron desafiarnos y este tiempo há pasado.”⁹⁶

Além da impossibilidade de se realizar uma reocupação da região oriental por espanhóis, a aversão aos habitantes locais que

⁹⁵ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº1, 14 de novembro de 1826.

⁹⁶ *El Observador Oriental*. Montevideu, nº3, 18 de outubro de 1828.

vieram das mais diversas regiões da Espanha também era considerada um engano, mas por outros motivos, afinal os espanhóis deveriam fazer parte da mesma Pátria que os orientais. Se não bastasse dividir rasgos culturais, religiosos e étnicos em comum, os interesses no desenvolvimento do país são os mesmos, visto que o território oriental havia sido a escolha desses habitantes para viver. Nessa concepção, o vocábulo de Pátria apresenta distinções das utilizações anteriores, nesse momento de construção de um novo corpo político ainda indefinido, a Pátria, com alto grau de politização, não significa apenas o local de nascimento restrito ao Prata ou à região oriental, mas os interesses em comum, as heranças culturais e a felicidade geral de todos aqueles que escolherem fazer parte de um mesmo país:

Unidos por la religion y por la sangre, por el idioma y las costumbres que faltaba á tantos vínculos, sino que los intereses fuesen los mismos. Y á altura en que nos hallamos ¿Como pueden ser diferentes? Aquí tienen su fortuna, sus familias, todas sus afecciones de habitud que son la raíz de todos los goces y que ligán al hombre á un determinado punto de la tierra con preferencia á otro: aquí han formado la resolución de vivir y morir. En otro suelo serían extranjeros; en este suelo pueden hallar la Patria. Lo es suya el suelo oriental con una necesidad tan imperiosa é irresistible como la del nacimiento. La felicidad, pues, de este país és su propia felicidad y la primera de todas y trabajarán por ella con esa decisión y esta constancia que honran su caracter. ¡ Ah si se forma una masa unida de Americanos Y españoles...! ⁹⁷

Em resumo, no contexto da Província Cisplatina e nos meses imediatamente posteriores, o conceito de Pátria e seu vocábulo derivado Patriotismo eram aplicados e compreendidos de forma dinâmica e polissêmica. Ainda que permanecesse com sentidos mais antigos, o conceito sofreu progressivamente um processo de politização e alteração semântica. Inicialmente, o conceito possuía

⁹⁷ Idem.

traços característicos bastante gerais, significando o local de nascimento, podendo apresentar o conteúdo específico de uma cidade como Montevideu, localidade, assim como a Banda Oriental ou uma região maior, a exemplo de todo o antigo Vice-reino do Rio da Prata. A utilização de Pátria somada a outros vocábulos é também uma característica genérica, na Província Cisplatina apareceu como elemento de desconstrução do período artiguista e era igualmente utilizada como recurso retórico em outros espaços do mundo hispânico. A partir da cisão entre Brasil e Portugal, o conceito foi dotado de sentidos particulares, responsáveis por interesses específicos: a diferenciação entre orientais e/ou platinos em relação aos brasileiros, o amor pela Pátria e o patriotismo significavam a luta contra o invasor e a busca pela liberdade da região. Por fim, com a liberdade mediada pelos ingleses e as projeções para a construção do novo país, a Pátria ainda mais politizada, também é relacionada aos interesses e a traços comuns, e não apenas a um local de nascimento.

Os conceitos opinião pública, Nação e Pátria pautaram a grande maioria dos discursos políticos e dos debates das páginas da imprensa periódica da Província Cisplatina. Enquanto a utilização do primeiro visava a criar, incentivar e fiscalizar uma arena pública de discussão, os dois últimos projetavam o futuro da região e tinham força suficiente para ordenar o pensamento dos atores locais em um contexto de grandes questionamentos e instabilidade, momento marcado pela variedade de posturas, de ideias, de projetos, e, inclusive, de conceitos políticos. A similitude na compreensão e aplicação destes vocábulos marca a aproximação retórica dos redatores dos periódicos cisplatinos, contudo eram distintos os projetos para a região, e várias identidades políticas coexistiam, dentre elas *Portenhos*, *Brasilienses* e *Orientais*, tendo seus interesses expressados a partir destes debates públicos. Processo comum a todos os espaços e a todos os processos de alteração semântica na conformação das novas Nações, como lembra Javier Fernández Sebastián: “De manera que la cristalización de un nuevo lenguaje va

de la mano con el surgimiento de nuevos sujetos sociales colectivos”, sujetos que se constroem a partir da retórica e “a través de la acción, que es casi siempre acción simbólica, mediada por el lenguaje.”⁹⁸

⁹⁸ SEBASTIÁN, Javier Fernández. Introduccion. Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano...* *Op. Cit.* p.29.

Capítulo IV

Periodismo e a construção da identidade oriental na província Cisplatina (1821-1828)

É domingo, dia 14 de julho de 1823. Dom Pedro de Alcântara de Bragança é Imperador do Brasil e a Assembleia Constituinte está reunida no Rio de Janeiro. Em Portugal D. João VI, poucas semanas antes havia sido conduzido a preterir o poder absoluto e prometer uma nova constituição liberal. As Províncias Unidas do Rio da Prata vivem a “anarquía del año XX” em meio a disputas de poder e a Província Cisplatina está cindida entre as tropas dos Voluntários Reais, que, sob a liderança de Álvaro da Costa permanecem fiéis a Portugal e o Exército Imperial brasileiro comandando por Carlos Frederico Lecor, recentemente nomeado Barão de Laguna.¹ Na sitiada Montevideú, dentro das muralhas, acaba de sair da Imprensa de Torres a edição de número três do periódico *El Ciudadano*. No jornal, a identidade dominante nos textos é a dos *Orientais*, originária do período artiguista, o prócer da orientalidade e da luta pela liberdade, em uma indefinida ligação com os *Portenhos* e em contraposição aos *Brasilienses*.

Em relação aos *Portenhos*, o periódico destacava que estes eram integrantes de províncias irmãs, tanto da Oriental, quanto de todas as outras que compunham o espaço platino. Contudo, após a revolução liderada por Buenos Aires “se gritaba neciamente contra los *porteños* (como si estos no sufriesen

¹ FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). *Crear la nación... Op. Cit.* p.98-99.

tambien de los vicios de los gobiernos) y se trataba con arte de conceder , fomentar, llevar hasta el delirio mas frenético una funesta rivalidad de pueblo à Pueblo”², quando na realidade todos os povos deveriam trabalhar juntos e evitar a instalação no Prata de tiranias que já haviam existido, sem deméritos, em todos os lugares, inclusive na região. Mesmo que compartilhassem identidades diferentes, os *portenhos* estavam sob a liderança do mesmo governo, este despótico em determinados momentos, que os *Orientais* e, portanto, deveriam trabalhar juntos, pois tinham inimigos, interesses e objetivos em comum.

É nesse sentido que na edição de número oito do mesmo periódico é publicado um texto contendo *Observaciones sobre la carta del traidor Fructos Rivera al Cabildo de Montevideo*. Ainda que não tenha sido possível averiguar o conteúdo da carta escrita por Fructuoso Rivera as observações indicam importantes caminhos para compreender os diferentes projetos políticos que coexistiam na Província Cisplatina e as relações entre identidades e alteridades que alicerçavam ideias de futuro e de construção de novos corpos políticos ainda indefinidos. Desse modo, a alteridade *Brasiliense* é ponto fundamental da diferenciação entre os locais, os vizinhos platinos, as tropas de ocupação e o projeto unitário de Santiago Vázquez, redator do *El Ciudadano* que defendia a integração de todo Prata apenas sob um governo. Para Vázquez, embora a guerra civil e a conseqüente ocupação luso-americana para a suposta pacificação da região tenham transmitido a impressão de conformidade com a anexação da Banda Oriental sob o título de Província Cisplatina, e posteriormente, os movimentos do *Cabildo* de Montevideú conduzissem os sentimentos de uma luta pela independência total da região, nenhum destes dois projetos se adequariam ao real desejo da maioria da população local, visto que estes eram partidários de uma independência parcial, ou seja, livrar-se da ocupação

²*El Ciudadano*. Montevideú, n^o3, 14 de julho de 1823.

estrangeira para unir-se às Províncias Unidas do Rio da Prata. *Portenhos* e *Orientais* além dos costumes em comum, também compartilham a americanidade de quem lutou pela independência e buscava construir um governo liberal e republicano escolhida pela população em um pacto político, enquanto o Brasil representaria uma união aristocrática, violenta e opressora:

pero aun en medio del furor y extravios de ella [Guerra Civil], ni la parte mas sensata, ni las maximas de su gobierno, ni el voto general de los habitantes estuvieron por la *absoluta desmenbracion*, sino por esa *independencia relativa* que por los mismos principios que el autor acomoda en la *confederación del imperio* es perfectamente adaptable y mucho mas conforme en otra *confederacion no imperial*, no violenta , no repugnante, sino apoyada en las bases que ha sancionado la ilustracion del siglo, arreglada á principios liberales y acomodada á las antiguas relaciones, hábitos, costumbres & de nosotros los *americanos del rio de la plata* y no brasilienses.³

O desenvolvimento de identidades coletivas plurais, em processo de politização, na mesma territorialidade não é exclusiva da Província Cisplatina, o mesmo ocorria no restante da América portuguesa⁴ e da América espanhola⁵. O caso cisplatino denota a aproximação dessa região como ponto de intercessão e de ligação do que antes foi o mundo colonial ibero-americano, implicando na coexistência e redefinição de identidades em um espaço de conturbação política e social, onde haviam interesses e influências de ambos os lados, de fala hispânica ou de língua portuguesa. A

³ *El Ciudadano*. Montevideú, nº08, 20 de julho de 1823.

⁴ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000; PIMENTA, João Paulo. *Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano*. Almanack Braziliense (Online), São Paulo, v. 3, 2006.

⁵ CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad en el Rio de la Plata luego de 1810... *Op. Cit.*

melhor definição da importância dessas identidades na crise do Antigo Regime e suas projeções para o futuro, geralmente associando-se a algum projeto nacional é de István Jancsó e João Paulo Pimenta ao afirmarem que a coexistência

de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro. Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual a sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional.⁶

É importante, contudo, destacar que a identidade *Oriental*, suas aproximações e distanciamentos dos portenhos e a negação irrestrita da dominação brasileira não compunham os únicos projetos políticos presentes na Província Cisplatina⁷, entretanto eram os mais importantes e cujos atores integravam os esforços políticos e sociais com vistas ao futuro da região, arrematando grupos de menor expressão com objetivos afins. Nessa complicada relação entre diversos grupos, identidades e alteridades, o conflito entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, possibilitou a emergência de novos elementos de diferenciação e identificação ligados aos dois principais envolvidos na Guerra da Cisplatina, todavia, principalmente, colocou em evidência a orientalidade anteriormente exclusiva à Artigas e aos apoiadores do caudilho na região da campanha, nesse momento este discurso da proeminência de uma identidade *Oriental* alcançou todo o território, inclusive a

⁶ JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta... Op. Cit.* p.132.

⁷ FREGA, Ana. Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. *La región de Santo Domingo Soriano ... Op. Cit.* FREGA, Ana. “Guerras de independencia y conflictos sociales... Op. Cit. BARRAN, José Pedro. FREGA, Ana. NICOLIELLO, Mónica. El Cónsul británico en Montevideo y la independencia del Uruguay. Selección de los informes de Thomas Samuel Hood (1824-1829). Montevideo, Dpto. de publicaciones de la UdelaR,1999.

capital Montevideu, elemento fundamental no posterior discurso de legitimação da Nação independente da República Oriental do Uruguai.

4.1 Brasil: a construção da diferença

Com o objetivo de decidir o futuro da Banda Oriental, sob dominação portuguesa desde a derrota definitiva de José Gervásio Artigas na Batalha de Tacuarembó em 1820, foi aberto o Congresso Cisplatino no dia 15 de julho de 1821. Após três dias de deliberações os doze deputados, sob a égide e a influência de Carlos Frederico Lecor, por unanimidade determinam a oficialização da ocupação lusitana da antiga Banda Oriental pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Após a votação as deliberações continuaram, a nomenclatura da nova província e seu governante foram decididas posteriormente, até que no dia 31 de julho foi emitida a declaração oficial de incorporação. No dia 5 de agosto, data de encerramento do Congresso Cisplatino, foi realizada a cerimônia de posse com a presença dos congressistas, de Lecor, que permaneceu como comandante da região, e de todos os funcionários do *Cabildo* de Montevideu, principal ponto administrativo da agora Província Cisplatina. Ainda no mesmo ano surge o primeiro periódico cisplatino, *El Pacífico Oriental de Montevideo*, que em citação já utilizada anteriormente, apresenta as benesses da ocupação:

Fijar los límites de nuestros deberes y derechos; enseñarnos à ser libres, y conducirnos à la felicidad son inestimables beneficios: hacernos gozar sin interrupcion de libertad, seguridad y propiedad, y asegurarla para nuestras generaciones futuras, es perpetuar la memoria del justo, nosotros podríamos llegar à esta cima de prosperidad si electrizado el espíritu público, ó menos indolente cortase radicalmente los abusos que en su juicio se oponen à nuestra regeneracion.⁸

⁸ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº03, 05 de janeiro de 1822.

As referências a Portugal, com maior frequência, e ao Brasil, em menor grau, são ainda tomadas genericamente, nesse contexto de fixação das bases da oficialização da ocupação de Portugal na Província Cisplatina e de mudanças políticas no centro da monarquia portuguesa revelam aspectos positivos e a aceitação dos locais, considerando a elite cooptada pelo Barão de Laguna, quanto à intervenção estrangeira na região. A política e as armas de Portugal, passando pelo Rio de Janeiro e pelas fronteiras de São Pedro do Rio Grande do Sul, são vistas como necessárias para a recuperação de uma região que viveu uma década de conflitos internos e externos e, nesse momento, não possuiria bases econômicas e políticas para conseguir se recuperar sozinha. Desse modo, reverberando o típico discurso da regeneração portuguesa, os habitantes da Província Cisplatina, com a pacificação, teriam assegurada a sua liberdade, a sua segurança e a prosperidade econômica. Contudo, o redator do *Pacífico Oriental de Montevideo*, Francisco de Paula Pérez, não considerava a região como parte integrante do mundo lusitano, embora momentaneamente o fosse. Uma das demonstrações dessas distinções está na separação entre as notícias oriundas de periódicos do Brasil e as publicações locais, o que segundo João Paulo Pimenta “demonstra a ausência de referências políticas claras, no lugar das quais emergem idéias extremamente genéricas”, diferenciando-se tanto de portugueses, quanto de brasileiros e embora concordasse com a pacificação, continua mantendo a ideia da orientalidade como identificação dos locais e da alteridade com os dominadores estrangeiros. Nesse ponto a aproximação com Portugal e a necessidade de auxílio externo no desenvolvimento da região, apontam para uma relação e um pacto de sentidos políticos do que a rasgos identitários ou patrióticos para os projetos de futuro dos locais:

Ya estará vd. convencido que en Montevideo hai libertad de imprenta y para corroborar esta verdad decimos. Que los portugueses y los orientales conocen su situacion perfectamente.

mucho mas los primeros que tienen de seguir el curso de su revolucion. asi es que han convenido en unirse intimamente tanto americanos como europeus siempre que su gobierno sea tan liberal como ambas partes quieren: y hay entre ellos hombres que dicen que no volverán á su país si volviere a ser gobernado por la plaga despótica.⁹

Ao longo do ano de 1822 essa diferenciação é ampliada, principalmente quando os eventos do Rio de Janeiro passam a receber destaque especial na imprensa da Província Cisplatina. A principal preocupação estava na possibilidade de ruptura entre Portugal e algumas províncias brasileiras. Na edição de número seis do *Pacífico Oriental de Montevideo*, publicada no dia 26 de janeiro de 1822, foi comentada, a partir de impressos oriundos fluminenses, a situação política brasileira: “divulgada en los papeles públicos que de allí llegaban, encendieron en el ánimo de los brasileros el amortiguado fuego de la libertad.” Segundo o periódico, a posição era compartilhada por inúmeros habitantes, visto que “ella se derramó inmediatamente en todos los corazones con mas ó menos esplosion à proporción de los obstáculos que encontraba”. Contudo, duas províncias em especial eram as mais exaltadas: “Las provincias del Pará y de la Bahia fueron las primeras que enarbolaran el estandarte.” Após as primeiras notícias veiculadas em Montevideu sobre as relações tensas entre Lisboa e as províncias brasileiras, prognósticos passaram a ser realizados. Em fevereiro de 1822, foi reconhecida a possibilidade de independência do Brasil, contudo, se esta fosse realizada, a nação deveria permanecer monarquista: “El Brasil, Señor, no puede conservarse yá sin las prerrogativas de Corte, ó al menos sin un ramo de la augusta casa real, que sirva como de centro y apoyo à sus gobiernos provinciales.” E ninguém mais apropriado que D. Pedro para a Coroa: “¿ y cual otro podrá ser él, sino el príncipe inmediato sucesor de la corona, que por este

⁹ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº11, 02 de março de 1822.

medio se habilita mas para conocer la estension, recursos y precisiones de sus vastos dominios.”¹⁰

O mesmo periódico é o primeiro a examinar o futuro da Província Cisplatina a partir da emancipação brasileira, caso esta fosse concretizada. Francisco de Paula Pérez, questiona: ¿Y qué nos haremos en tales circunstancias, me preguntais? ¿desunirnos de la causa que hemos seguido voluntariamente, y hasta con algunos esfuerzos, y derramamiento de sangre? ¿quebrantar el juramento que prestamos?¹¹ Essas são as dúvidas que seguem principalmente nos meses finais de 1822 e em 1823, fase agudizada dos conflitos pela independência do Brasil na província, e momento visualizado por alguns redatores cisplatinos como oportuno para trabalhar pela liberdade da região. Nesse sentido, foram publicados nas páginas do periódico intitulado *La Aurora* críticas diretas à dominação agora brasileira e, assim, foi determinado o objetivo dos seus redatores: “El [desejo] de la independencia es el único que anima á todo el vecindario de la provincia”. Realidade mais próxima nesse momento, visto que as tropas brasileiras estão fora das muralhas de Montevidéu: “En esta capital y sus inmediaciones, á donde no alcanza el influjo del despotismo imperial, se ha pronunciado con una rapidez y generalidad asombrosa, ya la multitud de impresos que han circulado sin contradicción es una de las pruebas de aquel aserto.”¹² Portanto, aproveitando-se dos conflitos entre tropas do Brasil e Portugal, passou-se a questionar o futuro da província Cisplatina, a liberdade e a independência dos orientais foram cogitadas e projetadas na região.

Para tanto, os argumentos a favor da ocupação do território oriental pelo Exército imperial são combatidos pela imprensa periódica praticamente em sua totalidade. A cisão entre Brasil e Portugal, como já observado, torna-se elemento fundamental nos

¹⁰ *Pacífico Oriental de Montevidéu*. Montevidéu, nº06, 26 de janeiro de 1822.

¹¹ Idem.

¹² *La Aurora*. Montevidéu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

discursos opostos a ocupação, estes poderiam ser tanto favoráveis a uma independência parcial quanto a liberdade completa da Província Cisplatina. Para os periodistas cisplatinos contrários a continuidade da dominação estrangeira, a permanência na região das tropas oriundas do Brasil era ilegítima, pois esta rompia com o pacto firmado entre a população da Banda Oriental e o governo lusitano. O Congresso Cisplatino marcou a anexação da região ao Reino português, e no momento em que os lusitanos não ocupassem mais a Banda Oriental, a soberania, no entendimento dos locais, voltaria às mãos da população. Esta postura e estes argumentos repetem os eventos de 1808-1810, quando na ausência e impossibilidade de governar de um Monarca, no caso Fernando VII, baseado no princípio da retroversão da soberania, o povo voltaria a ter o poder de decisão sobre seu futuro. Neste caso, segundo o periodista a população da Província Cisplatina supostamente teria optado por se desligar do Brasil e via a necessidade de uma assembleia em que tal atitude fosse oficializada perante D. Pedro e as autoridades brasileiras, afinal:

Para aquella incorporacion [Congresso Cisplatino] se habia creido necesaria, siquiera, la sombra de una representacion nacional , y ahora para hacerla al nuevo imperio del Brasil, se tiene por bastante la voluntad del sindico manifestada por su digno representante Lucas José Obes. – Entonces al menos los habitantes estapefactos, parece que aprobaban todo con su silencio; pero ahora los cabildos de la campaña juran por solo la fuerza , y el de la capital con todos los ciudadanos abiertamente se resisten y declaran ante al cielo y los hombres que no quieren pertenecer al Brasil. – Entonces al menos uso el senõr Baron “de sugeriones y de su influjo sobre los empleados;” pero ahora solo se vale de la fuerza, las cárceles y espartriaciones de todo ciudadano que no creo en sus intereses. Entonces se nos prometia un porvenir venturoso, regidos bajo leyes constitucionales y sábias, y ahora solo se nos ofrece la muerte, desolación y vergonzosa esclavitud.¹³

¹³ *El Pampero*. Montevideú, nº03, 1º de janeiro de 1823.

Além da evidente alteridade *Oriental* em relação a qualquer invasor estrangeiro, é clara, nesse contexto, a diferenciação entre portugueses, antigos signatários do Congresso Cisplatino, e o Brasil, herdeiro político da região. Os primeiros estiveram presentes na região com a anuência da população e a exemplo do que ocorria com a própria Nação portuguesa auxiliaram para a regeneração da Banda Oriental, através de novas leis e com uma constituição moderna que levaria o progresso para aqueles que a cumprissem. Já os imperiais ao manterem com a ocupação não atenderam os interesses da população da Província Cisplatina, escutando apenas seus aliados, como Lucas José Obes. Desse modo, levaram para a região as piores características de um regime despótico, que não existia mais em Portugal, perseguindo seus opositores, explorando os recursos naturais e implantando na Banda Oriental um regime de opressão e espoliação. Em suma, para os redatores do periódico, os *Orientais* se tornaram escravos da política brasileira e da seguida retirada de recursos da região sem contrapartida alguma.

A tirania e o despotismo de D. Pedro em oposição às diferenças da ocupação lusitana e a política ilustrada de Portugal também são debatidas a partir do conflito entre as tropas brasileiras e portuguesas estabelecidas na Província Cisplatina. Para os redatores do *El Pampero* as beligerâncias não tratam apenas da independência do Brasil, mas também do futuro da região, visto que os valorosos soldados das tropas dos Voluntários Reais, que já haviam combatido ao lado do famoso General Wellington (1769-1852) na expulsão dos franceses de Portugal, lutam novamente contra um déspota invasor para impedir que a tirania e a política imperialista, agora do Brasil, se estabeleçam na região. Os soldados que compunham as fileiras lusitanas guerreavam em nome de uma nação livre, enquanto as tropas imperiais nada mais eram do que escravos a serviço de um monarca absolutista. Além desses elementos, no periódico é destacada a esperança de que acabado o conflito, Buenos Aires entraria em cena e os *Orientais* se uniriam aos portenhos, com o Prata unido e plenamente independente. A

liberdade projetada era parcial: tratava-se de desvencilhar-se do Brasil, tomado como um usurpador e agressor, para unir-se aos irmãos ocidentais:

Felizmente los Voluntarios Reales, los ilustres compañeros del inmortal Wellington estorban con su presencia la entera ejecución de estos planes infernales, probándonos con su conducta la diferencia que existe entre los soldados de una nación libre y los esclavos de un tirano – Cuando ellos dejen nuestras playas, ya estarán nuestros hermanos de occidente prontos a sostener nuestros derechos y libertades, y á secundar nuestros esfuerzos. ¡Orientales” no lo dudéis. ¡Viles aristócratas! Temblad.¹⁴

Ainda em relação à independência do Brasil, Santiago Vázquez, redator do periódico *El Ciudadano*, aponta os contrastes entre a posição brasileira quando defende a própria liberdade e as diferenças nas suas ações, tomadas como despóticas, na Província Cisplatina. Para Vázquez, em texto publicado na primeira edição do jornal, D. Pedro buscando a independência do Brasil fez valer os princípios do liberalismo, atendeu os desejos da população que supostamente queria separar-se de Portugal e argumentou em favor da independência, apontando que um país com a extensão e as riquezas do Brasil poderia e deveria ser livre, ao passo que na Província Cisplatina os apelos da população pela liberdade não foram atendidos e todos os movimentos a favor da independência foram reprimidos violentamente. Portanto, para o periodista os brasileiros têm atitudes paradoxais, ao mesmo tempo em que buscam libertar-se do domínio de outra Nação, ocupam e oprimem a Banda Oriental:

El gobierno del Brasil pretende emancipar aquel territorio y establecer su independencia, mientras empeña sus tropas en la ocupacion de esta provincia: allí hace valer la voluntad de los habitantes, mientras aquí sufoca la de los orientales: allí se quiere que las máximas liberales de legitimidad, mientras aquí no pueden

¹⁴ *El Pampero*. Montevideú, nº03, 1º de janeiro de 1823.

aducirse otros que la fuerza y la opresion, la sangre y el acero. A nosotros no toca el examen de la causa que aquel gobierno sostiene, ni deslindar se ella es de la mayoria de los brasilienses: pero entretanto ¡qué contraste singular! ¡qué contradicción tan marcada de principios!¹⁵

A política imperialista e despótica dos brasilienses, sobretudo a ação de Carlos Frederico Lecor, na Província Cisplatina era um dos principais alvos dos ataques e das reclamações da imprensa periódica cisplatina. Segundo os jornais locais, o Barão de Laguna favorecia a elite montevideana - sua base de apoio nos primeiros anos da intervenção -, era condescendente com as grandes *arriadas* de gado do território oriental e além de dividir grandes porções de terra entre os militares aliados, fechava os olhos para as expropriações de terra dos estancieros rio-grandenses na região do rio Negro. Para Antonio Díaz, Santiago Vázquez e Juan Francisco Giró, redatores do periódico *El Pampero*, contrário à dominação brasileira, nesse momento, 1823, “la Banda Oriental no es ya aquel emporio de riquezas que tanto exitaba su ambicion, sino un campo yermo y desolado”, a ruína da base produtiva e econômica dos orientais se devia principalmente ao roubo de gado e muares, os redatores escrevem ironicamente que “los ganados que eran sus mas opimos frutos, han pasado como por encantamiento a poblar las regiones del Brasil.” Embora seja impossível averiguar a veracidade destes números e se reconheça o exagero na contagem como um recurso retórico, o mesmo periodista afirma que “desde la ocupacion de este territorio se han extraido por varios puntos de la frontera 21 millones de animales entre bacas, caballos y mulas”, buscando legitimar suas alegações e mais uma vez apontar as atrocidades cometidas pelos invasores, Díaz, Vázquez e Giró asseveram que a quantidade “no asombrará á los que antes hayan

¹⁵ *El Ciudadano*. Montevideú, nº01, 1º de junho de 1823.

visitado nuestros campos y á los que conozcan la rapacidad de los continentales”.¹⁶

Após as revoluções de independência na América e a razão e as luzes terem alcançado em 1810 o continente, a ação de Lecor impôs um sistema ainda mais pesado de opressão e espoliação. Desse modo, a dominação brasileira é compreendida também como um retorno ao período colonial. É desse modo que o periódico *La Aurora* retratou a permanência do Brasil, recém-liberto do jugo Português, na Banda Oriental:

Despues que estos pueblos saliendo, como otros muchos, del error en que se les mantenía sacudieron en el año 810 , el yugo de la dependencia, y juraron sostenerla á costa del sacrificio de sus vidas y fortunas, intentar ponerles nuevos grillos, incomparablemente mas pesados y ominosos que los que entonces quebrantaron, sujetarlos á la dominación de los colonos brasilienses, que apenas han dado un paso fuera del caos de la ignorancia, y cuya ilustracion viene marchando tras nosotros un siglo, cuando medos ; querer, como decimos obrar un retroceso semejante con la aplicacion de aquellos mismos principios es sin duda alguna el proyecto mas ridículo y peligroso que puede concebirse.¹⁷

Além de enriquecer os aliados do Barão de Laguna, a política imperialista imposta na região teria o escuso objetivo de “obligarnos [os *Orientais*] á tomar las armas, para ver si honestamente podían encontrar un pretexto de asesinarlos, y suplantar una nueva población brasileira.” Tal atitude seria um grande erro, visto que os *Orientais* resistiriam bravamente e conseguiriam expulsar do território todos os que praticassem a rapina das riquezas pertencentes aos locais. Contudo, D. Pedro é isento da responsabilidade sobre os acontecimentos na região, sendo Lecor o principal responsável, pois “si el gabinete del Janeiro conociese sus verdaderos intereses, lejos de querer mantenernos unidos á su

¹⁶

¹⁷ *El Pampero*. Montevideú, nº02, 25 de dezembro de 1822.

carro deveria reanunciar á su injusta é infructuosa conquista.”¹⁸ Dessa forma, o chefe administrativo e militar da Província Cisplatina, culpado também pelas derrotas de Artigas e pela organização do Congresso Cisplatino, era tido como o grande inimigo da independência dos *Orientais*, sendo o causador direto da desolação e ruína de todo o território.

Não obstante os excessos dos três periodistas, uma necessidade retórica no momento em que se buscava fortalecer os movimentos contrários à continuidade da existência da Província Cisplatina, a historiografia aponta o crescente descontentamento dos locais com a política de Lecor, inclusive da classe dirigente de Montevideú que anteriormente havia dado sustentação para a política portuguesa na região. Entre as principais atitudes do dirigente da Província Cisplatina que contrariavam a oligarquia local estavam o protecionismo dos comerciantes portugueses estabelecidos em Montevideú, a permissão da livre navegação brasileira nos rios da região e o favorecimento dos charqueadores do sul do Brasil em relação aos saladeiristas orientais. De acordo com Rosa Alonso Eloy e seu grupo de investigadores, a insatisfação dos antigos aliados do Barão de Laguna decorria de uma política que satisfazia objetivos do Brasil, ou seja, que não eram os seus, na região oriental, onde eram os habitantes. Reivindicações que alcançavam também os comerciantes espanhóis fixados na praça de Montevideú, estes reclamavam dos direitos e privilégios que tinham no período colonial e que foram transferidos para o círculo de aliados de Carlos Frederico Lecor.¹⁹

A suposta violência e opressão praticadas pelos imperiais sob o comando de Carlos Frederico Lecor continuam ocupando espaço em praticamente todos os periódicos surgidos ao longo do ano de 1823. A personalidade e a figura do Barão de Laguna – título recebido neste mesmo ano – materializam para os redatores todas

¹⁸ Idem.

¹⁹ ALONSO, Rosa Eloy. Et al. *La oligarquía oriental... Op. Cit.* Cap. 3

as ações do invasor estrangeiro. Dentre estas práticas são comuns às referências aos pretensos maus tratos e ataques às esposas e filhos dos habitantes locais, ferramenta utilizada para chamar atenção dos leitores para a política vista como cruel do invasor. Como contrapartida é evidenciada a tenacidade da resistência e a valentia dos *Orientais* perante os carrascos oriundos do Brasil. Um exemplo dessas alegações é um poema publicado na edição de número sete do periódico *La Aurora*:

1. ¿No escuchais esos ecos terribles Qual bramidos de un tigre feroz , Que estremecen los montes vecinos Y los valles con triste fragor?

Esos son, Ciudadanos valientes, Los berdegos de Carlos Lecor; Ellos viene á vuestros hogares A quitarnos la vida y honor.

CORO.

2. ¿No lo veis de saña inflamados Son espadas infames vibrar. A las castas esposás violando, Y á sus hijos matar sin piedad? Ese sordo rugido que suena Sos cadenas que intentan ceñir Al cobarde que no profiriese

Antes muerte que esclavo vivir.²⁰

Como observado na citação, nesse processo de construção de diferenças e de apelos à união dos *Orientais*, a escravidão exerce papel fundamental. No sentido político, Portugal e posteriormente o Brasil impuseram à região oriental, a partir da intervenção de 1816 e da criação da Província Cisplatina, a servidão com a retirada de todas as riquezas e a opressão. No sentido social, o escravismo é veemente execrado tanto pelos periodistas opositoristas a permanência do Império do Brasil na região quanto aos favoráveis a existência da Província Cisplatina. Em um artigo intitulado “Comercio de negros”, publicado na edição de número cinco do jornal *La Aurora*, é condenado “este tráfico infame de la especie humana, contra el cual há declamado la filosofia con tanta vehemencia desde el siglo anterior”, tal prática havia sido “abolido en

²⁰ *La Aurora*. Montevideú, n°07, 1° de fevereiro de 1823.

este país como en otros del nuevo mundo á proporción que los pueblos han ido abrazando la causa de la ilustracion y la humanidad”, entretanto com a chegada dos portugueses e posteriormente a manutenção da dominação pelos brasileiros esse comércio foi “restablecido en Montevideo por efecto de una de las *medidas liberales* de la Lógica de los Aristocratas.”²¹ Associada ao atraso, a monarquia e opressão brasileira, em contraposição à ilustração e razão das novas repúblicas americanas, a escravidão se torna fundamental na alteridade brasileira em relação a ampla construção da orientalidade como elemento aglutinador de todos os nascidos na Banda Oriental.

São variados os textos em que o escravismo e o crescente número de cativos presentes na Província Cisplatina são condenados. No início do ano de 1822, quando os rumores quanto à independência do Brasil passaram a ser debatidos nas páginas da imprensa periódica cisplatina, o *Pacífico Oriental de Montevideo*, periódico declaradamente favorável à ocupação portuguesa, publicou um artigo que alertava quanto aos perigos da escravidão para a sociedade, os riscos de revolta, a exemplo do que havia ocorrido em Santo Domingo, e estabelecia uma comparação entre a utilização do trabalho compulsório de indígenas, que auxiliaram os *criollos* nas batalhas pela independência do Peru, e africanos, presentes em grande número em toda sociedade luso-americana portanto oferecendo riscos para a população. Em polêmica com o *Argos* de Buenos Aires

el pacífico oriental no quiere ni de (y aborrece al que esto quiera), levantar obra mala, lejos de eso apetece edificar un sólido y suntuoso edificio por medio de la union del Brasil con Portugal! porque conoce que no son lo mismo los africanos, que los indios para trabajar por la libertad civil. de aquel modo pues se evitan esos. horrores que amenazan á tan basto como rico territorio. por lo mismo desea fuera de la union todas las causas que puedan

²¹ *La Aurora*. Montevideú, n°05, 18 de janeiro de 1823.

falsificar sus justos temores , y quisiera verlas realizadas ya. Usted debe saber muy bien que los indios en Perú han suplido la falta de las grandes máquinas para levantar y conducir enormes y pesadas masas á toda distancia, sin mas sueldo que el de su íntimo desco por la Libertad: que despues de la desgraciada jornada de Vilcapueyo de que hablaremos mas estensamente se desnudaron de los mas necesario para su subsistencia. por enriquecer al egército reunido en Marcha, y que en Ayoma concurrieron poderosamente á la salvación del general y de muchos oficiales los indios y los cochabambinos; esto es lo que jamas han de hacer los negros porque la experiencia acredita constantemente sus incitaciones, y por eso es que tememos males para El Brasil.²²

Além dos riscos de rebeliões e ataques à população que uma sociedade escravista sofre constantemente, como alertado nas páginas do *Pacífico Oriental de Montevideo*, e do atraso político e social da manutenção da escravidão pelos aristocratas brasileiros como propagado nos textos de Antonio Díaz no periódico *La Aurora*, a crítica à violência e o caráter desumano da escravidão também estava presentes nos periódicos cisplatinos. Manuel Torres, proprietário e redator do jornal *El Patriota*, um dos mais comedidos articulistas do período, condena a presença dos cativos em Montevideú e a forma que são tratados, uma prática tomada como comum e habitual pelos portugueses e que seria, na sua avaliação, mantida pelo Império do Brasil:

Ignoramos hasta que tiempo se extienden las facultades del gobierno portugues para extraer africanos: sin embargo no podremos negar que se ha conmovido nuestra sensibilidad, al ver á las puertas de algunas casas y almacenes de esta ciudad bastante número de aquellos desgraciados, en calidad de fardos de venta, con solo sola la diferencia de hallarse sentados como hombres.²³

²² *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº11, 02 de março de 1822.

²³ *El Patriota*. Montevideú, nº05, 13 de setembro de 1822.

Seguindo esta mesma linha argumentativa, Lucas José Obes, integrante do “Clube do Barão” e figura fundamental tanto na incorporação da Banda Oriental em 1821 quanto na adesão da Província Cisplatina à independência do Brasil no ano seguinte, advoga em defesa de duas escravas, Mariquilla e Encarnación, que assassinaram sua proprietária, Celedonia Wich, uma rica viúva, em Montevideu. O advogado inicia suas alegações questionando um povo e um local “donde el color de las personas passa por signo de esclavitud o libertad, donde las amas creen que el siervo es una bestia de carga, y las leyes no lo desmienten.” As arguições seguem discorrendo sobre as origens da escravidão, as diferenças entre a prática na antiguidade e naquele momento, e defendem os cativos, afinal “los esclavos sienten, los esclavos gimen; hay padres entre ellos, hay maridos, hay amantes, hay personas de un temperamento flerte, de una alma noble, de un carácter bello, pero no servil.” Obes destaca igualmente que a atitude tomada pelas duas escravas assassinas não foi sem motivações, pois “ella [Celedonia Wich] era cruel, era bárbara para com sus esclavas... se sabra que su alimento era escasso: el vestido malo, el trabajo mucho, la opresión constante.”²⁴ Embora o objetivo de livrar Mariquilla e Encarnación da pena não tenha sido atingido - ambas foram executadas no dia 02 de abril de 1824 -, Lucas José Obes, como já apontado por João Paulo Pimenta²⁵, produziu um ótimo texto de combate à escravidão na Província Cisplatina e demonstrou que mesmo a classe dirigente que apoiava e se aproveitava da presença do Brasil na região, condenava a escravidão e de alguma forma se afastava e diferenciava dos imperiais.

Esta justaposição entre periódicos e figuras importantes da política da Província Cisplatina que comitantemente apoiam a

²⁴ BARRIOS, Aníbal Pintos. *Historias privadas de la esclavitud: un proceso criminal en tiempo de la Cisplatina*. In: BARRÁN, José Pedro. CAETANO, Gerardo. PORZECANSKI, Teresa. *Historias de la vida privada en el Uruguay. Entre la honra y el desorden 1780-1870*. Montevideu: Taurus, 1996. p.184- 188.

²⁵ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828). In: István Jancsó. (Org.). *Independência... Op. Cit.*

ocupação do Brasil e condenam o caráter escravista de sua sociedade é comum, na mesma medida que jornais que se posicionam frontalmente contra os imperiais e condenam a escravidão, tem nas suas páginas avisos de compra e venda de cativos. Um exemplo dessa postura pode ser encontrado no periódico *El Pampero* ao anunciar a venda de uma jovem escrava aos possíveis interessados, contudo entre seus três redatores está Antonio Díaz, redator do *La Aurora* que, como já observado, dezessete dias depois vai atacar o caráter desumano da escravidão. Na seção de avisos do jornal esta o seguinte anúncio:

Quien quisiere comprar una negra de catorce años de edad, sin vicios, sabe lavar, planchar, y los demas servicios domesticos, se servirá hablar con el Mayor de Brigada de Caballeria de la Division de los Voluntarios Reales del Rey residente en la casa de d. Antonio Baltasar Perez en el Arroyo Seco; siendo su costo 350 pesos.²⁶

Não obstante ao crescimento do número de cativos durante os anos de existência da Província Cisplatina, o historiador uruguaio Alex Borucki aponta que entre os anos de 1777 - a partir da criação do Vice-reino do Rio da Prata - e 1812 praticamente setenta mil escravos oriundos da África ou do Brasil desembarcaram na região platina. O porto de Montevideu, único autorizado pela Coroa escpanhola receber escravos desde 1791, foi responsável por grande parte desse contingente de cativos que posteriormente eram internados e distribuídos em toda região platina. Números significantes a ponto de alterar consideravelmente os índices demográficos da região:

The increasing number of slaves arriving in the Viceroyalty of the Río de la Plata was the most important demographic event since the Iberian colonization to this region. At least 70,000 slaves arrived in the Río de la Plata from Africa and Brazil between 1777 and 1812, which is surprising given that Buenos Aires had only

²⁶ *El Pampero*. Montevideu, nº03, 1º de janeiro de 1823.

43,000 in habitants by 1810 and Montevideo no more than 12,000 by 1803. Between 1778 and 1810, the population of Buenos Aires grew 34 percent, while the slave population increased 101 percent. In Montevideo, the total population grew 119 percent between 1791 and 1810, while the slave population increased 486 percent. In these two cities, thirty percent of the population was enslaved by 1810. The dimension of the slave trade in the viceregal period emerges if we compare it with other periods of this traffic to this region. A mere 20,000 slaves arrived in Buenos Aires in the seventeenth century, while near 40,000 slaves were brought to the Río de la Plata by the French Compagnie de Guinée (1703- 1713), the English South Sea Company (1714- 1737), the Spanish contracts (1743- 1760) and the Portuguese of Colônia before 1777.²⁷

O tráfico destes escravos que chegaram ao Prata era de responsabilidade principalmente de comerciantes luso-americanos. Como lembra Fabrício Prado, as relações entre os comerciantes estabelecidos na Banda Oriental, sobretudo em Montevideú, com a América portuguesa eram organizadas e estáveis, mesmo que em alguns momentos fossem realizadas na ilegalidade. Dados que demonstram apesar da crítica sobre a presença de escravos durante a vigência da ocupação do Brasil, a existência de cativos e de comerciantes de escravos oriundos do mundo lusitano não era novidade aos olhos dos *Orientais* que participavam e incentivavam tal prática desde os séculos anteriores.²⁸

Em relação à presença de escravos na Província Cisplatina, principalmente na região norte, local das grandes estâncias de gado e de maior presença de rio-grandenses, Eduardo Palermo oferece subsídios significativos. Através da análise de dados dos censos realizados em 1822 e 1824 na região, o historiador indica que nos distritos de Paysandú, Tacuarembó e Cerro Largo e suas respectivas jurisdições, em termos de porcentagem do número de cativos em

²⁷ BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata. Trans-imperial Networks and Atlantic Warfare, 1777-1812. In: *Colonial Latin American Review*, n° 20, vol. 1, April 2011. p. 85.

²⁸ PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos. GRJÓ, Luiz Alberto. *O Continente em armas... Op. Cit.* p.76.

relação aos homens e mulheres livres as proporções são as maiores da Província Cisplatina, com as cifras alcançando os 31%, chegando a taxa de 75% das estâncias possuírem ao menos um trabalhador escravo, em sua maioria de propriedade de luso-americanos e posteriormente brasileiros.²⁹ Na cidade de Montevidéu, os números deveriam superar estas taxas, pois era o porto de entrada de novos escravos, contudo os censos não contabilizam a população flutuante, caso da capital, e sim os habitantes registrados, a exemplo da região fronteiriça. Estabelecendo uma relação com a província mais próxima e que tinha intensa movimentação nas fronteiras, Eduardo Palermo afirma que “en la década de 1820, los porcentajes de población esclavizada en el norte uruguayo y Rio Grande do Sul son similares, constituyendo la Banda Norte una verdadera prolongación socio-económica de los territorios rio-grandenses.” Posição que reafirma as reclamações de *Orientais* em relação a política de favorecimento de rio-grandenses na fronteira, a ocupação de terras e o roubo de gado da Província Cisplatina sem o controle das autoridades locais.³⁰

Em alguns periódicos, a exemplo do *El Aguacero*, a reprovação da ocupação brasileira, conjuga todos os componentes já citados, a opressão, a monarquia, o atraso político e a escravidão, política e/ou social. Estes elementos, mais uma vez tornam o invasor o inimigo em comum que deve ser combatido, se necessário até a

²⁹ Com objetivo de controlar a população cisplatina, principalmente em relação a polêmica com ex-donatários de terras do período artiguista foi determinado em 07 de setembro de 1821 instruções para arealização de censos em todas as jurisdições da província. Como lembra o próprio Eduardo Palermo, os dados dos censos são fragmentados e incompletos, haja vista que em poucas localidades foi possível fazer o levantamento completo e, ainda, é necessário questionar algumas das informações fornecidas pelos entrevistados: “Si bien la mayoría de los censos adolecen de sérios defectos en la recolección de datos, debido a la imprecisión de quienes son encargados de recogerlos y al ocultamiento de información por parte de los encuestados – existía el temor de revelar la información correcta debido a posibles cargas impositivas o para sustentar el ejército -, ellos permiten aproximarnos a una realidad bastante diferente de la que se ha proyectado al presente.” PALERMO, Eduardo. *Tierra Esclavizada. El Norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2008. p.285

³⁰ PALERMO, Eduardo. *Tierra Esclavizada... Op. Cit.* p. 300.

morte, para cumprir o destino inequívoco dos *Orientais*, a liberdade, embora não seja anunciada se parcial ou total:

Vuestros pérfidos planes tenebrosos Cayeron para siempre,
triunfó el cielo Del amante del bien, y en triste duelo Gimen los
parricidas ominosos.

¿Qué os resta pues?.. abandonad la tierra, Id donde los esclavos –
el Oriente Declara á los tiranos cruda guerra: Yugos, cadenas,
grillos no consiente,

Su corage á los déspotas aterra,

Y eleva su destino INDEPENDIEMTE. ³¹

A partir desta construção retórica, é possível apontar a escravidão e, sobretudo o escravismo, como uma importante metáfora política, utilizada pelos periodistas cisplatinos, na diferenciação entre o Brasil e os locais. O historiador espanhol Javier Fernández Sabastían, buscando colaborar com uma “Historia política e intelectual más comprensiva, en el doble sentido de más abarcadora (es decir, atenta a un abanico más amplio de realidades), y también de más próxima a la visión que los actores del pasadotenían de las cosas”, assinala para a variedade de metáforas na linguagem política no período das revoluções atlânticas e a importância de compreendê-las para nos aproximarmos do discursos destes agentes históricos:

Si aceptamos, pues, la historicidad de las metáforas y su importante función cognitiva –dada su capacidad de moldear la percepción y orientar el conocimiento y la acción–, podemos preguntarnos por qué las metáforas, lejos de difuminarse o perder importancia con la modernidad, parecen haber cobrado un especial protagonismo en el discurso político de los dos o tres últimos siglos, particularmente en los momentos de crisis y cambio acelerado.³²

³¹ *El Aguacero*. Montevidéo, n°02, 26 de abril de 1823.

³² FERNÁNDEZ EBASTIÁN, Javier. Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual. *Historia cultural de la política contemporánea*, Jordi Canal y Javier Moreno Luzón, eds., Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 11.

Desse modo, “basada ordinariamente en una analogía, la metáfora sería así la principal estrategia que el hombre tiene para ‘colonizar semánticamente’ lo desconocido, para intentar acceder a lo extraño y convertirlo en familiar”, o escravismo significava e era utilizando não apenas para demonstrar a prática da utilização de mão- de-obra escrava de africanos no Brasil, pretensamente diferente do que ocorria na Província Cisplatina. Também representava um regime monarquista, dividido entre súditos, escravos das vontades de D. Pedro, e o próprio imperador, proprietário e senhor de todos os habitantes do Brasil. Para os periodistas cisplatinos, a opressão e a ausência de direitos civis faziam parte de um regime escravista em um sentido amplo, se o Império do Brasil não fosse combatido e a presença estrangeira retirada da Província Cisplatina, alcançaria os *Orientais*, que teriam cativos em suas propriedades e seriam escravos de D. Pedro e do sistema de governo brasileiro. Portanto, a metáfora do escravismo estabelecia uma relação polarizada entre brasileiros e *Orientais*, súditos e cidadãos, livres e escravos, e apontava um futuro: república ou monarquia, liberdade ou opressão. Característica comum nesta ferramenta retórica, como aponta o próprio Javier Fernández Sebastáan ao afirmar que “metáforas y conceptos suelen cruzarse por medio de representaciones doblemente bipolares que combinan de mil modos la verticalidad política con la horizontalidad histórica”³³, e se torna bastante claro nesta citação, já utilizada, do *Pacífico Oriental de Montevideo*:

El esclavo pertenece al déspota, y el ciudadano à la sociedad: el primero es vil instrumento de agenos, caprichos, el segundo observando sus deberes concurre à la felicidad comun; en aquel estado reina la arbitrariedad, y en éste imperan las leyes satisfaciendo el deseo general; por el despotismo vive el hombre en el abatimiento y en la miseria, es el blanco de todas las

³³ Idem.

aflixiones, y víctima de su indiferencia; por la libertad ejerce sus derechos, cumple con sus altos destinos, satisface los votos de la naturaleza, viviendo con la dignidad correspondiente à su perfeccion: Los gobiernos, pues, están encargados de la religiosa observancia de tan dulces obligaciones, y los ciudadanos son los zeladores natos d aquellos; para egecer esta incomparable atribución los nuevos sistemas todos, han establecido la libertad de imprenta, invención las mas importante. cuya apología se han disputado los sabios.³⁴

Com o início da Guerra da Cisplatina, a atividade periodística diminuiu substancialmente. Todavia, os jornais que surgiram durante o conflito continuam apontando a resistência dos *Orientais* em contraposição ao despótico regime brasileiro. Em Canelones, ponto de resistência das tropas lideradas por Juan Antonio Lavalleja, surge o jornal que é considerado pela historiografia nacionalista o primeiro periódico da história do Uruguai, justamente pela defesa irrestrita da independência, a *Gaceta de la Provincia Oriental*.³⁵ No jornal as notícias sobre o conflito seguem o mesmo arranjo, “los esclavos del Emperador del Brasil” atacam e exploram a população da Província Oriental, insultando “el pabellon de la Republica.”³⁶

Contudo, é importante destacar que embora o escravismo fosse combatido por grande parte dos periodistas e lideranças locais na Província Cisplatina, o mesmo não acontecia com a presença primeiro de Portugal e, posteriormente, do Brasil na região. A exemplo da postura de periódicos como o *Pacífico Oriental de Montevideú* e *El Patriota*, e lideranças como Lucas José Obes, Tomás García de Zúñiga e Dámaso Antonio Larrañaga que renegavam a escravidão na mesma medida em que apoiavam a ocupação

³⁴ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº25, 07 de junho de 1821.

³⁵ LUCUIX, Simón S. Prologo. In: GONZALEZ, Ariosto D. LUCUIX, Simón S. SCARONE, Arturo.

Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27. Reproducción facsimilar. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1943. p.20.

³⁶ *Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27. Reproducción facsimilar*. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1943. p.20

estrangeira. Uma explicação para essa posição pode estar na própria natureza e composição do Congresso Cisplatino. Entre as deliberações do Congresso, uma das mais significativas foi a resolução de manter na Província Cisplatina sua especificidade e soberania no conjunto da monarquia portuguesa, desse modo preservava-se o idioma, proibia-se a arregimentação de *Orientais* para conflitos fora da Província e mantinham-se leis que não fossem opostas ao sistema jurídico lusitano.³⁷ Elementos que podem indicar a tentativa de conciliação entre manter-se dentro do mundo português, mas não apoiar o escravismo característico nos domínios lusitanos.

Uma segunda possibilidade somada a estes fatores é a da compreensão da provisoriedade da ocupação. Como já observado, sobretudo nos primeiros periódicos cisplatinos, ficava clara a intenção de apoiar Portugal por trata-se de uma ocupação necessária e que se compreendia que não duraria muito tempo. A intervenção lusitana serviria para afastar o estigma da guerra-civil, recorrente durante toda a década anterior, colaborar para a pacificação da região e trabalhar para a organização das bases econômicas e sociais para a Província conseguir se gerar sozinha em um futuro próximo. Afinal, pela “desgracia sucitadas las guerras civiles, se creyo necesario al socio de los Estados de Su M. F. la ocupacion de este territorio” e “despues de incalculables contrastes, males y reveses, la Libertad proclamada por la heroica Nacion Portuguesa nos pertenece hoy por derecho.”³⁸ Portanto, apoiar a ocupação de Portugal, significaria a regeneração da Província Cisplatina, mas não necessariamente o apoio irrestrito a toda a política lusitana e que se considerar integrante perpétuo e total do império lusitano, como já demonstrado no *Pacífico Oriental de Montevidéo*, a partir a própria organização do periódico, separando os assuntos locais dos de Portugal e do Brasil. O Brasil também

³⁷ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p.130.

³⁸ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº2, 29 de dezembro de 1821.

sofreria maior resistência, por justamente apresentar um projeto de longo prazo para ocupação da região, onde não haveria espaço para diferentes soberanias e autonomia local.

Assim, outra forma de diferenciação entre os brasilienses e os *Orientais* é a maneira com que as notícias e os editoriais sobre o Brasil foram publicados no jornal. Enquanto os assuntos locais têm destaque e a província permanece nomeada como Banda Oriental, na seção “exterior” é veiculada a informação da chegada de novos contingentes de soldados ao “território limítrofe” da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O texto também evidencia a suposta desorganização das tropas do Império do Brasil na fronteira: “por indivíduos llegados recientemente de Puerto Alegre y Río-Grande sabemos, á no dudarlo, que el egército enemigo se encuentra completamente desorganizado, y que todas las tropas divididas en la frotera no llegan al número de seis mil hombres.” Tal estado de desordem e ineficácia do exército brasileiro já deveria ter acabado com a guerra, porém “los gefes brasileiros han tenido la suerte, que con poco de ménos ignorancia debierou esperar del despota europeu que los domina.”³⁹ No mesmo trecho, os redatores da *Gaceta de la Provincia Oriental* tratam os invasores como estrangeiros, embora estes ainda permanecessem nas duas maiores cidades da região e todo o território pertencesse a Província Cisplatina sob o comando do Brasil, e destacam a ineficácia militar de homens que não lutam por um ideal ou pelo patriotismo e sim por serem compelidos por um déspota europeu, em antítese ao americanismo das repúblicas vizinhas, monarca tomado como ignorante e opressor, que não domina apenas os *Orientais* mas também os próprios habitantes do Brasil.

Além de D. Pedro, “*Neron del Continente Americano*”⁴⁰, o alvo preferencial das páginas dos periódicos cisplatinos continuava sendo Carlos Frederico Lecor. Na edição de número quatro da

³⁹ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº02, 21 de novembro de1826.

⁴⁰ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº01, 14 de novembro de1826.

Gaceta de la Provincia Oriental foi publicado na íntegra um comunicado do Barão de Laguna destacando a proteção pelas armas brasileiras das fronteiras e das propriedades dos rio-grandenses frente aos supostos ataques das milícias da Província Oriental, contudo antes a publicação adverte que a proclamação é “tan fria como su sangre [Lecor], y tan hipócrita como su caracter, e dessa forma “no tiene otro objeto que iludir á los habitantes de la frontera y del Rio-grande, manifestandoles el grande interes y empeño con que toma la defensa de sus haciendas, que supone amenazadas por la marcha de nuestro egército.” É significativo notar que no documento reproduzido no jornal, o governador da Província Cisplatina, em meio ao conflito armado, não se dirige aos imperiais ou aos *Orientais* e sim ao povo “CISPLATINO: los reiteramos clamores de los hacendados de esta campaña vienem de nuevo á implorar de nuestras armas, uma justa proteccion que ellas van ofrecerles sin trepidar”, atitude necessária “en vista de tamãnos atentados”⁴¹ cometidos pelos milicianos. Buscando o apoio da população local, sobretudo de Montevidéu, o comandante do exército e da administração pública na Província Cisplatina, não apela a ligações identitárias e sim à pacificação e à proteção das riquezas da população, retornando ao mesmo discurso de anos anteriores, quando se buscava a legitimação da ocupação lusitana no mesmo local.

Por fim, é possível destacar os diferentes momentos e as distintas formas que a alteridade brasileira apareceu nas páginas dos periódicos da Província Cisplatina. No período imediatamente posterior a oficialização da dominação lusitana na região, a incipiente imprensa periódica ainda tratava genericamente portugueses e brasileiros, nos textos buscava-se legitimar a dominação estrangeira, afinal mesmo que a região estivesse provisoriamente em domínio de outra nação, acreditava-se que apenas dessa forma seria possível alcançar a pacificação e a

⁴¹ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº04, 12 de dezembro de 1826.

regeneração política e social. Com o processo de independência do Brasil, e principalmente a permanência das tropas na Província Cisplatina, passou-se a questionar a presença dos *Brasilienses*, já que o pacto político fora assinado com os portugueses e nesse momento não teria mais validade. Desse modo, os brasileiros (referenciados também como brasilienses e imperiais) foram tomados como invasores, despóticos e opressores dos *Orientais*, os abusos contra os habitantes da região e a espoliação das riquezas foram seguidamente tema de longos textos dos diferentes periódicos contrários ao Brasil. Entretanto, foi na escravidão que a alteridade brasileira foi mais utilizada para destacar a diferenciação oriental. Portanto, o Brasil representava a corrupção, a monarquia e o escravismo, tudo o que uma identidade americana, tanto *Oriental* quanto portenha renegava, embora seja determinante destacar que embora a escravidão fosse oposição praticamente da totalidade dos *Orientais*, o apoio ao Brasil poderia manter-se mesmo por aqueles que condenassem o escravismo.

4.2 Buenos Aires: um pacto político pela América e pela república

No dia 23 de agosto de 1822, Manuel Torres, um dos mais comedidos periodistas cisplatinos, destaca com entusiasmo na segunda edição do jornal *El Patriota* a marcha positiva dos negócios públicos em Buenos Aires. Segundo o redator, o progresso dos *Portenhos* era irrefutável e “a todo liberal debe ser de sobre manera agradable que prospere un pueblo de este continente”, visto que “Buenos Aires no parece una ciudad sino un estado, por su orden interior en grande, por sus establecimientos dignos, por sus relaciones exteriores.” As rápidas transformações da cidade contrastavam com os anos anteriores, “porque bajo de ellos jamas alcanzaban los fondos ni aun para el pago ordinario de los sueldos, y se veian á los empleados y militares mendigando”, já “al presente para todo alcanza y siempre sobra, sin embargo de emprenderse

obras de gran costo que insumen ingentes cantidades.” A evolução buenairense que agradava a todos os liberais, inclusive o próprio Manuel Torres, seguia o espírito do novo século, ou seja, Buenos Aires representava a ilustração, o desinteresse pessoal e a negação dos valores decorrentes do período colonial. Características refletidas na vocação para as ações filantrópicas e nas novas práticas e instituições que surgiram em grande número materializando essa ideologia:

Administracion de justicia, universidad, academias, sociedades, periódicos ilustrados, establecimientos consoladores de la humanidad, decencia política, el fuego de la libertad circulando entre todas las clases, y entre todos los individuos con la rapidez del rayo, la ilustracion generalizándose, las tinieblas desapareciendo. . . . tal es el estado actual de Buenos Aires, tal es su marcha de gobierno, y en decirlo no se hace sino justicia al mérito.⁴²

Desse modo, os séculos de dominação espanhola marcados pela ignorância e incapacidade administrativa foram trocados pelas luzes e pela ilustração dos novos governantes buenairenses. O principal expoente desse processo civilizador da cidade era Bernardino Rivadavia, poderoso ministro do Presidente Martín Rodríguez, que instituiu uma série de reformas que procuravam levar as Luzes e o progresso para Buenos Aires, além de buscar o reconhecimento e a legitimação estrangeira para a nova posição dos buenairenses em relação ao mundo. As negociações de Rivadavia com nações estrangeiras e o aval de grandes potências mundiais como Inglaterra e França, e novos países do continente a exemplo do Chile e do Peru, também foram motivo de evidência para Manuel Torres. O redator ainda cita os próprios espanhóis como um dos povos que corrobora a posição progressista dos portenhos:

⁴² *El Patriota*. Montevideú, nº 02, 23 de agosto de 1822.

Las cortes extranjeras lo reconocen, lo respetan, y no se desconfían de tratar con él. Cónsules agentes le llegan à porfia, y S. A. R. desde el Brasil se ha apresurado à reemplazar al Sr. Figueredo, con en illmo. Sr. d. Antonio Manuel Correa de Cámara, quien ha recibido reconocido el 1.º del corriente. Chile, Lima, los Estados Unidos, Inglaterra, Francia, todos està en relaciones diplomáticas con Buenos Aires; la España misma vá à remitirlos embiados y solo duda, del carácter que ha à darles. Pueblos de América: echad los ojos sobre ese cuadro con detencion, y contemplade!!!⁴³

Portanto, para os primeiros periodistas cisplatinos, com a região ainda sob dominação lusitana, Buenos Aires era sinônimo dos novos tempos que o continente americano vivia, sobretudo, a partir das revoluções de independência. Tal posição era marcada pela ilustração e razão em contraposição ao período nebuloso de dominação colonial europeia. Esta linha argumentativa era igualmente seguida por Santiago Vázquez. O redator do *El Ciudadano* afirmava que “nada mas justo, ni mas glorioso que la revolucion empezada en Buenos Aires en 810”, afinal “la independencia que sostuvo estaba escrita en los decretos de la razón, porque el gobierno de la antiga metrópoli era vicioso, e mesmo que não fosse, a permanência do colonialismo “chocaría con el voto de la naturaleza que colocando entre uno y otro hemisferio al anchuroso océano, marcó en él su necesaria separación.”⁴⁴ A atitude portenha em liderar os movimentos que acabaram separando os americanos e europeus seguia a razão, pois, como já era destacado por Manuel Torres, a metrópole espanhola era inapta na administração de suas colônias e opressora dos direitos dos habitantes americanos. O movimento também era natural, afinal, América e Europa são separadas por um enorme oceano, o que já deveria determinar a impossibilidade de união entre os povos destes dois continentes. Nos periódicos cisplatinos, a independência era o sentido natural e racional que os povos americanos deveriam seguir.

⁴³ Idem.

⁴⁴ *El Ciudadano*. Montevideú, n° 03, 16 de junho de 1823.

A argumentação se embasava nos principais intelectuais da época e foi pautada no discurso decorrente do iluminismo e do liberalismo, a exemplo do que ocorria no restante do continente desde meados do século XVIII e a partir das primeiras décadas do XIX.

Sobre a compreensão do vocábulo independência, Ana Frega aponta que justamente a crise da monarquia na Europa e as revoluções de independência na América Latina iniciaram um processo de rápidas alterações semânticas. No intrincado processo de formação dessas novas unidades políticas a adjetivação do termo independência expressava os diferentes projetos políticos em jogo. É nesse sentido que a historiadora recorre a Eugenio Petit Muñoz, que desde a década de 1950 apontava a necessidade de distinguir como os textos da época compreendiam a “independência absoluta” daquelas que se referiam a “la *independencia* a secas”. Portanto, Frega aponta que “Mientras que las primeras apuntaban al significado actual del término, las segundas remitían a lo que entendemos ‘autonomía’, ou seja, “expresaban la libertad de gobernarse por sus propias leyes o elegir sus autoridades, y no eran contradictorias con distintas formas de unión o asociación con otras unidades políticas.”⁴⁵ Cabe ainda lembrar que estas duas possibilidades não eram inéditas e estavam presentes em distintos manuais de Direito Natural e da Gentes e textos frequentemente referenciados na época. Então, mesmo que se discutisse a independência e exemplificasse Buenos Aires como o caminho mais correto a ser seguido, a própria terminologia da época apontava para diferentes soluções e possibilidades na ruptura com os laços coloniais.

Em relação à compreensão e aplicação do conceito de América/americano no mundo ibero-americano, João Feres Júnior que apresenta o vocábulo no *Diccionario político y social del mundo ibero-americano* oferece significativas contribuições. Ainda que o

⁴⁵ FREGA, Ana. Independencia. Los significados de la *independencia* desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (coordinador). *Historia conceptual. Voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 35

texto não tenha a intenção central de contemplar o peso identitário presente no conceito de América, a partir das independências são evidentes algumas definições sobre as formas de pertencimento coletivo sendo construídas no continente e as tensões presentes nos diferentes projetos políticos em disputa no espaço geográfico que antes fazia parte do mundo colonial. É nesse sentido que nos anos imediatamente posteriores às independências o vocábulo sofre um processo de grande politização e passa a ser utilizado como oposição à dominação colonial e ao mundo europeu, processo comum em todos os países hispânicos analisados, embora todos tenham tido particularidades e temporalidades específicas⁴⁶. Em síntese o pesquisador afirma que “en las primeras décadas del siglo XIX, el término América se convirtió en importante bandera de movilización, acabando inclusive por integrar el nombre de algunas de las comunidades políticas recientemente liberadas del yugo colonial.”⁴⁷

Nas Províncias Unidas do Rio da Prata, onde o processo de politização do conceito de América teve continuidade maior do que no restante do continente, as disputas pela unidade ou pela federação foram mais intensas e a afirmação de uma identidade regional mais lenta, os vocábulos América e América do Sul batizaram diferentes projetos políticos, em sua maior parte, de liberação do jugo colonial e de integração do que antes era o Vice-reino do Prata. ⁴⁸É dessa forma que os portenhos eram vistos pela imprensa periódica cisplatina, como os grandes exemplos de americanismo e de liberdade e a quem os *Orientais* deveriam se unir para construir a unidade política platina, pretensamente desejada

⁴⁶ Para a nossa principal preocupação no trabalho, a região platina, ver: SOUTO, Nora. América-Argentina- Río de la Plata. SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano... Op. Cit.* p.68-80.

⁴⁷ FERES Jr., João. El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): Perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación de múltiples casos. In: *Diccionario político y social del mundo ibero-americano... Op. Cit.* p.56.

⁴⁸ SOUTO, Nora. América- Argentina- Río de la Plata. SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano... Op. Cit.* p.68-80.

desde a revolução de maio. Contudo, Vázquez é crítico com os rumos tomados por Buenos Aires após a independência. A preocupação fundamental do jornalista era, justamente, a desintegração que as Províncias Unidas do Rio da Prata sofriam na segunda década do Oitocentos. A quebra da unidade representava os vícios dos governantes que começaram a revolução - e depois perderam seu sentido inicial -, a guerra e a sobreposição das paixões à racionalidade:

las ventajas de esta debían hacerse sentir en todas las clases de la sociedad: todas eran interesadas en sostenerla, y todas las sostuvieron: pero esta noble marcha que debió terminar en breve tiempo la flaca oposición de los ministros del despotismo, se vió mil veces detenida y mil veces arriesgada, por que las divisiones intestinas relajaron el nervio de la unidad: no es lisongero decirlo, pero es justo confesarlo: manchamos la carrera de la revolucion que era pura, sencilla, con nuestros vicios y errores, fruto de la inesperienza: prodigamos la sangre, prodigamos los crímenes, hicimos gemir à la humanidad.⁴⁹

No texto que havia sido publicado na edição de número três do periódico *El Ciudadano*, mais além do período que a historiografia vai consagrar como “anarquía del año XX”, os conflitos internos e as sangrentas batalhas entre os caudilhos platinos, é clara a posição política de Santiago Vázquez para o futuro da Província Cisplatina. O jornalista defende a união de todo o Prata sob o mesmo governo, todas as províncias da região deveriam formar uma unidade sob a liderança de Buenos Aires. Nesse sentido, a dominação estrangeira imposta aos *Orientais* deveria ser combatida por todos os habitantes das províncias platinas que formariam a unidade supostamente planejada desde 1810, afinal “unidos asegurariamos no tan solo el triunfo sino la tranquilidad”. Após mais de uma década dos movimentos iniciados pela liberdade de toda a região, “ya todos saben que la funesta division en los

⁴⁹ *El Ciudadano*. Montevideú, nº 03, 16 junho de 1823.

ejércitos las provincias, los pueblos y las familias; dilatando la guerra contra el despotismo español, ha producido tambien la sangre, desolacion y horrores que se ha visto envuelta la mayor parte del territorio”.⁵⁰

A partir da cisão entre Brasil e Portugal e os consequentes conflitos na região, o ideal americano e regional que Buenos Aires representava continuou como importante argumento para os redatores e proprietários de periódicos na Província Cisplatina. Todavia, neste novo contexto, a principal preocupação deixou de ser a diferenciação entre os *Portenhos* e o antigo colonizador espanhol, passando a ser o vizinho Brasil, que se não fosse combatido transfigurar-se-ia em uma potência tão grande e ameaçadora que engoliria a todos no continente. O extenso artigo – com trechos já citados - *Observaciones sobre la carta del traidor Fructos Rivera al Cabildo de Montevideo* é um exemplo da mudança de postura imposta pela nova conjuntura política. Santiago Vázquez, que nas primeiras edições do *El Ciudadano* combatia a obscuridade colonial e propagava as vantagens do republicanism americano, alerta os *Portenhos* da perigosa presença do Brasil em terras que pertencem aos *Orientais*, possibilitando, dessa forma, um ataque a Buenos Aires pelos mesmos motivos expansionistas que levaram o Império do Brasil a permanecer na Província Cisplatina. Movimento que poderia e deveria se evitado a partir da união de todas as províncias platinas:

Mas ya sea para arrojar á los imperiales que hoy ocupan la campaña, ya para sostener despues las guerra, si por desgracia fuese inevitable, nosotros contamos con la cooperacion activa de las provincias hermanas porque prescindiendo de los sentimientos fraternales y de dignidad nacional, solo siendo imbéciles sus gobiernos podrían dejar de advertir que es suya nuestra causa: basta observar nuestra posición geográfica , saber las aspiraciones que antes de ahora manifestaron los consejeros imperiales, para

⁵⁰ Idem.

convencerse de que, como dijimos en otro número, es inconcilliable la independencia y seguridad de esta al Brasil.⁵¹

A unidade entre as províncias platinas é tomada como natural, pois todas são irmãs, são o mesmo povo e formam uma única Nação americana. Nas páginas do *El Ciudadano*, a defesa da Banda Oriental pelas suas províncias irmãs é interpretada como um dever cívico e nacional, pois a ocupação estrangeira atenta contra a honra de toda a população. Além dos laços fraternais, Vázquez também lembra aos *Portenhos* que com a proximidade das tropas do exército brasileiro, o próprio território corre riscos de ser atacado e ter o mesmo destino dos *Orientais*. Portanto, para o periodista, a carta que alerta a população de Montevidéu dos movimentos para a independência completa da região, escrita pelo antigo aliado de Artigas e agora considerado traidor da causa nacional, Fructuoso Rivera, é baseada em concepções falsas, pois os princípios dos líderes dos movimentos na cidade são da busca pela unidade liderada pelos *Portenhos*. Esta causa sempre teria sido defendida pelos *Orientais*, contudo foi impossibilitada pelas alterações causadas pela revolução, que são naturais e inevitáveis, levando aos movimentos de José Gervásio Artigas e à conseqüente guerra civil. Desse modo, Santiago Vázquez responde diretamente a Rivera e esclarece a toda população que

la Banda Oriental jamas renunció á los vínculos de familia que la ligaban á las denominadas *provincias del Rio de la Plata*, ni en sus pretensiones entró la de formar un estado *absolutamente independiente*, como supone el autor de la carta: aquellas alteraciones á que esta sujeta toda revolucion separaron accidentalmente de hecho á esta provincia por el impulso de la guerra civil.⁵²

Além dos vínculos familiares e os objetivos de integrar buenaireses e *Orientais* em uma mesma Nação, a posição

⁵¹ *El Ciudadano*. Montevidéu, nº08, 20 de julho de 1823.

⁵² *Idem*.

geográfica das duas províncias - a de Buenos Aires e a Oriental -, a vontade geral da população e o ideal americano, que nega tanto o período colonial quanto um imperador europeu que governa despoticamente escravos brasileiros, utilizando o escravismo como metáfora da condição dos habitantes brasileiros e do futuro da região se permanecesse ao lado de D. Pedro, fundamentou o projeto unitário. Desse modo, Buenos Aires continua representando uma identidade liberal e republicana, a qual a Província Oriental deveria ser unir para construir um poderoso Estado. Portanto,

todo el plan de este documento [a carta de Fructuoso Rivera] está malisimamente apocado en no principio falso que en otro tiempo podría ser seductor, pero que ahora á nadie deslumbra porque las lecciones de la experiencia son muy poderosas: supone *difícil sino imposible la independencia absoluta* de esta provincia, y pretende que en este caso es *conveniente y necesaria* la incorporacion de ella á una *nacion grande limitrofe y americana*.⁵³

A política defendida por Santiago Vázquez também se contrapõe ao período artiguista, visto que o caudilho baseava seu projeto em dois pontos: a confederação e a autonomia em relação à Buenos Aires. O exemplo oferecido por José Gervásio Artigas que nunca conseguiu estabilizar seu projeto político e passou praticamente toda a década de 1810 em guerra, e a situação crítica que toda a Província Oriental se encontrava, oferecia ao redator poderosos argumentos para recusar a independência completa da região. O apelo para a incorporação das Províncias Unidas do rio da Prata também destaca o desejo não apenas da colaboração dos *Portenhos* na luta contra o invasor, como também a aspiração incontestável da unidade política, pois além da proximidade e do ideal americano, a Nação a ser construída apenas poderia ser grande em caso de todas as províncias platinas unirem-se sob a égide portenha. Desse modo, “los argumentos contra la *independencia*

⁵³ *Ibidem*.

absoluta, ya engañosos y débiles aun en aquel caso, valen contra la federacion de las Provincias Unidas.”⁵⁴

É possível relacionar a compreensão dos periodistas locais, que acreditavam que uma Nação apenas poderia existir e ser forte com a unidade da região platina, com a viabilidade de existência de uma Nação e os critérios para o sua criação que são discutidos por Eric Hobsbawm. Segundo o historiador, durante grande parte do século XIX o conceito de Nação liberal era vigente e considerado mais apropriado, portanto, não obstante, por exemplo, a uma língua ou cultura em comum, “a nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica.” Desse modo, a maioria dos movimentos de caráter nacional deveriam buscar a expansão territorial e/ou a unificação com nações maiores. A autodeterminação nacional seria apenas aceita e viável para quem além de culturalmente se aproximar, fosse economicamente capaz de se expandir. Para Hobsbawm, “os debates sobre aquilo que constituía as características da nacionalidade – território, língua, etnia, etc. – não ajudavam muito. O ‘princípio do ponto crítico’ era naturalmente mais útil.” A Província Cisplatina/Oriental cercada em suas fronteiras por unidades políticas geograficamente maiores e economicamente superiores, poderia ter viabilidade apenas se associando a uma delas, nesse caso a Buenos Aires e as Províncias Unidas do Rio da Prata. É significativo notar também que nessa interpretação liberal o projeto de transformar Montevidéu em uma cidade aos moldes hanseáticos, aventado em 1828, deveria ser prontamente rechaçado.⁵⁵

Na opinião do redator, o Imperador D. Pedro apenas mantinha as tropas na Província Cisplatina porque era informado pelos seus representantes na região do desejo da população local pela permanência, porém “cuando los vea armados y pronunciados

⁵⁴ *El Ciudadano*. Montevidéu, nº08, 20 de julho de 1823.

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos... Op. Cit.* p.48.

contra la pretendida incorporacion, sostenidos por Buenos Aires, Entre rios, Santa Fé & lejos de emprender una guerra escandaloza, injusta y de resultado incierto” em uma guerra “desventajosa á la causa general de América, se apresará á establecer los vínculos de amistad que deben ligarnos.” A aproximação entre todos os habitantes platinos em uma unidade afastaria o Brasil, porém a federação manteria o invasor ou faria a Província Oriental retornar ao estado anárquico da década anterior. Nesse sentido, os brasileiros oferecem um contraponto positivo aos *Orientais* e aos portenhos, Vázquez adverte que “nosotros convenimos en que el territorio todo del Brasil libre, unido, independiente y uniforme debe ser respetable y poderoso” e compara com as Províncias Unidas do Rio da Prata “asi como nuestras provincias bajo iguales circunstancias compondrán un estado no menos fuerte é importante”, e conclui que “debemos convenir que aqui estamos muy adelantados en la penosa carrera de la revolución que empieza ahora en la Brasil cuando nosotros nos acercamos ya á su término.”

Desse modo, Buenos Aires representava para a Província Cisplatina, na interpretação de um periodista contrário à dominação brasileira, como igualmente opositor da independência completa da região, a possibilidade de construção de uma grande e poderosa república americana. Para tanto, seria necessário o auxílio dos buenairenses e das demais províncias na expulsão dos invasores, e esta poderia acontecer pelas armas ou apenas com a união das províncias do Prata, atitude que demonstraria o equívoco da permanência das tropas imperiais e evitaria um conflito prejudicial a todo o continente.

Contudo, com a recusa ou a protelação de Buenos Aires em auxiliar os movimentos organizados pelo Cabildo de Montevidéu na luta pela independência da Província Cisplatina, a imprensa periódica reflete certa desilusão com os portenhos, pois contava com a participação dos buenairenses no conflito e conclamava em suas páginas a unidade de todos os habitantes da região platina na luta contra o invasor. Os laços fraternais que uniriam a Província

Oriental e Buenos Aires, na opinião dos periodistas, foram substituídos por uma política pragmática que considerava apenas as consequências de entrar em um conflito armado com o Brasil, afinal desde a independência as Províncias Unidas do rio da Prata e o Império do Brasil mantinham cordiais relações diplomáticas e evitavam interferir na política externa de ambos os lados do Prata. A frustração dos montevidéanos alcançou igualmente as Províncias de Santa Fé e Entre-Rios que formavam parte da Liga unitária idealizada pelos *Orientais* e que buscava, a paz interna e externa inclusive se aproximando do império brasileiro:

Hemos dicho que el gobierno de Buenos aires se propuso seguir un sistema para la libertad de esta provincia , que ella no quiso adoptar porque lo creyo inconciliable con su urgente situacion: aquella autoridad hacia entrar en su plan la cooperacion de los otros gobiernos de la liga, y era solo la retardacion el obstáculo que hacia inadmisibles sus bien calculados combinaciones: en este estado nosotros nos hemos abstenido de pronunciar sobre la obstinación de que una y otra parte se ha manifestado, dejando que el tiempo decida por cual ha estado el acierto: concebimos entretanto que los esfuerzos regulares de Montevideo para acelerar la libertad de su campaña serán siempre laudables, pero que el peso de la opinion de gobierno de Buenos aires había influido en hacerlos ineficaces hasta ahora, además del incidente fatal que hubo de alterar la armonia entre las provincias de Entrerrios e Santafé.⁵⁶

Não era raro que os apelos à unidade e o auxílio dos portenhos para a concretização dos planos do Cabildo de Montevidéo, viessem acompanhados de críticas à política e a determinados governantes de Buenos Aires. O próprio Santiago Vázquez é um exemplo desta postura. Nas páginas, inclusive na mesma edição, do *El Ciudadano* era externado o desejo de uma independência da Banda Oriental para aliar-se a Buenos Aires, na mesma medida que os erros dos buenaireses eram apontados e repreendidos. Dessa forma após

⁵⁶ *El Ciudadano*. Montevidéo, nº 03, 16 de junho de 1823.

anunciar todas as benesses do sistema unitário, o redator afirma que estamos “lejos tambien de aplaudir el empeño obstinado de algunas de las administraciones de aquella capital por sostener con las armas el sistema central, cuando ya se desplomaba por todas partes”. Baseado na experiência artiguista Vázquez adverte com ênfase que “*la violacion de las propiedades y el descuido en las instituciones no pueden conducir por la senda del orden y libertad.*”⁵⁷

Se em grande parte da imprensa periódica da Província Cisplatina se alternam elogios e engrandecedoras caracterizações da política de Buenos Aires, tal descrição não se aplica para o jornal *El Febo Argentino*. O redator, Bernardino Bustamante, reserva largo espaço, nas três edições do periódico que circularam no segundo semestre de 1823, para a crítica ácida ao governo portenho. Bustamante, já na primeira edição do periódico, condena a forma com que Buenos Aires administra os negócios públicos, principalmente o sistema de governo, este “es antinacional, antipolítico, y desastroso para la virtuosa Provincia de Buenos Aires.” O redator poupa os cidadãos buenairenses e a própria província da situação penosa que Buenos Aires pretensamente vive no momento, pois os únicos culpados são os governantes: “Nuestro gobierno, si compatriotas, nuestro gobierno dirigido por los ministros Ateistas d. Bernandino Rivadavia y d. Manuel Garcia ha empuñado en un mismo tiempo con mano sacrílega el Cetro y el cayado.” Através de um recurso retórico comum em seus escritos, Bernardino Bustamante utiliza a História como ferramenta para exemplificar situações com as quais não concorda e para criticar de maneira dura os eventos da contemporaneidade. Desse modo, os convulsionados anos da Revolução Inglesa (1642- 1649) são descritos no periódico de forma que retratam perfeitamente a interpretação do redator sobre a situação de Buenos Aires no período imediatamente posterior à independência até chegar à segunda década do Oitocentos:

⁵⁷ Idem.

Es bellissimo el espectáculo que nos presentan en aquella época estos monstruos de la humanidad. Como los destinados al manejo de los negocios públicos carecían de las virtudes necesarias, y su ambicion se veia estimulada por el buen éxito de los que habían sido mas osados; como el espíritu de una facción no tenia mas freno, que el que objetaba otra nueva, y sus motores ganaban mas en estas maniobras tenebrosas, que permanecido en el ócio, se mudaban los gobiernos sin cesar, y el pueblo en su asombro buscaba la democracia, que por ninguna parte encontraba.⁵⁸

A política do ministro Rivadavia, interpretada por muitos como liberal e ilustrada, levando Buenos Aires ao progresso político e social, era vista por Bernardino Bustamante como despótica, tirânica e perigosa para os valores tradicionais da família e da sociedade buenairense. Ainda na primeira edição do *El Febo Argentino*, uma lista se estende por quase duas páginas e enumera todos os erros cometidos pelo governante. Dentre as principais acusações teria sido o governo maçônico de Buenos Aires que “ha cubierto la provincia de un numero tan grande de autoridades, que se tropieza á cada paso con la tiranía o la corrupcion mas humillante”, a expansão da jurisdição de Buenos Aires e os seguidos conflitos no interior também demonstram a política despótica e violenta dos líderes das Província Unidas do rio da Prata, pois foram eles “quien ha permitido á los índios salvages la desolacion de nuestros campos, la matanza, y cautivero de sus habitantes, la debastacion de sus propiedades, el pillaje, y todo género de delitos.” Nas denúncias sobre a política externa, a Província Cisplatina tem destaque, afinal o ministro “es el, quien se ha opuesto à toda reconciliacion con las provincias hermanas; y a prestar auxílios al Alto Perú, y Banda Oriental, que gimen al yugo de dominaciones extranjeras”. As ligações com o Barão de Laguna são destacadas na mesma perspectiva, pois para o redator, Buenos Aires “dá todo género de auxílios al General Lecor, para que remache las cadenas

⁵⁸ *El Febo Argentino*. Montevideú, n^o1, 13 de junho de 1823.

de los inmortales orientales y quien despacha con el mismo designo á tratral com el emperador del Rio de Janeiro.”⁵⁹

Embora invoque os *Orientalis* como “compatriotas”, descreva Buenos Aires como “mi província” e o governo buenairense como “nuestro gobierno”, Bernardino Bustamante é absolutamente contrário à união de Buenos Aires com a Província Oriental formando uma unidade política. Sabedor que sua posição é discrepante do restante dos periodistas cisplatinos, o redator ao citar a opressão e a tirania de Buenos Aires também ataca o restante dos jornalistas locais ao afirmar que o despotismo é “el cuadro verdadero de la situacion política, en que nos ha colocado un gobierno tan elogiado de los serviles periodistas de este Pueblo, como inepto para sostener en sus manos las riendas de nuestra direccion.” Após as exaustivas descrições dos crimes e abusos cometidos pelos governantes e ministros de Buenos Aires, Bustamante apela que “miremos compatriotas á don Bernardino Rivadavia, y Don Manuel García no como á amigos de nuestra libertad y gloria sino de nuestro libertinage y placeres!” Os conflitos dentro das Províncias Unidas do rio da Prata também são recordados para alertar a população dos perigos oferecidos pelos portenhos “como si las guerras civiles del año veinte no hubieron sido bastantes para vergar la víctimas ofrecidas al capricho, y furor de nuestras pasiones”. A Província Cisplatina pôde contar com que “la Providencia divina há elevado al Ministerio á don Bernardino Rivadavia, y don Manuel García, para que desgarguen sobre nosotros el peso de su orgullo brutal y despotismo.”⁶⁰ Desse modo, Buenos Aires descrita positivamente nas páginas da grande maioria dos periódicos cisplatinos, teve também oposição. Ainda que de duração efêmera, o *El Febo Argentino* apontou acidamente os pretensos desacertos dos ministros de Buenos Aires e defendeu veementemente a independência, contudo esta deveria ser

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Ibidem.

completa, ou seja, distante do Brasil e de Buenos Aires. Estes dois se aproximariam pela opressão, pela tirania e pelo despotismo.

O processo de construção de uma identidade argentina entre os habitantes da Província Cisplatina, presente repetidamente em praticamente todos os jornais cisplatinos nos primeiros anos de atividade periodística, aos poucos perdia força, dentre os principais motivos estavam a recusa de Buenos Aires em auxiliar nos movimentos do Cabildo de Montevideu pela independência da região, e posteriormente o conflito armado que diminuiu consideravelmente a atividade periodística. A situação passa por uma nova modificação a partir da eleição para presidente do antigo ministro Bernardino Rivadavia (1826-1827). Em busca da construção de um Estado centralizado e republicano, o presidente declara Buenos Aires como a capital federal e sanciona uma série de medidas administrativas para a organização da nova república, dentre elas a expansão das fronteiras e os acordos com os indígenas que habitavam o sul da jurisdição da cidade. As medidas foram bem aceitas pela Província Oriental, apoiando incondicionalmente o presidente, fato que não se repetiu nas demais províncias do Prata. Assim, a *Gaceta de la Província Oriental* fizeram referência continua aos buenaienses. Dentre as notícias estavam, por exemplo, a informação de que no dia oito de março de 1826 “salió el primer correo para la capital de la República, despachado por la administracion principal de la provincia , estabelecida en este punto”.⁶¹ A correspondência partiu de Canelones e chegou até Buenos Aires, a capital da República, demonstrando a intenção dos redatores do periódico de evidenciar a unidade de todas províncias platinas e a importância dos buenaienses no processo de expulsão do invasor da região que compõe o mesmo Estado e a mesma república para os habitantes da duas margens do Prata.

Esta posição é repetida várias vezes ao longo das publicações, ao se discutir a forma de governo das Províncias Unidas do Rio da

⁶¹ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº01, 14 de novembro de 1826.

Prata e a importância da confederação, os redatores lembram que “La provincia oriental, entre las del Rio de la Plata, fué quizá, la primera que, corriendo en pos de anarquía, á que era arrastrada por sus caudillos, grito *federacion*”, expressão comum e “favorita hasta de los seres mas oscuros , é ignorantes”.⁶² Na seção interior da edição de número sete da *Gaceta de la Provincia Oriental*, Buenos Aires é destacada como parte da Província Oriental, realçando a confusão de referências e a fluidez das identidades nesse contexto incerto, embora a centralidade continuasse em Canelones, todavia no mesmo texto é veiculado uma conclamação do “General Constituyente de la Republica Argentina a Las Provincias que la componen”⁶³, devolvendo a importância central aos *Portenhos* e mantendo os *Orientais* como uma parte do todo liderado por Buenos Aires. No mesmo periódico surge uma nova forma de referência à identidade da totalidade dos habitantes das Províncias Unidas do rio da Prata, tal conclamação esta presente na CANCIÓN GUERRERA:

CORO

¡Argentinos, union! y marchemos A humillar al tirano insolente,
Que usurpó nuestros campos de Oriente, Y pretende vejar la nacion.

Escarmiente ese déspota altivo

Que à insultar nuestra Patria se atreve, Y que lejos de América lleve
A los reyes la horrible leccion.⁶⁴

A mesma estrofe apresenta uma profusão de referências identitárias e utiliza de forma sinônima alguns conceitos distintos. Os Argentinos são todos os habitantes da recém-criada República Argentina, isto é, a capital federal Buenos Aires, as demais províncias que compunham as Províncias Unidas do rio da Prata que paulatinamente recusam o poder central e a Província Oriental com

⁶² *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº03, 28 de novembro de 1826.

⁶³ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº07, 22 de dezembro de 1826.

⁶⁴ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº10, 09 de janeiro de 1827.

sua sede em Canelones. Portanto, o conflito contra o invasor é por uma parte, a oriental, do território da república, situação reconhecida pelos próprios periodistas de Canelones, submetidos ao poder central de Buenos Aires. A nação humilhada pelo déspota D. Pedro é na concepção da *Gaceta de la Provincia Oriental* o Estado unitário e republicano em processo de construção sob a égide de Bernardino Rivadavia. Esta mesma territorialidade é a pátria de todos seus habitantes, onde todos nasceram, ou seja, o ataque à pátria argentina ofenderia a todos aqueles que se reconhecem como integrantes de uma mesma Nação. A última referência é à América, espaço de surgimento e fortalecimento das instituições liberais e republicanas. O Império do Brasil era governado por um tirano europeu, local dos reis e do despotismo, características que não combinariam com o continente americano.

Em síntese, Buenos Aires nos primeiros anos de existência da Província Cisplatina, ainda sob dominação portuguesa, representava a ilustração, a razão e o liberalismo da América em contraposição ao obscurantismo do período de dominação colonial e o fracasso das instituições europeias no continente americano. Com o conflito pela independência do Brasil e a permanência das tropas lideradas por Carlos Frederico Lecor, a identidade Portenha significava também a possibilidade de liberdade para os *Orientais*, embora se projetasse uma independência parcial. Livrando-se do jugo brasileiro para formar uma república unitária no Prata, os periodistas cisplatinos se reconheciam como diferentes de Buenos Aires, embora precisassem do apoio na luta e desejassem construir uma grande e única república americana, unindo todo o antigo Vice-reino do Prata. A partir da Guerra da Cisplatina e da criação, pelas Províncias Unidas do rio da Prata, da Província Oriental com sede em Canelones, o apelo a Buenos Aires e uma incipiente identificação *Argentina* tratava o Prata como um único espaço sob o comando buenairense. Nesse sentido, durante o conflito *Orientais* e portenhos fazem parte do mesmo corpo político e da mesma pátria, são indissociáveis. O conflito armado deu um sentido ainda maior de

unidade aos platinos, embora a Província Oriental tivesse liberdade e seus habitantes se reconhecessem como *Orientais*, eles compunham um espaço e uma identidade maior: a Americana ou *Portenha*. Em última essência se trata de uma associação política que viabilizaria os projetos locais e a existência de um certo grau de autonomia a Província Oriental, os apelos identitários amalgamariam essas relações ainda incipientes. Tal situação vai se modificar com a independência da província e as discussões sobre a nova nação a partir o final de 1828, visto que a identidade *Oriental* sempre vigente se torna preponderante nos periódicos locais.

4.3 A identidade oriental em construção

Saindo às ruas algumas semanas após o final da Guerra da Cisplatina, já na primeira edição do periódico *Observador Oriental* é evidente a nova preocupação dos periodistas e colaboradores do jornal: construir e legitimar a “República Oriental.” Afinal, “la guerra al fin ha concluido; un nuevo orden de cosas se prepara, todo absolutamente vá á variar “e além de dotar a República de novas instituições, leis e representantes governamentais, quem comporia a nova nação também é objeto de debates e projeção nas páginas do jornal. É com este objetivo que uma carta dirigida aos editores do *Observador Oriental*, publicada nesta mesma edição e assinada por “Unos montevideanos”, discorre sobre as diferenças entre os habitantes da cidade muralhada e dos moradores da região da campanha, espaços que nesse momento fazem parte da mesma jurisdição e do mesmo projeto nacional. Contudo, essa integração era vista com com restrições pelos colaboradores, pois na carta afirmam temer pela sua segurança devido ao histórico de violência e anarquia do interior da Banda Oriental:

¿Tendra motivos justos de temer el vecindario? Hay alguna razón que lo justifique? Ojalá que no la hubiera! El recuerdo de aquellos aciagos tiempos en que con la libertad en los labios y la espada en la mano hollaba la Anarquía todos los derechos, atacaba todas las propiedades, adoptaba todos los medios capaces de convertir este hermoso País en el lugar da oprobio y maldición, debe ciertamente, cuando menos, aquellos hombres que no vieron aquella primera luz y que á la sombra de las armas del Imperio del Brasil han gozado de algunos años de libertad cuando no absoluta, relativa.⁶⁵

Os temores dos autores da carta se justificariam pelo passado recente, as antíteses entre campo vs cidade e Montevideanos vs Orientais remontam do período artiguista considerado anárquico e prejudicial para o progresso da região, que seria reabilitada com a

⁶⁵ *El Observador Oriental*. Montevideú, nº277, 11 de outubro de 1828.

intervenção estrangeira. Durante a segunda década do Oitocentos, Montevideú, cidade que poderia almejar a ampliação de sua soberania sobre toda a região da Banda Oriental, mantém-se fiel a Espanha e, desse modo, permite que o interior, nesse momento dividido entre três jurisdições diferentes, busque o resgate de antigos direitos políticos. Sob a liderança de José Gervásio Artigas o anseio pela liberdade dos habitantes da região da campanha se consolidou a partir da declaração da “Soberania particular de los pueblos”, implicando na unidade de todos os moradores da Banda Oriental sob um mesmo governo. Com a afirmação dos direitos do povo, o debate se ampliou a todo antigo Vice-reino do Prata e levou a intensos conflitos, nos embates a cidade de Montevideú foi sitiada e atacada diversas vezes. Nesse contexto, frente ao projeto unitário de Buenos Aires e à defesa realista de Montevideú, a orientalidade espelhava a negação da submissão tanto ao domínio colonial quanto a qualquer outro tipo de tirania, sobretudo a buenairense. Contudo, como lembra Ana Frega, tal representatividade não alcançou uma definição espacial, visto que, ser *Oriental* “pasó a representar una comunión de intereses, o por lo menos una alianza, en orno de los objetivos de la revolución, antes que una identidad territorial que, por otra parte, no estaba definida.”⁶⁶

Se contrapondo aos colaboradores e argumentando em torno desse conflito e dessas separações que os redatores do *Observador Oriental* buscam a unidade de moradores do campo e da cidade na construção da “República mas nueva del globo.” Expondo que todos os habitantes da antiga Província Cisplatina fazem parte do mesmo corpo político e da mesma pátria, o periódico “no admite el contraste personificado que UNOS MONTEVIDEANOS hacen de sus compatriotas, sean de la época que fuesen”⁴⁶⁷, afinal o passado sangrento e de desordem não teria sido uma opção ou vontade dos habitantes da campanha. O periódico também lembra que a paz

⁶⁶FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). *Crear la nación... Op. Cit.* p.99.

deste último ano não alcançou a campanha na década anterior, para que seus habitantes, então, pudessem demonstrar seu verdadeiro valor:

El órden observado por los ORIENTALES en los años 27 y 28 no és el órden que tubieron en aquellos otros años desgraciados; pero los ORIENTALES de ambas épocas han sido valientes como ellos solos, y la crueldad no és nunca compañera del valor. Media docena de hombres, una si se quiere, que no está probado, que todos ó su mayor parte fuesen ORIENTALES, espanteron la masa de la poblacion de los ORIENTALES mismos, con sus horrores, y fueron muchos por ignorancia, por inesperienza, ó por terror; los complices forzadas y aparentes; pero en realidad las victimas de aquellas furias, que fo[...] – tenian de hombres los rostros. ¿ Quien no ha oido gemir a los ORIENTALES de los años 15 y 16 de la insolencia y los crímenes de aquella pandilla sanguinaria? ¿ Quien no ha visto en la conducta de esos mismos ORIENTALES durante la paz, y posteriormente durante el periodo de la guerra, que su dolor era sincero? En la paz sóbrios por gusto, generosos en medio de la pobreza, sumisos con la conciencia de su fuerza francos bajo un yugo estangero.⁶⁷

Os *Orientais* segundo as páginas do *Observador Oriental* não seriam os culpados pelos horrores que aconteceram na região durante a década revolucionária, tais eventos são incontestáveis e realmente assustaram a toda população, contudo não era possível averiguar a participação apenas de locais, transferindo para os estrangeiros a responsabilidade. Para os redatores, a maioria da população discordava do que estava ocorrendo, todavia por inocência ou impossibilidade de reação acabam sendo cúmplices dos acontecimentos. José Gervásio Artigas e seus líderes caudilhos cooptaram a população a participar dos crimes e da sanguinolência de suas atitudes. Afinal, após a chegada de Portugal e da pacificação os verdadeiros valores dos *Orientais* puderam ser demonstrados, bem como os prejuízos e os arrependimentos dos anos de revolução.

⁶⁷El *Observador Oriental*. Montevideú, n°2, 15 de outubro de 1828.

Sob as armas do Império do Brasil, este mesmo povo, mesmo em dificuldade, generosamente auxiliou a todos, se aliou à cidade e buscou expulsar o invasor. Desse modo, o periódico, que busca a união e projeta o futuro da região, separa o projeto artiguista da população da Banda Oriental, esta seria vítima da ação do caudilho e dos anos de conflito. Portanto, tanto a cidade como a campanha sofreu da mesma forma e quando possibilitados pela paz demonstraram o mesmo interesse na união e no desenvolvimento da região.

Com a impossibilidade de negar o passado Artiguista e a relação do caudilho com a região da campanha, o periódico afastou a população dos eventos da década revolucionária, isentando os locais das lutas entre as tropas da cidade de Montevideu e os seguidores de José Gervásio Artigas. Desta mesma forma, o conflito também foi destacado como experiência necessária para nesse momento, 1828, triunfar o projeto republicano *Oriental*. A partir desse discurso, os redatores citam que para o fortalecimento da nova nação “De cuantas virtudes es la garantia esta sola accion? Sin la esperiencia de los años 15 y 16 ¿ De quiera habria recibido consejos la ira de los partidos enconados?”, sem a experiência do passado, onde as paixões se sobrepuseram à razão e a anarquia à ordem, “¿ Cuantos intereses personales iban à triunfar, cuantas pasiones a satisfaceran, probando unos contra otros las armas, oponiendo el furor al furor?” Em tom conciliatório, o periodico indica que foi esta lição sobre os *Orientais* e o passado da região que a carta de “unos Montevideanos” buscou levar aos leitores:

Un joven de quince años y un hombre maduro de cuarenta, es el mismo hombre, sin que estas dos diferentes edades pueda tener derecho á inspirar la misma confianza y estamos seguros que los MONTEVIDEANOS que empleaoeram antitesis de los ORIENTALES de los años 15 y 16 y e de los años 17 y 18 no han querido decir otra coisa. Expresándose como lo han hecho, han dado á entender tambien que á los ORIENTALES de la epoca mas remota están unidos hoy un gran número de sus paisanos,

distinguidos por su privdad y sus talentos, que de ningun modo tubieron parte en aquellos desordenes, sino que por el contrario se opusieron con todo su poder, aunque al suceso, a las desgracias de la Patria...⁶⁸

Não obstante a defesa da identidade *Oriental* dos redatores do periódico, as acusações de José Gervásio Artigas e os habitantes do interior da Banda Oriental serem os principais responsáveis pelas desgrças da região são concomitantes ao desenvolvimento da imprensa periódica da Província Cisplatina. São páginas desses jornais que estão veiculadas as maiores críticas ao caudilho, a exemplo do que ocorre no ano de 1822, na edição de número oito do periódico *El Ciudadano*. No periódico foi reconstruída a trajetória do caudilho que segundo Santiago Vázquez em poucos anos se transformou de um brilhante militar a favor da causa revolucionária buenairesense na principal tormenta dos campos da Banda Oriental. Quando eclodiram os movimentos de maio de 1810 e as ações subsequentes nos dois lados do rio da Prata, um líder se destacou, “D. José Artigas , coronel de aquel regimiento [Blandengues] , gefe de las milicias, héroe de la brillante jornada de las piedras, *oriental* [grifos meus] entusiasta, declarado protector de la emigración”, um militar que se “consideraba generalmente como *el asilo de la esperanza* y el gobierno de Buenos aires le dió un título de legitimidad que él se había resuelto a no necesitar.” Contudo, conforme crescia seu prestígio como grande libertador do povo, o caudilho mudava sua postura “Mientras, cada patriota luchado con el infortunio dírige la ansiosa vista hácia el *gefe de los orientales*, como el naufrago á la tabla, mientras sus virtudes y crédito parecían un garante seguro de la confianza pública”, na região da campanha oriental “Artigas fraguaba en su imaginacion ardiente los rayos que habían de lanzarse desde las inmediaciones del Rio negro y encender

⁶⁸ *El Observador Oriental*. Montevideú, nº2, 15 de outubro de 1828.

el fuego destructor que iba á asolar á la desgraciada Banda Oriental.”

69

Nesse sentido, é reiterado que a população *Oriental*, tomada como o conjunto de habitantes da Província Cisplatina, incluindo também Montevideú, foi vítima do caudilho. Após anos de atuação de José Gervásio Artigas, a região se encontrava em situação crítica, pois sem a proteção de Buenos Aires ele pôde convencer o povo de seu projeto político e espalhar a corrupção e a anarquia pela Banda Oriental:

Hed aqui, *orientales*, el origen de vuestras desgracias: apenas embarcadas las tropas de Buenos aires empezó Artigas a poner en practica su terrible sistema: pasados los primeros momentos del entusiasmo la mayor parte de los vecinos de la campaña sintieron la fuerza de los vínculos que los ligaban a la tierra, y trepidaron en sus hogares, sus fortunas, en arrastrar sus familias á todas las alternativas de un porvenir absolutamente incierto. Artigas en medio de los blandengues y de los patriotas mas ardientes ó menos embarazados supo elegir con perpicacia á los que acaso dotados de un corazón sencillo eran mas capaces de llevar al extremo fanatismo político y cometer toda clase de excesos por el bien de la Patria. y a los que mucho tiempo estaban embriagados en la corrupcion y endurecidos en el crimen, y oído de todos como un oráculo, nombró sus *procónsules* ó *visires*, y los derramó en todas direcciones con escogidas escoltas á dar cumplimiento á sus feroces instrucciones.⁷⁰

Com a derrota de José Gervásio Artigas em 1820, seu posterior exílio no Paraguai e a ocupação luso-americana da Província Cisplatina a identidade *Oriental* anteriormente restrita à campanha, ao interior da Banda Oriental e ao projeto confederado do caudilho, passa a receber aceitação, paulatinamente, também em Montevideú. Na mesma medida que afasta o passado Artiguista, a imprensa periódica cisplatina utiliza a orientalidade como elemento

⁶⁹ *El Ciudadano*. Montevideú, nº08, 20 de julho de 1823.

⁷⁰ *Idem*.

aglutinador de toda a população contrária ao invasor estrangeiro. A particularidade dos *Orientais*, que negam ligações com o Brasil e/ou Portugal, mas mantém Buenos Aires no horizonte de expectativas, nesse novo contexto é lembrada por João Paulo Pimenta:

foi durante o período de presença institucional portuguesa – e, a partir de 1822, também brasileira – na Província Oriental/Cisplatina que a identidade oriental pôde reafirmar fortemente sua especificidade e importância, na medida em que as circunstâncias permitiram a um grupo identificado como tal distinguir-se, e, não obstante a circunstancial união política costurada desde 1817 e oficializada em 1821, descartar identidades referentes a Portugal e ao Brasil.⁷¹

Esta posição, em maior ou menor grau, é frequente em praticamente todos os periódicos da Província Cisplatina. A adesão e promoção da identidade *Oriental* não é exclusiva de artigos, notícias ou cartas de leitores colaboradores, mas também é evidente nos nomes, nas epígrafes e na organização das seções dos jornais. O primeiro periódico cisplatino, surgido cinco meses após a dissolução do Congresso Cisplatino, já no seu título realça seu posicionamento: *El Pacífico Oriental de Montevideo*. Apesar de ser favorável à incorporação lusitana que pacificaria a região, o jornal une as duas identidades presentes e debatidas desde os tempos de guerra civil, *Orientais* e *Montevideanos*, portanto, a orientalidade, nesse momento, alcança também a capital muralhada. Como já observado, a condição provisória da permanência lusitana é enfatizada nas páginas do *El Pacífico Oriental de Montevideo*, desse modo, o jornal separa os assuntos dos periódicos do Brasil, das notícias orientais e do rio da Prata. A região apesar de oficialmente pertencer ao Reino Português e a partir de 1822 do império do

⁷¹ PIMENTA, João Paulo. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: Marco A. Pamplona; Maria Elisa Mäder. (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, v1. p. 46.

Brasil, nunca é incluída neste âmbito. Caminho também seguido pelo outro periódico surgido nos anos iniciais de dominação luso-americana, *El Patriota*. Já na sua primeira edição, o jornal separa as notícias de Montevideu daquelas oriundas do Brasil e, ainda em outra seção, das vindas de Buenos Aires. Mesma edição que confirma que o periódico é impresso e redigido na “Provincia de Montevideo”.⁷²

Os periódicos que tinham uma postura mais contundente contra a ocupação brasileira, seguem a mesma linha de organização e posição editorial. Na primeira edição do *El Pampero* é anunciado que “pues bien Montevideanos, y vosotros habitantes de la márgen izquierda del rio, no desanimeis”, região que posteriormente vai ser referenciada como “Banda Oriental.” As notícias eram separadas entre “Buenos Ayres”, províncias locais a exemplo de “San José”, a “política cisplatina”, o “Brasil” e o “ejército imperial”, sempre buscando denotar a unidade dos habitantes locais e a diferenciação negativa em relação aos invasores estrangeiros e positiva aos portenhos.⁷³ Já o jornal *La Aurora*, favorável à independência parcial, destaca os acontecimentos da “Provincia Oriental del Río de la Plata”⁷⁴ e quando veícula notícias do “Interior” o título da seção vem acompanhado da frase: “campana oriental”.⁷⁵ O Império do Brasil não recebe nenhum espaço nas páginas do *El Ciudadano*, o periódico referencia os invasores tratando apenas das agruras do “Ejército Imperial”, enquanto isso a “Banda Oriental” divide as atenções com as “Provincias Unidas”, “Montevideo” e “San José.”⁷⁶ Desse modo, as referências de grande parte dos periódicos tratam da Banda Oriental, de Províncias, do Império do Brasil, mas não destacam praticamente nenhum momento a nomenclatura de

⁷² *El Patriota*. Montevideu, nº01, 17 de agosto de 1822.

⁷³ *El Pampero*. Montevideu, nº01, 19 de dezembro de 1822.

⁷⁴ *La Aurora*. Montevideu, nº01, 21 de dezembro de 1822.

⁷⁵ *La Aurora*. Montevideu, nº04, 11 de janeiro de 1823.

⁷⁶ *El Ciudadano*. Montevideu, nº01, 1º de junho de 1823.

Província Cisplatina, enfatizando, sempre que possível a região sob a Identidade *Oriental* e a diferenciação com o invasor estrangeiro.

A unidade de Montevideu e do interior da Província Cisplatina em oposição à dominação brasileira também é destacada nas páginas do *El Aguacero*. Entretanto, os redatores Antonio Díaz, Santiago Vázquez e Juan Francisco Giró adotam uma postura diferente das outras publicações das quais também fazem a redação e dos demais periódicos cisplatinos, desse modo, atacam aqueles que não compartilham das mesmas intenções e do mesmo projeto para a região. Dentre os alvos preferências estão Nicolas Herrera e Lucas José Obes, dois membros da oligarquia montevideana e que trabalharam conjuntamente com Carlos Frederico Lecor para a oficialização da dominação e a organização política dos *Brasilienses* na região. Com o objetivo de recontar, a partir da sua visão, a trajetória destes homens, na edição de número três do periódico, surge uma nova seção, prometida para ser fixa a partir de então, intitulada “Biografia.” Antes de diretamente tratar de seus alvos, os redatores explicam o porquê dessa opção, pois o jornal “eterniza las grandes acciones, hace revivir los heróes, ofrece una leccion constante de virtudes sublimes , y asegura el premio no interrompido de la fama que les tributa la justa posteridade”, contudo o jornal terá outra atitude, afinal a imprensa “está tambien destinada á perpetuar del mismo modo los hechos de los malvados, presentando ese cuadro de sus crímenes otra leccion no menos útil para las edades.” Desse modo, o periódico *El Aguacero* retrata:

Los *traidores* trabajan por esclavizar à los libres Orientales, y buscan por entre la sangre, las ruinas y los crímines los fragmentos de una riqueza que ya han consumido: impelidos pues por el *inocente* deseo de que nuestros venideros puedan evocar à los manes de los *Herreras, Obes, Garcias, Velez, Bianquis* y demas de la *logia imperial*, y presentarles la historia fiel de su vida y

milagros, hemos abierto con este objeto el presente artículo que tendrá un lugar constante en nuestros números.⁷⁷

Para Antonio Díaz, Santiago Vázquez e Juan Francisco Giró, ao menos quando escrevem no *El Aguacero*, a identidade *Oriental* é extensiva a todos os habitantes da Província Cisplatina, desse modo, inclui o interior e Montevidéu. Os *Orientais* sofrem com a ação dos brasileiros que atacam, violentam e roubam em todo o território, contudo, involuntariamente o jornal aponta que nem todos os habitantes e nascidos nestes na região compartilham dos sentimentos de unidade e de patriotismo que pretensamente a maioria da população declara. Existem habitantes locais que são próximos das autoridades brasileiras e formam a *Logia imperial*, grupo de montevidéanos que está ligado política e economicamente com Carlos Frederico Lecor e o Império do Brasil. Contudo, estes homens são considerados traidores, não são *Orientais* e são responsáveis pela opressão e pela escravidão dos verdadeiros cidadãos. Portanto, não bastaria apenas nascer em terras orientais e sim trabalhar pela unidade e liberdade da região.

Durante a Guerra da Cisplatina, o periódico que surge segue a mesma linha dos anteriores, exaltando a identidade *Oriental*. O nome do periódico, estabelecido na cidade de Canelones, deixa clara sua posição: *La Gaceta de la Província Oriental*. Contudo, diferentemente dos anteriores, algumas distinções com Montevidéu, sob domínio do Império do Brasil surgem nas páginas do periódico, uma das mais interessantes é através da reprodução de um documento oficial a exposição do contraste das diferentes designações que a cidade possuía, “En la Imperial, Muy fiel, Reconquistadora y Benemérita de la Patria Ciudad de San Felipe y Santiago de Montevideo”, comentada pelos redatores da seguinte

⁷⁷ *El Aguacero*. Montevidéu, n^o03, 08 de maio de 1823.

forma: “*Imperial*, esto és del Imperio Brasilico, *Muy Fiel*, esto és à los reyes de España y *benemérita de la Patria*; *Que contraste!*”⁷⁸

Considerado o órgão oficial da província criada por decreto pelas Províncias Unidas do rio da Prata, o periódico renegava quaisquer ligações com o Brasil, descrevia as ações no campo de batalha e designava a região ainda como Banda Oriental, todavia, a província oriental fazia parte de uma contexto maior que é da unidade com Buenos Aires e as demais províncias do Prata. É nesse sentido, que na edição de número nove do periódico quando os redatores tratam da luta contra o invasor estrangeiro, foi questionado “¿Cuál es el deber de las autoridades, y los habitantes de la Banda Oriental? A que objeto deben hoy terminar su anhelo, sus solicitudes y su constante empeño?” Perguntas respondidas no parágrafo seguinte:

Echemos una ojeada al movimiento, que abrió la presente época: recordemos que los *orientales* [grifos meus] inspirados ó de la fuerza de la opinion, ó de la desesperación, en que nos ponía la tiranía estrangera sin medir la estension de los riesgos, ni la escala de los recursos, ni la situacion misma de los demas pueblos, nos arrojamos á la arena á reclamar la vindicacion de nuestros intereses y derechos. Nuestros pasos casi tan rápidos como el deseo, fueron seguidos fielmente de la victoria, y la empresa adquirio entonces tal vuetto é incremento, que se convirtió en una demanda eminentemente *nacional* [grifos meus].⁷⁹

Os *Orientais* lutaram e ainda lutam contra o invasor tirânico que é o Império do Brasil, liderado pelo déspota D. Pedro, a região que sofria e se via impossibilitada de defesa, pôde declarar sua contrariedade à posição que se encontrava. Assim, a causa que era exclusiva de uma província, tornou-se uma demanda de toda a Nação, nesse caso, a Nação Argentina da qual fazia parte. Posição que fica ainda mais clara em outro trecho do mesmo texto:

⁷⁸ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº03, 28 de novembro de 1826.

⁷⁹ *Gaceta de la Provincia Oriental*. Canelones, nº09, 05 de janeiro de 1827.

No habra uno solo que escuse lenar el primer deber del ciudadano. cuando pelagra la seguridad pública y las autoridades provinciales, partiendo de este concepto, animadas de tan firme apoyo, y escitadas por los modelos que ofrecen los altos poderes de la *Nacion Argentina* [grifos meus] sabrán adoptar las medidas y disposiciones que reclama urgentemente la custodia y conservasion del orden, la libertad, y el honor del pueblo que presiden, y cuya suerte les está encargada.⁸⁰

Não obstante a força da identidade *Oriental* na luta contra um invasor estrangeiro, o reconhecimento da população de um sentimento de reconhecimento mútuo e de uma identidade específica que neste novo contexto alcançou inclusive a cidade de Montevideú, a posição da maioria dos periódicos cisplatinos contraria a historiografia oitocentista e do início do século XX que vê nesse processo movimentos pela independência completa da região. Nesse sentido, estes mesmos periódicos corroboram e ampliam a posição de Carlos Real de Azúa. Segundo o historiador uruguaio antes de 1828 não existiam movimentos que levassem a acreditar que se lutava pela independência total da região, ideia complementada com a suposição de que caso estes sentimentos existiram, surgiram apenas no contexto de ocupação luso-americana e eram parte de uma conjuntura mais ampla de possibilidades, dentre elas a mais provável seria uma unidade com Buenos Aires e as demais províncias do Prata:

la pluralidad de direcciones y la ambigüedad de actitudes que se marcó en el sector dirigente oriental durante todo o proceso independentista estuvieron tal vez en esta instancia más ostensibles que en ninguna otra: ahora sólo corresponde el reconocimiento de que tal vez antes de lo que suele subrayar la tesis independentista ortodoxa hayan existido entonces posturas “independentistas totales.” Menos mensurable – un elemento que suele como es obvio ser soslayado – es la importancia de tal

⁸⁰ Idem.

fracción independentista total respecto a las otras que bastante abiertamente después de 1822 – contendieron y aun polemizaron con ella.⁸¹

Em trabalho recente, Ana Frega segue a mesma linha interpretativa do historiador uruguaio, e esclarece através da História dos conceitos como o vocábulo independência teve rápidas transformações e interpretações ambíguas em um contexto fluído e incerto. Para a historiadora desde a independência do Brasil proclamada em 1822 e o reconhecimento de D. Pedro I na Província Cisplatina apenas no ano de 1824 “las dificultades experimentadas para conformar gobiernos estables remitieron una y otra vez al debate sobre la viabilidad de los territorios al este del río Uruguay como estado ‘independiente’ y a la posibilidad de incorporarse o anexarse a un estado más poderoso”. Com o início da Guerra da Cisplatina tais questionamentos tomam ainda mais força e “el combate por la *independencia* se acompañó com plateos de unión al conjunto de las Provincias Unidas del Río de la Plata.” Posição que não era unânime, no ano de 1826 informes de representantes ingleses na região demonstram a organização de parte da classe dirigente local em busca de uma independência total. No ano de 1827, a nova situação política buenairense e os conflitos internos entre os militares orientais apontavam para um realinhamento com Buenos Aires. Contudo um ano depois, Lord Ponsonby trabalhava pela independência total da região depois de encerrado o conflito armado. Momento de rápidas mudanças políticas e de interesses, jogo que se estendeu ao longo de todo o século XIX, enquanto foi debatida a viabilidade do Uruguai como estado-nação:

No se había producido la concreción de un objetivo proclamado en forma unánime en el levantamiento de 1825, sino una realineación de fuerzas sociales y políticas que entendían la *independencia* plena

⁸¹ O historiador amplia e defende melhor sua posição, inclusive com análises preliminares do vocabulário político da época, nos capítulos 23 e 25, contudo é nesse trecho citado que os argumentos estão sintetizados de maneira mais clara. In: AZÚA, Carlos Real. *Los Orígenes... Op. Cit.* p.81-82.

de modo diferente. La formación del “Estado de Montevideo” implicaba complejosequilibrios y acuerdos entre aquellos que habían permanecido fieles al Imperio brasileño y al término del conflicto controlaban plazas de Montevideo y Colonia, y los ‘patriotas’, con sus divisiones, que controlaban los pueblos de la campaña y tenían como sede la villa de Durazno, en el centro del territorio. Esto dio lugar a polémicas en la prensa y en las cámaras legislativas y obligó a los gobiernos del naciente Estado a desplegar estrategias para afirmar su posición en la región y en el mundo.⁸²

Portanto, a identidade *Oriental* que nos primeiros anos de dominação e segundo as páginas do primeiro periódico cisplatino não era destoante de uma necessidade de pacificação e intervenção estrangeira, no contexto do conflito armado e da proximidade com Buenos Aires poderia significar a consciência de uma particularidade em relação aos vizinhos do Prata. Com os quais compartilhavam um inimigo em comum, ao mesmo tempo em que se cristalizava uma aproximação ao projeto unitário maior do qual a Província Oriental, mesmo com particularidades, fazia parte. Desse modo, é apenas depois de firmada a Convenção Preliminar de Paz e definida a criação de uma nova nação na região platina que a identidade *Oriental* é relacionada de maneira concreta com um projeto independentista total. É a partir desse momento que nas páginas do *El Observador Oriental*, como já observado, discute-se a relação entre a campanha e a cidade de Montevideú. Nesse novo contexto independente que os redatores tomam posição em relação à constituição de um único povo oriental, composto por todos que habitam a região, e pretendem integrar a Nação recém-criada:

Como no puede decirse todo á un mismo tiempo en un periódico, y el presente artículo abraza miras estensas és conveniente advertir que no entiende el observador por PUEBLO ORIENTAL, á solo los nacidos en este suelo, sino á los Europeos y Americanos de

⁸² FREGA, Ana. Independencia. Los significados de la *independencia* desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (coordinador). *Historia conceptual... Op. Cit.* p.43

todas las Naciones avencidados en él. Se ha hablado hasta aquí de los Orientales indigenas. En los números siguientes (deodante) se ocupará el autor de este artículo de los habitantes de diferentes denominaciones que pueblan este Estado, con el designo de hacer de tantas partes heterogeneas en razon de su origen, en todo político homogéneo en razon de sus sentimientos è invariables intereses en la nuevas organización que vá á hacerse de esta Provincia, al constituirse en Estado independiente. Este analisis sucesivo dará el espíritu del PUEBLO ORIENTAL.⁸³

Não obstante a consciência de uma identificação local e a aproximação entre os habitantes nascidos na Banda Oriental, o periódico propõe que todos os interessados na organização do novo estado independente podem compor o espírito do povo oriental a ser construído. A nação constituída por diversos povos, de distintos lugares e, portanto, heterogênea, poderia e deveria se integrar e homogeneizar a partir de interesses políticos em comum. Desse modo, os periodistas contemporâneos ao processo de construção nacional da futura República Oriental do Uruguai, demonstram claramente as posições dos teóricos liberais e dos posteriores estudiosos da *questão nacional*: nesse contexto, ainda afastado do princípio das nacionalidades, o pacto nacional e a necessidade de união pregada pelos seus defensores é estritamente política. Os interessados, não importando sua origem e etnia, podem fazer parte do mesmo Estado, construir a mesma nação e, desse modo, criar o espírito oriental que identificará todos posteriormente.

Contudo, é necessário destacar que o desejo exposto em grande parte dos periódicos cisplatinos de uma independência parcial, ou seja, livrar-se do jugo brasileiro para unir-se a Buenos Aires, não invalida ou diminui a força da existência de uma identidade *Oriental*. Os apelos à orientalidade, às referências ao território Oriental e às diferentes representações dessa identidade eram fortes o suficiente para que posteriormente a assinatura da paz

⁸³ *El Observador Oriental*. Montevideú, nº2, 15 de outubro de 1828.

pelas partes beligerantes, fosse possível cogitar e criar uma República *Oriental* ainda sem nome, mas que terá essa denominação como parte definitiva de sua nomenclatura oficial.

Estas considerações e esta linha de raciocínio colocam este trabalho no sentido oposto à historiografia que apresenta o processo de independência do Uruguai como fruto de um Estado-tampão em consequência do intervencionismo e dos interesses do capital britânico na região platina. Em linhas gerais, tal argumentação apresenta a ideia de que a Inglaterra, principal potência econômica de então, a partir da crescente importância da Bacia do Parana no comércio mundial e na consolidação do desenvolvimento industrial inglês, na imposição do liberalismo como doutrina econômica e social, e na tentativa de imposição de protagonismo no cenário internacional, agiu fortemente tentativa de balcanização da região e na instituição de um Estado-tampão em busca de um equilíbrio regional. Essa ação britânica seria motivada por a Bacia do Prata “representar um vastíssimo território acessível através da rede fluvial existente”, onde “por meio dela avançava a civilização europeia e as ideias liberais, e adequavam-se ou destruíam-se sistemas produtivos locais (de acordo com as necessidades e voracidade da economia mundial emergente)”.⁸⁴ Portanto, a independência uruguaia e, por conseguinte, a criação do Estado-tampão era uma solução duplamente favorável aos interesses britânicos: assegurava seus interesses comerciais e a preponderância sobre a concorrência no sistema mundial, bem como obtinha maior mobilidade na região e assegurava que a região não fosse controlada por uma única potência regional. Como lembra Enrique Serra Pádrós, defensor dessa linha de argumentação, tal postura não é por si só explicativa da independência, mas apresenta a intervenção britânica como fator preponderante.⁸⁵

⁸⁴PADRÓS, Enrique Serra. A “pax britânica” e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e balcanização no espaço platino. Revista *anos 90*, Porto Alegre, nº 5, julho 1996. P. 107-35.

⁸⁵ Idem.

Não obstante a consideração que de fato que a diplomacia britânica agiu na *Convenção Preliminar de Paz* em 1828 é interessante destacar que existiam fortes movimentos internos em busca da independência e esse se deu em decorrência processo de construção social e identitária local com articulações regionais em um contexto revolucionário atlântico. A independência só foi possível, pois haviam movimentos internos da classe dirigente de Montevideú que desde a independência do Brasil e os movimentos do cabildo em 1822 e 1823 passaram consideraram o afastamento do jugo lusitano e posteriormente brasileiro conveniente aos seus interesses políticos e comerciais. Em primeiro plano, os objetivos eram a pacificação da região e a manutenção do controle sobre as propriedades da região da campanha, esta poderia ser possível, inclusive com o auxílio buenairense e uma aproximação da política centralizadora dos portenhos. Como observado em todo este trabalho, na imprensa periódica o apelo a orientalidade e a intenção de união entre o interior e Montevideú de forma inédita corroboraram para a politização de uma forma de autoreconhecimento dos locais que era vigente anteriormente - obviamente que sem a predestinação pela independência e pelo autonomismo - que foi fator determinante para o conflito armado, a Guerra da Cisplatina, encerrado com a independência e a criação da República Oriental do Uruguai. O substrato da identidade *oriental* e os movimentos endógenos em busca da libertação, seja total ou para unir-se a Buenos Aires, oferecem no mínimo subsídios e força suficiente para a independência ser considerada como possibilidade efetiva pelos britânicos e com o advento do princípio das nacionalidades uma amalgama de grande importância para a manutenção do Uruguai como um Estado-Nação com viabilidade de existência ao longo de todo o século XIX com as novas interferências das nações limítrofes na região.

Por fim, a imprensa periódica da Província Cisplatina aponta o fortalecimento e a cristalização da identidade *Oriental*, sobretudo, como contraponto ao Brasil. Em um contexto fluido nas relações

políticas e conturbado socialmente a identidade *Oriental* passou por um processo de transformações bastante rápidas e nem sempre claras nas páginas dos periódicos. Os *Orientais* inicialmente representantes do projeto artiguista confederado e dos anos de guerra civil na região da campanha, na Província da Cisplatina recebem outra conotação, são afastados do caudilho e compõe uma unidade com a antes inimiga cidade de Montevideú, nesse contexto, o interesse não é mais a luta de diferentes projetos locais e sim a expulsão da região de um inimigo em comum, desse modo, Artigas é renegado, a população vitimizada e a orientalidade torna-se um ponto de coesão entre todos. A partir da Guerra da Cisplatina, fica mais claro o desejo de integrar-se ao projeto buenairense, entretanto, esta aspiração não diminui a importância dos *Orientais* e seu apelo retórico nos momentos de dificuldades impostos pela beligerância. A partir da oficialização da paz, a identidade que antes ainda era questionada e antagonizava em alguns pontos moradores do campo e da cidade, vira elemento aglutinador, congregando todos os habitantes da região, inclusive os que não eram naturais da Banda Oriental – elemento que notadamente marca em última estância a opção política de se integrar essa nova nação - oferecendo subsídios suficientes para a criação de uma nova República que recebe desde o seu nascedouro a alcunha de *Oriental*.

Conclusão

A oficialização da dominação lusitana através do Congresso Cisplatino, o Tratado do Quadrilátero, conflitos que cindiram as tropas de ocupação em decorrência da independência do Brasil e a continuidade da ocupação via Império possibilitaram novos arranjos políticos na Província Cisplatina. Como destacou Carlos Real de Azúa, foi nesse contexto que novas associações políticas e diferentes projetos puderam ser aventados e alcançaram maior possibilidade de sucesso. Antigos donatários artiguistas, aliados do Barão de Laguna e os setores próximos aos interesses comerciais buenairenses mudaram de posição e cogitaram posturas que mais lhe favorecem a partir de uma conjuntura política específica. Elementos que denotam a fluidez de identidades e de interesses em jogo na região, durante este período de questionamentos e instabilidade, marcado pela variedade de relações, de projetos políticos, e também de mudanças semânticas em vocábulos determinantes para compreender a política e o pensamento da época. Característica comum das transformações políticas da passagem do Antigo Regime para regimes novos e frutos do liberalismo, estas mudanças foram compartilhadas em todo o mundo atlântico, portanto um processo histórico de longa duração e alcance. Sendo, desse modo, a Província Cisplatina um elemento regional componente desse cenário mais amplo de alterações profundas.

Uma das principais arenas de debate e disputa entre estes diferentes grupos, e a propagação e defesa dos distintos projetos, era a imprensa periódica. Os periódicos cisplatinos cresceram e se desenvolveram durante o período de ocupação luso- americana,

grande parte do aumento substancial dos impressos locais circulando na Província Cisplatina deveu-se à liberdade de imprensa promulgada pelas Cortes de Lisboa. Não obstante as dificuldades de encontrar coleções completas e em condições materiais adequadas para acompanhar os debates políticos em sua totalidade, a documentação ofereceu, além da análise semântica e conceitual, a possibilidade de acompanhar e compreender o que Jürgen Habermas determinou como o desenvolvimento de uma esfera pública ou mais próximo da realidade latino-americana, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière descrevem como espaços públicos em sua pluralidade. Oferecendo, desse modo, distintas maneiras de entender a difusão dos impressos, sua leitura e as novas práticas de sociabilidade que coexistiam com os ainda muito presentes ecos do Antigo Regime. Elementos que associados ao crescimento, ainda restrito, da alfabetização e politização da sociedade transformaram a imprensa periódica, como Paulo Alonso definiu, não apenas uma ferramenta para acompanhar a política e a vida social, mas, sobretudo, para fazê-la.

Os principais debates observados nas páginas da imprensa periódica da Província Cisplatina eram travados em torno de conceitos-chave. As concepções, apropriações e as alterações semânticas dos vocábulos Opinião Pública, Pátria, Nação e seus principais termos correlatos ocuparam a atenção deste trabalho. Tais conceitos políticos eram utilizados para estruturar o pensamento e os projetos que tinham nos impressos cisplatinos um de seus principais meios de propagação. Portanto, como uma das principais referências utilizou-se a obra de Reinhart Koselleck. O historiador alemão aponta para necessidade de compreender os conceitos como ferramentas ambivalentes, pois ao mesmo tempo em que apontam e traduzem elementos da realidade, também são ferramentas de transformação social, haja vista que reconfiguram esta a mesma realidade. Koselleck igualmente atenta para as rápidas transformações semânticas e o processo de aceleração do tempo

histórico surgido em função da crise do Antigo Regime e as revoluções do século XVIII.

Além dos aportes de Reinhart Koselleck, buscou-se aliar no trabalho algumas contribuições da Escola de Cambridge ou collingwoodiana. Através dessa aproximação foi possível notar e analisar como são utilizados determinados conceitos em realidades e momentos específicos, nessas ocasiões tais termos e vocábulos que muitas vezes são diferentes das determinações padrões ou difundidos em ampla escala. Elementos observados também na obra de José Carlos Chiaramonte. O historiador argentino, analisando uma realidade mais próxima de nosso objeto de pesquisa adverte continuamente sobre a ressignificação desses conceitos e os perigos no anacronismo da análise semântica do período.

A partir dessas referências, os vocábulos analisados pautam justamente esse período de transição e de polissemia semântica, materializando as transformações e a instabilidade na crise do Antigo Regime, e os questionamentos sobre o futuro através de novas práticas de discussão política. Processo que na região platina teve maior complexidade pela presença tanto espanhola quanto portuguesa, os maiores índices populacionais e as relações entre os súditos das duas coroas. Nesse sentido, o conceito de opinião pública, de uso ainda limitado e de referências polissêmicas, com algumas imprecisões, ainda manteve sentidos ligados ao período colonial - justamente por tratar-se de um período de transição - a verdade e a opinião eram interpretadas como únicas e inquestionáveis. Mesmo com as alterações que retiraram o monarca do centro do debate, as concepções mantiveram-se elitistas e restritas, afinal o debate ainda era essencialmente travado por grupos de elite e camadas letradas da sociedade. Apenas com o surgimento na região de diversos periódicos contrários à dominação estrangeira, a opinião pública foi compreendida como ferramenta de combate ao indiferentismo e resistência ao invasor. Igualmente se referia ao tribunal da opinião, elemento que constituiu um espaço

onde as ideias foram propostas e julgadas quanto à validade e verdade, julgamento também da própria atividade jornalística.

O vocábulo mais problemático e de difícil explicação é o de Nação. Sob influência lusitana e sob fiscalização dos periódicos nos primeiros meses de ocupação da região, a Nação se ligava principalmente à reorganização do Estado a partir dos ideais do Vintismo. A regeneração política, econômica e social da Província Cisplatina passaria pela estabilização da monarquia constitucional na nação portuguesa. Com a Guerra da Cisplatina, as noções de territorialidade e soberania alçaram as páginas dos periódicos cisplatinos, os diferentes projetos de Nação e a construção da mesma reverberaram durante os anos de conflito. A unidade ou o federalismo foram debatidos como elementos de composição da Nação projetada. A adesão à Nação e todos seus argumentos permaneceram enraizados às tradições do “Direito Natural e das Gentes” e ao jusnaturalismo. Portanto, apesar das transformações semânticas ainda tímidas, muitos elementos permanecem em longo prazo, dentre eles a proximidade, quase sinônima, de Nação e Estado.

A maior incidência de referências é sobre o vocábulo Pátria. Ainda que mantivesse os sentidos mais antigos, o conceito sofreu progressivamente um processo de politização e alteração semântica. Inicialmente, o conceito possuía traços característicos bastante gerais, significando o local de nascimento, podendo apresentar o conteúdo específico de uma cidade como Montevidéu, localidade, assim como a Banda Oriental ou uma região maior, a exemplo de todo o antigo Vice-reino do Rio da Prata. Mais um elemento comum era sua associação a outros termos e características genéricas. A partir da cisão entre Brasil e Portugal, o conceito foi dotado de sentidos particulares, responsáveis por interesses específicos: a diferenciação entre orientais e/ou platinos em relação aos brasileiros, o amor pela Pátria e o patriotismo significavam a luta contra o invasor e a busca pela liberdade da região. Com a liberdade mediada pelos ingleses e as projeções para a construção do novo

país, a Pátria ainda mais politizada, também é relacionada aos interesses e a traços comuns, e não apenas a um local de nascimento.

Tais características, principalmente em relação os conceitos de Pátria e Nação, aliadas ao processo de construção da identidade *oriental*, incluindo nessa conjuntura a necessária criação de diferenças e alteridades, implicam numa necessária reflexão e tomada de posição sobre o processo político da construção das nações na região platina. Desse modo, buscou-se o afastamento dos perigos oferecidos pela análise anacrônica do princípio das nacionalidades e da discussão inócua de o Estado que foi responsável para criação da Nação ou se o processo foi contrário. O que é possível aferir e concluir é que não obstante as claras demonstrações de nacionalismo e de forte identificação nacional, na América Latina, e em especial na nossa análise na República Oriental do Uruguai, esse movimento não indica uma identidade comum originária desde os tempos coloniais ou uma singularidade étnica que conformou as fronteiras dos Estados Nacionais surgidos no continente a partir das revoluções de independência. Pelo contrário, o que foi observado foram demonstrações de que foram acordos políticos e interesses em comum que levaram posteriormente ao surgimento de diversas nacionalidades, ou no caso particular dessa análise a uruguaia, primeiramente tomada como *Oriental*. O que não anula a importância de que alguns substratos identitários em processo de politização tiveram relevância nessas articulações políticas. Ao longo do século XIX e XX os procedimentos dotados pelo Estado e por uma elite intelectual e política, grande parte composta também por historiadores, ajudar a amalgamar esses sentimentos e legitimar essa novas nações e sentimentos de nacionalidade surgidos com os primeiros movimentos românticos europeus. Processo que encontra espaço, reverberação, é bastante materializado e claro na contemporaneidade, culminando em atos a exemplo, como lamentou Eduardo Galeano, dos uruguaios ainda necessitem levantar e escutar contemplativamente os versos patrióticos de Francisco Acuña de Figueroa.

Elementos que explicam o desenvolvimento da Nação moderna. Processo considerado neste trabalho em dois planos distintos, porém complementares e imbricados. Em um primeiro plano, o processo apontado por João Paulo Pimenta, com a crise do sistema colonial, a região da Província Cisplatina - anteriormente denominada Banda Oriental -, vivenciou de forma ampla esse processo, visto que era o principal ponto de contato entre os antigos domínios ibéricos coloniais, interagindo dimensões particulares da crise e reforçando um quadro sistêmico e geral. Estes elementos são condicionantes das bases do que viriam a ser as nações modernas da Bacia do Prata, fruto da associação inédita entre Estado e Nação. Pois, “a organização política das sociedades transformou-se em critério básico de definição nacional, de modo que *Estado e nação*, referências historicamente utilizadas para descrever e qualificar fenômenos próprios, passaram a integrar, invariavelmente, um mesmo fenômeno”¹, este o Estado-Nacional.

Em segundo plano, está a definição do que se trata e quais são os elementos de constituição da própria nação moderna. Em um processo que pode ser observado desde meados do século XVIII, as identidades coletivas são compreendidas cada vez mais a partir da noção de “sociedade”, formada por indivíduos em iguais condições e interesses mútuos. Nesse processo, a constituição e a soberania formam os elementos necessários para a união da sociedade e a autoridade desse pacto voluntário, elementos que encontram no “direito das gentes” e no “direito natural” suas explicações filosóficas e históricas. Como recorda François Xavier-Guerra, “a nação [moderna] é uma comunidade soberana, formada pela associação voluntária de indivíduos iguais.” O caráter contratualista da nação moderna é fundamental para sua compreensão, afinal, dele parte da ideia de que é possível e necessário escolher livremente as próprias instituições, implicada na

¹ PIMENTA, João Paulo. Estado e nação... *Op. Cit.* p. 252

igualdade de todos os seus integrantes, pois é do indivíduo a escolha de pertencer a pacto político e dele é a legitimidade da Nação.

Com referência a todos estes elementos apresentados e já percorridos os pontos de chegada deste trabalho é possível apontar caminhos a serem trilhados a partir de algumas contribuições dessa pesquisa. A identidade *Oriental* na Província Cisplatina se constituiu a partir de um intrincado processo, fruto da crise do sistema colonial, onde interesses políticos e diversos projetos de tipo nacional tinham espaço, o que significou diversos projetos políticos em disputa. O que o trabalho aponta é a complexidade desse processo, a dimensão particular de uma crise sistêmica, sendo a construção da identidade *oriental* fruto de relações e interesses que culminaram na criação da República Oriental do Uruguai, não como um simples produto do imperialismo britânico, mas como um eixo de um processo de conflitos, tensões e contradições que fundamentaram o desenvolvimento das nações modernas na região platina. Ainda em aberto nesse processo em particular e merecedoras de estudos aprofundados estão a ampliação da análise semântica de alguns conceitos-chave e o aprofundamento do estudo de vocábulos já analisados que fundamentarem estes projetos políticos alternativos, uma pesquisa de maior alcance que contemple de forma central os atores sociais que verbalizam esses discursos e para quem eles eram voltados, os indivíduos que eram interlocutores desses debates públicos, bem como focalizar a imprensa não periódica composta de panfletos, manuscritos e pasquins que podem significar a ampliação do conhecimento sobre a “arena política” que é a imprensa do Oitocentos. Outras questões que merecem destaque e estudos de fôlego são às dimensões e as alternativas políticas abertas a partir da independência do Brasil e os conflitos entre Voluntários Reais e Império do Brasil na região, a relação entre o interior e Montevidéu, - que teve na Guerra da Cisplatina uma importante aproximação e amalgama para a futura e próxima independência uruguaia em 1828 - e as trajetórias e os interesses econômicos e políticos particulares de algumas lideranças como José Lucas Obes e Dámaso

Antonio Larrañaga que mesmo aliados a Portugal e posteriormente ao Brasil tinham posturas duras e contrárias a muitos elementos constitutivos dessas sociedades, como a monarquia e o escravismo.

Fontes de pesquisa

Periódicos: Biblioteca Pablo Blanco Acevedo pertencente ao acervo do Museu Histórico Nacional (Montevideu) e através do site: www.archivodeprensa.edu.uy.

El Pacifico Oriental de Montevideo (Montevideu, 1821-1822);

O expositor Cisplatino ou Escholio da veracidade (Montevideu, 1822);

El Patriota (Montevideu, 1822);

El Pampero (Montevideu, 1822-1823); *La aurora* - (Montevideu, 1822-1823);
Semanario político (Montevideu, 1823); *El aguacero* (Montevideu, 1823);

El ciudadano (Montevideu, 1823);

Gazeta de Montevideo (Montevideu, 1824);

Gaceta de La provincia Oriental (Canelones, 1826-1827);

Observador Oriental (Montevideu, 1828).

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das letras, 2008.
- ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1993.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. BEATO, Guillermo. CHIARAMONTE, José Carlos. **Argentina de la conquista a la independencia**. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- ALONSO, Rosa Eloy. Et al. **La oligarquía oriental en la Cisplatina**. Montevideo: EPU, 1971.
- ALONSO, Paula (compiladora). **Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas em la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- ARCOS, Luis Ferrand. **La cruzada de los treinta y tres**. Montevidéo: Ministerio de Educación y Cultura, 1976.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na Corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB, 1998.

BARRIOS, Aníbal Pintos. **História de los pueblos orientales**, 2ª Ed., Montevideo: Academia Nacional de Letras, 2000. Tomo I.

BARRIOS, Aníbal Pintos. Historias privadas de la esclavitud: un proceso criminal en tiempo de la Cisplatina. In: BARRÁN, José Pedro. CAETANO, Gerardo. PORZECANSKI, Teresa. **Historias de la vida privada en el Uruguay. Entre la honra y el desorden 1780-1870**. Montevideu: Taurus, 1996

BARRÁN, José Pedro. CAETANO, Gerardo. PORZECANSKI, Teresa. **Historias de la vida privada en el Uruguay – Entre la honra y el desorden 1780-1870**. Montevideo: Tauros, 1996.

BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata. Trans-imperial Networks and Atlantic Warfare, 1777-1812. In: **Colonial Latin American Review**, nº 20, vol. 1, April 2011.

BUCHBINDER, Pablo. **La Historiografía rioplatense y el problema de las orígenes de la nación**. In: Cuadernos del CLAEH, Montevideo, n. 69, serie 2, año 19. 1994/1.

CAETANO, Gerardo (coordinador). **Historia conceptual. Voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevideu: Banda Oriental, 2013.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CASTELLANOS, Alfredo. **La Cisplatina, la independéncia y la República caudillesca**. Montevideo: Banda Oriental, 2011.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801 - A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio livros, 2001.

- _____**Britânicos no Prata – Caminhos da hegemonia.** Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- _____**Nova Hipótese sobre a decisão de invasão da banda Oriental do Uruguai em 1811: O “fator Torres Vedras”.** **Anais do XXV Encontro da ANPUH.** Fortaleza, 2009.
- CASAS, Lincoln. MAIZTEGUI, R. **Orientales – Uma história política del Uruguay (de los Orígenes a 1865).** Buenos Aires: Planeta, 2004.
- CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.
- CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). **Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina.** Buenos Aires: sudamericana, 2008.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias.** Buenos Aires: Sudamericana, 2004. (p.59- 89 e 189-198).
- _____**Cidades, Províncias, Estados – Origens da Nação Argentina (1800-1846).** São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____**El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata.** In: Revista *anos 90*, Porto Alegre, n.1, v.1, maio 1993. p. 49 a 83.
- _____**Autonomía e independencia en el Río de la Plata, 1808- 1810.** Revista Historia Mexicana [en línea] 2008, LVIII (Julio-Septiembre).
- _____**Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810.** In: Boletín del instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”. Tercera serie, num.1, 1º semestre de 1989.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Bajo su Real Protección: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812).** Tese de doutorado. PUCRS, Porto alegre: 2008.

COMIRAN, Fernando. **Os cenários políticos da intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai (1811 e 1816)**. Dissertação de mestrado. UNESP- Assis, 2008.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: István Jancsó. (Org.). **Independência: história e historiografia**. 1º ed. São Paulo: Hucítec, 2005.

DE LA TORRE, Nelson et al. **Después de Artigas (1820-1836)**. Montevideu: Pueblos Unidos, 1972.

DI MEGLIO, Gabriel. **Chaquetas y ponchos frente a levitas. La participación política del bajo pueblo de la ciudad de Buenos Aires a partir de la Revolución de 1810**. Revista historica XXXIV.1, 2010.

_____. Patria. In: GOLDMAN, Noemí (editora). **Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008

DUARTE. Paulo de Q. **Lecor e a Cisplatina 1816-1828**. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

DUARTE. Paulo de Q. **Lecor e a Cisplatina 1816-1828**. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

DUARTE. Paulo de Q. **Lecor e a Cisplatina 1816-1828**. v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

Entrevista com Kari Palonen, realizada por João Feres Júnior. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES Jr., João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2006.

ESTRADA, Dardo. **Historia y bibliografía de la imprenta em Montevideo 1810-1865**. Montevideo: Libreria Cervantes, 1912.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. **Qué fue el carlotismo**. Buenos Aires: Ultra Editorial, 1971.

FALCON, Francisco José C. **A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: ática, 1982.

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____ El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): Perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación de múltiples casos. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. **La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 à 1852**. Montevideo: Imprenta de Dornalechm y reyes, 1900.

FERNANDEZ, J. M., Saldaña. **Diccionario uruguayo de biografías 1810-1940**. Montevideo: editorial amerindia, 1945.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERRETJANS, Daniel Álvarez. **Historia de la prensa en el Uruguay. Desde La Estrella del Sur a internet**. Montevideo: Findesiglo, 2008

FRAGOSO, J. L. R. **Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1998.

FRANCO, Guillermo Vázquez. **La historia y sus mitos**. Montevideo: Argumento, 2010.

FREGA, Ana. ISLAS, Ariadna. REALI, Laura. **Confrontando héroes. Una aproximación a las lecturas políticopartidarias sobre la independencia del Uruguay (1828)**. Anais da Segunda Jornada Regional de Historia Comparada / Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, 2005.

_____ **Pueblos y soberanía em la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colônia a la ocupación portuguesa**. Montevidú: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.

_____ **Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos.** Montevideo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.

_____ Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos. GRANADOS, Aimer. MARICHAL, Carlos. (compiladores). **Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina.** Buenos Aires: sudamericana, 2008.

_____ Montevideo ante la crisis de 1808. In: Alfredo Ávila; Pedro Pérez Herrero. (Org.). **Las experiencias de 1808 en Iberoamérica.** México: UNAM/Universidad de Alcalá de Henares, 2008.

_____ **“Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830”**, en: Dimensión Antropológica, v. 35, 2005, pp. 25-58.

_____ Alianzas y proyectos independentistas en los inicios del “Estado Cisplatino”. In: FREGA, Ana (coordinadora). **Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

_____ La mediación británica en la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio de Brasil (1826-1828). Una mirada desde Montevideo. In: FREGA, Ana (coordinadora). **Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

_____ Independencia. Los significados de la *independencia* desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (coordinador). **Historia conceptual. Voces y conceptos de la política oriental (1750-1870).** Montevideo: Banda Oriental, 2013.

FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, J. L. R. **Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790-1840.** 4ªed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.

GALEANO, Eduardo. *As caras e as máscaras (Memória do fogo, vol.2)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

_____ **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. 3ª Ed. 2ª reimpresión. México: FCE/MAPFRE, 2010.

_____ «**Voces del pueblo**». **Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814)**. In: Revista de Indias, 2002, vol. LXII, núm. 225. pp. 357-384.

GONZALEZ, Ariosto D. LUCIUX, Simón S. SCARONE, Arturo. **Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27. Reproducción facsimilar**. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1943.

GONZÁLEZ, Pilar Bernaldo. **La Revolución Francesa y la emergencia de nuevas prácticas de la política: la irrupción de la sociabilidad política en el Río de la Plata**. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”. Tercera Serie, num. 3, 1^{er} semestre de 1991.

GONZÁLEZ, Wilson Demuro. **Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)**. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013.

GONÇALVES, Roberta Teixeira. **Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)**. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, 2010. GOLDMAN, Noemí (editora). **Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.

_____ Nueva Historia Argentina. Tomo 3. **Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

_____ Opinión Pública - Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación

Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1984.

HALPERIN, Túlio Donghi. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750- 1850**. Madrid: Alianza, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul. In: **História geral da civilização brasileira**. Tomo 1. Volume 1. Do Descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ISLAS, Ariadna. Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828. In: FREGA, Ana (coordinadora). **Historia Regional e Independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/UNIJUÍ/FAPESP, 2003.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. M. (org.) **História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

JANOTTI, Aldo. **Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI**. *Revista de História*, São Paulo, v. LII, 103, p. 315-341, Jul-Set. 1975.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES Jr., João (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

_____**História dos conceitos: diálogos transatlânticos.** Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831).** Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146.

_____**Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 1999.

_____**Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KLAFKE, Álvaro Antonio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845).** Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil.** São Paulo: Topbooks, 1996.

LUCUIX, Simón S. Prologo. In: GONZALEZ, Ariosto D. LUCUIX, Simón S. SCARONE, Arturo. **Gaceta de la Provincia Oriental, Canelones 1826-27. Reproducción facsimilar.** Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1943.

LUFT, Marcos Vinícios. **“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828).** Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2013.

LYNCH, John. **Historia de España 5. Edad Moderna. Crisis y recuperación, 1598- 1808.** Barcelona: editorial Crítica, 2005.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais.** Passo Fundo: UPF editora, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MATTOSO, José (diretor). **História de Portugal. O liberalismo**. Lisboa: editorial Estampa, 1993.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)**. Tese de doutorado em economia aplicada. UNICAMP: Campinas, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata (Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MORALES, Andrés. **Fútbol, política y sociedad**. In: *La Gaceta* Revista A.P.H.U. Asociación de Profesores de Historia del Uruguay, Montevideo, nº 24, agosto 2002.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra escrita. In: **História da imprensa no Brasil**. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de, (org.). São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____ **As transformações dos espaços públicos: imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____ La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

MYERS, Jorge. Identidades porteñas. El discurso ilustrado en torno a la nación y el rol de la prensa: *El Argos de Buenos Aires*, 1821-1825. In: ALONSO, Paula (compiladora). **Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas em la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. **História e imprensa, representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____ **Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

_____ Opinião pública. In: JÚNIOR, João Feres (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

NEUMANN, Eduardo Santos. GRIJÓ, Luiz Alberto. **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: apicuri, 2010.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)**. Oitava edição. São Paulo: Hucitec, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. A **“pax britânica” e a independência do Uruguai: Estado- Tampão e balcanização no espaço platino**. Revista anos 90, Porto Alegre, n° 5, julho 1996. P. 107-35.

_____ **As origens da inserção internacional do Uruguai: do Estado- tampão ao pequeno Estado periférico**. Dissertação de mestrado. UFRGS- Porto Alegre, 1995.

PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

PAMPLONA, Marco A. MÁDER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PALERMO, Eduardo. **Tierra Esclavizada. El Norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19**. Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2008.

PALTI, Elías José. **El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado**. 1ª ed. Buenos Aires: siglo XXI Editores, 2007.

_____ **La nación como problema. Los historiadores y la “cuestión nacional”**. Buenos Aires: FCE, 2002.

PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da Província Cisplatina (1821- 1822). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. *História e imprensa, representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808- 1828**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano**. Revista almanack braziliense, São Paulo, nº 3, maio2006. P. 69-80.

_____. O Brasil e a "experiência cisplatina" (1817-1828). In: István Jancsó. (Org.). **Independência: história e historiografia**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **¿A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la independencia de Brasil a partir del Río de la Plata**. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, v. 13, p. 6.

_____. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A. MÄDER, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIVEL DEVOTO, Juan E. **El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis**. Montevideu: El siglo ilustrado, 1937.

PRADEIRO, Antonio. **Índice cronológico de la prensa periódica del Uruguay 1807- 1852**. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y ciencias, 1962.

PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos. GRIJÓ, Luiz Alberto. **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: apicuri, 2010.

_____ ***In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata.*** Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009.

PRADO, Maria Ligia C. **América Latina no século XIX – Tramas, telas e textos.** São Paulo: Edusp, 2004.

REAL DE AZÚA, Carlos. **Los orígenes de la nacionalidad uruguaya.** 2^a Edición. Montevideo: Arca, 1991.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **História regional: dimensões teórico-conceituais.** In: História: debates e tendências. Passo Fundo, junho de 1999, vol.1, n.1.

REICHEL, Heloisa Jochims. GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do MERCOSUL. A região platina colonial.** São Leopoldo: Unisinos, 1996.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? In: **Discours et conférences.** Paris: Calmann-Lévy, 1887.

REYES, Washington Abadie. **Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata.** Tomo 1, V.1. Montevidéo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.

REYES, Washington Abadie. **Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata.** Tomo 2, V.2. Montevidéo: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.

RIBEIRO, Fábio Ferreira. **O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____ **O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Província Cisplatina: 1822-1824.** Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo

Gantus e FERES Jr., João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2006.

SANSÓN, Tomás. **La construcción de la nacionalidad oriental. Estudios de historiografía colonial**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 2006.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLEMIAN, Andréa. PIMENTA, João Paulo G. **A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil**. São Paulo: alameda, 2008.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Ed. 2 Rio de Janeiro: editora Graal, 1977.

SOUTO, Nora. América- Argentina- Río de la Plata. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SOUTO, Nora. WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDMAN, Noemí (editora). **Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: companhia das letras, 2006.

_____. **História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SOUZA, Susana Blein de. O pincel e a pena na construção da Nação: pintando e narrando um mito político fundacional. In: FERNÁNDEZ DOMINGO,

Enrique (coord.). **Etat et nation I (19ème siècle)**. CAHIERS ALHIM, N° 15 – 2008 (Université de Paris 8/Saint Denis).

THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. **La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis**. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.

_____ **La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis**. Tomo II. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.

THIESE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: as identidades nacionais**. In: Revista Anos 90, Porto Alegre, n.15, 2001/2002. p. 7-23.

VARGAS, Eugênio Garcia. **Diplomacia Brasileira e política externa**. Rio de Janeiro: contraponto; 2008.

VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (director). **História de Portugal. O liberalismo**. Lisboa: editorial Estampa, 1993.

VERDO, Geneviève. El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión en el periodo de la emancipación rioplatense. In: GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

WASSERMAN, Fabio. Nación – Introducción. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (director). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

WIEDERSPAHN, Henrique. **Campanha de Ituzaingó**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

ZINNY, Antonio. **Historia de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay 1807-1852**. Buenos Aires: Imprenta y librería de Mayo, 1883.